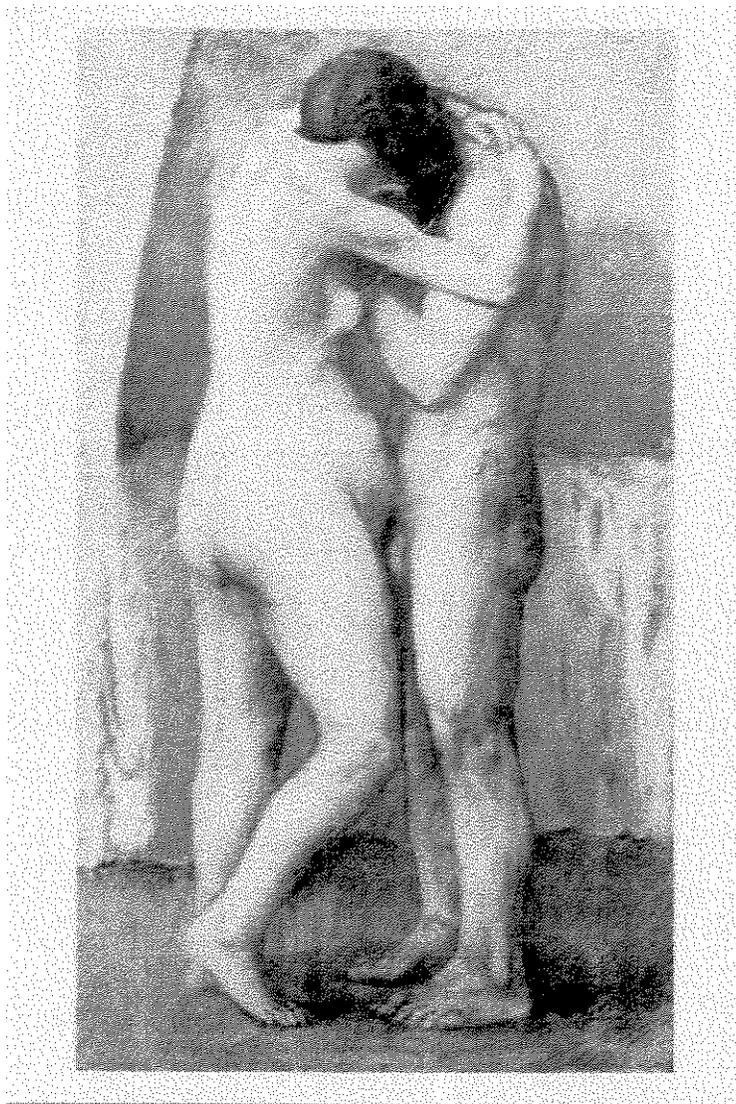


Karla Adriana Martins Bessa

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTR
SECÃO CIRCULANT

**(Entre) cruzando histórias:
gênero e historiografia
brasileira
1961-1996**



CAMPINAS - Dezembro de 2000

Karla Adriana Martins Bessa

**(Entre) cruzando histórias:
gênero e historiografia brasileira
1961-1996**

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas
sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria
Stella Martins Bresciani

Este exemplar corresponde à
redação final e aprovada pela
Comissão julgadora em
05/12/2000.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

BANCA

Prof.^a Dr.^a Adriana Piscitelli

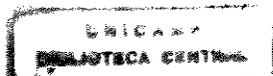
Prof.^a Dr.^a Iara Lis F. Schiavinatto

Prof.^a Dr.^a Isabel Marson de Andrade

Prof.^a Dr.^a Jacy Alves de Seixas

Prof.^a Dr.^a Maria Stella Martins Bresciani

DEZEMBRO DE 2000



Capa: PICASSO L'étreinte. (Pastel sur carton). The embrance. Museo de Arte Moderna, Barcelone

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
	TI UNICAMP
V.	Ex.
TOMBO BC/	43543
PROC.	16-392101
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREC.	R\$ 11,00
DATA	01/10/2001
I.º CPD	

CM-00153650-6

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

B 464 e Bessa, Karla Adriana Martins
Entre (cruzando) histórias: gênero e historiografia brasileira –
1961-1996 / Karla Adriana Martins Bessa. - - Campinas, SP :
[s. n.], 2000.

Orientador: Maria Stella Martins Bresciani.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Historiografia. 2. Mulheres - História. 3. Cultura.
4. Periódicos brasileiros – História. 5. Identidade. 6. Brasil –
História – Séc. XX. I. Bresciani, Maria Stella Martins.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

Agradecimentos

Uma sensação de alívio acompanha-me agora, quando finalmente percebo a imensa lista de pessoas queridas que foram sendo envolvidas no percurso da pesquisa. Toda curiosidade e vontade de saber mais sobre a história da historiografia brasileira, dos usos e repulsas ao conceito gênero, foi de certa forma alimentada nas leituras e conversas (animadas) travadas no grupo de estudos do Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu. Agradeço o carinho, o bom humor, a hospitalidade de Carla, Sueli, Iara, Mariza, Suzana, Leila, enfim, a todas as pessoas que participam ou participaram do Pagu; agradeço especialmente a Adriana que, além de me acolher em sua casa, sempre me brindou com suas leituras atentas, encorajando-me a cada novo passo de transformação de fragmentos de idéias em texto.

Outro ponto de apoio afetivo-acadêmico foi o NEPHISPO. Nossos seminários de estudo, nossas risadas e conversas "fiadas", criaram um jeito gostoso de levar a sério a idéia de que o debate coletivo é uma fantástica experiência de leitura. Por "coincidência", no NEPHISPO estão também os meus parceiros de trabalho mais queridos: Christina (quase-irmã), Antônio, João Marcos, Fátima. Eles não economizaram palavras e gestos de incentivo e carinho. Ali se encontram também os ex-alunos Luziano e Ivonilda, presenças inspiradoras e sinal de que as barreiras professor/aluno podem ser dribladas com criatividade e afeição. Jacy também faz parte desta "galera", mas a ela devo ainda mais. Sua contribuição foi extensa e intensa, indo do alento fraternal às mais sofisticadas sugestões textuais. Entre um café e um vinho, falando de tese e vida, fomos tecendo nossa amizade.

Agradeço a Stella pela maneira acolhedora com a qual me recebeu como orientanda (segunda vez) e pela confiança depositada, pois me deram segurança para prosseguir, principalmente quando sentia aquele calafrio característico de quem "perdeu o rumo". A Isabel, pelos cursos de historiografia que proferiu, que muito me ajudaram, e pela leitura criteriosa realizada no exame de qualificação.

Agradeço aos colegas de Departamento, que aprovaram a minha liberação integral por dois anos, pelo incentivo e por acreditarem em meu crescimento intelectual. Em especial a Vera, que nestes anos à frente da direção do Instituto não mediu esforços para nos propiciar melhores condições de trabalho. À turma da secretaria (Gleide, João, Glaydes, Maria Helena) pela paciência em traduzir a lógica burocrática em português acessível, e por "quase" acreditarem

em minhas desculpas esfarrapadas pelos prazos estourados. À paciência do “pessoal” do CDHIS, principalmente a desenvoltura e eficiência do Gaspar. À CAPES, pela bolsa de estudos que tornou viável o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores Flávio Saes, Déa Fenelon, Raquel Glezer, Miriam M. Leite e José Roberto do Amaral Lapa (in memoriam) por terem, gentilmente, concedido depoimentos sobre a história da ANPUH e sobre suas atuações profissionais, certamente contribuindo significativamente para o desenvolvimento da pesquisa.

No meio familiar, tese virou justificativa para tudo: a ausência nos churrascos de domingo, o adiamento da partida de basquete, o isolamento nos feriados prolongados, os poucos telefonemas. Toda ajuda foi necessária. Ao apoio “infra”, eu agradeço à Dona Olga, seu Wolney, Silvânia (promovida a “governanta”), Marco, Helena, Sara, Paulinho, Ângela, tia Célia (fazendo as vezes de babá) e ao meu pai.

Ao Carlinhos, Clemilda, Sérgio, Andréia e Ronaldo pelo conforto indispensável da amizade antiga, palavras de incentivo, partilha de convicções. Novas alegrias nos aguardam.

Agradeço aos amigos recém chegados: Hermetes, Márcia, Joelson, Joana, Cláudio, Heryk. Bons ventos os trouxeram. Ao Marcos, por ter me dado de “presente” a imagem poética “dos peixinhos dependurados na parede azul”...

Não sei se há como agradecer os momentos lúdicos, cheios de carinho e afeição propiciados por Nayran e Rudá. Só posso afirmar que tornaram nossa relação uma aventura infinitamente melhor do que eu imaginava. Cada beijo roubado, cada olhar conquistado contribuiu para minimizar a seriedade dos afazeres, dos cuidados necessários. Por vocês cresce em mim o desejo de um entendimento da vida despojado de preconceitos.

Agradeço ao Júnior, que divide comigo a responsabilidade de cuidar dos “baixinhos”, pelo carinho, pela compreensão, pelo “colo”, pelos poemas... Sua presença amiga é sempre inestimável.

Por último, agradeço a presença carinhosa, envolvente e estimuladora de minha mãe. Muito além das comidas maravilhosas, das noites dedicadas a cuidar dos baixinhos, das velas acesas para que “tudo desse certo”, sua participação nesta aventura tem tudo a ver com aprendizado. Sua força em relação à vida é uma fonte inesgotável de inspiração.

SUMÁRIO

Introdução	
<i>Horizontes</i>	08
<i>Recortes</i>	26
PARTE 1	
Tramas de uma política profissionalizante	
<i>1. Projeções</i>	36
<i>2. Configuração de fronteiras</i>	49
<i>3. Não há mais lugar para amadores</i>	61
PARTE 2	
Cultura e Gênero na Revista Brasileira de História	
<i>4. Da mulher ao gênero: que história é essa?</i>	100
<i>5. Revista Brasileira de História: perfis</i>	114
<i>6. Política da Identidade</i>	165
Considerações Finais	
<i>“O objeto da grande suspeita”</i>	208
<i>Anexo I</i>	219
<i>Anexo II</i>	221
<i>Anexo III</i>	226
Bibliografia	227

Resumo

A presente pesquisa analisa a relação entre narrativa histórica, sociabilidades intelectuais e a constituição do campo de estudos de gênero na historiografia brasileira. Os anos 60 representaram para a historiografia brasileira um momento profícuo no qual o debate histórico ganhou novos rumos e espaços acadêmicos. Um dentre os acontecimentos acadêmicos importantes da década de 60 foi a realização do primeiro Simpósio de Professores Universitários de História (no qual se fundou a APUH), em 1961 e a posterior divulgação através da publicação dos Anais deste e dos outros simpósios ocorridos nas duas décadas seguintes. Em 1981, completando vinte anos de fundação da ANPUH (Associação Nacional dos Professores de História), publicou-se pela primeira vez a Revista Brasileira de História, periódico de caráter nacional, que divulgaria as pesquisas desenvolvidas no Brasil, juntamente com traduções de textos historiográficos de outros países. Partindo destes dois periódicos como referência básica, esta pesquisa procurou encontrar as ligações entre os aspectos próprios de uma análise historiográfica (metodologia, conceituação, formas de classificação, etc.) e a constituição de um novo "objeto" de conhecimento: a problematização da diferença sexual, a formação da história das mulheres e dos estudos de gênero.

ABSTRACT

This research intends to analyse the relation between historical narrative, intellectual sociabilities and the constitution of gender' studies int the brazilian historiography. This century's sixty's decade represented a useful period, for brazilian historiography, and the historical debate conquered new direction and importance. One of the most important academic event, from this period, was the First Symposium of the Historian's university's teachers (when ANPUH was founded), in 1961, and posterior divulgation of themes and discussions that took place at this and at the following's decade's symposiums. In 1981, when ANPUH was 21 years old, its first national periodic, Revista Brasileira de História, published the researches developed in Brazil and some tradutions of many others countries' texts. Both events are the principal reference of this research. Through this reference, conections between the historiographical analysis (methodology, concepts, classification's form etc.) and the constitution of historiographical's knowledge's new object (the question about sexual diferences, women's history's constitution and the studies about sexuality and gender) were looked for.

Introdução

*“Escrever é procurar entender, é procurar reproduzir o irreproduzível, é sentir até o último fim
o sentimento que permaneceria apenas vago e sufocador”*

Clarice Lispector

Horizontes

Meados dos anos noventa. Entro no cinema e, na tela, uma mulher muito estranha, de peruca e roupas futuristas, emerge em um cenário rodeado de signos da decadência. Nas duas horas seguintes, uma grande mobilidade de pessoas, objetos, culturas traçam o enredo de uma história de amor marcada por (des)encontros casuais. O casal é heterossexual, embora os traços corporais da personagem feminina enfatizem uma postura andrógina, amenizando demarcações identitárias de gênero. Novas tecnologias atravessam o cenário das metrópoles, reveladas na telefonia, no transporte, na arquitetura. Uma das cenas sugere a permanência do dinheiro como objeto de troca essencial, por meio do qual outras personagens entram na trama. Sem fazer muito sentido, a maioria das personagens persegue um misterioso (e também charmoso) homem de meia-idade. Aos poucos, descobrimos que seu pai é um grande cientista e que toda a peregrinação se destina a reencontrar parentes espalhados pelo mundo afora, recolhendo imagens em uma máquina inventada pelo pai, cujo objetivo é permitir à sua mãe enxergar os próprios filhos, netos, sobrinhos, enfim, é ter acesso às imagens capturadas pela sensibilidade óptica de seu filho.

O filme aborda a questão da produção subjetiva mediada pelas imagens, no que possuem de encantamento e, ao mesmo tempo, no seu poder de (auto)destruição, presente na relação afetivo-racional entre pessoas e (auto)imagens. Pessoas profundamente solitárias buscam construir laços afetivos e vão se imiscuindo umas nas vidas das outras, sem serem convidadas. Como pano de fundo, há o fato de que a trama se passa no futuro 1999¹, estando a terra ameaçada pela queda de um satélite nuclear. O final é um tanto trágico, o cientista enlouquece, obcecado por suas pesquisas, e provoca a morte de sua amada companheira. Seu filho se perde, assim como a mulher, que supostamente buscava o amor dele, ficando ambos viciados nas imagens de seus sonhos, projetadas

¹ Trata-se do filme "Até o fim do mundo", produzido em 1992. Direção de Wim Wenders; Elenco: William Hurt, Max von Sydow e Solveig Dommartin. Título original: "Until the end of the world". 160min.

ininterruptamente pela "máquina" que permitia captar as efêmeras e confusas imagens do inconsciente e torná-las visíveis à luz do dia, prontas para as perguntas, curiosidades, racionalizações do indivíduo "acordado". O amor, que estava prefigurado no início do filme como sendo o encontro com o "outro", é deslocado para o encontro consigo mesmo, uma infrutífera busca de si. Separados um do outro pelo ato compulsivo de rever as imagens, cada um dos dois personagens, em estado de "transe", encontram diferentes escapes da atitude adicta, no confronto com seus antigos universos afetivos (ela no antigo namorado, ele entre os nativos da região onde havia sido criado pelos pais. Os desafios estavam postos: como escapar do êxtase provocado por aquelas imagens singulares, auto-reveladoras, mas indecifráveis, chocalhadas pela iminência do fim do mundo? De que maneira driblar aquela inglória luta por "fazer-sentido"? Haveria linhas de fuga de uma perspectiva cultural tão hedonista e narcísica quanto àquela do culto à (auto) imagem?

A "ficção" filmica de Wim Wenders depura o contra-senso realista inscrito na concepção apocalíptica de pós-modernidade². A aparente inversão na hierarquia de valores entre ética e estética, em função desta última, reencontra ali, no ápice desta história cinematográfica, o equilíbrio, disperso nos vestígios de práticas ancestrais, que criam a possibilidade de um outro vínculo entre estética e política. A escrita e a simbiose homem-natureza surgem em cena na forma de antídoto às falácias de uma cultura que se perdeu entre máquinas, imagens e simulacros. É como se, no início, a história fosse de autômatos (no reino humano) procurando atônitos por uma identidade, um eu qualquer que lhes fizessem sentido dentro do universo vago e sufocador das experiências

² Seria aqui, a *grosso modo*, o entendimento de que a condição pós-moderna, em termos culturais e sociais seria a da flexibilização dos modos de produção (historicamente situada a partir do pós-guerra) em função do incentivo desenfreado ao consumo, a elevação ao grau máximo do fetichismo da mercadoria, a fragmentação (patológica) da identidade, a alienação em massa da população, o triunfo da estética sobre a ética, a substituição de uma economia de produção por uma economia "vodu", ou "economia de cassino" (expressão de D. Harvey p/ expressar as manobras políticas, o descrédito dos movimentos sociais, a banalização da arte, enfim, o pós-moderno estaria associado a uma degradação em grande escala da cultura, que, com o fenômeno da globalização apagaria as principais fronteiras entre as diferentes culturas, gerando o império da mesmice e da economia pós-industrial (com todos os seus efeitos sociais de proliferação do desemprego, da precariedade de habitações, da disseminação de doenças contagiosas, do desenvolvimento tecnológico e científico em função da lógica capitalista. Conferir: Harvey, D. 1989; Jameson, F. 1993.

fragmentadas que lhes deixaram um gosto amargo na língua, já sem pátria. Tanta mobilidade provocou enjôo e desencadeou um desejo de terra-firme novamente. Subjetividades cambiantes, passando pela ressaca, em direção ao conforto do fundamento. Em síntese, o eu-múltiplo cansou-se da heteronomia e buscou, na autonomia, um pouco mais de aconchego. Ironicamente, W. Wenders sugere, traduzindo um vocabulário acadêmico, um futuro-próximo pós-pós-moderno³, demarcando, ao final do filme, a possibilidade de reencantamento do humano mediante o desejo de criação de um novo elo entre cultura e natureza. Talvez nos situamos hoje nesta encruzilhada.

Há uma esperança sugerida em "*Até o fim do Mundo*", que provoca uma sensação de que o grande *boom* de "crises" que assolou a década de 80 começa, nos noventa, a encontrar vias alternativas, propiciando algum alento aos sobressaltos oriundos da expectativa quanto à virada do milênio.

No caminho do cinema para casa, percebo o quanto minhas inquietações sobre o uso de gênero no pensamento feminista e as incertezas provocadas pelo longo inventário de questões que vieram à tona possuem estreita relação com o mal-estar apresentado por aquelas personagens (centrais e marginais). No afã de conectar a teoria feminista às grandes discussões sobre as relações sociais e sexuais, as feministas investiram pesado no

³ Uma fina ironia esta, colocar em evidência um estado pós-pós quando ainda nem digerimos (por não concordar, por não entender, ou, ainda por ignorar) o termo pós-modernidade. A partir de meados dos anos 80, os termos pós-modernidade e feminismo apareceram juntos com frequência em vários estudos, desenvolvidos, sobretudo, nos EUA. Mesmo considerando o termo muitas vezes inadequado para expressar as qualidades da nova proposta que ia da formação de uma nova epistemologia às transformações das práticas cotidianas, muitas feministas consideraram imprescindível ir ao encontro das principais características do pensamento "pósmoderno", que seriam, basicamente: considerar a verdade como sendo um "efeito" do discurso (o que implica em toda uma desconstrução do conhecimento científico, o desencantamento com o preceito iluminista de que o conhecimento leva à emancipação), questionar a superioridade da "cultura ocidental", romper com a concepção racionalista de sujeito (sujeito unitário), perceber a não neutralidade da linguagem (assim como a língua), conceber a inexistência de um real unitário e estável, desvincular a concepção de identidade de gênero da referência a um conjunto de atributos anatômicos ou biológicos, assumir as mútuas implicações entre saber, poder e prazer, a descentralidade dos exercícios de poder, questionar a autoridade do teórico acadêmico para falar em nome do "outro", valorizar a alteridade e a diferença e, sobretudo, voltar a atenção (analítica) às mudanças nos modos de produção, consumo e circulação de bens simbólicos e afugentar os "universalismos". Enfim, a tônica da crítica pós-moderna aos fundamentalismos gerados no pensamento moderno gerava um confronto direto com as políticas identitárias, impulsionando o feminismo a rever sua plataforma pretensiosamente universal de "libertação das mulheres", ampliando o leque de debates considerados da alçada pertinente às construções das hierarquias e opressões de gênero. Entre os textos que mais circularam no país abordando estas questões estão: J. Flax "Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista" (In: Holanda, 1991, pp.217-250); J. Flax "The End of Innocence" (in: Butler & Scott, 1992, pp 464-475); Fraser & Nicholson "Social Criticism without philosophy: an encounter between Feminism and posmodernism" In: Nicholson, 1990); Sabina Lovibond "Feminism and Postmodernism. In: New Left Review. 178/1989, pp.05-28.

desmonte de autores de renome dentro das ciências sociais e históricas, escrutinando os conceitos e teorias de Marx, Freud, Levi Strauss, Habermas, Lacan, entre outros⁴. Além de fomentar os acirrados debates internos ao próprio pensamento feminista, provoca uma trama (um tanto confusa) em torno da noção de gênero e seus vários usos. Um ziguezague teórico/político de deixar qualquer navegante aflito por um porto. Neste ponto, minha história (intelectual/profissional) se conecta àquela dos personagens de "Até o fim do mundo". Uma profunda necessidade de "organizar" as idéias e procurar assentar não certezas, mas pelo menos o leque de interrogações, mobilizam e contornam toda a pesquisa aqui desenvolvida. É neste ponto ainda que a relação gênero e historiografia surgem, naqueles meados dos anos 90, como desafio e dúvida, temas catalisadores de todo um investimento a ser feito por quase quatro anos ininterruptos de pesquisa.

A seguir, a fim de partilhar o "espírito" desta jornada, apresento ao leitor as problemáticas, temáticas e breves análises que nortearam os "arranjos" da pesquisa que agora se faz texto.

Um primeiro esclarecimento. Esta não é uma pesquisa de gênero, ou seja, na qual se utiliza a categoria gênero para analisar uma temática ou uma documentação qualquer⁵. É uma pesquisa sobre a historicidade da categoria gênero e das temáticas a ela correlatas, no encontro entre discurso/prática histórica e pesquisas de gênero no Brasil. Essa escolha provocou três encontros: com o pensamento feminista, com a história das mulheres e com a formação da ANPUH (Associação Nacional de História); não necessariamente nesta ordem seqüencial. Destes encontros, interpelando e sendo interpelada, configurando trilhas e seguindo pistas traçadas por outros pensadores, pude construir uma reflexão que,

⁴ Para se ter uma idéia mais precisa destes debates sugiro os livros: Benhabib S. & Cornell, D. (coord.) *Feminismo como Crítica da Modernidade*. Releitura dos Pensadores Contemporâneos do Ponto de vista da Mulher. Trad. Nathanael da Costa Caixeiro. R.J.: Rosa dos Tempos.1987; Butler, J. *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*. NY: Routledge, 1990.

⁵ No início, cheguei a formular um recorte de pesquisa em que eu pudesse "aplicar" uma dada concepção de gênero e fazer uma análise da historiografia, por exemplo, recortando entre historiadores e historiadoras, indagando suas temáticas e buscando perceber se há alguma possibilidade de correlação (histórica e não natural) entre as escolhas e identidades sexuais e o tipo de narrativa e problemática historiográfica pesquisada; ou, ainda, fazer a história do surgimento das mulheres no contexto da historiografia brasileira e suas dificuldades e peripécias na conquista do universo acadêmico, em geral, marcadamente masculino. Estes recortes conduziriam, sem dúvida, a uma pesquisa radicalmente diversa da que escolhi realizar.

se não é de todo uma "tese inédita", carrega a pretensão de contribuir para fomentar o debate sobre os usos de gênero e a prática historiográfica.

Voltando às tramas.

O pensamento feminista, desde sua emergência em forma sistematizada, possui (e ainda possui) várias vertentes, cujas diferenças se assentavam, principalmente, em torno de concepções políticas e ideológicas visivelmente demarcadas⁶. No entanto, havia certos consensos e a luta contra a opressão feminina era um deles. Em outras palavras, em torno do feminismo não havia dúvidas sobre a existência concreta do sujeito coletivo mulher, sujeito e objeto de atuação do pensamento/movimento feminista, independente de sua versão política (socialista; comunista; liberal; social-democrata...). A sigla relativa aos "Estudos Feministas" era sinônimo de encontros, palestras, pesquisas, atividades políticas, que envolviam mulheres (e alguns homens "solidários" ou "simpatizantes" das causas "tipicamente" femininas, próximos dos grupos feministas que permitissem tal interação).

Nos últimos vinte anos, uma série de circunstâncias tem afetado consideravelmente este perfil, a ponto de haver discordâncias entre pesquisadoras que trabalham dentro de uma perspectiva mais radical de gênero _discutindo as imbricações entre feminino/masculino fora do espectro das mulheres, rompendo radicalmente com a perspectiva identitária do pensamento/movimento feminista (seja em função das "mulheres" seja das "lésbicas")_ e outras voltadas, senão exclusivamente, ao menos prioritariamente, para problemáticas pertinentes à mulher _ agora adjetivada e

⁶ Feminismo socialista, feminismo radical, feminismo neoliberal, feminismo pós-estruturalista. As diferenças vão desde a compreensão sobre as causas (origens) da opressão feminina _ no social? No biológico? No cultural? No contrato social? _ até as estratégias de luta contra a opressão _ revolução das formas de produção e reinserção das mulheres nas relações de produção em condições de igualdade perante os homens? Transformações nas formas jurídicas, estabelecendo um rol de Direitos para a mulher que restabeleceriam o equilíbrio entre homens e mulheres? Práticas afirmativas? Lutas pela garantia cultural (mudança na simbologia, nos gestos, nos discursos,) da alteridade e da diferença? Independente das diferenças em termos de concepção e prática política feminista, havia uma espécie de "lugar comum" próprio do feminismo, que seria indagar sobre a natureza da mulher (seja ela natural ou histórica) e da desigualdade sexual. Sobre estas diferenças, há uma introdução bastante esclarecedora em: Barrett, Michèle & Phillips, Anne. *Destabilizing Theory. Contemporary feminist Debates*. 1992. Cambridge, UK.: Polity Press. A Antropologia feminista, principalmente nos anos 70, desenvolveu pesquisas no sentido de relativizar a conexão entre o sistema reprodutor feminino e o seu papel doméstico, associando ao elemento "natural", variações culturais como diferenças tecnológicas, densidade demográfica, ritos e valores culturais. A este respeito, conferir o importante trabalho coordenado por Rosaldo e Lamphere, *A Mulher, A cultura e a Sociedade*. R.J. Paz e Terra. 1979.

pluralizada: mulheres-negras; mulheres do terceiro mundo; mulheres trabalhadoras... _ dedicando uma boa parcela de seus esforços políticos e intelectuais à crítica do feminismo de “elite”, composto por uma parcela de mulheres brancas, “esclarecidas” e de classe-média; utilizando-se da categoria gênero para remeter à construção cultural da diferença sexual e distinguindo-a de sexo, que, no par gênero/sexo constituiria o dado natural, relativo à diferença sexual.

Fazer uma genealogia das diferentes abordagens de gênero⁷, relacionando posições políticas, disciplinares, metas e escolhas teórico-metodológicas, além de tornar pesada essa breve "introdução", facilitaria pouco em termos de compreensão dos objetivos da análise que será desenvolvida ao longo das duas partes constantes neste texto. Ao invés disto, prefiro oferecer _ no sentido de uma "orientação" ao leitor, já que nem sempre isto se explicita automaticamente na construção do texto _ uma exposição sucinta do argumento de G. Spivak e Judith Butler a respeito de gênero, uma vez que a minha própria expectativa guarda estreita proximidade teórica e política em relação ao uso que elas destinam a este conceito ou noção.

Judith Butler formula uma importante questão: *“Querem as mulheres tornar-se sujeitos com base no modelo que exige e produz uma região anterior de degradação, ou deve o feminismo tornar-se um processo que é auto-crítico sobre os processos que*

⁷ Por exemplo, Adriana Piscitelli apresenta as diferenças entre o posicionamento de D. Haraway (que defende um deslocamento do pensamento feminista em relação à categoria gênero, sugerindo em contrapartida a categoria *"aparatus de produção corporal"*, uma vez que Haraway entende que gênero é um conceito muito marcado por dualismos (sexo/gênero, natureza/cultura, homem/mulher) e por características "colonizadoras") e o da Antropóloga M. Strathern (para quem o gênero é útil se pensado como categoria empírica e não explicativa, ou seja, permite adentrar nos contextos culturais, rompendo com imposições de categorias ocidentais, pretensamente universais, de explicação e entendimento do universo da diferença. Nesse sentido, Strathern utilizaria gênero tanto como uma maneira de contextualizar a epistemologia antropológica ocidental quanto para narrar as práticas melanesianas de relacionamento com a diferença sexual e a produção simbólica de um imaginário sexual, totalmente estranho à nossa epistemologia marcadamente dualista), sugerindo os desdobramentos político/teóricos destas diferentes posturas para a antropologia feminista. Conf. Piscitelli, A. *Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas*. In: Aguiar. Gênero e Ciências Humanas. RJ. Rosa dos Tempos. 1997; pp. 49-66. Conferir ainda o texto de Cláudia de Lima Costa, *"O leito de Procusto"*, em que a autora fala em três maneiras distintas de se pensar gênero (como variável binária arbitrária, gênero como relacional e contextual e gênero no pós-estruturalismo), argumentando que é necessária uma consciência do que se entende e como se trabalha com gênero, para evitar pesquisas triviais, politicamente inconseqüentes e que pouco contribuem para o próprio enriquecimento da epistemologia feminista contemporânea. Conf. Costa, C.L. *"O Leito de Procusto"*. *Cadernos Pagu*. Campinas, Nº 2, 1994, pp. 141-174.

produzem e desestabilizam categorias de identidade." (BUTLER, 1998: 34). Ao fazê-lo, deixa entrever seu posicionamento em relação ao debate feminista contemporâneo. Ao se deslocar completamente de uma perspectiva identitária, crítica do "coletivo mulheres", Butler entende aproximar a política feminista de uma postura performativa, já que o próprio movimento que caracteriza a produção de subjetividades *engendered* carrega a marca desta fluidez e dos estratagemas próprios da compreensão de gênero como processualidade (prática de construção, parodização dos limites e materialidades corporais, sexuais), ou seja, uma constante recolocação em ato das matérias (regras, símbolos, corpos, gestos, sentimentos,) mobilizadas (em relações de poder) como elementos de subjetivação (*assujétissement*).

Entendendo, então, gênero como efeito de práticas efêmeras e descontínuas, ato performativo (muito próximo à caricatura, paródia, repetição), reconhecendo os regimes sexuais como práticas regulatórias, portanto, campo de tensões, disputas, exclusões, constitutivo e passivo de intervenções, nos mais distintos e variados graus de violência, Judith Butler é avessa a práticas (seja do pensamento ou do movimento feminista) que visem reforçar e dar estabilidade a identidades sexuais seja em nome da luta contra a opressão às minorias sexuais, seja em nome da organização social da diferença sexual no interior de uma política da diferença baseada em oposições binárias, do tipo homo/hetero; homem/mulher; mulher pobre/mulher rica; mulher branca/mulher negra, etc. Enquanto algumas feministas sustentam a aproximação da categoria gênero de outras como classe e raça, Butler indaga a pertinência, principalmente política, de uma ação de valorização destas categorias enquanto marcas identitárias. Se o objetivo é fugir da lógica da classificação hierárquica e exclusivista, que tem marcado as relações sociais_ principalmente a partir do advento da ciência, do jurídico, da oposição público/privado _ o melhor é defender o aspecto contingente e arbitrário⁸ das formações identitárias, do que buscar legitimidade em categorias fixas, pretensamente revolucionárias.

⁸ Este caráter contingente e arbitrário não remete a uma postura considerada "construcionista", uma vez que a autora não pressupõe um sujeito que interpreta e cria a partir de uma base (determinações) anterior. A contingência dos fundamentos ("do universal") visa situa-los como "*disputa política permanente*". A performance não é entendida como sendo a atuação de um sujeito auto-consciente que escolhe (de livre-arbítrio) o que fazer com seu corpo e sua sexualidade em um determinado contexto a partir de papéis pré-estabelecidos (*script*). A performance é justamente a

À primeira vista, esse posicionamento de Butler parece um verdadeiro absurdo intelectual e político, uma abstração completa de pré-condições externas, colocadas enquanto limites ao processo de subjetivação. Poder-se-ia objetar: onde ficam os limites da “materialidade corpórea”, da inserção deste corpo nas relações sociais de trabalho, da nacionalidade, a historicidade da opressão marcada por componentes raciais (a histórica discriminação e escravidão relegada a negros e índios?) e religiosos (a perseguição a judeus e muçulmanos). Creio que Butler formula a questão da subjetividade precisamente fora do paradigma da relação externo/interno (ou, como é comum em termos de discussão de gênero: cultura/natureza). No interior deste raciocínio, a historicidade está impregnada na formação das categorias de classe, raça⁹ e gênero, que por sua vez são estruturantes e atuam como reguladoras no engendramento da subjetivação.

No entanto, o grau de determinação de cada uma destas categorias, bem como sua centralidade em determinadas tecnologias do *self* depende das mais variadas conjunturas políticas, psíquicas, lingüísticas... Neste sentido, o argumento de Butler em relação a uma política do gênero conduz à necessidade de um rigor maior quanto ao uso de determinadas categorias, tomadas como evidentes, bem como desafia nossa tendência de partir dos contextos como se fossem panos de fundo, ao invés de considerá-los justamente como a prática singular, rara, de configuração, apropriação (mimética, criativa, paródica, alienada...) tempo-espacial de subjetividades (assim como das instituições, valores, etc...).

ação na qual a subjetividade é constituída e constitui sua especificidade por meio do movimento de repetição, prática esta que propicia abertura para subversões, desarticulações, recriações e também a proliferação de hierarquias e desigualdades, além de explicitar o caráter nada natural das atuações de gênero. Sendo assim, essa noção de performance remete para a possibilidade e necessidade de pensar a historicidade do que consideramos "natural", "patológico", "estranho", "surpreendente" (como a personagem "dil" no filme *"The crying game"*, Dir. Neil Jordan. Inglaterra. 1992); as distinções entre corpos belos e corpos abjetos, etc. Conferir os textos: BUTLER, J. 1998; BUTLER, 1993 (especialmente o cap.I "Bodies that matter").

⁹ Assim, quando utilizarmos aqui o termo raça não é para reforçar o racismo, mas para dismantlar a classificação dos seres humanos em termos raciais, não no sentido de ignorar as diferenças, mas no sentido de não estigmatizar as diferenças em forma de "leis", em "descrições" nada ingênuas; assim como o uso do termo gênero não deveria reforçar a heterossexualidade ou homossexualidade e sim explicitar as lutas em torno de tais delimitações, deslegitimar a compulsoriedade da heterossexualidade, propiciar abertura para formas ainda ignoradas de configuração de prazeres, morfologias, simbolismos sexuais, cientes de que demarcar ou estar situado entre os "estranhos", provocando subversões subjetivas, não é algo que fique impune (tanto no plano pessoal quanto coletivo). Dependendo do lugar cultural onde esteja inserido, tal atitude figura, não apenas no plano simbólico, como sentença de morte.

A intervenção de Gayatri Spivak neste debate vai ao encontro das noções apresentadas por Butler, mas possui sua singularidade. Nas reflexões de Spivak¹⁰, fica mais explícita a correlação entre o pensamento feminista, a academia e uma postura ético/filosófica a respeito das principais questões políticas atuais. Sendo, como ela mesma se denominou, *stricto sensu* uma pós-colonial, sua preocupação perpassa diferentes variáveis a fim de pensar a alteridade e a diferença a partir de uma perspectiva feminista. Utilizando-se do paradigma da desconstrução para problematizar a relação dos "Estudos Subalternos" e das narrativas históricas alternativas com os denominados "filhos da descolonização", a autora tece sua fina crítica aos conteúdos pseudo-libertadores que, ao tentarem valorizar a fala do "subalterno", obliteram diferenças significativas na constituição deste enquanto o "outro".

Defendendo que a arena teórica e política é sempre uma zona instável e marcada estrategicamente, sugere, mesmo correndo o risco de ser "mal entendida" por suas "*amigas teoricamente corretas*", um dado "essencialismo estratégico", ou seja, o reforço a determinadas diferenças (de gênero, de classe, etc.) a fim de desconstruir certas dicotomias, utilizando-se das armas próprias do "opressor". Sem nenhum tipo de saudosismo ou de "nativismo", Spivak está na contracorrente de um discurso que contrapõe o colonizador ao selvagem, questiona tanto a imagem maléfica impregnada na

¹⁰ A autora é Indiana, leciona atualmente nos EUA, e, em seus trabalhos, faz questão de situar o lugar de onde enuncia seu discurso: "*deixe-me então falar como uma cidadã da Índia independente, com a cautela e a perspectiva crítica necessária diante das falsas reivindicações de histórias alternativas. Sou também feminista, e uma marxista fora de moda, e alguma coisa disso tudo entrará nessa discussão sobre a política cultural das historiografias alternativas.*" Conf. SPIVAK, G. Quem reivindica alteridade? In: *Hollanda*, . 1994. P.187. Embora este procedimento pareça uma demarcação identitária, a autora dialoga o tempo inteiro com estas demarcações, negociando identidades, jogando e correndo o risco de uma postura estrategicamente incoerente pois, segundo Spivak, não há como ser teórica e politicamente "pura". Em uma entrevista, Spivak solta sua ironia em relação à essa preocupação com uma definição teórica coerente. Eis uma parte deste diálogo: Elizabeth Grosz faz a pergunta: "*Your work can be considered both deconstructionist, Marxist and feminist. Given that these three fields maintain something of an awkward, if not tense, relationship, do you think some reconciliation between them is possible?*" Gayatri Spivak responde: "*... I really think that, given all that I have said about strategic choices of essentialism and so on, the irreducible but impossible task is to preserve the discontinuities within the discourses of feminism, marxism and deconstruction. (...) If I have learned anything it is that one must not go in the direction of a Unification Church, which is too deeply marked by the moment of the colonialist influence, creating global solutions that are coherent. (...) . To preserve these discontinuities in that sort of sense, rather than either wanting to look for an elegant coherence or producing a continuist discourse which will then result in hostility. I think that is what I want to do.*" (SPIVAK, *The Post Colonial Critic*. NY. Routledge. P. 15; entrevista realizada na Austrália, em agosto de 1984).

cultura do colonizador quanto a imagem de pureza supostamente inerente a uma cultura nativa, intocada pela ocidentalização (seriam os "*habitantes originais, os subalternos oficiais da República da Índia*"). Bem dentro do paradigma que desmonta dicotomias binárias, sem, contudo, endeusar o desconstrucionismo, Spivak vai provocando o pensamento a recriar uma linha de interpretação (uma leitura) que seja consciente de sua própria operação enunciativa e abandone ao mesmo tempo a inocência (cientificista da neutralidade) e a pretensa função transformadora. Os intelectuais nem estão acima dos interesses sociais, nem tão pouco possuem a virtude revolucionária, dona da verdade sobre o funcionamento da desigualdade e da opressão.

Uma postura feminista é necessária em um contexto de discriminação sexista e essa postura terá uma atuação ainda mais incisiva se pautada por uma consciência do caráter contingente e performático da constituição deste sujeito sexuado. Talvez este seja o grande ponto em comum entre Butler e Spivak e, de certa maneira, uma preocupação que acompanhou e demarcou a textura de minha própria reflexão. Eu poderia afirmar, correndo o risco de um certo exagero, que a própria formulação da problemática geral que percorre esta pesquisa decorre, em grande medida, desta preocupação com os "fundamentos" de nossa própria narrativa e uma atenção especial para como as questões pertinentes ao feminismo ou às mulheres perpassam e afetam a escrita histórica (vice-versa).

Recentes reflexões sobre gênero, sexualidade e mulheres na sociedade, em especial os trabalhos produzidos por historiadores(as), possuem em comum o fato de colocarem como no centro das interrogações o vínculo entre o uso de categorias e uma determinada postura político-teórica que, por sua vez, compromete o "efeito de verdade" das narrativas históricas como um todo. Mais do que expor o aspecto "ideológico", questionar a sua pretensão científica ou trazer à tona as paixões e desafetos de um novo sujeito histórico (as mulheres) a ênfase nesta desconstrução do discurso histórico, no interior dos trabalhos sobre gênero, sinaliza a complexidade que ronda a configuração de um saber em sua forma disciplinar, além de já sugerir a historicidade do próprio *boom* historiográfico, característico do final dos anos 80 para cá.

Mesmo sendo quantitativamente inexpressivo, não é nada desprezível o número de balanços e sínteses historiográficas produzidos nesta última década. De onde vem a pergunta: por que os historiadores ficaram tão "fascinados" por estudar a sua própria constituição, a maneira como os seus antecessores narraram e interpretaram os acontecimentos? O que provocou este deslocamento de foco dos acontecimentos para as narrativas *sobre* os acontecimentos, ou seja, para a crítica dos discursos científicos? A atenção se voltou para como os acontecimentos foram significados e interpretados por intelectuais, em especial por outros historiadores. Enfim, é perceptível que na virada dos anos 80 para os 90, houve um investimento em auto-avaliação, uma preocupação com as representações elaboradas pelos próprios historiadores.

Certamente a denominada "virada cultural"¹¹ (*cultural turn*) guarda estreita relação com isto, mas não serve de explicação já que mantém a raiz da questão, ou seja, volta à problemática de como vão sendo forjadas, no interior da própria História, diferentes práticas historiográficas. Certamente também não foram os estudos de gênero os únicos responsáveis por esta inflexão (em função da produção de uma metanarrativa).

Há uma articulação bastante visível entre estas duas facetas da história da História e dos estudos de gênero que não pode ser desconsiderada na reflexão que será desenvolvida na presente pesquisa. No entanto, apreender este cruzamento implica em alguns outros passos, para além do reconhecimento das proximidades entre conceitos, temas e uma determinada prática historiográfica. Pensar estas relações como objetivações históricas mais do que como "evolução" das idéias e propostas teórico-metodológicas no interior de uma dada ciência humana requer abordar a intrincada teia de relações (institucionais) que enlaçam as trajetórias da historiografia no Brasil.

Neste sentido, a discussão sobre o que fundou uma idéia de "coletividade científica", a gestão de encontros entre professores/pesquisadores de história entra nesta pesquisa como parte da problemática que remete à constituição de *uma* das facetas de sua

¹¹ Conferir o trabalho organizado por Lynn Hunt, "A nova história cultural" pois, nele, diversos pensadores estadunidenses refletem sobre a virada da historiografia contemporânea para a análise da cultura, com referências explícitas à aproximação da história com a antropologia e a literatura, bem como a importante contribuição de pensadores como Bourdieu e Elias, Michel Foucault, Thompson, Geertz, entre outros.

institucionalização, a formação (visibilidade?) da História enquanto campo disciplinar e suas fronteiras. É deste espaço acadêmico-institucional que emerge a possibilidade de se pensar questões como: o que estava em jogo quando se tentava, nesta prática representacional de simpósios, distinguir o "erudito" do "profissional" da história? Quais as temáticas mobilizadoras destes encontros e impulsionadoras de novas pesquisas, ou ainda, que contribuiu para impulsionar o desenvolvimento da pesquisa histórica? Neste período de formação e atuação da ANPUH, há mudanças, disrupções significativas ou há uma continuidade visivelmente demarcada? Como nos anos 60 a história formulou seu estatuto de conhecimento verdadeiro? Esse estatuto ou este tipo de debate circulou nos Simpósios? Quais os receios gerados a partir de novas abordagens historiográficas ou das "mudanças de paradigmas", termo exageradamente utilizado (em textos publicados nos Anais destes simpósios) e que remonta ao cientificismo, aos modelos de análises aplicados a uma dada realidade? Pode-se argumentar que houve, em um determinado momento, uma espécie de volta ao empírico, uma certa desconfiança dos historiadores em relação aos parâmetros teóricos a serem utilizados na análise? Essa ênfase no "empírico", o centro do olhar na "experiência" é mais do que um procedimento metodológico, um ponto de partida teórico-político?

Pela curiosidade em torno destas questões é possível concluir que os horizontes desta pesquisa abrangem uma necessidade de entendimento e diálogo com a história da História no Brasil, principalmente aquela que ocorreu nos diferentes rumos dados aos Simpósios e à Associação Nacional de Historiadores desde a sua fundação em 1961. Rumos que configuraram modos de ser e envoltórios os mais diversos ao heterogêneo universo que se pretende abarcar quando utilizamos o termo historiografia brasileira _ incluindo simultaneamente no termo historiografia tanto a história produzida no e sobre o Brasil quanto os ensaios interpretativos e analíticos destas "narrativas".

Sendo assim, um dos objetivos desta reflexão é articular (enquanto propósito de investigação e não necessariamente de fato) mudanças no vocabulário conceitual, nas problematizações e tematizações da História, dinâmicas institucionais, injunções políticas intra e extra-acadêmicas. De outro lado, a análise das publicações da ANPUH (os Anais e

a Revista Brasileira de História), visa uma imersão na trajetória não menos heterogênea e conflituosa que delimitou o que hoje designamos, no mundo dos “entendidos”, Estudos de Gênero. A natureza das controvérsias que cercam estes estudos nos vários campos das ciências humanas e sociais, em especial na História, funciona como um convite (desafio) a ir além de sua tácita utilização e exaltação em direção a uma postura, não tão reconfortante e segura, de interrogação acerca de seus potenciais teórico-políticos na (re)produção de conhecimento histórico e seus des-dobramentos.

Muitos historiadores, entretanto, não vêem com *bons olhos* um tipo de reflexão historiográfica como a proposta aqui, considerada (pejorativamente) mais como uma “meta-história¹²” ou, ainda, uma “filosofia da história”, uma vez que fica muito presa ao aspecto teórico e busca poucas referências em uma realidade imaginada como exterior, sobre a qual a pesquisa deveria se encaminhar ao invés de ficar olhando para si mesma.

Compreendo este receio de excessiva teorização e desvio de prioridades em relação ao que se considera “texto histórico” e “realidade histórica”. No entanto, percebo a infinidade de questões históricas que podem (e algumas foram) ser lançadas para se repensar não apenas a escrita da história em si, mas sua participação na configuração de “verdades” e “imagens” que tecemos a respeito do social e da própria prática narrativa. Mesmo sem analisar as estruturas narrativas em uma perspectiva lingüística _ centrada nas figuras de linguagem utilizadas no interior do discurso histórico e seus correlatos ideológicos, nos “moldes” sugeridos por H. White_ penso que a relação entre o enunciado histórico (e o lugar institucional de sua enunciação) e seus efeitos de verdade são parte de uma análise que se pretende crítica em relação à neutralidade científica. Uma prática que foi tão bem traduzida por Foucault (1985) na expressão “*Saber/Poder*”.

A escrita da história é tratada nesta pesquisa como parte constitutiva da cultura letrada, científica, intelectual, e, portanto, “palpável” como outro “objeto”

¹² Uma perspectiva de metahistória que ficou bastante conhecida entre os historiadores e também bastante polêmica é aquela proposta por H. White, que reconhece o papel central da linguagem e das estruturas narrativas na criação e descrição da “realidade” histórica. A aproximação entre o método (descritivo e interpretativo) narrativo literário e o histórico possibilita a White diluir a distinção entre fato e ficção, questionando os efeitos (ideológicos) de verdade dos discursos históricos “científicos” e que se pretendem neutros em relação ao uso da linguagem. Conf. White, H. 1994 (especialmente o capítulo “O texto histórico como artefato literário”).

tradicionalmente considerado "acontecimento histórico". A História faz parte de uma maneira específica e datada de refletir, projetar e indagar a respeito da dinâmica das relações humanas.

A percepção da trajetória de construção de um certo instrumental conceitual, no caso as várias facetas da noção de gênero e das formas de pensar a relação indivíduo/sociedade, foi, nesta pesquisa, articulada à própria historicidade da produção de enunciados que, quer se interessassem ou não com esse tipo de questão, constituíram práticas de representação e classificação da sociedade brasileira e da "História Geral", constituindo, assim, parte do repertório cultural de uma dada construção de si (*persona*) e da sociedade.

Roger Chartier é enfático ao sinalizar para a existência de três níveis decisivos de deslocamentos ocorridos na historiografia (francesa) a partir dos anos 80. Segundo o autor, o projeto de uma história global, a definição territorial dos objetos de pesquisa e o primado conferido ao recorte social são "*princípios de inteligibilidade*", que foram sendo questionados e criticados em função de narrativas históricas elaboradas a partir de práticas de representação, "*...contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles*"¹³.

Estas reflexões de Chartier muito me inspiraram na tentativa de acompanhar as diversas e conflitantes trajetórias de deslocamento das habituais dicotomias _ teoria (síntese histórica) X empiria (dados concretos do real), sexo (órgão sexual biológico) X gênero (conjunto de estilos, comportamentos, valores, "papéis sociais", destinados a cada sexo) _ a fim de adentrar nas formas contemporâneas de reformulação das categorias e conteúdos dos discursos históricos e das representações que emergem a partir destes, em torno das subjetividades marcadas pelo gênero. Procurei acompanhar as mutações ocorridas no vocabulário, nos recortes, nas afinidades e finalidades pretendidas¹⁴, nos textos e entrevistas analisados.

¹³ CHARTIER, R. 1991 s/p.

¹⁴ Essa proposta de análise da produção de saber e das relações entre jogos discursivos e relações de poder são enfocados também por Foucault na Arqueologia do Saber.

A alusão a Chartier, na verdade, não é indicativa de uma adesão absoluta a sua proposta teórico-metodológica de produção de uma "história cultural", em contraponto àquela produzida pelos franceses nas décadas de 60 e 70 (ele refere-se, principalmente, à história das mentalidades, com um viés serial e quantitativo). O que retenho de sua ousada proposição (bem mais ampla do que foi exposta acima) é algo que seria partilhado também por outros historiadores, mas cujo enfoque veio de suas considerações. Ao mencionar o caráter temporal da "leitura" e do "livro", Chartier trouxe para o primeiro plano, algo que, a meu ver, faltou na perspectiva de H. White, ou seja, a referência à prática de produção, circulação e leitura (acadêmica ou não) como práticas culturais (e não como estruturas lingüísticas arquetípicas, como sugere, grosso modo, H. White). Ao fazer da representação a noção "*angular*" de uma história cultural _ em uma tentativa de precisar melhor o conteúdo que escapou ao termo "mentalidade" _ Chartier enfatiza o fato de que construímos nossa realidade através de um triplo movimento: classificação, simbolização ("*maneira própria de estar no mundo*") e institucionalização (objetivação da existência do grupo). O efeito dessas práticas é a expressão da relação de subjetivação/objetivação, ou seja, é nas práticas (rituais, ordinárias) e representações que configuramos subjetiva e objetivamente nossa existência individual e coletiva (um processo de produção de sentido)¹⁵.

Enquanto a historiografia que realizava o denominado "*linguist turn*" aproximava a história da lingüística e da literatura, diminuindo significativamente o peso da relação entre história e as ciências sociais, a proposta de Chartier de uma história cultural, voltada prioritariamente para pensar a leitura (portanto, uma prática com forte

¹⁵ Nessa proposição de Chartier, há um encontro com noções básicas trabalhadas por Butler e Spivak, ou seja, de que o sujeito é uma "posição" (portanto, um vir-a-ser, uma processualidade) e que tanto as estruturas do mundo social quanto do mundo natural não são objetivas e toda a relação de construção de sentido é realizada neste ato (performativo, p/ mencionar Butler) de representação. Nesse tipo de formulação, poder-se-ia buscar na hermenêutica o grande "método" de trabalho desta história cultural. Chartier (assim como Butler, Spivak, o próprio Foucault e outros) aponta as distâncias em relação à hermenêutica, sendo talvez a mais importante delas o fato de que nem o "sujeito" que interpreta, nem o "dado" interpretado possuem existência autônoma ou possam ser caracterizados universalmente, independente das categorias tempo/espço. Lembrando os primeiros *annalistas*, Chartier recoloca o perigo do anacronismo em análises que não consideram a especificidade das práticas de apropriação e, de uma só vez, chama atenção dos historiadores para o "*primado quase tirânico do social*", característico da historiografia francesa do pós-guerra, sustentando a necessidade de uma interpelação mais equilibrada entre apropriações (retenção, distribuição) de bens materiais e simbólicos.

componente intelectual), retoma uma estreita relação com as ciências sociais, atualizando conceitos que visam recobrir a interação entre a produção de discursos (em uma lógica letrada, logocêntrica, hermenêutica) e a lógica prática (que regula as condutas e ações)¹⁶. Neste sentido, o autor sustenta um lugar próprio ao discurso histórico: nem literário, nem científico (produtor de verdades e leis, nem "matemático", nem "dedutivo"). A história produz um conhecimento que é relativo (*dependente*) às variações de seus **procedimentos técnicos**, dos constrangimentos que lhe impõem o **lugar social** e a **instituição de saber** onde ela é exercida, ou ainda das **regras que necessariamente comandam sua escrita**.

Tal compreensão da História, partilhada por M. de Certeau, que infere a historicidade de seus procedimentos e conceitos, sua disposição para produzir uma narrativa (independente de ser uma escolha consciente) senão verdadeira, pelo menos que guarda a "*intenção de verdade*", é justamente a maior contribuição de Chartier para a minha própria reflexão sobre a historiografia brasileira nestes últimos trinta e cinco anos.

Grande parte das discussões sobre gênero foi germinada no território geo-político dos EUA¹⁷ e das discussões sobre o fazer historiográfico na França, na Inglaterra e também nos EUA, o que poderia levantar a suspeita de que o que proponho nada mais é do que uma simples transposição de temas e questões. Isto me lança à interpelar se haveria como ficar imune a estas "demandas", já que as representações invocadas não são nem um pouco exclusivas dos americanos, franceses, anglo-saxões, etc.?

Essa denominada "importação" de problemáticas feministas, ou de teorias científicas de um modo geral, tem sido uma questão suscitada nas rodas acadêmicas e

¹⁶ Em 1993, em palestra no Brasil, Chartier apresenta sua proposição nos seguintes termos: "*Toda história deve levar em conta a irredutibilidade da experiência ao discurso, prevenindo-se contra o emprego descontrolado da categoria "texto", com muita frequência indevidamente aplicada a práticas (ordinárias e ritualizadas) cujas táticas e procedimentos não são em nada semelhantes às estratégias discursivas. Manter a distinção entre umas e outras é o único meio de evitar dar como princípio da prática dos agentes a teoria que se deve construir para explicar sua razão, segundo a fórmula de Pierre Bourdieu.*" (CHARTIER, 1994, p. 105).

¹⁷ Penso que esta localização se deve menos a uma especificidade cultural ou ao regime político social-democrata e mais ao fato de haver hoje nos EUA uma diversidade, cada vez maior, de pesquisadores de nacionalidades e culturas diferentes, e à proliferação de cursos em instituições de Ensino Superior voltados para essas questões. Outro fator importante é a característica cada vez mais interdisciplinar que os estudos de gênero e os estudos feministas tem assumido nos EUA.

militantes¹⁸ brasileiras. Afinal, um país "terceiro-mundista" como o Brasil, que apresenta um elevado índice de miséria, de mortalidade infantil, discriminação sexual e de analfabetismo poderia se dar ao luxo de colocar questões como: o falo é ou não um símbolo machista? a orientação sexual dos indivíduos é ou não algo vinculado ao seu formato anatômico ou à sua constituição genética? o corpo é ou não matéria? a busca do prazer e da convivência entre casais não heterossexuais é um acontecimento bizarro ou sinal de uma patologia psíquica? a historiografia produziu e ainda produz um discurso falocêntrico, com pretensões de abarcar um sujeito universal assexuado? Enfim, seria legítimo, no interior de uma disciplina vinculada às ciências humanas como é o caso da História desenrolar debates, pesquisas e publicações colocando em foco essas diferentes dimensões da subjetividade? Refletir sobre estas questões no meio acadêmico brasileiro seria sintoma de colonialismo intelectual? Interpelar sobre a relação entre discurso histórico e formação em seu interior de pesquisas sobre gênero constituiria uma problemática "fora do lugar"¹⁹ ?

O lugar (institucional) de onde se fala _ neste caso, no qual se produz conhecimento _ impõe certas regras e modalidades discursivas difíceis de serem ignoradas (embora passíveis de serem burladas) e é justamente este o meu ponto de partida. Mesmo assim, não acredito que as idéias pertençam ao lugar "de origem", elas circulam e são constantemente reapropriadas. Embora pareça que a historiografia brasileira ou mesmo a problemática que norteia esta pesquisa estejam a reboque de questões já esboçadas por

¹⁸ Conferir texto de COSTA, Claudia Lima. Sobre Viagens e Teorias: Gênero e a Política da Tradução numa Paisagem Brasileira. Mimeo. Apresentado no XXI Congresso Latino-Americano de Sociologia / ALAS.1997

¹⁹ Refiro-me aqui ao debate ocorrido no Brasil em meados dos anos 70, sobretudo aos textos específicos de Roberto Schwarz e Maria Silvia Carvalho Franco, que discutiam a "adequação" ou não do debate e da apropriação das idéias liberais no Brasil do século XIX. O argumento de Schwarz caminha no sentido de ver no liberalismo à moda brasileira mais um ornamento do que uma "ideologia" que provinha do "chão social" brasileiro, mais uma atitude de subserviência de uma elite pensante e dependente culturalmente das "sofisticadas" e "modernas" idéias da "metrópole" e, sobretudo, da Inglaterra e França. Maria Silvia critica toda a dicotomia presente neste raciocínio e propõe uma outra maneira de pensar a relação entre a produção de ideologias e representações a as demais relações históricas que inseriam o Brasil no rol de relações mais amplas do que o nacionalismo romântico pregava. Sua proposta, então, é pensar que: "... colônia e metrópole não recobrem modos de produção essencialmente diferentes, mas são situações particulares que se determinam no processo interno de diferenciação do sistema capitalista mundial, no movimento imanente de sua constituição e reprodução. Uma e outra são desenvolvimentos particulares, partes do sistema capitalista, mas carregam ambas, em seu bojo, o conteúdo essencial – o lucro – que percorre todas as suas determinações. Assim, a produção e a circulação de idéias só podem ser concebidas como

outras pensadoras (não necessariamente historiadoras) norte-americanas, francesas, inglesas, ... não penso que envolva uma transposição passiva de conceitos, métodos e questões políticas. Nestas viagens, as apropriações delineiam um outro jeito de fazer e incorporam novos usos e conteúdos à “teoria estrangeira”; além de não ser um caminho de mão única. Em outras palavras, as apropriações concretizadas no Brasil podem ser reapropriadas “fora” e , enfim, o que há é o meio, e não um ponto de partida e outro de chegada. No entanto, seria simplificar demais imaginar que as traduções estejam isentas de conflitos e mal-entendidos, bem como entender que sejam um fenômeno circunscrito apenas aos limites do que se denominou de **importação** de teorias de gênero ou de problemáticas historiográficas.

O que dizer da mistura, do trânsito de palavras, idéias, indagações, jeitos de ser, em uma sociedade marcada pelos meios de comunicação de massa, pela força pungente e mobilizadora do “capital sem pátria” e potencialmente globalizada na quase totalidade de suas manifestações culturais? É justamente a partir deste cenário de fim de milênio e do horizonte de interrogações apresentadas que mostro, a seguir, os recortes realizados a fim de dar viabilidade ao desenvolvimento das reflexões, sempre recorrendo ao tripé da pesquisa que é o entrecruzamento entre historiografia, gênero e o jogo de representações e narrativas que configuraram a maneira pela qual problematizamos a subjetividade contemporânea. Segue, ainda, a justificativa para a organização do texto em duas partes.

Recortes

A tese está dividida em duas partes, que por sua vez se subdividem em pequenos capítulos, destinados a irem desdobrando os temas e as questões abordadas. Em ambas as partes, há um caminho deliberadamente escolhido. Explico melhor. Como não se trata de uma tese sobre a historiografia brasileira de um modo geral ou sobre os estudos de gênero _ em sua abrangente atuação em núcleos de pesquisa, publicações específicas, etc, tarefa que implicaria em percursos muito distintos do que realizo, e, além disso, mesmo sendo a questão mais geral da tese (a imbricação entre práticas historiográficas e estudos de gênero) passível de ser abordada a partir de uma ótica e de procedimentos completamente distintos_ resolvi priorizar nesta pesquisa a formação da ANPUH e suas principais publicações (os Anais e a Revista Brasileira de História), por entender ser a ANPUH uma entidade que congregou e dinamizou diferentes matizes historiográficos e provocou o debate (sobretudo através dos seus simpósios nacionais e regionais) sobre a profissionalização da disciplina História no país. Em ambas as partes, a documentação básica desta pesquisa provêm destas publicações.

A primeira parte, "*Tramas de uma política profissionalizante*"¹, aborda a trajetória de institucionalização da historiografia brasileira e as transformações teórico-metodológicas, constituintes e constituídas pelos novos personagens e temáticas enfrentadas nesta disciplina. Foco essa discussão no lugar que considero "simbólico", devido ao seu caráter de representação profissional e científica, ou seja, não nas academias em si (cursos de graduação e pós-graduação), mas na fundação e desenvolvimento de uma Associação Nacional de Historiadores (a ANPUH). Entendo que este gesto funda não só uma entidade burocrática (com regimento registrado em cartório e tudo mais...) como inaugura um espaço de "encontro" e visibilidade de pesquisas e problemáticas enfrentadas pelos historiadores em um momento em que esta prática era exercida de maneira bastante aleatória e pouco problematizada. Em outras palavras, tento

cruzar uma discussão (efervescente) conceitual com outra de ordem "pragmática", ou seja, relacioná-la com questões político-institucionais que também marcaram as transformações historiográficas nestes últimos 30 anos.

O olhar sobre a estrutura e o funcionamento das reuniões dos Simpósios _ que implica uma perspectiva panorâmica sobre um determinado grupo social (professores universitários de História)_ e a reflexão sobre as mudanças ocorridas nesta dinâmica de encontros, são contrapostos ao recente (visível) desinteresse por este tipo de prática. Ou seja, parto do princípio de que vivenciamos, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 90, um instigante paradoxo: os simpósios nacionais promovidos pela ANPUH estão cada vez mais lotados de professores (as) e alunos (as), figuram como item academicamente importante no quesito "produtividade" (representando pontos na avaliação da vida acadêmica de professores e de alunos), mas têm sido extremamente criticados enquanto um mecanismo de satisfação e produtiva troca intelectual. No depoimento de alguns professores entrevistados, fica evidente que os simpósios atualmente cumprem mais uma função de socialização do que de debate e aprofundamento de questões importantes para a historiografia contemporânea. Trabalho com a hipótese de que houve um crescimento destes eventos (congressos e simpósios regionais e nacionais de história) e paralelamente um decréscimo nos "resultados" esperados destes mesmos eventos. Embora isto não tenha sido um dos objetivos imediatos desta pesquisa, creio que o estudo ali desenvolvido serve para futuras reflexões acerca do crescente descrédito e da visível perda da "famosa" erudição dos profissionais da história, em nível de terceiro grau, e da crescente burocratização de sua função acadêmica.

Deste contato com a documentação referente aos simpósios, outras questões foram sendo elaboradas: qual a relação, projetada no interior da ANPUH, entre a profissionalização do historiador e a concepção de intelectual erudito? O perfil de profissionalismo que elaboramos nestas duas últimas décadas não combina com erudição?

¹ Esta primeira parte foi subdividida em três capítulos: 1) Projeções; 2) Configuração de fronteiras; 3) Não há mais lugar para amadores...

O alargamento das fronteiras da história, a sua pluridiversificação temática e conceitual, visível nas mais variadas comunicações apresentadas nos simpósios (como será exposto ao longo do texto), não poderia ser seguida de um incremento na força política da entidade no sentido de representação dos interesses profissionais da categoria “historiadores”? Estas questões são pensadas tanto a partir dos anais dos simpósios, bem como de entrevistas realizadas com alguns profissionais da história, “testemunhas oculares” desta dinâmica, que, a partir de um jogo entre suas memórias e expectativas sinalizaram para uma crescente frustração com o aspecto “político” das discussões que rolam neste espaço de sociabilidade intelectual, que foram (são) os Simpósios nacionais dos professores de história, organizados pela ANPUH a cada dois anos.

É preciso esclarecer que, embora esta reflexão acabe esbarrando na construção de uma versão da história da ANPUH, não tive como preocupação primordial realizar uma análise geral ou mesmo global da historiografia ou das histórias da ANPUH, e nem tão pouco exaurir o debate sobre as diferentes leituras possíveis a partir do recorte gênero e história. Insisto que este é um dos percursos e que, neste momento, pode ser revelador de movimentos e passagens, não necessariamente secretas (talvez esquecidas), dos embates historiográficos travados nestes anos todos.

Apesar de ter sido alertada para o fato de que não encontraria grandes referências nos Anais dos Simpósios sobre o desenvolvimento dos estudos de gênero na historiografia, porque estes estariam ocupando outros espaços acadêmicos e sociais, procurei perceber, então, o que estava em circulação, o que estava prendendo a atenção dos historiadores e tentar encontrar neles os desvios que operacionalizaram, mais tarde, o encontro com os estudos sobre mulheres, sexualidade e a própria utilização da categoria gênero. Para efeito de organização da discussão, a primeira parte finda justamente no início da década de 1980, porque há uma mudança significativa na maneira como os Anais passam a ser organizados, a Revista Brasileira de História acaba se transformando no novo marco cronológico de funcionamento das publicações da ANPUH e, ainda, porque os anos 1980 vão demarcar novas gestões administrativas no interior da ANPUH, bem como mudanças visíveis no formato dos Simpósios e da própria narrativa

historiográfica. Isto explica, de certa maneira, os motivos pelos quais o encontro entre gênero e história, pretendido desde o início da reflexão, apenas emerge de maneira enfática na segunda parte do texto.

Ressalto, mais uma vez, que me interessou (e interessa) tanto uma perspectiva diacrônica e um “retorno” à relação gênero-história, antes mesmo dessa relação estar plenamente estruturada e verbalizada nos discursos históricos, quanto o diálogo com as questões atuais, sob as quais vêm se estabelecendo novos elos e novas separações entre uma historiografia com perspectiva de gênero e uma analítica de gênero a partir de uma perspectiva histórica. Há desafios mútuos que cada um destes dois “campos de saber” (os Estudos de Gênero e a Historiografia) vêm se colocando. Os anos 80 e 90 foram momentos privilegiados de visibilidade deste campo fértil de trocas e migrações conceituais, certamente recolocando a questão das fronteiras e da modelização de discursos e saberes históricos. Mas que desafios são estes?

A segunda parte, "*Cultura e gênero na Revista Brasileira de História*"², realiza uma espécie de levantamento e diálogo com alguns conceitos comuns (embora com distintas apropriações) trabalhados nos estudos de gênero e na historiografia, tais como: cultura, identidade, classe social, poder, estrutura, subjetividade, natureza, política e corpo. Na intersecção entre gênero e história há um elemento que considerarei muito especial, refiro-me ao caráter transversal e transdisciplinar do conceito gênero e o diálogo que a historiografia vinha realizando com as ciências sociais e humanas, no sentido de procurar novas facetas e instrumentos de interpretação e narração, fundamentais no ofício de historiar. Em outras palavras, uma das “orientações” básicas dos estudos de gênero e da historiografia contemporânea é a interdisciplinaridade, daí um dos motivos de abordar a maneira como esta questão foi sendo colocada na historiografia brasileira e os dilemas e as dificuldades enfrentadas neste exercício de “burlar” fronteiras e se re-fazer enquanto disciplina acadêmico-científica, ou ainda, como algumas vozes dissonantes deixaram de

² Esta Segunda parte foi dividida em três capítulos: 1) Da mulher ao gênero: que história é essa?; 2) Revista Brasileira de História: perfis; 3) Política da Identidade.

cultivar a relação entre conhecimento histórico e ciência, pelo menos no seu sentido mais "iluminista" e sua relação com o "progresso" do conhecimento e das "relações sociais".

Esta discussão teve como 'base documental', entendida no sentido de um corpo de textos produzidos e divulgados em um determinado contexto; artigos apresentados nos simpósios e, posteriormente, publicados na Revista Brasileira de História, priorizando aqueles voltados para questões teóricas da historiografia contemporânea e aqueles cuja temática esbarra ou centraliza discussões sobre as diferenças sexuais, a desigualdade entre os sexos, a mulher, as sexualidades periféricas, etc. Considerei relevante também os artigos estrangeiros, tratados editorialmente como referências para a historiografia nacional, adentrando, assim, nas inter-relações e apropriações da historiografia local com o debate mais amplo e transnacional.

Sendo a *Revista Brasileira de História* (RBH) uma das principais referências nesta parte do desenvolvimento da reflexão, neste capítulo há um (breve) esboço do seu histórico, bem como menção às transformações (editoriais, gráficas, divulgação, tiragem, etc...) pelas quais passou em seus mais de quinze anos de existência. A RBH serviu, a princípio, de continuidade ao trabalho de divulgação de pesquisas e reflexões teóricas apresentadas nos Simpósios, uma vez que a edição dos *Anais* ficou restrita à programação dos simpósios e aos resumos (cada vez mais curtos) das comunicações. A intenção na elaboração deste histórico é, em primeiro lugar, uma visão panorâmica desta publicação, necessária para uma leitura menos hermenêutica e mais histórica dos "textos", pensados como "práticas discursivas"³. O segundo e talvez mais importante elemento considerado nesta análise é a discussão das trajetórias conceituais e políticas relativas à narrativa histórica e sua interface com as discussões suscitadas a partir de um olhar sensibilizado para as marcas de gênero presentes tanto em temáticas clássicas (leia-se a partir de um prisma feminista) quanto em outras, aparentemente desconexas.

³ É uma referência explícita aos vários trabalhos de Foucault, mas não se trata aqui de adotar a "arqueologia do saber e a genealogia do poder" como métodos analíticos porque isto seria universalizar uma prática analítica que Foucault empregou e que não necessariamente funciona como uma "chave" estrutural na análise do discurso. Tento utilizar das reflexões de Foucault sobre o funcionamento dos modos discursivos das ciências humanas, cruzando com outras referências (Certeau, Chartier, Guatarri...) e o resultado disto não poderia jamais ser visto como o emprego de um "método".

Esta parte trabalha ainda as imbricações entre Estudos de gênero e História das Mulheres, seguindo algumas pistas já enunciadas por Mary Del Priore (1997) e por Michele Perrot (1990-1992) em seus trabalhos de coordenação de coletâneas sobre História das Mulheres. A afirmação de Del Priore de que os estudos de gênero não obliteram o desenvolvimento paralelo de uma história das mulheres (na verdade, uma necessidade de história das mulheres) é significativa de um debate travado entre diferentes posturas e apropriações dos estudos de gênero dentro e fora do Brasil. Reafirma ainda a suspeita de que, embora haja bastante aceitação da categoria gênero pelas pesquisadoras antes vinculadas a eixos temáticos identitários, há muita controvérsia no interior da historiografia em relação à aceitação desta categoria.

Nas palavras de Del Priore, *“Além de não ter sido suficientemente digerido por historiadores, o conceito de gênero não dá conta de alguns problemas que surgiram na historiografia brasileira mais recente. Nesta, existem dois eixos que organizam, grosso modo, a produção. De um lado, trabalhos e ensaios sobre as representações da mulher (...) e de outro, trabalhos e ensaios sobre a história social das mulheres.”*(p.233) . Estas diferenças, segundo a autora, não se restringem a uma simples “correção” do empirismo, realizada possivelmente a partir da “sofisticação” conceitual promovida com o uso do gênero e da perspectiva relacional e desconstrutivista que em geral acompanha o seu uso. A autora, neste texto, defende exatamente o limite desta abordagem e a necessidade de elaboração de uma *“história social da mulher”*, que realize um encontro com o seu passado, ainda silencioso e que busque *“... desvendar as intrincadas relações entre a mulher, a sociedade e o fato, mostrando como o ser social que ela é articula-se com o fato social que ela mesma fabrica e do qual faz parte integrante”*.

Destaquei no texto de Del Priore os termos representações e história social para enfatizar que, mesmo ela não tendo exposto as relações entre estas distinções e perfis historiográficos mais gerais (e não só diferenças na historiografia das mulheres), é a partir da referência a estas práticas historiográficas distintas que circulou o debate mulheres X gênero. Em outras palavras, não apenas esta autora, mas várias outras(os), nas discussões de gênero e nos “balanços” historiográficos, manifestam este desacordo e apontam para

clivagens e paradigmas distintos, ainda que em alguns momentos pensados como conciliáveis ou permeáveis entre si.

Nesta reflexão tento me pautar por depoimentos de pesquisadoras (es) que trabalharam com questões consideradas "inadequadas" ao ambiente acadêmico brasileiro nos anos 70 e 80 e que "inauguraram" alguns maneirismos discursivos mimetizados nos mais diversos cantos do país, visíveis na proliferação no final dos anos 80 e, sobretudo nos anos 90, de trabalhos específicos sobre sexualidade, mulher, homossexualidade, etc., nos diferentes cursos de pós-graduação oferecidos no país. Utilizo como contraponto (uma espécie de fonte "secundária"), aos textos da RBH e aos depoimentos, reflexões originadas em outros espaços acadêmicos e outros institutos de pesquisa, não necessariamente vinculados à academia, mas recheados de "*scholars*". Nestes espaços (a Fundação Carlos Chagas é um exemplo), debates importantes foram sendo travados e alguns textos foram se tornando "leitura obrigatória", todo um conjunto de reflexões sobre uma perspectiva feminista que deveria optar pela construção de um perfil teórico-crítico, pautado seja na potencialidade das referências a identidades excluídas socialmente ou no enfrentamento da questão da exclusão e das injustiças a partir de outras maneiras, não necessariamente em torno do sujeito mulher, de conceber estes mesmos jogos de exclusão (micropoderes) e, portanto, de contraposição, ensaiando resistências pontuais em relação às práticas de dominação. Tratou-se de um desafio político e acadêmico, que visava conseguir legitimidade para as reflexões da ordem do gênero no interior da academia, procurando não perder por completo o vínculo com as demandas do movimento feminista.

Estas são algumas das lutas (muitas vezes verdadeiras e acirradas disputas) entre posições historiográficas distintas que lançaram uma série de reflexões também conceituais, tais como uma dada noção de linguagem, de discurso, de fato social, realidade, fundamentais na construção da narrativa histórica e nos rumos destas negociações entre os Estudos de gênero e a História das Mulheres. Tensões entre um posicionamento de revisão ou de ruptura com o marxismo. Contudo, uma vez mais vale ressaltar que esta não é uma discussão que ocorre especificamente no território brasileiro

por isto, pelas viagens destas teorias, este capítulo aborda, numa perspectiva geopolítica, as polêmicas em torno do uso do "paradigma" ou "categoria" gênero, em seus principais expoentes (sejam historiadores ou não). Pós-modernismo, pós-estruturalismo, pensamento feminista contemporâneo, novas tendências dos estudos de gênero, são **questões** (e não conceitos aplicados a uma "dada" realidade) que percorrem lateralmente esta segunda parte. Afinal, o debate sobre a incorporação da diferença e a crítica aos universalismos presentes nas políticas ditas "democráticas" têm impacto direto nas retóricas em torno do gênero e dos rumos do feminismo neste território movediço do "desmanchar" das identidades, ou melhor, dos deslocamentos das lutas políticas de eixos identitários. A convivência da história contemporânea com a discussão de gênero não tem sido poupada das novas "crises", ou do denominado "bug" do milênio, que atinge não apenas as tecnologias telemáticas, mas, também as tecnologias de produção dos saberes.

Por um lado, toda esta reflexão _ recheada de "implicações" políticas do jogo de produção de conhecimento que passa, sobretudo na elaboração de categorias descritivas e/ou explicativas que mesclam as ilusórias potências dos discursos críticos e as ilusórias potências das verdades cientificamente elaboradas - carrega o drama de pretender dialogar com representações contemporâneas, ainda em processo de digestão. Por outro, este diálogo constituído a partir dos laços entre gênero e historiografia, formula mais "perguntas" do que "respostas" e passa ao largo de se transformar em um "manifesto" seja em função do gênero, seja da História (ou de uma determinada postura historiográfica). Neste sentido, escapa de uma intenção política eminentemente propositiva. O que emerge são mais fragmentos, fissuras, do que uma visão clara da elaboração de uma identidade para a história e para os estudos de gênero. Não posso garantir que ao final da leitura se tenha uma sensação apolínea de domínio ou solução das questões suscitadas ao longo do texto, há, sem dúvida, os mais diferentes problemas de "escrita", mas, bem além disto, há uma nítida aceitação de que, por mais minuciosa que seja a pesquisa, há tramas que escapam à tessitura do "argumento". Se os sulcos estão integrados na narrativa, talvez seja importante considerar que uma "pele estriada" é sinal de que houve, naquela superfície visível, movimento, duração, elasticidade, enfim, um bom paralelo para as condições

criativas do "pensamento" e suas inseparáveis dobras ou, como queiram uns, "efeitos". O "mais" fica por conta da imaginação (e memória) de cada leitor...

PARTE I

Tramas de uma política profissionalizante

"A história é indefinível, porque se nós dizemos: "A história é o conhecimento do passado", não estamos dizendo muita coisa, já que o passado é tudo, é desde aquilo que acabou de se passar entre nós há um minuto até o começo do mundo. Por conseguinte, o conhecimento do passado é uma definição de tal maneira vaga que ela não diz muita coisa. Se se tenta cercar mais de perto, cai-se no desacordo entre historiadores, pois não se pode atribuir à história um método particular. Não se pode dizer, por exemplo: a história é o conhecimento do passado com o auxílio de fontes escritas, já que há quem obtenha esse conhecimento por meio de fotografias aéreas, escavações arqueológicas. Você tampouco pode dizer que é um conhecimento obtido com o auxílio da estatística, desde que nem tudo está sujeito à estatística. Em resumo, a história é o conhecimento do passado com o auxílio de tudo o que se puder conseguir. Não acredito que algum dia se possa dar uma definição de história mais satisfatória do que esta. E isto me agrada, porque permite que cada um exerça sua imaginação e seu talento próprio."

François Furet, 1988

1. Projeções ...



Foto 01: Mesa-redonda sobre Estudos Sociais (Simpósio ANPUH – 1977)

Esta foto encena a historicidade de uma prática acadêmica de debate de temas polêmicos com convidados de expressividade nacional e internacional, as hoje bastante habituais "mesas redondas". Nesta cena, em especial, no confronto com a formulação dos Estudos Sociais, estava em jogo, sobretudo, a demarcação de uma identidade para a disciplina História, em franco "desenvolvimento". Corria risco todo um edifício erguido em dezesseis longos anos de luta pela regulamentação, organização e respaldo intra e extra-acadêmico. Sua respeitabilidade fora desafiada pelas manobras governistas implementadas na estratégia de fundir um exercício sociológico de análise da sociedade a uma perspectiva diacrônica. A História participava da produção de conhecimento na área das "humanidades", buscando "dados" no passado, relevantes para a sociedade como um todo, "colhidos" nos arquivos, e a sociologia entrava com a base conceitual, classificando, escandindo estes dados, em função de uma organização cronológica e analítica, criando teses "explicativas" dos acontecimentos históricos. Artimanhas governamentais à parte, não era a primeira vez, nem foi a última, em que historiadores e sociólogos se

estranharam, nem tão pouco representou um único momento em que as fronteiras da história estiveram sendo ameaçadas, pelo menos aos olhos dos simposiastas ali reunidos.

Por mais prejudicial que fosse a regulamentação dos Estudos Sociais para a sociologia, era a História a mais prejudicada nesta história. Tanto em sua formação em nível de terceiro grau, já que os currículos estavam passando por mudanças que incluíam a obrigatoriedade de disciplinas das "ciências sociais", quanto no ensino fundamental e médio, cuja qualificação do docente responsável por essa disciplina ficava extremamente ambígua (na prática, dificultando o acesso dos historiadores ao mercado de trabalho), deixando de haver uma disciplina específica para o profissional da história. Os Estudos Sociais representam uma das diversas pontas da complexa teia de questões que tocam o ato de traçar a identidade dos historiadores, ou melhor, a "eterna" crise de identidade da História e dos Historiadores no panorama das suas relações com as outras ciências humanas e sociais. No horizonte desta crise, a cientificidade da História acenava com a garantia de um território "seguro" e promissor. O agrupamento de historiadores de várias regiões do Brasil em reuniões científicas com caráter acadêmico e também, de certa maneira, administrativo e político, sinalizava um ambiente de encontro e debate que buscava legitimar os parâmetros identitários reconhecidos pela categoria.

Em relação específica à dinâmica deste simpósio de 1977, cuja temática central foi "*O Homem e a técnica*", além do debate sobre os "estudos sociais", as comunicações apresentadas, bem como os cursos ministrados, sugerem um conjunto de problemáticas então em voga, apontando tensões e "tendências" da historiografia brasileira, dando a tônica e marcando a importância dos Anais dos Simpósios para a história da institucionalização da História no país. Embora fossem poucos os textos publicados nos Anais, que ousassem refletir aspectos teórico-metodológicos da escrita histórica, os que se dispuseram acabaram por levantar questionamentos de fundo e trazer à tona todo um desassossego com o positivismo em vigor e /ou o marxismo mecânico aplicado à realidade brasileira ou mesmo à análise de questões da "História Geral", buscando trazer ao debate historiográfico "novas" abordagens e metodologias.

Dentre os cursos ministrados neste simpósio, um era especialmente dedicado a refletir sobre: “*Historiografia Brasileira: Problemas Metodológicos*”¹. Na bibliografia básica do curso, além de três brasilianistas, havia um levantamento dos principais nomes da historiografia brasileira que se aventuraram neste caminho de pensamento sobre o ofício do historiador (Carlos Guilherme Mota, J. Roberto do Amaral Lapa, Odilon N. de Matos, José Honório Rodrigues, Francisco Iglésias, Alice P. Canabrava e Emília Viotti da Costa), levantando e mapeando as condições de trabalho e pesquisa no país, bem como discutindo as tendências historiográficas recentes e as relações com a historiografia francesa e americana.

Os textos relacionados ao tema do simpósio trabalharam com uma compreensão bastante ampla de técnica, ou seja, procurando ver além do aspecto científico (até porque o vínculo entre técnica e ciência tem também a sua história), sugerindo a relevância da análise sócio-econômica e, em alguns casos, da mentalidade técnica, da luta pela sobrevivência e das configurações culturais de diferentes grupos humanos, para se entender a relação entre técnica e sociedade. Quatro textos apresentados refletiram sobre técnicas milenares de outros povos, inclusive não ocidentais².

Por ora, vou me deter em um dos textos³ que destoa um pouco do conjunto dos demais, não fala diretamente da questão da técnica e do homem, mas levanta uma problemática de fundo econômico e utiliza uma documentação nada convencional na esfera da “História econômica” daquele momento, a literatura. O autor, Meihi, recorta, dentre o que denominou de “literatura regional”, aproximadamente cinco autores, provenientes de lugares distintos do país, com o “objetivo” de buscar elementos para pensar a relação entre diversidade cultural (regional) e desenvolvimento sócio-econômico. Embora o autor parta de uma indagação categorizada como “econômica”, a análise

¹ ministrado pela Profa. Ana Maria de Almeida Camargo (USP)

² Há textos sobre o primeiro sismógrafo, a técnica chinesa de produção da seda, a vinicultura armênia, a cerveja na Armênia, a pintura chinesa, a agricultura romana, a técnica da salga de peixes na antiguidade, entre outros. A tônica das análises é de que a especificidade tecnológica e as técnicas empregadas estão extremamente vinculadas ao fazer social dos homens e, portanto, não são puras invenções humanas, aleatórias. Algumas desenvolvem uma análise mais economicista, mas há também aquelas que pensam a relação entre técnica e cultura de uma maneira não determinista.

envereda pelo social e cultural; ou seja, ele critica os determinismos econômicos _ presente nos estudos históricos e econômicos que fazem uma leitura isolada das práticas econômicas _ e formula uma perspectiva interpretativa que visa reintegrar, na análise, os aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos.

Logo na introdução, o autor deixa claro a necessidade de renovação metodológica, temática e documental dos estudos históricos, enfatiza a necessidade de uma perspectiva interdisciplinar, indicando a literatura como um ponto de apoio da história. Tanto a proposta de se trabalhar a história de um ponto de vista interdisciplinar, quanto a utilização da literatura como "fonte" de pesquisa para a história não representam uma grande novidade. Mesmo assim, baseando-me no conjunto dos textos selecionados nestes Anais, não seria exagero sugerir uma certa ousadia por parte do autor na organização e disposição de sua problemática. Na literatura historiográfica, a busca de um diálogo com as demais ciências humanas e sociais, como a filosofia e a literatura, já havia sido bastante incitada por J. Burckhardt, M. Bloch, Lucien Febvre, mas, na verdade, o espírito inovador destes historiadores não foi hegemônico, e este diálogo se deu na historiografia de maneira bastante instrumental. As denominadas ciências afins ofereciam elementos específicos tais como: informações, questões, recortes, que, acoplados pelos historiadores, permitiam uma análise mais "abrangente". A idéia era mais de soma, sobreposição. No texto em questão, o entendimento do autor a respeito da interdisciplinaridade era bem mais próximo ao que hoje designamos por transdisciplinaridade.

A transdisciplinaridade implica em se pensar os saberes disciplinares interligados para além das fronteiras institucionais que os dividem. As diferenças (ou se preferirem, as especificidades) existem, mas são constantemente negociadas, algumas fronteiras se desfazem (no caso da história, a fronteira que a limitava ao estudo do passado e relegava à sociologia o estudo das sociedades presentes. No caso da Antropologia, as fronteiras que a limitavam ao estudo de sociedades primitivas, se desmancham e a antropologia vê a

³ MEIHI, José Carlos Sebe Bom *A técnica como Elemento de Análise Histórica, Literária e Econômica (uma proposta e dois desafios)*. In: Anais do IX Simpósio Nacional da Associação dos Professores Universitários de História. Florianópolis 17 a 23 de julho de 1977. (org. Euripedes Simões de Paula). São Paulo. 1979.

possibilidade de também investigar as denominadas ‘sociedades complexas’....) outras são erguidas, como as múltiplas facetas da própria narrativa histórica (história social, história política, história cultural...). Na perspectiva transdisciplinar, o diálogo requer apropriações que não sejam estanques e sim em uma prática em que um afeta e se deixa afetar pela experiência do outro. É neste sentido, acredito, que o autor se “apropriou” do discurso literário analisado, não como uma fonte a mais de informações sobre determinado passado ou sociedade. Embora curta, o transcorrer da narrativa elaborada por Meihu evidencia a emergência, a partir da referência ao texto literário, de questões que a história não estava acostumada a se colocar (um inventário sobre os sentimentos, por exemplo; a história dos sentimentos, dos segredos, o olhar para a complexidade do cotidiano, etc...). A literatura foi muito além de lhe oferecer detalhes exóticos de tramas cotidianas vivenciadas em regiões esquecidas da história nacional. Segundo o autor, a literatura elabora um modo de pensamento que pode ser reiterativo do senso-comum, mas, ao mesmo tempo, oferece novas linguagens, certamente ampliando e redimensionando os modos discursivos e seus enunciados, assim como coloca novas questões a respeito das inter-relações entre dimensões culturais e "estruturas econômicas".

Iniciando a pesquisa com uma problemática econômica, o autor se depara, a partir da literatura regionalista pesquisada, com um emaranhado de outras questões. Ele se vê diante de problemas tais como a violência pública e doméstica, rituais cotidianos, costumes _ dieta, moda, simbologia religiosa, medicina natural, diferenças sociais (entre proprietários e famílias ‘caipiras’) - disputas políticas, formas urbanas, topografias regionais, meios de comunicação, formulações intelectuais fora dos padrões racionais-acadêmicos (outros saberes, que não o filosófico, religioso e científico) e se depara com uma determinada organização social das diferenças sexuais . A estrutura “familiar”, a educação da prole, a divisão do trabalho, decorrem de práticas concebidas e marcadas por uma determinada percepção e estruturação das diferenças sexuais. O autor se encontra diante de questões de gênero sem formulá-las como tais, descrevendo e observando seus contornos. O autor chega a formular uma explicação para o ‘modelo’ familiar presente nos romances analisados. São estes os seus termos: “*Pelos romances analisados, as*

diversas regiões estudadas apresentam elementos comuns e diversificados. A estrutura social, por exemplo, parece ser a mesma. A composição familiar, as formas de relacionamento social, a dependência das filhas dos papais, a intensidade dos sentimentos, tudo somado mostra a caracterização patriarcal que marcou nossa sociedade em geral."⁴.

Os tipos masculinos abundam no texto, através de descrições detalhadas do Sertanejo, do Missionário, do Caipira, dos sitiantes, do Padre, dos jagunços, do garimpeiro, do vaqueiro. Com relação ao que o autor denomina de 'idéia de mulher', há apenas duas referências, feitas em notas de rodapé, que, na verdade, reiteram a noção de patriarcalismo, apontando para a existência de uma hierarquia e da desigualdade de gênero, mostrando situações em que a mulher fica reservada à sala enquanto o homem é levado para o deserto. Ou, ainda, apresentando as mulheres como 'enfeites', ou seja, são belas e ricas e estes "atrativos" provocam a paixão dos típicos heróis pobres, personagens centrais dos romances. O comentário do autor a este respeito busca caracterizar este fenômeno literário (mesmo que esteja se pautando por práticas sociais de igual natureza) como um emaranhado de *estereótipos*.

Certamente, no que toca à utilização do autor do termo patriarcalismo como explicação da visível desigualdade de relações entre homens e mulheres, não há muita novidade, é uma apropriação que foi bastante difundida por Gilberto Freyre, sobretudo quando este analisa a organização da sociedade colonial no século XIX. Em outras palavras, a inovação do autor não está tanto no teor da análise e nas categorias utilizadas para pensar as relações entre homens e mulheres, mas em trazer à tona este tipo de problemática aliada à perspectiva de uma análise econômica não economicista. Neste momento, a historiografia muito pouco se permitia problematizar a relação de poder entre homem e mulher, ou indagar sobre o próprio alcance da noção de patriarcalismo. Embora na década de 70 tenham surgido alguns trabalhos com este perfil⁵, não implicaram em

⁴ MEIHI, op. Cit. p. 893.

⁵Dissertação de mestrado de Esmeralda Blanco B. De Moura (1977) *O trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana*; M^a Beatriz Nizza da Silva (1977) "Educação Feminina e educação masculina no Brasil Colonial", *Revista de História*, n^o109.; Ilana W. Novinsky, Miriam Moreira Leite, Pedro M. Soares, publicaram em 1980, junto com outros autores, artigos produzidos pelo Projeto Mulher, organizado pela Fundação Carlos Chagas, que foram

uma virada ou uma interferência nos rumos da historiografia brasileira como um todo. Mesmo assim, o texto tem o mérito de se mostrar sensibilizado (mesmo que esta sensibilidade não esteja devidamente desenvolvida) com as desigualdades das relações entre os sexos, para além da desigualdade social, sensibilidade esta até então bastante restrita aos marcos de algumas correntes do pensamento feminista, e de relativizar a proeminência de análises "macroeconômicas".

Este fato, claro que aliado a vários outros de mesma natureza, me faz levantar a hipótese de que embora o desenvolvimento e difusão do pensamento feminista no Brasil dos anos 70 _ a formulação política do sujeito coletivo "Mulher" _ tenha representado um fator de extrema relevância para a abertura da historiografia a este tipo de questão, outros agenciamentos contribuíram para a fomentação deste campo de investigação histórica. Tanto a problematização da mulher como objeto de conhecimento, quanto a utilização da noção de gênero estão, ao meu ver, completamente entrelaçados a fatores de mudança interna na própria abertura institucional e epistemológica da historiografia. Pode até ser que do ponto de vista do movimento historiográfico mais aguerrido, marxista, voltado para problemáticas de cunho econômico com um prisma político de questionamento da opressão e alienação da classe trabalhadora, temas e comunicações como esta de Meihl tivessem um caráter minimizador do potencial crítico da historiografia, questionasse o economicismo com "descrições" de apelo culturalista, sem grandes conseqüências no plano político-teórico. Em suma, mesmo se considerarmos a prática desmobilizadora (principalmente em termos políticos), própria do momento, de uma tal narrativa, é necessário, por outro lado, reconhecer o estímulo que de dentro deste "núcleo conservador" foi irradiado, no sentido de uma história das mentalidades e da cultura.

reunidos sob o título : *Vivência (História, Sexualidade e Imagens femininas)*. ; Raquel Soihet (1974) defendeu sua dissertação de mestrado, Bertha Lutz e a ascensão social da mulher, 1919-1937, na UFF; Sobre Feminismo ver a dissertação de mestrado de Branca Moreira Alves, defendida em 1977, também no Rio de Janeiro, com o título: *Em busca de nossa história: o movimento pelo voto feminino no Brasil, 1919/1932, fatos e ideologia*. (ps. Não se trata de um levantamento completo, mas apenas de algumas referências e dos textos aos quais tive acesso. Para uma referência mais rigorosa, consultar "Bibliografia Anotada Sobre a Mulher Brasileira", publicada pela Fundação Carlos Chagas em 1979. Conferir ainda o artigo de SILVA, Maria Beatriz Nizza. "Women's History in Brazil: Production and Perspectives. In: OFFEN, Karen (Org.)1991. **Writing Women's History. International Perspective**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press.p.369-380.

É intrigante constatar que em um Simpósio Nacional de historiadores, ocorrido já na segunda metade da década de 70, não houvesse **uma única** comunicação envolvendo o tema ou os problemas colocados pelos Estudos sobre Mulher. A sociologia foi uma das áreas de conhecimento pioneiras neste tipo de pesquisa, relacionando desigualdades sexuais e sociais, utilizando o paradigma marxista para questionar a exploração da mão de obra feminina e ainda, fomentando reflexões sobre a função social da maternidade e a dupla jornada de trabalho⁶. Mais significativo ainda por ser um simpósio dedicado a um tema bastante abrangente e atual _ *O Homem e a Técnica* _ em uma reunião com presença marcante de mulheres, tanto na platéia quanto na coordenação e apresentação de trabalhos do evento. Não seria anacrônico, do ponto de vista social, estranhar o fato de não haver nenhuma reflexão que versasse sobre técnicas contraceptivas, e/ou novas ‘descobertas’ da medicina em relação aos tratamentos relativos à reprodução, aos cuidados com o corpo da mulher como um todo, ou, ainda, reflexões preocupadas com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, o polêmico debate travado no interior do movimento feminista sobre aborto, uma vez que tais temas constavam enfaticamente da agenda feminista.

Em outras palavras, há fortes evidências suscitadas pela análise deste simpósio (mas não só) de que a “condição mulher” não implica necessariamente na caracterização desta posição social como uma problemática relevante a ser incorporada à produção de conhecimento histórico e, por outro lado, uma visão de conjunto dos simpósios da ANPUH na década de 80⁷, permite verificar a existência de uma significativa proliferação de pesquisas historiográficas abordando estas questões, o que provoca a seguinte indagação: o que teria mobilizado a História em busca da compreensão da sexualidade, do universo feminino, da desigualdade na criação e formação da personalidade dos diferentes

⁶ Fora da academia o movimento feminista no país se manifestava nos anos 70 contra a ditadura militar, idealizavam uma sociedade "socializada", e possuíam reivindicações específicas, tais como o rompimento com as relações sociais patriarcais, creches, mudanças na legislação da família, etc. Isso sem contar que também nos anos setenta surge uma preocupação com a história e memória do próprio feminismo no Brasil, aparecendo trabalhos sobre a luta pelos direitos da mulher no século XIX, o desenvolvimento da imprensa feminina, a luta pelo sufrágio feminino. Sobre o movimento feminista, conferir os textos de Moraes, M. L. Q. "Vinte Anos de Feminismo". Tese de Livre-docência. IFCH-UNICAMP.1996; RAGO, M. *Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil*. Cadernos do AEL. 3/4; IFCH 1995/96; pp.11-43.; Hahner, J. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense. 1981.

sexos _ ou, ainda, a interferência das marcas da sexualidade na própria escrita e problematização da história _ e configurado uma sensível mudança de abordagem, em tão curto tempo, aproximadamente menos de uma década? É possível falar em continuidade entre a historiografia que se praticava na década de 70 e aquela que irá se praticar nos anos 80 e 90? Ambas são questões que percorrem a análise desta tese como um todo, contudo, nesta parte da reflexão serão privilegiados alguns aspectos próprios das dinâmicas arroladas nos Simpósios, e registrados nos Anais.

Desta reflexão, já se poderia tirar uma "primeira conclusão": cai por terra a "esperança" de alguns historiadores de que qualquer acontecimento seja, por si mesmo, um acontecimento histórico, ou, ainda, a ilusão de que exista uma transposição automática (uma sincronia direta) de "questões" do social para o cultural, ou seja, para o universo das problemáticas cogitadas pelo **pensamento** histórico. Nem tudo que é "problema" histórico é "problemático" para a História. A "fabricação" de objetos históricos é parte de uma trama, nem sempre lógica, carregada de causalidades múltiplas, portanto, possui sua própria historicidade.

Uma primeira justificativa (para esta total falta de menção a trabalhos sobre a condição feminina), já mencionada pelas próprias pesquisadoras da época e que só depois resolveram suscitar em suas pesquisas aspectos relacionados à "desigualdade sexual" e à condição subalterna da mulher e em especial da mulher dentro do próprio universo acadêmico, é de que não seria "legítimo" (naquele momento) realizar uma transposição direta de problemas enfrentados no 'campo pessoal' para o 'campo profissional'. Isso só vai ocorrer quando esta "dimensão pessoal" ganha *status* de "questão social" (teria tido a historiografia dificuldades para compreender o slogan feminista "*O privado também é político*"?). Em outras palavras, mais do que nunca é pertinente reinvocar a sugestiva análise proposta por Foucault (1979;1987), que considera que os 'objetos' da História não são nada ingênuos, nem muito menos naturais, na verdade não são objetos, mas objetivações. São construídos na medida em que novos problemas exigem e mobilizam

⁷ Como se verá no decorrer desta análise, bem como será retomado em maiores detalhes na segunda parte das reflexões desta tese.

um rico e diverso inventário. Ganhar a atenção de instituições (e os agentes destas instituições) acadêmicas incorre em todo um jogo de retórica, persuasão e poder.

Se em 1977 a situação da pesquisa sobre a história da mulher, ou melhor, a formação de um tal "campo" de pesquisa histórica é praticamente invisível no interior da ANPUH, a década de 80 aparentemente traz um outro cenário, essa mudança em tão pouco tempo implica em uma velocidade de transformações no campo de temáticas e metodologias difícil de cronometrar. Alguns pesquisadores⁸ da questão feminina ou de gênero apontam o final dos anos 80 como momento em que se reconhece no país a efetiva presença deste tipo de problemática (a "história da mulher") como um campo autônomo dentro da historiografia. O espectro de mudanças não se restringe apenas à inclusão de novos personagens, nem à proliferação de pesquisas e grupos de estudos sobre mulher e sexualidade, mas ao cenário historiográfico como um todo.

A citação abaixo é uma peça a mais neste quebra-cabeça sobre como os estudos sobre mulheres se mantiveram atuando "por fora" dos Simpósios Nacionais da ANPUH, o isolamento de alguns pesquisadores (as) e a rápida "virada" ocorrida poucos anos depois.

"O tema de nossa abordagem versa sobre a criminalidade feminina no Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Através dela vislumbramos a possibilidade de recuperar a história das mulheres de classes populares que predominam, sobremaneira, nos processos criminais, nossa principal fonte de pesquisa⁹." (Raquel Soihet, 1983)

Este fragmento foi retirado de um texto de Soihet, publicado no caderno de resumos do 12º Simpósio Nacional da ANPUH. Ele figura isolado, único entre vários outros que tratam de temas como política e sociedade, mercado de trabalho no Brasil do séc. XIX, varguismo e consciência operária, sindicalismo e greve, relações de poder (poder central e poder local), formação do trabalhador assalariado urbano, artimanhas da dominação, e outros seis dedicados a estudos sobre as representações e práticas amorosas¹⁰. Foi esta a primeira vez que um texto colocou em foco a produção de uma

⁸ Na segunda parte da tese faço um balanço desta literatura mencionando as principais autoras.

⁹ Raquel Soihet, "Criminalidade Feminina". Resumo apresentado nos Anais do 12º Simpósio Nacional de História. 17 a 22 de julho de 1983. Salvador . Bahia.

¹⁰ Essas seis comunicações sobre o amor foram apresentadas pelos historiadores: Agnaldo Aricê Farias, Paulo Pan Chacon, Sidney Chalhoub, Hilário Franco Júnior, Nicolau Sevckenko, e pelo psicólogo: Osmar Luvison Pinto.

História das Mulheres em um encontro nacional de historiadores. Caso tenha anteriormente havido outros, estes não constam dos Anais pesquisados.

O fato de ser um único trabalho voltado explicitamente para este campo me intrigou na medida em que através de uma pesquisa bibliográfica de publicações de livros e artigos é possível mapear alguns trabalhos pioneiros, já na década de 70, a respeito de mulheres na história, ou seja, seria uma heresia afirmar (mesmo sem pretensão alguma de desqualificar a importância histórica deste trabalho de Soihet) que esta apresentação fosse a primeira manifestação em direção à formulação de um campo de pesquisas próprio, a História das Mulheres no Brasil. Sendo assim, é pertinente perguntar por que não há rastros destas pesquisas nos simpósios nacionais anteriores a 1983? Desinteresse das pesquisadoras por este tipo de evento ou dificuldade de acesso das pesquisas a este campo de visibilidade institucional? No caso de verdadeira esta última hipótese, outra questão poderia vir à tona: como a historiografia, através de seus simpósios nacionais _ nos quais em tese participam representantes de várias instituições de ensino superior do país _ organizou ao longo de sua história esse espaço de debate, abrindo-se para acolher determinados objetos e problemáticas e criando, assim, uma espécie de hierarquização entre campos legítimos de pesquisa e outros “nem tanto”.

Aceitando a afirmação de que a História das Mulheres ganha visibilidade na historiografia brasileira após meados da década de 80, uma questão certamente pode ser posta à trajetória por mim percorrida: por que ir ao encontro dos Anais da ANPUH anteriores a esse consensual marco cronológico, numa busca de reflexão sobre a relação gênero e história, se não foi aí, nos simpósios e portanto não se encontra registrado em seus Anais, o espaço privilegiado das discussões e do incentivo à esse tipo de pesquisa? Em outras palavras, o caminho “natural” para uma gênese das relações entre história e estudo das relações de gênero, a partir do momento em que se passa a utilizar deste aporte conceitual, seria uma pesquisa voltada para a reflexão teórico política do pensamento feminista, cruzada com as pesquisas históricas que germinaram através de temáticas relacionadas com o universo feminino.

Essa questão representa, ao meu ver, mais uma armadilha, na medida em que, aqui não se compreende gênero como um conceito ligado apenas ao universo feminino, ou às relações homem/mulher, mas como um conceito ligado a toda uma maneira de pensar a sexualidade, a concepção política de minorias e diferenças, ou ainda, a discussões sobre identidade, ou seja, gênero é também uma das maneiras de trazer à tona toda uma “microfísica do poder”. O objetivo não foi o de fazer uma gênese do objeto “estudos de gênero”, mas de privilegiar as práticas historiográficas que confluíram para a emergência e visibilidade dos Estudos de gênero na historiografia brasileira.

Portanto, neste primeiro momento, a leitura dos anais percorre **indiretamente** as relações entre gênero e história abordando, em primeiro plano, a movimentação dos simpósios, as questões administrativas e políticas vinculadas à trajetória histórica da ANPUH, buscando não apenas narrar os acontecimentos históricos vinculados à formação desta entidade de historiadores, como também possui o intento primeiro de problematizar e procurar compreender como se deu a constituição deste “espaço” social que é o lugar não da formulação da pesquisa em si, mas um dos espaços gestor e criador das condições de sua formulação e de sua legitimidade junto aos seus pares, os historiadores vinculados à Associação. Em outras palavras, a intenção é entrar neste espaço nebuloso, onde um dos focos principais era pensar e erguer uma identidade coletiva, a todo tempo em permanente configuração.

Insistir na leitura dos Anais implica em realizar uma outra leitura da historiografia brasileira, pois se obriga a cruzar o texto ao contexto no qual foi sendo discutida e difundida, ou seja, implica em pensar a história a partir de seu aparato intelectual e ao mesmo tempo de um campo institucional específico (associativo), na medida em que os simpósios e a entidade ANPUH não se pautaram por uma iniciativa burocrática ou ditada hierarquicamente por uma política educacional governamental.

A formação da ANPUH tem um significado histórico conveniente para os rumos da análise aqui proposta na medida em que representa uma atitude coletiva de auto-denominação e a tentativa de articulação de um processo identitário para além do “diploma”, um espaço de sociabilidade, de troca de angústias e conhecimento, de

“encontro” entre pesquisadores e levantamento de convergências e divergências, de consumação de um núcleo “comum” a partir do qual reivindicações coletivas ganhariam consistência, principalmente ao longo das décadas de 60, 70 e 80.

A leitura dos Anais e de outras publicações da ANPUH foi delimitada pela preocupação básica que percorre toda a análise aqui pretendida, ou seja, entender os jogos entre formulações de conceitos e simultaneamente a formulação de uma luta pela legitimação social e acadêmica deste tipo de prática científica. O que me faz acreditar na possibilidade deste olhar render uma análise que permita simultaneamente pensar a historiografia e as questões de gênero para além dos marcos temporais e espaciais da configuração deste campo de saber (história de gênero) é justamente o entendimento de que a formulação deste novo território dentro da historiografia brasileira, está vinculada à toda uma reestruturação pela qual passou a historiografia (no sentido de auto-crítica sobre o próprio ofício) e a História nos últimos 40 anos .

Toda uma reflexão sobre a profissionalização do pesquisador de história e sobre suas ferramentas de trabalho e formação figura nas páginas dos Anais dos simpósios, que, por sua vez, registraram uma dinâmica de decisões políticas impregnadas no ofício de historiar e de se fazer reconhecer enquanto carreira profissional, tanto entre os próprios pares quanto em relação à sociedade de forma mais ampla. A análise dos textos propriamente dita ficará em segundo plano, pois deter-me-ei mais à dinâmica e às questões mais gerais debatidas nos simpósios, principalmente até o início da década de 80, uma vez que, a partir do XII Simpósio, os Anais não trazem mais detalhes da organização, os textos das conferências, as moções, eles apenas apresentam a programação geral e os resumos das comunicações a serem apresentadas.

2. Configuração de fronteiras ...

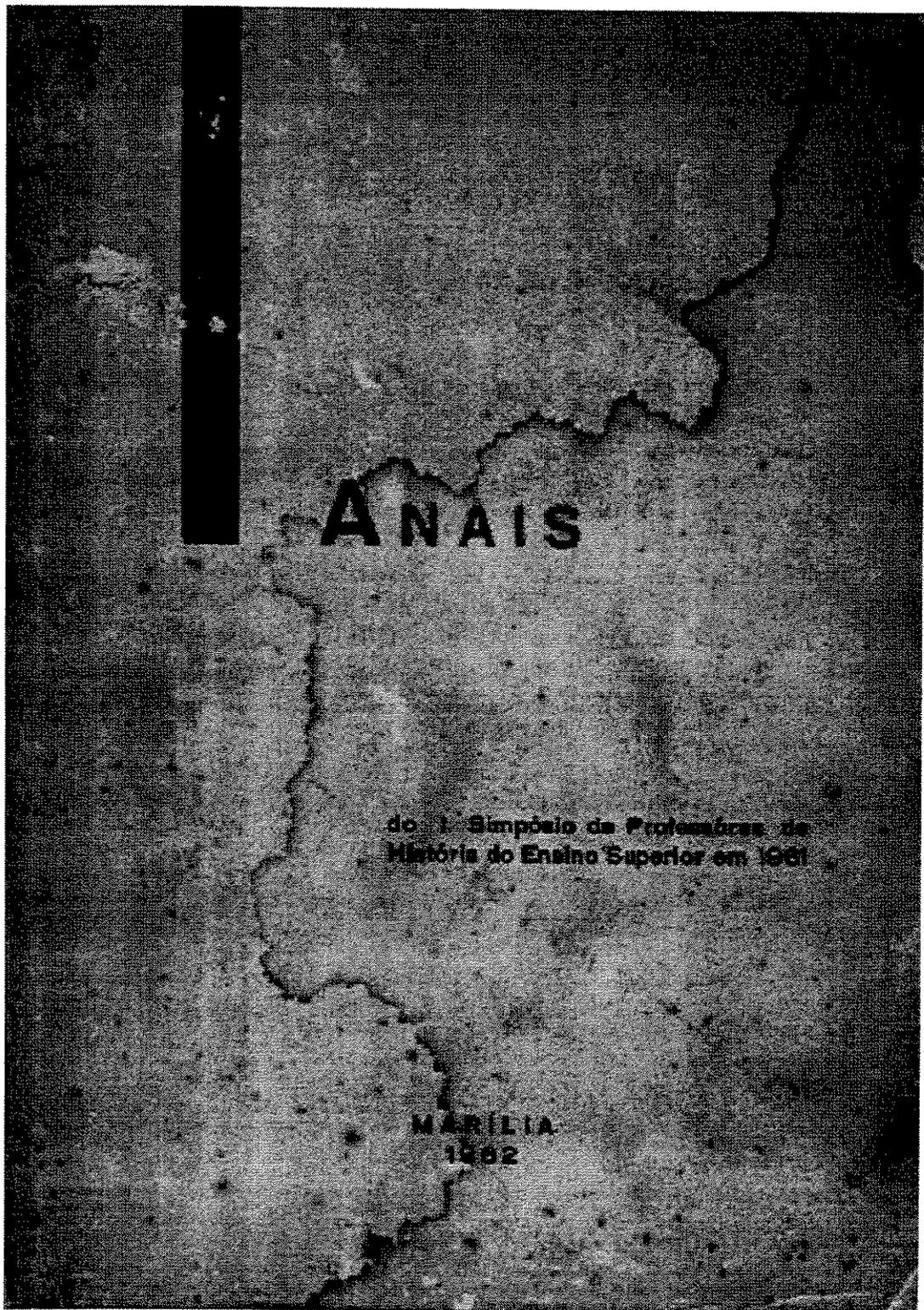


Imagem: Capa dos Anais do Primeiro Simpósio de História – 1961.

Um pormenor aparentemente bizarro levou-me a atentar para a necessidade de “reconhecimento” social da História, a composição da lista de “convidados de honra” a participarem da abertura do primeiro simpósio de professores universitários de história, em 1961. Nos atuais simpósios, uma ou outra autoridade do universo académico, relacionada à Universidade na qual o mesmo ocorre, participa da mesa de abertura ou atividades afins. Raramente se encontram pessoas (representantes) do Governo, interessados nos desdobramentos de um evento científico desta natureza. Mas a circunstância do ensino superior no país no início dos 60 é talvez bastante diversa da indiferença política que se percebe por parte dos últimos governos federais. Penso isso não apenas em relação à História, mas a uma nova concepção de formação intelectual que predominou durante os anos 30 a 60. A extensa e detalhada pesquisa organizada por Sérgio Miceli¹ sobre a História das Ciências Sociais no Brasil, que contou com a participação de vários nomes das diferentes áreas das ciências sociais do país, é um testemunho de que esta avaliação não se restringe ao âmbito da História.

Em sua análise *“Entre 1930 e 1964, o desenvolvimento institucional e intelectual das Ciências Sociais no Brasil esteve estreitamente vinculado aos avanços da organização universitária pública e à disponibilidade de recursos governamentais para a criação de centros independentes de reflexão e investigação. Apesar disso, o elemento decisivo de diferenciação para os rumos do processo de institucionalização das Ciências Sociais no país consistiu sobretudo no arranjo logrado pelos praticantes das novas disciplinas no âmbito do ensino superior então a braços com profundas mudanças.”*p12

Este clima de estímulo, no entanto, sensibilizava certas camadas sociais em função de práticas até então pouco usuais como as dos simpósios científicos; o que os tornava “eventos” prestigiados por políticos e autoridades locais da mais alta “categoria”. Na lista dos presentes na abertura, do primeiro Simpósio de História, em 1961, estavam: o então Governador do Estado de São Paulo (Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto); Ministro da Educação (Antonio Oliveira Brito); Diretor da Divisão de Ensino Superior; Secretário de Educação do Estado de São Paulo; Prefeito de Marília, Presidente da

¹ MICELI, Sérgio (org.). (1989) *História das Ciências Sociais no Brasil, Vol. I*. São Paulo, Sumaré/Fapesp

Câmara de Marília, Deputados Federais e Estaduais. O Presidente do Simpósio foi o prof. Dr. Massaud Moisés.

O estranhamento em relação à dinâmica dos primeiros simpósios não termina nesta lista de convidados. Envolve toda uma referência aos problemas discutidos, aos textos apresentados, às conferências que apresentaram as "questões" centrais consideradas polêmicas. Através da leitura dos Anais dos Simpósios da ANPUH e de analistas da historiografia brasileira, em especial o trabalho do historiador José Roberto do Amaral Lapa, é possível perceber que há uma diferença significativa entre as discussões e orientações da historiografia dos anos 60 para os anos 70 e, principalmente, uma reviravolta historiográfica nos anos 80. Em sessenta, havia poucos cursos de graduação em história e a nível nacional não havia uma política de organização das grades curriculares, nem muito conhecimento do que se fazia ao nível de história nas demais regiões fora do eixo Rio-São Paulo. Basicamente o único veículo de divulgação de pesquisas e de reflexões historiográficas era a *Revista de História* da USP² (fundada no início dos anos 50, pelo prof. Eurípedes Simões de Paula). Neste sentido, a organização do primeiro simpósio de História em 1961 fixou as bases de uma preocupação com a montagem de uma infra-estrutura mínima para o desenvolvimento da prática de pesquisa e de fóruns de debate e de divulgação dos trabalhos dos historiadores. Vou reter uma apresentação mais detalhada deste simpósio porque penso que ele foi a expressão "inaugural", da configuração, em termos institucionais e coletivos, desta "necessidade" de formação de uma entidade dos e para os historiadores.

Nos Anais não fica muito clara a trajetória, o como se chegou à iniciativa de organizar um encontro de caráter nacional, apenas consta a ativa participação do corpo docente de Marília, local onde se realizou o encontro. Incluo nesta "iniciativa" a sugestão de constituição da associação dos professores (APUH), realizada através de uma moção proposta pelo então professor de Marília, José Roberto do Amaral Lapa (que se tornou membro da primeira diretoria da entidade). No relatório dos Anais deste primeiro

² Havia também as revistas dos Institutos de Estudos Históricos e geográficos bem como revistas de história de caráter regional, mas sem uma perspectiva de divulgação e debate historiográfico e de seleção e tradução de textos estrangeiros relevantes para os rumos da historiografia brasileira, naquele momento.

simpósio fica patente uma certa euforia da comunidade de historiadores que, pela primeira vez, puderam ver de perto alguns dos intelectuais que conheciam apenas através de seus livros publicados, como o caso de Sérgio Buarque de Holanda e de Francisco Iglesias (um dos poucos historiadores de projeção nacional que não fazia parte do eixo Rio-São Paulo³). No relato que apresenta as realizações do simpósio, a narradora sugere um enfoque bastante linear no que tange ao “surgimento” da Associação, como se tivesse “brotado naturalmente” deste esforço coletivo de pensar um novo espaço de “sociabilidade” científica, como se fosse o suceder de um óbvio consenso.

No entanto, o depoimento do professor Lapa, em 1999, ressalta algumas polêmicas que existiram e que matizam o tom de unanimidade sugerido nos Anais:

“...Se eu estou me recordando bem, suas perguntas vão me provocando a memória, nós na verdade, de Marília, naqueles 4 ou 5 dias que “abalaram” a história (risos) nós estávamos, de um lado, tão empolgados com os resultados, estávamos sendo tão gratificantes as conferências, os debates, que a gente começou a trocar idéia de que não podia ficar naquela reunião, nós precisávamos de alguma maneira continuar o debate, mesmo porque eram apresentadas moções, conclusões, não é !?, que exigiam uma continuidade de um trabalho, aí foi um passo para que em uma das noites, num trabalho de sessão, a gente começou a batalhar por essa idéia, nós precisamos continuar isto. E surgiu a idéia de que por que não uma Associação que congregue todos os historiadores, a partir dos que compareceram em Marília e seriam considerados fundadores. Só que seria uma Associação de Professores Universitários, nós não fazíamos nenhuma concessão para os docentes do ensino médio. (...) Eu me lembro que escrevi a moção, estava muito cansado, rouco, e entre as moções finais, apresentei. No debate que se seguiu eu acho que não foi bem unânime, houve resistências, se era mesmo o caso de tentarmos uma associação, se não era muito cedo, mas enfim foi, e os simpósios se seguiram⁴...”

³ O professor Francisco Iglesias lecionava na Universidade Federal de Minas Gerais, e transitava inclusive nas publicações e eventos promovidos por cientistas sociais brasileiros.

⁴ Entrevista realizada com o Prof. José Roberto do Amaral Lapa em Campinas, 15/06/99. Ele foi um dos sócios fundadores da ANPUH, tendo inclusive elaborado a moção que sugeria a sua fundação, moção esta aprovada durante o primeiro Simpósio dos Professores de História, ocorrido em Marília. O professor Lapa foi ainda coordenador da área de publicação do Centro de Memória da UNICAMP e professor do Dept.º de História da UNICAMP. Faleceu em junho de 2000.

Em relação aos objetivos que nortearam este primeiro simpósio, o texto de introdução dos Anais sugere algumas pistas sobre o que havia em termos de “projetos” a serem formulados sobre os rumos da História no país.

“Foram postos em questão, senão todos, ao menos uma grande parte dos problemas que enfrenta o ensino de História, no Brasil. “Muita História”. Aceitamos a crítica de bom grado, e nem tentaremos sequer diminuir o seu alcance. Só pedimos aos leitores a condescendência de se colocarem numa perspectiva pré-simpósiana: nenhuma posição definida, pouco conhecimento do que se estava efetuando ou planejando nas outras Faculdades, falta total de ocasiões para o encontro dos colegas das várias regiões do país. (...). Se houve mérito em nossa iniciativa, não pretendemos outra, liminarmente, que a de termos criado condições que não existiam antes do Simpósio, tanto para a possibilidade de contatos pessoais _ quanto para um primeiro desbastamento do espesso feixe de problemas relativos ao ensino da História. Na verdade, será uma alegria inolvidável a fundação da Associação De Professores Universitários de História (APUH), processada numa das sessões plenárias”⁵

Os destaques no texto, referentes a uma intensa preocupação com os rumos do ensino de história tanto no terceiro grau como no ensino de 1º e 2º graus, demarcam uma das especificidades relativas às questões históricas daquele momento que, embora estivessem ligadas às reformulações teóricas mais gerais, mantinham como prioridade e necessidade uma elaboração de propostas para se pensar os rumos do ensino de história no país. As sete “sessões temáticas⁶” deste simpósio foram basicamente dedicadas a estas reflexões. É claro que embora não tenha havido um tema específico sobre questões teóricas referentes à pesquisa histórica, esta discussão rolou nos bastidores dos simpósios, junto ao debate das temáticas relativas ao ensino. As moções⁷ apresentadas neste primeiro

⁵ Anais do I Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior em 1961. Marília, 1962. (Introdução redigida pela comissão executiva do primeiro Simpósio. p.09. (grifos meus).

⁶ 1) História Antiga e Medieval: dois espíritos e duas especializações. Problemas que suscita a sua definição numa só Cadeira. Expositor: Prof. Eurípedes Simões de Paula; 2) História Moderna e História Contemporânea: problemas que suscita o seu ensino numa só cadeira. Expositor: Prof. Eduardo D’Oliveira França; 3) O estudo de História da América e da História do Brasil no curso universitário: ensino tradicional e renovação. Exp. Profª Alice P. Canabrava; O estudo de História da América e da História do Brasil no curso universitário: ensino tradicional e renovação. Exp. Profª Alice P. Canabrava 4) Matérias Complementares e auxiliares e o alargamento do horizonte no estudo de História. Prof. Eremildo Luiz Vianna; 5) O lugar das disciplinas pedagógicas do Curso de História. Dra. Yedda L. Linhares; 6) A Especialização. As condições por ela pressupostas e as possibilidades inerentes ao Curso de História do Brasil. Prof. Carl Valeer Frans Laga. 7) Restauração do Currículo. Prof. Olga Pantaleão

⁷ “Propomos ao I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, a constituição de um Grupo de Trabalho para o estudo das possibilidades de revisão da Terminologia científica da História, no idioma nacional, e,

simpósio expressavam os rumos a serem dados à recém fundada associação e reafirmavam a necessidade de fomentar e desenvolver, por todo o país, debates e inserções políticas no âmbito da consolidação do profissional de história, bem como mencionavam uma preocupação com o *status* da História frente a outras ciências humanas e sociais. Em síntese, havia também toda uma preocupação com as “fronteiras” da História, ou seja, a demarcação daquilo que garantiria sua autonomia e visibilidade social.

Os três conferencistas presentes no simpósio trataram de temas⁸ que atacavam de frente as problemáticas históricas em voga naquele momento. Na conferência de Pedro Calmon, há uma ênfase na avaliação da historiografia brasileira, principalmente em relação à dificuldade de sintetizar uma história do Brasil e uma menção aos poucos historiadores dos séculos anteriores que se dispuseram a pensá-la. Ele cita a importância de Capistrano de Abreu (que morreu em 1928) e menciona a questão da prática de organização de arquivos no Brasil, desenvolvida, segundo ele, com maestria por Afonso de Taunay (aliás, sempre elogiado, nesse aspecto, por vários outros pesquisadores), em São Paulo, e de Washington Luiz, mas completa: “*Pois bem, a despeito da riqueza arquivística e da história provincial, carecíamos de um sentido de síntese⁹ pelo qual ousássemos a aventura que estava desafiando a nossa coragem de vencer os preconceitos, de perpetrar a síntese da História do Brasil*”. P.41.

Apontando a presença da subjetividade na constituição do conhecimento, Calmon destaca ainda a necessidade e o desafio de se “*escrever uma história do Brasil o menos pessoal possível*”. Uma primeira leitura deste aporte de Calmon levaria a pensar que ele estaria reivindicando uma história à “moda” positivista, pelo menos a mais praticada até

sobretudo, dos conceitos básicos da ciência histórica que os termos encerram.”(moção apresentada ao plenário do I simpósio, em 1961.)

⁸ Pedro Calmon: “História do Brasil, Programa de Cultura, Consciência e Patriotismo”. Michel Mollat: “Pour Une Étude Équilibrée de L’Histoire, Recherche et Enseignement.”. Arthur Cezar Ferreira Reis: “As Regiões Brasileiras: Formação, Peculiaridades e Integração no nosso processo Histórico.”.

⁹ Essa idéia de formar uma **síntese da história nacional** será abordada ainda no segundo capítulo, junto à reflexão sobre as inclinações dos textos e da narrativa histórica presente nos Anais.

aquele momento¹⁰, mas não creio ser esta a intenção manifesta no texto. O autor revela uma preocupação com a “ideologia” (sobretudo a liberal) presente nas leituras históricas, “desvirtuadas”, da realidade brasileira. Esse procedimento me parece ser bastante comum nas críticas historiográficas daquele momento até porque havia um certo consenso de que muitos pensadores ao escreverem a história da nação o fizeram de maneira a corroborar com a opressão, a corroborar com a formação de uma nação conforme os acordos políticos quase sempre marcados por práticas de exclusão. Trata-se, ao meu ver, da exposição de uma visível preocupação política com os rumos da historiografia, presente nos direcionamentos que os historiadores estavam dando às pesquisas e análises desenvolvidas até então; embora também não se possa dizer que seu discurso fosse uma ruptura com o ideal científico da “ciência positiva”. Afinal, Calmon professa sua crença na objetividade da realidade, independente do seu intérprete, na possibilidade de elaboração de uma história verdadeira (“... a alma da história é a verdade.”), no progresso da historiografia em relação às fontes e métodos de investigação.

O segundo conferencista, o historiador francês Michel Mollat (um dos convidados especiais cuja presença dava “brilho” e garantia o prestígio do evento) defendeu uma postura mais “científica” dos professores de história, direcionando-os à necessária prática de pesquisa que, acima de tudo, leva o historiador ao contato com a documentação, à leitura crítica de bibliografias temáticas e teóricas, ou seja, o instiga à

¹⁰ A história positivista no Brasil é realmente um capítulo à parte e merece um comentário extra. O positivismo também tem sua história e mais do que um conjunto doutrinário fechado e acabado, possui suas nuances e diferenças. Não dá para dizer que o positivismo de Condorcet, ou de Ranke e de Signobos e Langlois sejam o mesmo, embora algumas características mais gerais possam ser pensadas. Quando menciono a presença do positivismo na historiografia brasileira estou me referindo a pressupostos como o da neutralidade científica, à necessidade de se elaborar leis a partir de certas regularidades históricas e, sobretudo, à história dos acontecimentos políticos, dos heróis nacionais, à história colecionadora de fatos e politicamente negligente com as discrepâncias sociais, aquela que elabora uma visão nada crítica da história do país, com uma visão essencialmente nacionalista, “patriótica”; a historiografia voltada para organização de arquivos, empirista e negligente com as discussões teóricas e metodológicas próprias do ofício da história. Aquela que acredita que o historiador reflete a realidade como um espelho, sem a mediação das paixões e interesses políticos, estéticos, etc, apresentando assim o passado tal qual se sucedeu (a verdade sobre o acontecido), aquela que acredita na continuidade e evolução “natural” das relações sociais; aposta na “ordem” e no “progresso” da sociedade e, em especial, da ciência, ou seja, possui uma visão temporal linear. Essa é a história que vai ser muito criticada tanto pelos historiadores marxistas quanto por aqueles mais familiarizados com a história dos Annales, no Brasil deste momento (há o positivismo da metáfora mecânica (matemática) e o da orgânica (biologia) cujas diferenças não são nada desprezíveis). Para maiores informações sobre positivismo sugiro ver: LÖWY, 1987; FLAMARION, 1990; BOURDÉ & MARTIN, 1983; RIBEIRO JR. 1982.

participar da produção de conhecimento. Suas palavras¹¹ conduzem o leitor (talvez os “ouvintes” de então) a perceber a importância (problematizada até os dias atuais) do amálgama entre ensino e pesquisa e cobra dos historiadores uma postura crítica frente à produção de conhecimento.

Uma preocupação explicitamente voltada para a reformulação da historiografia brasileira esteve presente no simpósio na fala do conferencista Arthur Cezar Ferreira Reis, cuja proposta era de que a história brasileira deveria apontar para a diversidade cultural das regiões que a compõem. O autor não defendia a fragmentação da narrativa, pois havia segundo ele uma propensão das relações sociais a estreitar os laços entre estas diferentes práticas culturais. Para Ferreira Reis, naquele momento, era possível pensar uma história da “Nação” que mostrasse as diretrizes gerais seguidas, mas que não descartasse da análise os aspectos regionais.

A crítica historiográfica feita pelo autor passa por Capistrano de Abreu, Oliveira Viana e Sérgio Buarque de Holanda, sugerindo divergências entre os autores e mostrando uma certa “evolução” na leitura histórica, principalmente com a obra de Sérgio Buarque de Holanda. Sua perspicácia em apresentar as questões culturais e colocá-las em evidência vem aliada a um diálogo que o autor trava com outras áreas das ciências humanas, utilizando-se das análises de Gilberto Freyre, Roger Bastide e Viana Moog. A partir desta reflexão sobre os aspectos culturais regionais, o autor questiona toda uma prática de História política voltada sempre para questões “nacionais”, pensadas como unitárias. O autor sugere no texto, embora com pouca argumentação, como prática historiográfica, uma reflexão sobre a história política do país com o olhar sempre atento às interrelações entre o regional e o nacional.

Uma primeira avaliação geral que se pode fazer deste simpósio a partir dos Anais é a de que a estrutura curricular que formava o profissional de história e o habilitava para o ensino e a pesquisa sofre a partir de então (claro que não de imediato!) profundas

¹¹ “C’est presque “vérite de Monsieur de la Palisse que se dire qu’un esnseignement non foudé sur la recherche, ne meriterait pas l’adjectif: “supérieur”(p.50) .E acrescenta: “D’autre part, l’enseignement permet la diffusion des connaissances acquises; grâce à s’ouvre aux progrès. Le chercheur Qui n’enseigne pas risque de devenir un collectionneur égoïste.” P.53. (Anais do 1º Simpósio, 1961)

transformações. A separação das cadeiras de história antiga e medieval, moderna e contemporânea, história do Brasil e da América, todos estes recortes temporais e espaciais acabam sendo revistos e debatidos neste primeiro encontro. Há uma preocupação com o “funcionamento” cotidiano do fazer e lecionar história que afeta inclusive uma discussão sobre o perfil deste profissional. As condições de trabalho são pensadas como integrantes deste perfil pois, na época, dedicação exclusiva era uma situação trabalhista desfrutada por poucos professores e é por isto que, entre as deliberações tiradas neste simpósio, há a recomendação de que os profissionais trabalhem em tempo integral para uma melhor “*eficiência do ensino e da pesquisa universitária*”.

Através das vinte e quatro moções apresentadas e aprovadas neste primeiro simpósio se pode vislumbrar um projeto para o ensino de história no país e fica bastante evidente como esta reunião teve um caráter ao mesmo tempo didático e político¹². Não pretendo afirmar que a “comunidade” de historiadores estivesse plenamente politizada neste início da década de 60, afirmação que contrastaria com a imagem conservadora em geral atribuída aos historiadores de então. Uma tal generalização não seria possível tendo apenas as “atas” de um encontro como referência, visto que não necessariamente os historiadores fundadores da APUH configurariam um perfil representativo do grande número de historiadores da época. Mesmo assim, penso ser possível conjecturar sobre o efeito político deste encontro, principalmente tendo em vista os seus desdobramentos (é muito difícil se desfazer deste *a priori*, evitar esta leitura “retrospectiva” é uma das grandes dificuldades que enfrentamos...), as lutas em torno da separação entre os cursos de história e geografia, e a batalha contra os cursos de Estudos Sociais, implantados durante o regime ditatorial militar.

Uma avaliação historiográfica estritamente demarcada a partir da leitura de obras históricas talvez não pudesse aludir ao caráter “politizado” destes historiadores, dado ao perfil empirista de suas narrativas, caracterizadas muitas vezes por descrições minuciosas,

¹² Só a título de exemplo, havia desde moções cobrando a criação dos cursos de “*Introdução aos Estudos Históricos e Teoria da História*”, em uma franca demonstração de preocupação com uma reflexão mais elaborada sobre o fazer história, até uma perspectiva de projeção social da História através de uma moção que dizia “*Para estender ao povo a educação histórica e para preservar o material histórico nacional, recomenda-se a criação de museus nos centros populosos do país*”. P. 304 e 305 dos Anais . 1962..

cheias de fatos, notas de rodapé atestando a erudita pesquisa arquivística, a ausência de síntese e análise do material "coletado". Talvez o lugar de onde visualizo esta prática, as informações já filtradas pelos Anais do que ocorria nos Simpósios, permitam uma atitude menos preconceituosa e taxativa inclusive nesta avaliação textual. Procurei conduzir a leitura dos textos dos Anais de uma maneira que permitisse ir além da crítica que se possa fazer aos limites do conteúdo factual, mecânico (explicações racionalizantes), característicos das abordagens positivistas, que não apenas foi atribuída à História de então por historiadores que se debruçaram criticamente sobre as "principais obras", como se confirma pelos textos e resumos de textos publicados nos Anais, principalmente até o final da década de 70.

Confesso ter sofrido uma enorme influência do depoimento de Alice Canabrava, em uma de suas avaliações sobre os Anais e os Simpósios, quando da comemoração dos dez anos da entidade.

*"No plano tangível das realizações científicas (da entidade) estão os Anais. A série completa, relativa aos nossos simpósios, abre-se com o volume dedicado aos trabalhos de Marília (1961), publicado em 1962 e alcança os dois esplêndidos volumes que se publicaram recentemente, (...). Esses volumes por si sós, consagram a atividade da ANPUH. Deram publicidade a 135 comunicações comentadas e aprovadas em nossos simpósios, juntamente com a defesa de seus autores. Dessas, cerca de 70 têm por objetivo a análise de fatos históricos; 19 trataram de problemas de didática ou metodologia da História e cerca de 46 ocuparam-se em arrolar as fontes primárias. Ainda que heterogênea em sua força interpretativa ou como expressão da História factual, esta contribuição revela o esforço paulatino, crescente à medida que decorre o tempo, para conferir à nossa Associação seu status científico."*¹³

É difícil conter uma sensação romântica quando percebo, nas linhas tecidas neste primeiro e nos outros simpósios, que se sucederam entre os anos 60 e 70, uma inquietação mobilizadora que tomava conta dos historiadores de outrora. Talvez seja também influência do contraponto que vêm da percepção de um desencanto que paira sobre os "profissionais" da história (e aí me incluo) neste fim de milênio cuja participação nas reuniões da comunidade acadêmica de historiadores se resume a uma grande oportunidade de "acompanhar" as novidades da historiografia, de atualização

bibliográfica, de dar visibilidade ao próprio trabalho, mas muito pouco de se ver como agremiação que pensa e avalia os rumos da história na política educacional brasileira, principalmente a nível de terceiro grau, no “*convívio como membros de uma entidade científica*”, no dizer de Canabrava. Um desencanto tanto com relação à prática associativa quanto com a identidade erguida em torno dela. Essa menção não necessariamente me leva a um saudosismo, eu diria que é mais uma estupefação diante da crueldade da própria história na medida em que o passar do tempo (o lugar no qual me encontro) leva a pensar que a tão sonhada unidade (comunidade) de historiadores é também uma ficção e que, talvez, esteja na hora de reinventarmos outras práticas de sociabilidade intelectual e luta política em termos profissionais.

Voltando à dinâmica dos simpósios, só na década de 60 ocorreram mais quatro¹⁴, cada qual com uma temática previamente escolhida, sobre a qual os simposiastas apresentavam suas comunicações. Uma marca bastante comum destes simpósios era uma abertura para comunicações voltadas para questões de metodologia do ensino de história e para o levantamento de fontes primárias. O entendimento da necessidade de documentação para a “fundamentação” da pesquisa histórica fazia com que a organização e catalogação de arquivos públicos e particulares fosse um tópico de extrema relevância. Era um ponto a mais que promovia o distanciamento entre os historiadores daquele momento e os que os antecederam, os “*diletantes*”. Afinal, nesta tentativa de demarcação de um caráter científico para a história predominava, como disse em sua entrevista o professor Lapa, uma fetichização do documento e sua relação com a verdade histórica através de um método e de uma linguagem própria dos formados no ofício da História. Era impossível pensar um historiador que não “freqüentasse” assiduamente o “arquivo”, mas, mais do que isto, que não estivesse preocupado com a formulação de uma discussão metodológica e técnica (mais do que teórica) que garantisse legitimidade científica ao trabalho, garantia esta dada pelas instituições acadêmicas então em formação. Formula-se um debate identitário que demarca a diferença entre um “texto” histórico e o “historiador”

¹³ Anais do VI Simpósio. P.89

¹⁴ Conferir o Anexo I (quadro dos Simpósios)

profissional que também produz a partir de suas atividades docentes e de pesquisa uma “obra histórica”.

A História acadêmica começa a delimitar e a afirmar o seu território. Tarefa que vai exigir muita discussão ao longo dos sucessivos encontros estaduais e nacionais promovidos pela ANPUH e uma "briga" legal pela formalização jurídica da profissão, uma vez que até hoje não há na legislação trabalhista uma definição precisa da profissão de historiador, sendo contemplada apenas a sua prática docente. A pesquisa e outras práticas relativas ao universo do historiador_ atuação junto a arquivos e assessorias a museus, arquivos públicos e outras atividades que envolvam seus "atributos", coletivamente caracterizados_ ainda não foram contempladas e são muitas vezes realizadas na base de "contratos informais" de prestação de serviços.

3. Não há mais lugar para amadores...

*“A situação atual da historiografia no Brasil oferece ainda vários outros aspectos das suas fraquezas e forças. Um estado de animação e os resultados conseguidos ultimamente fazem-nos acreditar que brevemente podemos superar algumas das deficiências que perturbam o seu livre caminho. A liberação do currículo acadêmico, tão antiquado com suas cinco cadeiras, sem as disciplinas preferenciais ou optativas, o excesso de ênfase dada a certos períodos e a deficiência de estudo de áreas mais importantes atualmente, como os EUA, a Rússia e o Oriente, o **estabelecimento de padrões profissionais**, o **reconhecimento da profissão** e o amparo do Estado podem promover o crescimento e aperfeiçoamento da historiografia brasileira.”* (José Honório Rodrigues¹, 1949)

*“Esta Associação tardava, porém, chegou ainda em hora oportuna para fazer viver o estudo e a pesquisa histórica no Brasil em um plano outro que não o da **simples erudição** ou do **diletantismo**.”* (Cecília Westphalen², 1962)

“Nossa entidade tem suas raízes sociológicas e científicas na inquietação intelectual que, vindo de mais longe no tempo, consubstanciou-se na década dos 30, com a fundação dos institutos de ensino superior da História em nosso país, com o objetivo de formar historiadores e professores de História, integra-se no ansêio de conhecimentos da realidade brasileira, ao qual, sobretudo, a Universidade vinha servir.” (...) Na APUH, seria difícil encontrar lugar para o **amadorismo**. A figura do amador, que cultivava a História como expressão das belas-letas, ou com a preocupação de nomes e datas, com significativos por si próprios, delineava-se na aurora da década de 60, como sombra a desaparecer no passado. A ressonância de seu pensamento se circunscreve cada vez mais a círculos cada vez mais estreitos. A nova sociedade de História, com aquele impulso de afirmação que é uma força dos jovens, atribuiu-se como objetivos seus, o aperfeiçoamento do ensino da História em nível superior, a pesquisa e a divulgação dos assuntos com respeito à História, a defesa das fontes e manifestações culturais de interesse para esses estudos. Tais objetivos contudo, são considerados uma dimensão específica — é tarefa dos professores universitários de História, o que os coloca, num **contexto social científico inteiramente novo**.” (Alice Canabrava³, 1971)

¹ RODRIGUES, J. H. . Teoria da História do Brasil . (1978). São Paulo: Companhia Editora Nacional. 5ª ed. (a primeira edição foi em 1949)

² Fala de Westphalen na abertura do II Simpósio, realizado em Curitiba em 1962.

³ Anais do VI Simpósio Nacional dos professores Universitários de História. 1973. (realizado em 1971 em Goiânia com o tema Trabalho Livre e Trabalho Escravo).

Os fragmentos transcritos acima se referem a três momentos distintos e a três pesquisadores que conquistaram um espaço próprio no cenário da historiografia brasileira. Cada um a sua maneira e região (Rio de Janeiro, Curitiba, São Paulo, respectivamente). Dadas as devidas particularidades, há entre eles um elemento comum bastante eloqüente, o desejo de dar um sentido profissional à disciplina história. O amador, o erudito, o diletante, configuram o outro (também produtor de história) desautorizado a escrever a história nos moldes a que postulavam estes estudiosos dos métodos e técnicas de pesquisa e ensino histórico. Esta necessidade de distinção tinha a sua razão de ser e provavelmente não é de todo um tema ultrapassado. Não basta se aventurar com narrativas sobre experiências e costumes passados para franquear o adjetivo historiador. Um critério acadêmico, institucional estava sendo elaborado a fim de regulamentar a profissão de historiador e estabelecer seu “lugar” social, por sinal, ainda não efetivado.

A razão de ser desta “luta”, além das necessidades administrativas (estabelecer quem está habilitado ou não a dar aula _ o licenciado - e a pesquisar história _ o bacharel), talvez se encontre em uma tradição confusa e longínqua de produção de conhecimento histórico. Ângela de Castro Gomes⁴ analisa a historiografia (considerada, nestes novos termos, “amadora”) produzida no Brasil durante a denominada “Nova República”. Nas primeiras décadas do século vinte houve um crescimento da prática historiográfica no Brasil, a divulgação de nomes e do próprio pensamento histórico contava com o apoio de Revistas não acadêmicas, tais como o "Suplemento Literário" do jornal *Amanhã*, e a sessão "Autores e Livros" da *Revista Cultura Política (1941-1945)*. A constituição de um discurso histórico sobre a história do Brasil parecia crucial neste processo de elaboração de uma consciência cívica, pois era considerado um plano mais elevado e profundo para se discutir a vida do país.

⁴ GOMES, Angela Maria de Castro. História e Historiadores. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996; 220p.

O *métier* do Historiador era encarado pelo "*Suplemento Literário*" como uma espécie de coroamento do autor em sua trajetória intelectual, quase sempre bastante ampla em termos de área de conhecimento. A autora traça um perfil destes historiadores, que creio ser justamente aquele ao qual, no início da década de 60 e com grande força na década de 70, os historiadores estavam querendo se desfazer. "*O autor-historiador do suplemento literário é assim um erudito, familiarizado com arquivos, um professor e também um homem de ação, com postos múltiplos na carreira política e/ou diplomática. Homem de jornal e de revista, freqüentador da ABL e do IHGB. Homem do mundo, espírito cosmopolita por viagens, leituras, pesquisas, tinha contudo suas raízes na terra e nos problemas brasileiros*"⁵.

Essa formação polivalente e erudita _ no sentido de abarcar uma vasta gama de conhecimentos gerais, desqualificados como "superficiais" _ dos intelectuais até uns quarenta anos atrás, apresentou-se como um problema não apenas para a História, enquanto formulação de seu espaço acadêmico disciplinar, como para outras áreas das ciências humanas. No caso dos historiadores, a principal transformação pretendida era a ruptura com a simbiótica relação entre os que se diziam historiadores e a esfera política governamental, entendida nos termos de criação de um ambiente de produção de conhecimento que não estivesse sob os auspícios de uma história "oficial", narrada para e pelos políticos atuantes na esfera da produção de uma identidade brasileira que justificasse as desigualdades sociais sem questioná-las⁶.

Na pesquisa feita por Heloísa Pontes sobre os integrantes do "Grupo Clima"⁷, um grupo de "jovens intelectuais" em formação no período de 40 e 50 e que se tornaram

⁵ GOMES, 1996. P.55.

⁶ É preciso frisar que a marca adotada aqui, os anos 60, não se refere a um "ineditismo" desta crítica a textos históricos comprometidos com ideologias liberais, não se trata de uma "gênese". Isso fica bem claro a partir da memorável apresentação que Antônio Cândido faz ao livro de Sérgio Buarque de Holanda, em 1967, na qual frisa a importância de trabalhos como, Casa Grande e Senzala (G.Freire), Raízes do Brasil (S.B.Holanda) e Formação do Brasil Contemporâneo (C. P. Júnior), como contrapontos à leitura "*positivista*" e "*liberal*" ou ainda "*integralista*", de autores como Oliveira Viana e Silvio Romero, por exemplo. No *post-Scriptum* escrito pelo mesmo A. Cândido, o autor reafirma: "... *Raízes do Brasil, caso diferente e curioso, exprime um veio pouco conhecido, pouco localizado e pouco aproveitado do nosso pensamento político-social, em cuja massa predominantemente liberal e conservadora ele aparece de maneira recessiva, entremeada ou excepcional. Falo do que se poderia chamar de o radicalismo potencial das classes médias, que no caso de Sérgio adquire timbre diferenciador, ao voltar-se decididamente para o povo. Talvez tenha sido ele o primeiro pensador brasileiro que abandonou a posição "ilustrada", segundo a qual cabe a esclarecidos intelectuais e políticos, governantes administrar os interesses e orientar a ação do povo*".. (HOLANDA, 1997, p.23)

⁷ Desse círculo de jovens universitários fazia parte: Antônio Cândido, Paulo Emílio Salles Gomes, Lourival G. Machado, Ruy G. Coelho, Gilda de Mello e Souza, entre outros. Sua característica básica segundo a autora era uma

grandes "nomes" da intelectualidade brasileira, a autora, abordando o contexto acadêmico e intelectual da época (principalmente a "flexibilidade" e inexistência de "especialidades" nos anos 50 e 60), faz uma afirmação que vai ao encontro com a constatação de uma "necessidade" histórica de delimitação de territórios que ocorria nos anos 60, para além da História, anos em que segundo a autora "*A definição e o exercício profissional dos cientistas sociais passaram a ser balizados por critérios próprios do campo científico*". Em suas palavras, "*O acirramento da tensão entre ciência e cultura, responsável pela "exclusão" dos "destinos mistos" do campo das ciências sociais, encontra a sua contrapartida no processo de institucionalização acadêmica dos estudos literários, das artes plásticas, do teatro, do cinema e da produção cultural em geral. Atestado, por exemplo, pela expansão dos cursos de letras, pela criação da Escola de Comunicações e Artes, pela implantação da pós-graduação nessas áreas, pelas revistas especializadas, pela transformação dos suplementos literários da grande imprensa. Se o diálogo dos intelectuais acadêmicos especializados em literatura, teatro, estética, cinema e artes com as ciências sociais e com os cientistas sociais não foi rompido, é preciso levar em conta, entretanto, que ele se trava agora a partir de locais institucionais distintos e nitidamente separados, em um contexto intelectual bastante diverso daquele vivido pelos integrantes do Grupo Clima ao longo dos decênios de 40 e 50.*"⁸

Este relato aponta para a congruência de uma cronologia que alimenta a década de 60 como cenário político favorável à academia como *locus* privilegiado de análise da sociedade brasileira, de seu passado, de suas manifestações culturais, capaz de prover à sociedade um espaço menos "ideológico" de formação do pensamento social. Institucionalização, profissionalização, discurso científico, este trio rimava bem com a busca pela "legitimidade" dos autores e de suas obras. A carreira universitária começava a ter uma característica decisiva na fomentação e na experiência destes novos "intelectuais".

Há uma ambigüidade muito marcante neste aspecto das relações entre ciência e política, principalmente quando pensamos as histórias das Associações de cientistas no

"modalidade específica de trabalho intelectual: a crítica aplicada ao teatro, cinema, literatura e artes plásticas". Conf. PONTES, "Círculos Intelectuais e Experiência Social". Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.12 n. 34. 1997 p. 58.

país ou mesmo os próprios textos que visam delimitar distinções como discurso científico X senso comum, discurso científico X discurso político ideológico. Os confrontos parecem sempre direcionados a determinados vínculos políticos que vão sendo estabelecidos entre pensadores e instituições políticas não acadêmicas e não científicas. Ou seja, a luta dos “cientistas” pela “ciência” é uma expressão política contra determinadas “propostas governamentais e acadêmicas de educação e pesquisa” de políticos (“profissionais”) que se utilizam de membros da própria comunidade científica gerando uma dissensão entre os cientistas “verdadeiros” e os “ideólogos” a serviço do governo.

Esta distinção sempre foi marcada por uma maneira contraditória de perceber os jogos políticos entre relações de produção do saber e relações com o poder estabelecido. Um ponto visível desta ambigüidade está presente em vários aspectos, que alguns diriam “excêntricos”, da história de uma das grandes e ainda bastante atuantes associações científicas que é a SBPC. É difícil rastrear as mútuas trocas de experiências de discussões e organizações científicas presentes na história da SBPC e instituições como a ANPUH, mas é possível arriscar algumas.

Consta na história da SBPC, fundada em 1948, um crescente papel político desta entidade no que tange ao “desenvolvimento” da ciência no país. Esta tem sido um espaço de discussões políticas polêmicas e foi uma, dentre as poucas instituições, que se posicionou contra as arbitrariedades do regime militar sobre pesquisadores e professores e as aposentadorias compulsórias e, mais tarde, foi também uma das primeiras a se posicionar abertamente contra a continuidade de um governo desqualificado do ponto de vista ético e do ponto de vista dos interesses dos cientistas, “extrapolando” os limites da esfera acadêmica com a denúncia de “corrupção” do governo Collor. Para efeito de registro, selecionei três momentos distintos e decisivos de atuação da SBPC e ainda a importância crescente que a entrada e atuação das Ciências Humanas teve neste processo.

⁸ PONTES, H.1988. *Destinos Mistos*. Os críticos do grupo clima de São Paulo 1940-1968. São Paulo: Cia. Das Letras. p200.

“Em 1965, no entanto, diante das ameaças e de um clima de perseguição, o presidente (SBPC) Maurício Rocha e Silva escreveu um editorial na revista Ciência e Cultura exigindo um compromisso do governo pelo retorno dos cientistas que estavam exilados, pelo respeito à ciência, para que ela não fosse “tratada como atividade clandestina sujeita a inquéritos e perseguições pessoais”.

“A década de 70 foi marcada pelo crescimento da SBPC que, segundo palavras de José Reis em 1972, “aproximando cientistas e humanistas” cada vez mais reafirmava sua “força e crescente interesse por uma visão unificada da ciência, assim como pelas implicações da ciência e da tecnologia como uma responsabilidade social dos cientistas”.

“O clima político voltou a esquentar no encontro de 1992, quando inicialmente o presidente Ennio Candotti e, depois, o próprio Conselho da SBPC, pediram a renúncia do presidente da República, Fernando Collor de Mello. Foi a primeira instituição a se manifestar nesse sentido. A crise tomou o espaço da reunião. O então secretário nacional de Ciência e Tecnologia, Hélio Jaguaribe, acusou a entidade de ter se “transformado numa sucursal da CUT e do PT, perdendo sua credibilidade científica”. Sucedeu-se então uma ácida polêmica entre cientistas e governo, materializada principalmente nas figuras de Candotti e Jaguaribe. A situação foi mais complicada, politicamente, porque era ministro da Educação o ex-presidente da SBPC, José Goldemberg. Inconformado com a manifestação pessoal de Candotti pedindo a renúncia de Collor, o ministro solicitou que a questão fosse reconsiderada pelo Conselho da entidade, o que acabou não ocorrendo.”⁹

Alguns dos primeiros sócios fundadores da ANPUH participavam do IHGB¹⁰, mas, por outro lado, freqüentavam também as reuniões anuais da SBPC¹¹, instituições bastante antagônicas do ponto de vista político e de formação intelectual. Era plenamente visível já nos primeiros simpósios uma vontade de alguns membros da comunidade de historiadores de quebrar com certas “tradições” no que se referia ao até então “ofício” de

⁹ Texto extraídos da obra: FERNANDES, A.M. "A construção da ciência no Brasil e a SBPC", Editora da UnB/CNPq, Brasília, 1990. Que consta também na Home Page da SBPC na internet: (www.spbc.com.br)

¹⁰ IHGB (Instituto Histórico e geográfico Brasileiro, fundado em 1838. Na avaliação de Gomes, era muito difícil fazer parte deste instituto, sendo portanto um núcleo que concentrava os Intelectuais de renome na época e tinha um caráter, ou melhor, um “aroma monarquista”.

¹¹ A ANPUH, enquanto entidade, se filiou à SBPC em 1970, como consta no noticiário veiculado na Revista de História da USP n. 84, out.dez. 1970, p. 516. Como o congresso da SBPC de 1971 seria em Curitiba, o noticiário informou ainda que “O Núcleo Regional do Paraná e a Diretoria da APUH, resolveram participar da Reunião e programaram um Encontro Regional que terá como ponto central uma mesa-redonda, nucleada em torno do seguinte tema: Estado atual da pesquisa histórica no Brasil.”

historiador. As cátedras estavam sendo criticadas¹², a busca por uma produção historiográfica que fizesse uma outra leitura da política brasileira bem como incorporasse contribuições regionais e rompesse com a predominância de uma síntese histórica baseada apenas nas experiências do Rio e São Paulo e a própria fundação da APUH como uma entidade com um caráter mais abrangente (talvez ainda não se poderia dizer democrático) do que o restrito IHGB, são indícios de um novo projeto em pauta para a experiência acadêmica da História no país.

Este projeto acaba adquirindo uma processualidade própria dos conflitos de uma entidade com a contínua adesão de novos “sócios” e suas respectivas expectativas como foi ocorrendo com a ANPUH. Embora fosse uma entidade que visasse desde o início congregar historiadores de todo o país, somente após dez anos de sua fundação é que ela passa a incorporar em sua sigla este caráter “nacional”, transformando-se de APUH em ANPUH. Mesmo assim, há várias críticas à conduta da entidade ao longo de sua trajetória, principalmente em relação ao seu enraizamento no grande centro “cultural” que era (é) São Paulo, pois sua sede geral nunca se deslocou de lá, ou melhor, da USP. Essa peculiaridade é também significativa das campanhas simbólicas que foram exercendo pressão sobre a entidade para que revisse e reeditasse em seu próprio estatuto de funcionamento a elaboração de uma estrutura menos centralizadora.

A primazia da USP é outro dado polêmico que pode ser explorado a partir da entrevista e da leitura dos textos de Amaral Lapa. Remonta segundo ele à filosofia universitária dominante naquele momento que importou da Europa, mais precisamente,

¹² Em relação à crítica elaborada pelo professor Francisco José Falcon à existência de cátedras e aos privilégios a ela estabelecidos, o professor Eduardo D'Oliveira França contesta dizendo que: “*Protesta que a Cátedra seja um conjunto de garantias. Essas devem ser mantidas, mas os privilégios indevidos, cortados. É partidário da liberdade de Cátedra, inclusive que o professor escolha os seus auxiliares na base da confiança.*” P.118. Essa discussão sobre a cátedra retornou em várias outras sessões deste simpósio, sendo reiteradas vezes questionada. O sistema de cátedras funcionava como “cargos vitalícios” nos quais os catedráticos tinham plena autonomia para escolherem seus auxiliares e inclusive determinarem os seus sucessores. Eram verdadeiros “feudos”, como expressou em sua entrevista o professor Lapa, que chegou a ser catedrático, mas nem por isto partidário desta forma de organização acadêmica. A forma da cátedra vai existir até a reforma universitária de 1968. Na época da organização da Faculdade de Filosofia e Letras da UNICAMP, o professor Lapa afirma que uma das posições mais vigorosas era a estruturação de Departamentos, o que acreditavam geraria menos “personalismo” e garantiria acessos mais democráticos às decisões sobre os cursos. Há uma certa ironia na fala dele, que sugere que na verdade os Departamentos não conseguiram conter as “ vaidades” e idiosincrasias geradoras de desentendimentos e divisões, embora seja inegável que em relação às cátedras representava um grande avanço. Outra observação com relação às cátedras é que de que a

no caso das ciências humanas e sociais, um modelo Francês, inclusive na contratação de professores estrangeiros que visavam garantir o “nível” e o “*status*” acadêmico dos cursos em formação¹³. A constituição da “tradição uspiana”, seus rituais, a austeridade das salas de “Defesa de Tese”, o “estilo” acadêmico de ser, ajudou, por um lado, a consolidar um perfil rigoroso (ao menos respeitável) de pesquisa e docência nos cursos universitários e aproximou alguns intelectuais brasileiros do cenário internacional. Por outro lado, consolidou também guetos e incentivou (mesmo sem tal intenção) uma certa “competição” intra-universidades (a “velha” rica entre Rio-São Paulo) e, elemento recorrente na fala de vários dos entrevistados, fomentou a tão popular “ vaidade intelectual”. No depoimento do professor Lapa, ele menciona o fato singular de que quando houve o processo de interiorização das Faculdades Isoladas de Filosofia e Ciências Humanas em São Paulo, houve um longo debate travado nos jornais e no próprio Instituto da USP, a respeito do “modelo” a ser adotado nestas Faculdades. Ele conta que, com raras exceções (o caso dele, que se formou na PUC-Campinas), o quadro de docentes convidados para ativarem os cursos de história provinham de uma formação uspiana.

No VI Simpósio, ocorrido em Goiânia em 1971, no qual a ANPUH assumiu de fato esta sigla, ou seja, efetivou o seu caráter “Nacional” _ sigla esta em vigor até hoje apesar de a partir de 1992, após uma longa disputa política, não se referir mais apenas a professores universitários e sim a historiadores em geral _ novos conflitos começaram a vir à tona. A maciça participação de alunos graduandos de todo o país e de professores de 1º e 2º graus (um total de 771 inscritos) provocou um certo incômodo não só aos organizadores como também à própria dinâmica do simpósio.

Com relação aos participantes do Simpósio, na qualidade de apresentadores de comunicações, vai havendo uma significativa mudança ao longo da década de 70. No Regulamento do II Simpósio (1962), consta que “ *Cada Núcleo regional da APUH deverá apresentar o mínimo de 1 e o máximo de 3 comunicações sobre o tema proposto,*

SBPC teve um papel bastante relevante na luta contra sua extinção, o que a tornava um problema estrutural da universidade como um todo e não apenas no âmbito dos cursos de História.

¹³ Conf. Anexo II, quadro dos professores estrangeiros que trabalharam na USP nas décadas de 30 a 50. referência obtida em MICELI, Op. Cit. p.458-59.

cujos autores serão designados pela Diretoria do Núcleo, entre os associados”. Isto significa que havia um controle bastante monitorado, por parte da diretoria da APUH, sobre os historiadores que teriam acesso à divulgação de seus trabalhos nos simpósios. O controle sobre a categoria profissional que poderia se filiar à APUH também era bastante reiterada nas falas do seu presidente, o professor Eurípedes Simões de Paula. Os simpósios da APUH eram "abertos", mas a entidade dizia respeito, oficialmente e de "direito", ao limitado conjunto dos professores universitários.

Nos Anais do VIII Simpósio, ocorrido em Aracaju em 1975, há uma menção a discussões sobre a composição do quadro social da ANPUH, então bastante questionado, numa tentativa de afirmar que o mesmo era bastante diversificado pois, o estatuto da entidade era flexível quanto a isto. O trecho é sutil e deixa poucas brechas para se saber qual era o teor das disputas em jogo. *“Antes de encerrar a sessão administrativa o Prof. Eurípedes Simões de Paula, tentou esclarecer murmurações captadas em relação à categoria de associados: todos os professores de História de Faculdades e Institutos de Ensino Superior do País tem direito a se filiar ao quadro social da entidade”. “Ainda enfatizou que a categoria de professor de história, subtendia, não apenas os pertencentes aos quadros dos Departamentos de História, mas também de outros departamentos interdisciplinares, onde a História identificasse outras disciplinas. Explicitando que no plenário encontravam-se sociólogos, geógrafos, antropólogos, economistas, lado a lado com os historiadores.” P.16*

O reconhecimento da importância de um diálogo interdisciplinar¹⁴ já aparece nos primeiros anais, em 1961, e também esta conexão entre a história e o presente. Ou seja, aparentemente não haveria porque isto ser um conflito entre os historiadores mais presentes nas primeiras gestões da ANPUH e os que vieram a dar novos rumos a ela no início dos anos 80. Quais seriam os outros "ingredientes" que configuraram o tal “racha”? Quais eram as mudanças significativas que estavam em curso e criavam esta representação de existência de um fosso entre os “conservadores” (“sócios-fundadores”) e os “jovens renovadores”?

¹⁴ Embora seja importante ressaltar que o teor desta "interdisciplinaridade" veio, como na expressão utilizada pelo professor Eremildo Luiz Vianna, na qualidade de “disciplinas auxiliares”.

A autora da apresentação dos anais justifica a ênfase no “esclarecimento” sobre o item relativo aos “sócios” devido ao fato de que essa postura plural não era unânime entre os integrantes da ANPUH, mas, segundo ela, fora defendida pela então diretoria (considerada centralizadora e conservadora pela geração mais “nova” de historiadores). Circulava ainda uma proposta radicalmente oposta, de que se “elevasse” o nível das comunicações apresentadas com a **restrição** das apresentações (e dos possíveis apresentadores), ficando a cargo apenas de professores historiadores de renome nacional, previamente convidados pela diretoria da entidade. Na minha avaliação, três tendências distintas se enfrentavam: a diretoria e alguns historiadores da “velha -guarda” que apoiavam algumas mudanças, mas pretendiam garantir a primazia das decisões da Assembléia aos professores universitários; uma outra facção, mais aguerrida na defesa da “democratização” da entidade e na simetria dos três níveis de ensino e uma terceira, explicitamente “elitizante”, lutando pela manutenção restrito do acesso tanto às Assembléias quanto aos outros eventos dos simpósios, priorizando a interlocução verticalizada, na qual os “grandes mestres” exporiam seus trabalhos e debates, possibilitando a formação dos professores universitários das “pequenas” universidades do país, que por sua vez, em outra “ocasião”, “ensinariam” o que aprenderam aos respectivos professores de 1º e 2º graus em suas regiões de origem.

Nos Anais do IX Simpósio, em 1977, há um relato sobre tomadas de posições mais “ousadas” com relação ao quadro de participantes dos simpósios. Neste simpósio houve o que Maria Regina Simões de Paula (relatora) denominou de “*Ruptura Estatutária*” da entidade e caracterizou como “*uma crise face às mudanças estruturais recém-aprovadas*”. Ela se referia à aprovação neste simpósio da moção que dizia: “*Considerando o crescente interesse e participação manifestados pelos estudantes e professores secundários; Considerando que a vivência do ensino e da pesquisa destes participantes pode enriquecer as discussões de nossas reuniões; Considerando ainda constituir-se o Simpósio da ANPUH numa das possibilidades abertas à divulgação e intercâmbio de pesquisas entre historiadores, propomos que: No artigo 20 dos Estatutos da ANPUH substitua-se os parágrafos 1 e 2 por este parágrafo único: “ A ANPUH assegura a participação de professores secundários,*

professores de matérias afins, estudantes de pós-graduação e graduação em todas as reuniões de seus Simpósios, salvo o direito de voto na Assembléia Geral."¹⁵

A moção foi aprovada, mas como envolvia uma mudança estatutária, demandou todo um processo legal que foi seguido e votado no simpósio seguinte, em Niterói, julho de 1979. Em síntese, venceu a proposta mais "conciliatória", que "abria", mas mantinha o controle nas mãos dos "sócios legítimos". Neste simpósio, alguns dos "sócios fundadores", descontentes com os "novos" rumos da ANPUH, se desfilaram, ou simplesmente deixaram de freqüentá-la, e organizaram uma nova entidade, a Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)¹⁶.

Esta mesma história me foi contada também por Déa Fenelon¹⁷, José Roberto do Amaral Lapa¹⁸ e Raquel Glezer¹⁹ com outras nuances. Fenelon tem uma avaliação que aponta para algumas das questões políticas pendentes naquele momento, em que a moção foi apresentada pela primeira vez à assembléia de historiadores. A questão burocrática existia sim, mas, na verdade, a moção causou embaraço entre os participantes e a plenária não quis enfrentar de frente o debate. Na análise de Fenelon, naquele momento, bastante envolvida nas questões relativas à luta contra os Estudos Sociais, não havia sentido em

¹⁵ ANAIS do IX Simpósio da ANPUH, 1977. p.105.

¹⁶ A primeira reunião da SBPH ocorreu em São Paulo, no Museu da Casa Brasileira, em setembro de 1981. O tema do encontro foi livre e a justificativa era de que assim se teria um perfil das "linhas de pesquisa em curso". Segundo os Anais desta reunião, um dos objetivos da nova entidade era "...Contribuir para o desenvolvimento da pesquisa histórica no país" e a sua peculiaridade seria o fato de aglomerar integrantes de núcleos de pesquisas vinculados ou não à atividade docente. A entidade estimulava ainda a cooperação entre pesquisadores brasileiros e "brasilianistas". No final da apresentação feita pela primeira presidenta da SBPH, Maria Beatriz Nizza da Silva, a autora faz a seguinte insinuação: "As futuras Reuniões Anuais da SBPH esperam congregar um número cada vez maior daqueles que efetivamente se dedicam à pesquisa histórica, sem se deixarem envolver por um espírito rotineiro que muitas vezes uma docência pouco gratificante, devido à massificação das Universidades, acaba criando." P.01 dos ANAIS DA I REUNIÃO DA SBPH. São Paulo. 1982. (Publicado com o auxílio da FAPESP). (grifos meus)

¹⁷ Entrevista realizada com a Professora Déa Ribeiro Fenelon, em São Paulo, 14/06/99. A professora está atualmente trabalhando na PUC-São Paulo. Foi presidenta da ANPUH durante o período de 83 a 85. Foi uma das professoras atuantes na luta contra a implantação dos Estudos Sociais. Curso a graduação em história no período de 1957 a 1960, em Belo Horizonte, e, em um de seus depoimentos, enfatiza que aquela época foi "um momento forte de politização da Universidade, mas naquele tempo o curso de história nos dava poucos instrumentos para essa análise da realidade, para qualquer tipo de participação mais efetiva." Sua participação se dava nos movimentos estudantis (JUC) e no PCB. Conferir também entrevista da autora cedida à Guimarães, Selva (1997).

¹⁸ Na entrevista já mencionada e também em outro depoimento, que ele gentilmente me cedeu para ser incorporado a esta pesquisa, "A visita do Velho Senhor", texto escrito para uma palestra proferida na Faculdade de Filosofia e Ciências _ UNESP_ Campus de Marília, 28-09-1999.

sentar com outros profissionais de história para questionar os rumos da profissionalização no país e das questões relativas ao currículo sem que esses professores e outros historiadores que desenvolviam trabalhos de pesquisa fora da academia fossem contemplados pela ANPUH como sócios efetivos, com os mesmos direitos junto à entidade que tinham os professores universitários de história.

A resistência de muitos professores a esta nova proposta de organização da ANPUH se devia, segundo Fenelon, a uma compreensão bastante hierarquizada do que era fazer história, sob a qual o professor universitário era o único com formação e capacidade de desenvolver pesquisa. Nas suas palavras: “...*que o professor universitário é quem pesquisava, enfim, era uma visão bastante elitista. Então incorporar esses professores seria ampliar demais, esvaziar, trazer contribuições irrelevantes, porque esses professores (1º e 2º graus) não tinham condições de fazer pesquisa*”. Havia uma outra premissa, também divergente entre os historiadores, que era a compreensão do lugar e da importância da pesquisa, vista com bons olhos quando se referia à docência de nível superior, mas não cogitada como integrante da perspectiva docente nos outros níveis de ensino. Era visível a dicotomia entre ensino e pesquisa e o espaço reservado à pesquisa era também pré-fixado, instituído academicamente na graduação e, com força mais decisiva, na pós-graduação.

Este momento crucial para a ANPUH, final dos anos 70, é visto ora como um avanço no sentido em que mobiliza uma outra esfera de institucionalização e de organização, ou seja, a ANPUH assume uma característica “menos amadora”; ora é visto como um retrocesso, um desvio na proposta inicial de promoção do desenvolvimento da ciência histórica no país, um distanciamento com o projeto de um espaço institucional que propiciasse uma verticalização nas discussões que rondavam a prática da pesquisa histórica. Parece que, neste caso, democratizar significou “popularizar” (no sentido pejorativo do termo) e acabou gestando um “nó” na ANPUH. Uma expansão numérica de filiados, desacompanhada de discussões teóricas e políticas pertinentes aos historiadores.

¹⁹ Entrevista realizada em junho de 1999, na USP. Raquel Glezer é professora da USP e teve uma participação ativa na diretoria da ANPUH nacional e da ANPUH-São Paulo, além de ter participado também da primeira reunião de elaboração do perfil da Revista Brasileira de História, tendo sido sua primeira secretária geral em 1981.

Déa Fenelon fala sobre o significativo “esvaziamento” dos simpósios a partir de então. Quer dizer, esvaziamento de “historiadores de peso” que passaram a procurar outros espaços para apresentação e debate de suas pesquisas, uma vez que os simpósios foram cada vez mais “invadidos” por alunos de graduação e por professores secundaristas.

Na opinião de Déa Fenelon este fenômeno pode ser, em parte, atribuído à formação de entidades ligadas à pós-graduação, como a ANPOCS²⁰ e a ANPEd²¹ que garantiam assim um número mais reduzido de participantes e uma “qualidade” maior nas discussões, já que todos estariam, em tese, desenvolvendo pesquisas e discussões teóricas a elas pertinentes. Entre os historiadores se cogitou também, mais no final da década de 80, a formação de uma associação relacionada à pós-graduação, mas optou-se por manter esta discussão no interior da ANPUH. Foi criado um fórum de coordenadores de pós-graduação, com uma natureza distinta daquela conferida à ANPOCS, por exemplo, uma vez que está mais voltado para discussão sobre estratégias políticas e administrativas da consolidação dos cursos de pós-graduação, sem no entanto se constituir em um 'fórum' de reflexão mais ampla e qualitativa a respeito da pesquisa histórica no país.

Todo este debate parece a princípio, irrelevante, no entanto, por trás desta problemática organizacional (reformulação de normas estatutárias), é possível localizar um choque entre diferentes perspectivas de elaboração do perfil do historiador e da Associação que os representaria diante da comunidade acadêmica e social mais ampla, ou seja, trata-se de um debate de uma atualidade “desconcertante”, suscitadora da questão: se a ANPUH, em sua atual “imensidão”, não consegue mais consolidar a “troca” e o “embate” teórico político, onde os historiadores estão se “refugiando”? Na constituição de entidades mais específicas, como fóruns de estudos nacionais de História Oral, História Econômica, História da América Latina? A fragmentação seria a via para garantia da **qualidade** e mesmo da **existência** do debate historiográfico?

²⁰ ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 1977, para aglutinar e representar centros de pesquisa e programas de pós-graduação que atuam no campo das Ciências Sociais. (conf. Home-page <http://anpocs.org.br>.)

²¹ ANPEd- Associação Nacional de Pós-graduação em Educação. Também criada em 1977, com Reuniões Anuais de seus associados, possui vários GT e entre eles, o que mais aglutina historiadores é o GT de “História da Educação, formalizado em 1984. Conf. FILHO, Luciano Mendes, “Questões teórico-metodológicas da história da Educação: um olhar a partir do GT História da Educação da ANPEd”, texto apresentado no III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, em 1995.

Em outras palavras, na construção desta memória é possível perceber que diversas batalhas políticas, de resistência explícita a políticas educacionais autoritárias advindas do regime militar, unia diferentes facções e "gerações" de historiadores, mas essas lutas pontuais justificam uma alusão a uma homogeneidade de projetos e de perspectiva identitária (além das já bastante conhecidas dissonâncias teórico-metodológicas). Embora a ANPUH tentasse (e ainda persiste) manter uma certa unidade entre a "comunidade de historiadores", a pluralidade e diversidade que a constitui enfraquece, ou melhor, "mina" a demarcação de seu território, anunciando a urgência na reformulação (constante) de suas cartografias.

Voltando à polêmica posta nos anos 80, historiadores sensibilizados com a questão social e política do país não poderiam abrir mão de ensaiar uma formação acadêmica que fugisse de uma perspectiva de produção do conhecimento de maneira a reforçar atitudes de exclusão e a dissociação entre teoria e prática. A luta pela democracia no país passava também pela democratização do conhecimento e, portanto, eliminação da suposta hierarquia entre universidade e escolas de primeiro e segundo grau. Difundia-se a necessidade de formar um historiador crítico das atrocidades e desigualdades promovidas pela "sociedade individualista e consumista" predominante na cultura ocidental.

Toda esta ética profissional, se assim se pode dizer, às vezes marcadamente militante e noutras menos, incorporava, uma perspectiva social-humanista, que colocava a ciência e o profissional da história em "função" da sociedade, das questões do presente²². A explosão de movimentos sociais e sindicais e a reestruturação partidária e o crescimento da "esquerda" no país tornavam urgente uma reinvestida da história rumo a estas problemáticas, inclusive redimensionando os recortes temporais a serem

²² Embora o argumento refira-se à historiografia brasileira, vale ressaltar que não era uma "especificidade" nacional. No noticiário do primeiro exemplar da RBH consta um relatório do XV Congresso Internacional de Ciências Históricas" (Bucareste, agosto de 1980), no qual um dos destaques da relatora fala justamente sobre a necessidade de manter o ensino de história no ensino secundário ao invés dos Estudos Sociais, citando um historiador argentino (Acosta Rodrigues) que afirmava ser justamente no ensino secundário que a história poderia ministrar cursos com real proveito uma vez que "*a adolescência é aberta a propósitos de melhoramento social como são : lutar contra toda a forma de opressão, suprimir toda a injustiça, eliminar toda a discriminação humilhante, dar vigência plena à livre determinação em todos os planos: o político, o religioso, o artístico, o científico, o cultural propriamente*". RBH, São Paulo, n. 1. 1981, p. 132.

pesquisados. Era muito comum uma visão simplista e utilitarista da disciplina histórica, inspirada no pragmatismo positivista, cujo maior préstimo à sociedade seria buscar no passado lições para o presente, ou forjar a continuidade e unanimidade da formação histórica de “um” povo (a Nação), ou seja, uma história que corria atrás dos consensos traçando linearidades e jogando os “conflitos” para “debaixo do tapete”. A história social que emergiu com força no Brasil nos anos 80 buscava “enfrentar” estes conflitos, forjando novas identidades (principalmente a do “operário”), não mais a “nação” uniforme, mas a sociedade desigual, cindida em classes sociais hierarquicamente organizadas. Projetava uma representação da sociedade dividida em dominantes e dominados e relegava à história a função de trazer à tona a experiência (inenarrável por eles mesmos) “dos vencidos”. Em síntese, a história social da década de 80 provocou um significativo deslocamento em relação à história “geral” do Brasil, mas permaneceu presa às linearidades e à pseudo obrigação de perfilar identidades (a princípio bastante homogêneas) apreendidas em uma relação de poder previamente dada, a “exploração”, a “dominação”.

Embora os limites desta visão dicotômica já tenham sido bastante questionados, inclusive por historiadores que a praticaram, é preciso reconhecer que em meio a este debate sobre a “função social” do historiador e de sua narrativa, instaurou-se um movimento de deslocamento de uma fronteira há muito enraizada na disciplina histórica, ou seja, com o deslizamento do foco unidirecionado ao passado (mesmo a partir de “questões” do presente) a história se permitiu pensar as relações sociais da “história contemporânea”, a problematizar o presente em sua própria processualidade. A perspectiva diacrônica permitia uma abordagem histórica do presente, até então território das ciências políticas, sociologia, economia, antropologia. Vale lembrar que essa história do presente requer um outro tipo de tráfico de fronteiras, ou seja, implica no questionamento de que a política e a cultura não são meros subterfúgios de uma estrutura oculta, de outra natureza, deslocamento este mais demarcado por reflexões postuladas pela “Nova história Política” e a “História Cultural”²³.

²³ Deixarei para aprofundar estas “arestas” entre terminologias e práticas historiográficas distintas no segundo capítulo, através do diálogo com os textos de historiadores brasileiros, apresentados nos simpósios da ANPUH e publicados na Revista Brasileira de História.

É preciso abrir um parêntese aqui para rememorar certos aspectos do cenário político bastante peculiar que perpassava o desenrolar das próprias atividades corporativas dos historiadores, principalmente a partir de meados dos anos 60 até o processo de “abertura” política no país, até para que não haja “julgamentos” apressados, do veloz e, às vezes violento, processo de disseminação da história social no país. Os cientistas, em especial os da área de humanas, foram bastante monitorados e perseguidos pelos jogos políticos dos governos militares. Não foram poucos os historiadores exilados e aposentados compulsoriamente ou mantidos sob “suspeita”, tendo suas carreiras profissionais comprometidas.

O depoimento da historiadora Emilia Viotti da Costa, aposentada pelo AI-5, exilada “voluntária” nos Estados Unidos, é contundente em relação à esta interferência política nos rumos acadêmicos tanto das instituições quanto dos profissionais envolvidos. Buscando condições de trabalho nos Estados Unidos, mas limitada a se circunscrever a uma outra estrutura universitária e de carreira profissional, Viotti menciona sua grande insatisfação com as expectativas frustradas de pesquisa e de estudos que tiveram que ser redimensionados em sua estada nos EUA e menciona também as dificuldades de retornar a trabalhar no Brasil, tanto pelas condições trabalhistas quanto pelas condições subjetivas de tal empreendimento. Em suas palavras: *“Depois de passar anos tentando encontrar no exílio uma forma de equilíbrio, ajustamento e serenidade necessária para completar um obra iniciada que já fora interrompida por todos esses acidentes, a perspectiva de recomeçar a desorganizar a vida para organizá-la novamente em novas bases, não é uma perspectiva muito atraente. Significa mais um atraso no trabalho a que me propus a fazer. Muitas vezes fui obrigada a adiar os meus trabalhos por causa das atribulações que enfrentei desde 1969: a aposentadoria, a perseguição política, o exílio, problemas de ajustamento num país estranho... (...) Muitos trabalhos que tinha começado não puderam chegar ao fim porque havia sempre tarefas mais urgentes que precisavam ser atacadas primeiro. (...) A volta não é fácil, é uma decisão angustiada, penosa, por mais sedutora que seja há sempre uma hesitação: quero ir embora amanhã... Talvez eu não vá tão cedo, talvez para o ano, quem sabe? É esta a situação que muitos exilados vivem no momento presente.”*²⁴

²⁴ Costa, E. V. In: COSTA, E. Ali. (org.) *Memórias das mulheres do Exílio*. Paz e Terra. Vol II

A intervenção em universidades e a transformação de cursos de história em cursos de Estudos Sociais, bem como a primazia dada a professores com apenas licenciatura curta, nas escolas secundárias, foram práticas deliberadas de hostilidade da política educacional do governo militar em relação à História e requeriam "atitudes" de "resistência" em resposta a tamanhas arbitrariedades. Essas atitudes vinham às vezes isoladas e noutras publicizadas através de mecanismos criados pela ANPUH (cartas dirigidas ao governo, moções aprovadas em simpósios, notícias difundidas em Boletins Nacionais e Regionais, etc.)

Por outro lado, meio como uma "volta por cima" a todos os condicionamentos a que foram submetidos os historiadores, a avaliação que faz o professor Lapa, um dos poucos a pensar a produção historiográfica neste período em relação à essas questões políticas, faz bastante sentido, tendo em vista a documentação aqui pesquisada. Segundo lapa:

"Verificados os diferentes níveis em que atuaram, em extensão e profundidade, os aparelhos de Estado, seus mecanismos e formas de controle do trabalho intelectual, poder-se-ia concluir, como resposta, que se mergulhou em total marasmo na área que mais nos interessa aqui, a de História.

Entretanto, a intensa atividade, as iniciativas inovadoras, as grandes obras publicadas no país, nesse período, mostram que a noite não desceu totalmente sobre todos. (...).

Não houve a total e esperada subordinação ao regime, não obstante este ter conseguido impor substantivas defecções, desfazendo grupos, penosos processos de trabalho, separando e dividindo e com isso tudo criando um clima desestimulante à reflexão e à crítica, levando muitas vezes os intelectuais a se voltarem contra seus pares, na medida em que uns eram atingidos mais do que outros e aqueles não sentiam, da parte destes, a solidariedade que esperavam ou queriam."²⁵

Enquanto em 1984, data da elaboração desta reflexão do professor lapa, a perspectiva que ele traça reforça um certo otimismo quanto aos rumos trilhados pela

²⁵ Conf. LAPA, J. R. 1985. P.32 . Este livro traz um levantamento importante sobre o desenvolvimento da pós-graduação em história no país, bem como um levantamento de revistas especializadas na área de história, buscando um balanço da produção histórica durante os vinte anos (64 a 84) em que vigorou o regime militar no país. Levanta ainda uma avaliação quantitativa e qualitativa acadêmica produzida neste período se pautando em temas e abordagens trabalhadas.

História e pela ANPUH, o depoimento²⁶ da prof.^a Glezer, feito quase 15 anos depois, traz uma outra leitura das lutas vividas naquela ocasião (da “abertura da ANPUH”) e traça uma “avaliação” da entidade e das condições de trabalho dos historiadores contemporâneos carregada de insatisfação. “...o grupo que achava que a ANPUH deveria ter um papel político e por tanto, ela podia ter a presença dos professores universitários não titulados, podia ter a presença dos alunos de pós-graduação, venceu na assembleia, os alunos que não eram professores universitários poderiam ter voz e não voto, nós éramos democráticos pra chuchu!, os professores secundaristas não podiam participar porque era uma associação de professores universitários, eles só puderam participar quando depois nós fomos fazendo as mudanças estatutárias e se tornou possível que qualquer graduado em história se tornasse membro da ANPUH, mas da Associação Nacional de história (...), ela manteve a sigla mas mudou o seu caráter, é Associação Nacional de História, ponto. Foi uma longa luta política, deu briga em Florianópolis, deu briga na Paraíba, foi dando briga até que em 91 conseguimos, aqui em São Paulo, mudar o estatuto, porque deu uma ruptura em 77 um grupo saiu e formou a Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica só para professores universitários, mas aí descobriram que eram poucos e abriram para pesquisadores. Nós tentamos fazer as mudanças estatutárias de forma mais lenta para não haver outra ruptura porque quando foi feita a ruptura havia poucos cursos de pós-graduação (...) e havia a questão de que era necessário expandir para expandir tinha que titular o pessoal, mas para isto você precisava formar um processo de formação de comunidade e o processo de formação eu acho que foi relativamente rápido, considerando as condições políticas do momento, a ruptura foi política, acho que foi uma boa briga, a associação se transformou naquilo que nós pretendíamos, no meio do caminho ela ficou sem história, apagou sua própria história e perdeu muito do papel político que ela tinha, e eu lamento muito. Porque nós pudemos fazer a campanha contra os Estudos Sociais dentro da ANPUH e eu tenho a impressão de que nós não vamos fazer a campanha contra os cursos seqüenciais²⁷ dentro da ANPUH. Vai ser uma briga individual das parcelas da comunidade que quiserem fazer. Eu acho isso lamentável!”.

²⁶ Refiro-me aqui à entrevista mencionada anteriormente. (realizada em 06/1999)

²⁷ O projeto que regulamenta os cursos seqüenciais do ensino superior foi aprovado pelo Plenário do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) no dia 22/09/2000. Com esta aprovação, os profissionais formados em cursos seqüenciais aprovados pelo CREA e Conselho Federal ganham o direito de registro no Confea. Os cursos seqüenciais, também chamados curso rápidos, duram cerca de um ano e meio. Os profissionais formados pelos cursos rápidos só podem exercer uma área específica da profissão, ao contrário dos formados em um curso de graduação, que têm licença para atuar em qualquer área. Segundo o representante das Instituições de Ensino Superior

Quando perguntada sobre os motivos desta perda de um perfil político da associação, Glezer levantou duas hipóteses: *“Ela cresceu se fragmentando e ela cresceu sem memória, então as lutas que foram feitas nos anos 70 até final dos anos 80, para preservação das áreas de ciências humanas como áreas específicas de conhecimento sumiram da memória. Eu acho que de certa forma do mesmo jeito que o movimento estudantil perdeu o seu norte político as comunidades científicas no Brasil perderam o seu norte e os problemas que nós temos hoje na Associação Nacional de História eu vejo na SBPC. Quer dizer, agrega as pessoas vão apresentar o trabalho, consideram muito importante, mas ninguém quer investir tempo, trabalho, paciência e sentar na mesa e fazer a instituição continuar. De uma forma que eu reputo relativamente trágica, eu acho que a nossa comunidade vai perder as instituições representativas, porque elas estão nas mãos dos velhos professores, dos professores que se formaram na década de 60, brigaram nos anos 70, 80 e 90 e que no século XXI não estarão presentes para brigar. É importante que a briga seja feita.*

É importante que as associações científicas sejam a porta-voz da comunidade, a comunidade científica não é a comunidade do sim senhor para o governo, por princípio ela é a comunidade que diz não e depois vamos sentar e discutir, por princípio não. De porta-voz do Estado na área de História chega o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Chega o Itamarati para dar a versão oficial da história do Brasil, não precisa da comunidade científica nacional, e isso, eu penso que a comunidade perdeu de vista. Tenho muita pena porque a comunidade que não sabe a sua história, que não sabe a sua trajetória, está condenada a ficar girando num circuito vazio, mas não é apenas a comunidade de história que se perdeu de vista, a comunidade científica em geral brasileira se perdeu de vista. As pessoas acharam que porque não havia mais ditadura não havia mais porque brigar pelas coisas, o Estado estava à disposição. Desculpe, mas o Estado nunca está à disposição a não ser pelas coisas do seu óbvio interesse. O seu interesse não é o desenvolvimento da comunidade científica autônoma e independente, não é o fortalecimento de um conhecimento crítico, não é? Ah!, não é o crescimento do conhecimento em si.

no Plenário, Paulo Guimarães, o curso seqüencial é uma alternativa para quem não tem condições de ficar quatro anos numa universidade, *“mas o aluno tem que estar consciente de que o ensino é restrito”*. Na prática, o medo da comunidade universitária é de que a universidade deixe de ser um espaço de formação e pesquisa, ou seja, de produção de conhecimento e se transforme em um espaço de produção em série de profissionais superficialmente formados para atender uma demanda específica de mercado de trabalho. Há toda uma política da ciência em jogo, na configuração desta proposta aparentemente “democrática” de resolver o problema de quem tem que trabalhar, estudar e voltar “qualificado” para o mercado. (conf. <http://www.unaberta.ufsc.br/emdia.html>)

Nós fomos obrigados a engolir a diminuição dos prazos no processo de formação do pessoal e isso para a área da história é mortal. Nós somos uma área que trabalha com erudição, com conhecimento acumulado, com uma coisa muito lenta, que para você conseguir juntar a com b você dorme muito tempo com o material.... (...) A comunidade não teve força para manter o seu processo de formação e, por mais genial que seja um jovem pesquisador, em 24 meses ele não faz nada de genial. (...) O que significa que nós deixamos que o nosso processo de formação fosse escoado pelo ralo, nós deixamos que a desqualificação se tornasse a norma, de tal forma que nós não podemos brigar e dizer que o mestrado é significativo para nossa área, como é, porque num mestrado de 24 meses na verdade ele não é."

Este longo "desabafo" de Glezer suscita várias indagações e reforça algumas que já vinham sendo feitas a partir dos Anais e das outras entrevistas. Tanto Glezer quanto Fenelon traçam uma memória da ANPUH realçando o perfil político (de "briga", "debate", "resistência", "militância") que a entidade assume principalmente no final dos anos 70 e início dos 80 _ coincidentemente, quando a ANPUH deixa de ser presidida pelo professor Eurípedes Simões de Paula, mas não só por isso é claro! _ e sua decrescente atuação "extra-acadêmica" nos 90.

O professor Flávio Saes²⁸, um dos membros da diretoria durante a gestão da professora Alice Canabrava²⁹, (o único momento em que esta presidiu a entidade) mencionou uma cronologia bastante peculiar em sua avaliação sobre os rumos da ANPUH. Ele se referiu a dois grandes momentos marcantes desta entidade: um primeiro, (além do fato de sua fundação em 1961) seria a assunção à presidência do professor Eurípedes Simões de Paula³⁰, no simpósio de 1965 e sua sucessiva reeleição até a ocasião

²⁸ Prof. Dr. Flávio Saes. Atualmente professor da Universidade Estadual de São Paulo, foi Secretário Geral da ANPUH na gestão 79\81(confirmar), presidida pela Professora Alice Canabrava, logo após a morte do então presidente da ANPUH, Eurípedes Simões de Paula. Entrevista realizada na USP em maio de 1998.

²⁹ Ela foi secretária da ANPUH durante todo o mandato de Simões de Paula e presidenta eleita para a gestão 79 a 81. Em 1965, quando dividiu com Eurípedes Simões de Paula a responsabilidade de "fazer" valer a então "frágil" Associação de Professores Universitários de História, Canabrava já era Catedrática, tendo realizado dois trabalhos de peso em torno da história econômica_ temática na qual se especializara e criara "escola". Ela foi uma das pessoas que participou da ANPUH desde o seu primeiro simpósio (compondo junto com Sérgio B. de Holanda, Eremildo Luiz Viana, Cecília Westphalen, Antônio Alvim, Armando Souto Maior, Jorge Calmon e José R.A. Lapa a primeira Diretoria) até quando se aposentou, em 1982.

³⁰ Nasceu em 1910 e morreu (atropelado na rua da Consolação, em São Paulo) em 1977 aos 67 anos de idade. Fazia o curso de Direito quando entrou em 1934 na primeira turma do curso de história e geografia, da então fundada Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, núcleo da USP. Foi Fundador da Revista de História (em 1950) e por diversas vezes Diretor da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências e do Curso de História. Era catedrático no magistério de história antiga e medieval, tendo defendido doutoramento e cátedra nesta área do conhecimento

de sua trágica morte³¹. Um segundo momento seria o de abertura da ANPUH para a participação de alunos graduandos e pós-graduandos e professores secundaristas nas apresentações de comunicações nos simpósios, uma “nova” feição aos Simpósios configurando sobretudo um caráter menos “amador”, uma vez que a entidade se vê diante do fato de ter que se reestruturar para atender às novas demandas qualitativas e quantitativas advindas desta “abertura”.

Há uma (triste) ironia nesta aparente coincidência entre a reestruturação da ANPUH e a brusca saída de Eurípedes Simões de Paula de sua presidência. O professor Eurípedes S. de Paula foi um defensor da relação entre desenvolvimento da ANPUH e profissionalização do historiador e ao mesmo tempo, sua gestão é caracterizada como amadora, ou seja, ele lutava pela “profissionalização” da História enquanto exercia simultaneamente uma prática bastante amadora na direção da ANPUH. Mas quais critérios estariam balizando esta leitura da prática de Paula como amadora? Um primeiro, o forte personalismo com a qual reforçava sua “necessária” presença. A entidade “dependia” de S. de Paula, em vários sentidos, desde o uso de sua influência e respeitabilidade junto à própria USP (pois ali exercera vários cargos administrativos e possuía um “*trânsito livre*” entre diferentes fações tanto políticas quanto teóricas dentro e fora da História) para usufruir da gráfica desta entidade na impressão dos Anais, até no serviço “braçal”. Ou seja, quando nos Anais se menciona que a elaboração dos mesmos esteve sob a coordenação do professor S. de Paula, leia-se que ele reuniu, datilografou, xerocou, ou seja, fez todo o trabalho físico necessário, além do que lhe competia, a parte mais digamos “intelectual”. A precariedade financeira da entidade aliada ao fato de que S. de Paula circulava muito bem junto aos cargos de chefia, muitas vezes por ele mesmo ocupados, criava “facilidades” e viabilizava a edição dos ANAIS, configurando assim uma prática bastante artesanal.

histórico. Foi assistente e colaborador de Fernand Braudel e Jean Gagé., presidente da ANPUH (1965-1977), membro fundador da Academia Paulista de História e membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

³¹ Ele morre em setembro de 1977, vítima de um atropelamento nas proximidades de sua residência, no centro de São Paulo.

Além disso, há uma peculiaridade em sua personalidade _ era considerado paternal, desprendido, tirava dinheiro do bolso para manter as correspondências da ANPUH _ realçada tanto na fala de alguns dos professores entrevistados nesta pesquisa quanto em depoimentos publicados sobre sua pessoa, na ocasião de sua morte, ou mesmo em análises posteriores, visando “recuperar” a sua inigualável atuação junto à Faculdade de Filosofia da USP. Assim, Odilon Nogueira³², em homenagem ao “professor e amigo”, refere-se a ele ressaltando aspectos como: *“Difícil encontrar alguém, nos quarenta anos em que esteve vinculado à Universidade de São Paulo, que lhe não seja devedor de alguma coisa, desde a orientação amigável aos jovens estudantes, o conselho nobre e desprendido aos colegas inseguros, até auxílios materiais aos que se mostrassem necessitados. Seu desaparecimento abriu na Faculdade que dirigia e para a qual viveu quase toda a sua existência, um vazio sem igual, difícil senão impossível de preencher.”*

Para além do personalismo, o fato é que a ANPUH pós-Eurípedes S. de Paula foi vista, na maioria dos depoimentos prestados, como mais profissional e durante a década de 80, também mais aberta aos debates historiográficos sintonizados com as preocupações sociais extra-acadêmicas.

³²MATOS, Odilon Nogueira. *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Departamento de história da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Ano XI, N°94, 1979.



Coordenação:
ANPUH
Promoção:
Universidade
Federal de
SERGIPE

ARACAJÚ
1 a 7
de setembro
1975



Foto 02: Da esquerda para direita, sentada de branco, prof^ª. Alice Canabrava, prof. Eurípedes S. de Paula e prof^ª. Regina S. de Paula.

O "*circuito vazio*" que tomou conta da ANPUH nos anos noventa seria um indício de que a "identidade do historiador" e de sua entidade "representativa", mencionada nos vários balanços historiográficos que remontam à década de 60, não haveria sido produzida, como era objetivo dos seus fundadores? O que está em jogo quando simpósios que mobilizam em torno de mais de mil pessoas _ entre professores e alunos, como ocorreu nos três últimos simpósios _ não provêm à entidade 'substância' suficiente para exercer seu "papel político" de porta-voz da comunidade de historiadores? Quantidade e qualidade são termos excludentes quando o assunto é política educacional e discussão teórica? Quando se têm de um lado, cursos, conferências, mesas-redondas lotadas e, de outro, assembléia esvaziada, estamos diante de qual exercício do político? Indiferença? Em caso afirmativo, indiferença em relação a que?

E se deslocássemos a questão para uma outra; se olhássemos estes momentos cronológicos-políticos da ANPUH concebendo a tão alardeada "formação" e posteriormente/concomitante, "crise" de "identidade", não como um ponto inicial de

"auto-afirmação" profissional e social, ou seja, fixado nas bases da formação da ANPUH e superado ao longo de sua "efetivação", mas como o movimento mesmo conflituoso e, como já bastante explorado neste texto, cheio de marcas da diferença, da heterogeneidade constitutiva mesmo desta "categoria profissional" ? O que estou tentando sugerir é que para pensar o "vazio", a "despolitização", a "superficialidade", enfim, seja qual for o nome atribuído à característica atual da atuação da ANPUH, talvez seja providencial pontuar estes momentos-chave da ANPUH e pensar os anos 90 a partir das questões políticas (e o próprio entendimento do que seja o político) próprias desta época.

Uma cronologia já sugerida nas várias falas analisadas poderia ser esboçada, formalmente, da seguinte maneira, dividida em três marcos: 1) a ANPUH sob coordenação e/ou gestão centralizada nas mãos de Eurípedes Simões de Paula e do grupo de historiadores a ele mais próximos (Alice Canabrava, Eduardo França, Olga Pantaleão, Cecília Westphalen, ...) abarcando, assim, do início dos anos 60 aos últimos anos da década de 70; 2) a predominância de historiadores da História Social (um tipo particular de marxismo) encabeçando sobretudo a luta contra os Estudos Sociais e a transformação da ANPUH em uma entidade aberta a todos os profissionais da história em igualdade de condições com os professores universitários; característica mais explícita nas gestões da ANPUH do início dos anos 80 até mais ou menos meados dos 90; 3) Os últimos cinco anos tem marcado uma perspectiva menos "militante" e mais "academicista", não propriamente um "retorno", mas uma aposta na legitimidade via o quantitativo e em práticas políticas mais "formais", limitadas a "cartas-públicas", manifestações de repúdio via "noticiário" em "Boletins", ou seja, houve um distanciamento significativo entre "participantes" dos simpósios e "decisões de assembleias", entre a "diretoria" e sua relação com os "filiados". Distância esta visível ainda na própria "rotina" dos simpósios, que se tornou tão gigantesca a ponto de não permitir a "audiência" de pesquisadores interessados em uma mesma temática em outras Comunicações afins, gerando uma barreira ao diálogo, cujo espaço "físico" estaria **formalmente** garantido através do reconhecimento da sólida (não por isto eficaz) instituição e a regularidade dos simpósios, um fator relevante que poderia ser, no mínimo, menos 'vitrine' e mais conteúdo.

Estou argumentando no sentido de que o desencanto, visível, nos depoimentos dos historiadores que vivenciaram mais de perto as lutas políticas da entidade e vêem o momento atual como "fragmentação" e "despolitização", tem sua razão de ser, pois está intimamente relacionado à maneira como se pensou e se pensa a formação política de uma entidade profissional e o constante refazer próprio de sua dinâmica. O que há de comum, ao meu ver, entre o primeiro e o segundo momento da ANPUH é a fixação pela elaboração de uma identidade (profissional) tanto para os historiadores quanto para a própria ANPUH. O terceiro momento, pode ser distinguido justamente pelo "desleixo", pelo não envolvimento das "novas" gerações nas malhas desta política identitária. Por enquanto, deixo esta reflexão como uma "questão no ar" e volto à alguns aspectos da história da ANPUH nos anos 80 e 90 que podem ajudar a relativizar as memórias tecidas pelas diferentes fontes até aqui utilizadas .

Há outro ponto de tensão no depoimento de Glezer que merece atenção. Quando ela menciona o trabalho do historiador como um ofício que implica em uma certa "erudição", "lentidão", "pesquisa", "reflexão sobre o material coletado" e critica os rumos que tomaram a graduação e pós-graduação no país ("*O que significa que nós deixamos que o nosso processo de formação fosse escoado pelo ralo, nós deixamos que a desqualificação se tornasse a norma*"..), sua fala suscita a perspectiva de que não há uma única noção de profissionalização em pauta, não há consenso nem entre os próprios historiadores, nem entre historiadores e "agentes" do Estado. Eu arriscaria inferir, desta angústia apresentada por Glezer, mas extensiva a outros tantos historiadores, que o processo de racionalização da produção de conhecimento que foi sendo elaborado no interior da academia, no sentido de "profissionalizá-lo", acabou criando uma situação "desfavorável" ao movimento do pensar e do criar, burocratizando e superficializando o saber, aprisionando-o na camisa de força do "conhecimento histórico profissional" e a tão sonhada Associação não consegue sair da situação de "reboque" e retomar o distanciamento com as políticas governamentais que a caracterizou e fundou o seu "mito" de origem, ao menos nesta memória traçada pelos pioneiros e "registrada" nos anais.

Nas falas dos quatro entrevistados, principalmente Fenelon e Glezer não fica claro quando e como foi que a ANPUH teria se "descaracterizado". Talvez a proximidade

de ambas com os rumos da entidade tornasse o julgamento, que fazem da atual prática institucional da ANPUH, um tanto rigoroso. Por outro lado, é possível perceber, estas inflexões, as chamadas “crises” enfrentadas pela História e pela própria ANPUH não são manifestações puras (fatos) de um movimento que se daria no sentido estabilidade/instabilidade. A revista criada e publicada pela ANPUH, a RBH (Revista Brasileira de História), assim como o Boletim de História, além de outros artigos publicados em revistas de história das mais diversas regiões do país, apresentam uma cartografia desta dinâmica constante de re-formulação, re-territorialização da história e de seus praticantes e permite pensar estes “desvios” a partir de uma outra forma de elaboração do “problema”. Afinal, não há *desvios* quando o ponto de chegada não foi aquele delineado na partida, mas está em constante atualização, ou seja, os trajetos e as respectivas zonas de parada (descanso), são durações temporais de perfis, não necessariamente articulados sob o ponto de vista das unidades necessárias quando se tenta dimensioná-las em identidades (mesmo quando entendidas “historicamente” e não “essencialmente”).

Retomando a discussão sobre a reiterada noção de “crise” de identidade do historiador, motivada política ou epistemologicamente, reporto-me a uma reflexão de Falcon³³, apresentada no XVIII Simpósio Nacional de História (1995), cujo tema central foi “ **História e Identidades**”, e a uma *Nota Editorial* redigida pela presidenta da ANPUH (gestão 1995-97), apresentada em destaque no Boletim da ANPUH-nacional, também em 1995.

No texto apresentado por Francisco Falcon, as discussões sobre a crise da identidade do historiador e da história são vistas como parte de um mesmo processo. O autor faz um histórico que vai da concepção historiográfica tradicional (positivista), em

³³ FALCON, F. Francisco J. C. "A Identidade do Historiador". In: *HISTORIOGRAFIA. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 9, nº 17m 1996.P.7-30. Vale ressaltar que este texto é fruto de uma apresentação na mesa-redonda “A historiografia contemporânea e a identidade do historiador”, no XVIII Simpósio Nacional da ANPUH, em 1995 e que o autor foi escolhido para o debate não só por este texto, mas por ser um dos poucos historiadores contemporâneos que tem insistido sistematicamente em discutir as questões teóricas do ofício do historiador, possuindo várias publicações neste sentido e participado dos simpósios levando suas interrogações acerca da conformação das questões pertinentes aos historiadores. Um debate crítico com suas análises historiográficas ficará mais evidente nesta pesquisa no segundo capítulo, no qual desenvolvo uma análise conceitual dos textos

sua expressão aqui e fora do Brasil, até aos atuais dilemas pelos quais passam tanto os textos de história quanto os seus “profissionais”. Nos anos 90, segundo Falcon, o grande problema enfrentado nestas definições não é mais uma demarcação e afirmação de território entre a História e as demais Ciências Humanas e Sociais (uma definição de métodos e objetos que lhe garantiriam especificidades). A grande controvérsia se localiza mesmo no **desmanchar das certezas** que até então uniam historiadores de diferentes posturas políticas e teóricas, a noção mesma de realidade e do alcance do discurso histórico, a quebra do “*Realismo Historiográfico*”.

Em outras palavras, o autor se mostra pouco preocupado com a defesa de uma cisão entre historiadores profissionais e não profissionais. A discussão sobre a identidade não se firma mais nestes limites, uma vez que, nas palavras do autor: “*Já deve ter ficado evidente a esta altura da minha exposição que não estou interessado na habitual distinção entre historiadores autodidatas e historiadores profissionalmente formados. Aliás, acredito que se deva relativizar também a concepção segundo a qual uma vez institucionalizada academicamente a formação de profissionais em História desapareceriam de cena os historiadores autodidatas. Sendo assim, a proposição que constitui os cursos de pós-graduação em História locus exclusivo, na atualidade, para a formação do historiador deve ser encarada com certas cautelas tendo em vista os rumos da historiografia e da cultura contemporâneas.*” (p.13)

Diante deste visível deslocamento em relação ao propósito “inicial” de uma articulação identitária entre historiadores, como se coloca para o autor esta questão da identidade? “*Quero somente esclarecer que a expressão **identidade do historiador** é utilizada neste texto em dois sentidos complementares: a identidade como **autoconsciência** do historiador, a começar pela **intenção** de produzir um texto de história; identidade também como **reconhecimento** do trabalho produzido pelo historiador como de história ou, o que vem a ser a mesma coisa, o reconhecimento de seu autor como historiador*”. (p.13)

Autoconsciência, Intenção e reconhecimento (dos pares?) constituem a tríade na qual o autor busca pensar a possibilidade de imersão em uma ciência completamente fragmentada em termos de perspectivas narrativas e explicativas e na configuração de seu

viés temático, buscando reerguer, das cinzas, uma especificidade que dê sentido ao “caótico” universo da historiografia brasileira e “geral”. Os historiadores teriam se perdido em meio a tantas “novidades” oferecidas pelo mercado editorial e produção nestes últimos anos e, principalmente, teriam concedido muita atenção às críticas exógenas, que desfiguram a possibilidade de se pensar um “lugar” para a história na contemporaneidade (ele se refere principalmente às críticas de H. White).

Não pretendo aqui estender muito as imbricações das análises de Falcon, nem apresentar minhas inumeráveis discordâncias com a avaliação que o mesmo faz da historiografia contemporânea. Retenho, por ora, apenas o que e o porque o autor considera importante um certo “resgate” da identidade do historiador. O ceticismo reinante é, em sua concepção, completamente inoperante para uma interação crítica com os questionamentos que se colocam à produção historiográfica como um todo. Questionamentos traduzidos por ele nos seguintes termos: se as fontes não são mais “pontes” para uma realidade histórica passada (considerando aqui uma versão bastante flexível de passado, ou seja, o presente fabrica passados o tempo todo), como fica então o ofício do historiador? Em que consistiria a sua contribuição ao pensamento social como um todo?

Falcon, prudente em sua intervenção neste debate, recorre às palavras de Eduardo Lourenço, a fim de concluir sua reflexão, sem demarcar abertamente seu território, sugerindo um aporte que ele julga “pertinente e bastante atual”. A partir da citação mencionada³⁴, é possível inferir que Falcon entende, com uma certa ironia destilada ao longo do texto, que não são necessariamente progressivos todos esses questionamentos que consideram a total inacessibilidade ao “real” e que a crítica e interpretação das fontes

³⁴ “O nosso século já entoou em todos os tons a litania da irrisão e do desespero. A liturgia dos “tempos” do século é uma liturgia fascinada e condicionada pela desconstrução de tudo quanto nos habituamos a considerar “estável”... Mas não é do delírio nem da fantasmagoria que nascerá a cura, mas da vontade de recusar uma Cultura sem sujeito nem memória. Os deuses mortos regressarão, a exigência de inteligibilidade e do conceito, marca do Ocidente e sua cruz, impedirão que o mundo se torne em sentido próprio e figurado, **terra de ninguém**. E será um “outro século”. Talvez o nosso, mas lido do avesso pela inocência dos que escaparam às delícias fúnebres do seu discurso dominante.” *Op.cit.* p. 27. (trecho citado do artigo de LOURENÇO, E. “Os tempos do século, ou o crepúsculo da consciência histórica”, em *Balanço do século*, obra coletiva, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990, p.250.

ainda é a base do trabalho do historiador, cujo discurso descreveria e analisaria uma prática social, se distinguindo, sobretudo, de uma perspectiva absurdamente “ficcional”.

Não entrando no mérito de concordar ou não com estas reflexões de Falcon, o que sobressai de sua argumentação é um diagnóstico maior da importância dada à categoria “identidade” ou mesmo “identidades”, carregada de diferentes tonalidades nestes últimos 40 anos, mesmo estando desvinculada da noção tradicional de profissionalização marcante no repertório dos primeiros “simposiastas”.

O editorial do Boletim, mencionado anteriormente, foi divulgado logo após o simpósio no qual Falcon participara, com as reflexões apresentadas acima, e traz um outro elemento sobre a categoria identidade que reata com a discussão que vinha sendo desenhada a partir dos depoimentos de Fenelon e Glezer sobre os rumos políticos da ANPUH. A presidenta eleita para a diretoria da ANPUH no biênio 95/97, faz uma conclamação aos historiadores do país nos seguintes termos:

Palavra da Presidente:

Após o Simpósio História e Identidades, torna-se oportuna a reflexão sobre o papel da ANPUH como instrumento de materialização efetiva de nossa identidade. Como professores e/ou pesquisadores, conscientes de nossa diversidade teórica-metodológica, reconhecemo-nos como profissionais, construindo na nossa entidade um espaço de trocas acadêmicas e de alianças para defesa de interesses da categoria no campo do exercício profissional. Para tanto, é fundamental a conscientização de que a ANPUH não é uma sigla, não é uma revista, nem tampouco simpósios!

A imagem pública e política da entidade passa pela vitalidade expressa no número de seus associados, no pagamento das anuidades e, sobretudo, no trabalho regular dos núcleos regionais. No momento, temos sete núcleos desativados e pelo menos três funcionando precariamente!

No simpósio de Recife esforçamo-nos por contactar colegas de diferentes Estados, cujos núcleos apresentam problemas. O trabalho de reconstrução, entretanto, tem que ser sustentado pela base.”

Mobilize-se colega! A ANPUH é, também, você!

Ismênia de Lima Martins³⁵. ”

Essas palavras de Ismênia de Lima Martins impressionam porque recorrem ao princípio de que a identidade e profissionalização da História passam pela consolidação

³⁵ Boletim ANPUH ano 3 n° 8 set-nov. 1995.

da ANPUH, não apenas institucionalmente, mas, sobretudo, politicamente _ talvez o termo melhor seria "representação política", baseada na legitimidade pelo "número" de "votantes" e pelo "funcionamento", ao menos em termos formais, dos Núcleos Regionais. Sua intervenção enquanto diretoria vem no sentido duplo de diagnosticar um enfraquecimento da instituição e evidenciar a tentativa de fomentar uma "gestão" com um projeto político para a entidade, um esforço de injetar ânimo e agilidade no sentido de reavivar um compromisso com *"a defesa de políticas públicas que garantam a preservação das fontes e o desenvolvimento da pesquisa histórica, assim como com valorização e resgate da dignidade do magistério."*³⁶

A leitura deste Boletim e dos outros que o antecederam ou sucederam, bem como algumas análises historiográficas mais recentes, sugerem, indicam, uma conclusão que, novamente, eu formularia como indagação, principalmente em contraposição àquelas formuladas por Falcon. Como, a partir das avaliações sobre a trajetória da ANPUH nestes seus quase quarenta anos de existência, não podemos traçar uma linha ascendente de constituição de um *locus* de união e engajamento corporativo dos historiadores, se o desenvolvimento da profissionalização _ tão almejado em 61, deslanchado nos anos 70 e 80 _ vêm nos anos 90, sendo marcado por uma brusca inflexão qualitativa, então, onde "mora" o descompasso entre a História, os Historiadores e "sua" Associação? A prática associativa e seus efeitos políticos não fazem mais sentido em um universo científico e acadêmico marcado pelo "desconstrutivismo" de categorias identitárias? Foi o mesmo fenômeno que des-elitizou a prática de acesso ao ensino e pesquisa e a carreiras universitárias que provocou a "desqualificação" do conhecimento histórico? Há um problema sério a ser enfrentado quando admitimos que profissionalização não é garantia de qualificação e esse é um ponto de reflexão que, por sua abrangência, extrapola os limites desta primeira leitura das questões que afloraram nesta investigação em torno da dinâmica e potencialidades que gravitam em torno da construção de memórias e de uma reflexão histórica sobre a ANPUH.

³⁶ Texto extraído do editorial do Boletim em que consta a citação anterior.

Porventura, não seria conveniente, utilizar do mesmo expediente de Falcon, e explicitamente me "esconder" atrás de uma "citação", por ironia do "destino", de um historiador francês?

"... a erudição, a seriedade do ofício histórico, é apenas metade da tarefa; e, atualmente, a formação de um historiador é dupla: erudita e, além disso, sociológica. O que nos acarreta o dobro do trabalho, porque a Ciência progride e o mundo perde a inocência, avidamente, todos os dias.

(...) Não imaginemos, com efeito, que haja uma lógica majestosa em tudo isso (na arbitrariedade e incoerência da delimitação dos "discursos", das ciências), que o que está em questão seja o conflito entre duas grandes opções, uma escolha dilacerante, um diálogo eterno: o detalhe das fronteiras é bem mais desprezível e arbitrário." (VEYNE, P. 1983)

Se esta narrativa partiu da problemática da Identidade (do historiador e da História) e chega a um ponto final (mesmo que provisório) provocando o desmonte sobre esta obsessiva necessidade de fronteiras e, ao mesmo tempo, encarando o desafio institucional advindo de uma tal concepção sobre o discurso e a prática historiográfica, percorrendo alguns movimentos da relação sócios/simpósios/ações da ANPUH desde a década de 60 até meados dos anos 90 é de se esperar que vários atos simultâneos (intersectados ou paralelos) tenham escapado.

Um deles, para finalizar a reflexão desta primeira parte, requer uma breve pausa e está diretamente relacionado com as discussões que serão realizadas na segunda parte. Embora eu tenha evitado, propositalmente, adentrar por uma análise que percebesse em toda esta dinâmica as construções e relações de gênero, próprias do ambiente acadêmico no início dos anos 60 e apresentar suas perceptíveis transformações ao longo da própria dinâmica de consolidação da ANPUH e da História, abro uma brecha para mencionar alguns dados, indicadores da riqueza de uma tal perspectiva de pesquisa.

Recentemente, Alice Canabrava publicou um pequeno texto, "Minhas Reminiscências", no qual retoma algumas idéias contidas no depoimento anterior, traçando com maiores detalhes uma retrospectiva de sua vida acadêmica, passando por professores que a influenciaram a se dedicar à pesquisa e à maneira como foi lançada nas temáticas por ela trabalhadas ao longo de sua carreira universitária. A casualidade das

temáticas estava estreitamente ligada à massa de documentos que segundo ela iam surgindo em suas intermináveis incursões aos arquivos. O vínculo com o documento, ou seja a “*importância da fonte primária*” é uma evidência da necessidade da história de não se perder com “*abstrações*”, interpretar a realidade. Ela constata que esta forte relação entre documento e real era uma das marcas da historiografia daquele momento, sem entrar em maiores análises sobre as atuais relações da historiografia com as noções de documento e realidade .

Em sua pequena abordagem sobre as dificuldades que enfrentou no interior do universo acadêmico há dois “desabafos” bastante sugestivos.

*“Na faculdade de Filosofia, o Prof. Dreifus, que era o diretor, me estimulou a prestar o concurso para a Cadeira de História da Civilização Americana. Ele não queria abrir o concurso para apenas um candidato. Eu ainda não possuía uma tese. **Naquela época, ninguém queria mulheres nas Cátedras. As mulheres eram ótimos elementos para serem datilógrafas e secretárias.** No entanto, não me deixei intimidar e disse: ‘Eu faço o concurso e vocês queme reprovem. Estamos entendidos’. Eu tive a audácia de concorrer com o meu chefe.” P.162*

*“Na Faculdade de Economia eu não sofri qualquer tipo de restrição ou de discriminação. O professor Teotônio Monteiro de Barros recebeu-me de braços abertos. O ambiente da Faculdade de Economia era bem diferente do da faculdade de Filosofia. **O pessoal da Faculdade de Economia ligava-se mais à vida ordinária, dos fatos, do cotidiano.** Na Faculdade de Filosofia havia muitos “*intelectualóides*” que se diziam avançados, liberais, mas que, no fundo eram extremamente preconceituosos para com a mulher”.³⁷ P.163*

O primeiro trecho em negrito está em destaque porque, a partir dele, relendo os Anais, pude perceber algo que havia passado completamente despercebido e que não deve ter sido por mera casualidade. Explico melhor. Somente depois de tomar conhecimento deste texto em que Canabrava, nos anos 90 se “revolta” com o lugar social destinado às mulheres, “*datilógrafas e secretárias*”, pude perceber que ao longo de seus vinte anos junto à ANPUH, sendo a historiadora reconhecida que era, apenas ocupou o cargo de diretora da entidade uma única vez, na primeira eleição que houve após a morte do professor Eurípedes Simões de Paula. Mais do que isto, como a relatora (também eterna “auxiliar” de E. S. de Paula), sempre a mencionava como Secretária da ANPUH, eu não

havia atentado para o fato de que no próprio organograma dos cargos oficiais da entidade, ela também só veio a assumir como Secretária Geral, o que vinha sendo de fato desde o início, no ano de 1973. Consta nos Anais como secretários gerais, de 1962 a 69, Sérgio Buarque de Holanda e em 71 a 73 Luis César de Aguiar Bittencourt.

Não estou sugerindo que houve uma referência explícita da autora no texto citado ao lugar que lhe fora destinado durante vários anos junto à ANPUH. Apenas juntei estas informações porque me pareceram, a princípio, bastante discretas, e, ao mesmo tempo, sugestivas de que, na verdade, a dificuldade de ascender ao universo acadêmico e institucional não foi uma das atitudes mais fáceis que Alice Canabrava e outras intelectuais brasileiras encontraram até bem pouco tempo atrás.

Retomando um paralelo com a pesquisa de Heloísa Pontes sobre o universo intelectual do grupo clima, percebo que Alice Canabrava não estava só. A autora, acompanhando a trajetória de Gilda de Mello e Souza, faz uma referência a essa diferença de tratamento dada a homens e mulheres no universo acadêmico. Na análise de Pontes essa assimetria ficou bastante evidente nos casos de Gilda Souza e de Paula Beiguelman, (além do de Alice Canabrava, mencionada como tendo sido a primeira mulher a disputar uma vaga efetiva naquela Faculdade).

“A transferência de Gilda de Mello e Souza para a cadeira de estética sinaliza uma questão de fundo mais geral: a situação das mulheres na Faculdade e Filosofia, expressa sob a forma de uma inegável, ainda que difusa, assimetria no plano das relações intelectuais e institucionais. Embora tivesse se doutorado mais cedo do que Florestan, em 1950, Gilda não obteve, na época, o mesmo tipo de reconhecimento que ele, quer da parte dos pares, quer dos professores estrangeiros. O tema que escolheu para a tese, a formação do gosto e do consumo da moda no século XIX, constituiu “uma espécie de desvio em relação às normas predominantes nas teses da Universidade de São Paulo.”

“(...) o tema _ a boca pequena _ foi considerado fútil por muitos. Coisa de mulher. Na hierarquia dos objetos de estudo como a forma de exposição e explicação dos mesmos, a tese de Gilda estava “condenada” à derrota. “Profana” e “plebéia”, a moda, na escala de valor e legitimidade atribuídos por esse sistema classificatório, encontrava-se em uma posição

³⁷ CANABRAVA, Alice. “Minhas Reminiscências”. *Economia Aplicada*. Vol. 1-Nº1 FIPE/FEA-USP . 1997

diametralmente oposta à guerra (tema de Florestan Fernandes): atividade masculina por excelência, "sagrada" e "nobre".³⁸

Na fina ironia de Canabrava, a inteligência masculina da Faculdade de Filosofia, além de outras, buscava proteger o "*ensino superior contra o baixo nível das professoras oriundas do magistério primário*"³⁹. Caprichos do destino à parte, Canabrava foi uma das poucas da "velha" guarda da historiografia da era "catedrática" que participou das lutas pela profissionalização da História e da própria ANPUH. Independente de ter desenvolvido em suas pesquisas problemáticas que situassem o universo feminino enquanto uma questão a ser problematizada pelas ciências humanas e, em especial pela história, ou, de ter escolhido temáticas impertinentes para a época, a contribuição da professora Alice Canabrava, vem mais da sua "atuação" profissional, deslocando e incomodando o fechado universo masculino da academia. Não foi uma pioneira da História da Mulher na academia, mas foi uma das pioneiras na história da História e da academia.

Alice Canabrava deixou uma última contribuição à ANPUH, ao finalizar sua gestão, a fundação da Revista Brasileira de História. A informalidade "espacial" da primeira reunião em que se pensou e se discutiu a formação da Revista Brasileira de História, ocorrida na residência de Canabrava⁴⁰, não diminuiu o caráter sério e determinante dos primeiros passos do que seria, segundo sua primeira editora, uma revista de caráter nacional que fosse considerada um órgão oficial da ANPUH, cuja

³⁸ PONTES, Op. Cit. P.188.

³⁹ A luta pela institucionalização do ensino superior e posteriormente, a luta das mulheres pelo acesso ao mesmo e à carreira universitária já foi objeto de várias investigações, muitas delas proporcionadas pela Fundação Ford juntamente com a Fundação Carlos Chagas e publicadas na revista Cadernos de Pesquisa. Entre elas conferir o belíssimo texto de Mariza Corrêa. "A Revolução dos Normalistas", no qual a autora une a discussão sobre a luta pela educação no País, a forte e controversa presença da figura de Anísio Teixeira, e a inter-relação com a história da Antropologia e sociologia. Cad. Pesq. São Paulo (66): 13-24, agosto de 1988. Conferir também o artigo de Carmem Barroso em co-autoria com Guiomar Namó de Mello, "O acesso da Mulher ao Ensino Superior Brasileiro". Cad. Pesq. São Paulo n. 15 (47-77), 1975. Embora o artigo tenha o limite temporal bastante curto em relação à realidade atual, ele situa bem, com levantamentos estatísticos minuciosos, a dimensão da inserção feminina nas diferentes profissões e apresenta uma crescente expansão da participação feminina no ensino superior. Uma das reflexões pertinentes ao comentário feito por Canabrava sobre o medo da "normalização" do terceiro grau é a diferenciação apresentada pelas autoras sobre a formação dos cursos científicos e normais, sendo que os cursos normais não eram considerados como cursos que garantiam uma "base" curricular suficiente para propiciar a entrada no terceiro grau sem que houvesse algum tipo de "complementação". Ou seja, ele era "visivelmente" tratado hierarquicamente como inferior ao curso científico voltado para a "continuidade" da formação acadêmica.

⁴⁰ GLEZER, R. "A Fundação da Revista". São Paulo, RBH n.1março de 1981.

periodicidade propiciaria uma contínua apresentação e debate de novas pesquisas e discussões travadas nos Simpósios. Assim, Canabrava desejava que a Revista _ seguindo a tradição de divulgação e problematização da historiografia com nítida inspiração no periódico francês *Annales d'Histoire Économique et Sociale*_ viesse "*Suprir o vazio criado, desde que se interrompeu a seqüência daquela publicação (Anais). Vem de encontro, prioritariamente, às exigências legítimas que envolvem as conquistas no campo científico, quanto à divulgação das mesmas*".⁴¹

Neste mesmo texto, Canabrava narra aos "recém chegados" toda a trajetória de formação e "consolidação" da prática Associativa dos historiadores, e diferenciando-a de outras entidades voltadas para a história, apresenta a especificidade da ANPUH como sendo o "*apanágio dos professores universitários de história*", ou seja, realçando o vínculo entre a entidade e o caráter de regulamentação da profissão de historiador (incluindo as lutas jurídicas por essa regulamentação), a autora dá uma versão sobre profissionalização que extrapola o seu sentido estreito, muito em voga ainda nos dias atuais, formal. Para além da titulação, a profissionalização se realiza, em sua concepção, no permanente confronto de idéias e a ANPUH, assim como a Revista Brasileira de História, seriam espaços profícuos e estimuladores deste espírito, no qual o conhecimento se encontra sempre em movimento. Nas suas "otimistas" palavras:

*"Para os licenciados e professores de História espalhados pelo território nacional, "isolados uns dos outros", a Associação veio proporcionar a oportunidade da exposição, do debate, da conversa profissional, ou seja, mostrar pesquisas, testar e debater idéias, expor problemas da metodologia do ensino vividos na experiência pessoal, realizar contatos com outras universidades, enfim, manter o diálogo fecundo que ambicionavam."*⁴²

Desde a sua primeira publicação até os mais recentes números publicados, a RBH participa no cenário da historiografia Brasileira de forma intensa, constituindo-se em uma das principais referências das tramas e re-viravoltas das pesquisas e das discussões sobre o ensino de história. É possível acompanhar alguns dos deslocamentos da historiografia a

⁴¹ CANABRAVA, A. "A Associação Nacional dos Professores Universitários de História. S. P. RBH 1 março de 1981.

⁴² CANABRAVA, Op. Cit. P. 4.

partir de uma leitura atenta e antecipar, já que essa reflexão será desenvolvida no capítulo que segue, que a década de 80 apresenta um cenário múltiplo e de difícil "classificação" em termos de "tendências" político-teóricas.

Nos anos 60 e 70, através de entidades como a ANPUH e de personalidades como E. S. de Paula, Canabrava e outros historiadores, mais ou menos conhecidos, um movimento invisível de desassossego tomou conta da História. A crítica aos universalismos, uma outra noção de cultura e de como pensar os fenômenos culturais, a preocupação em pensar teoricamente a questão das minorias, a história dos trabalhadores, dos excluídos, dos movimentos sociais como um todo, trouxeram à tona o que Eder Sader cunhou por "*Novos personagens entram em cena*". Os sem-terra, os operários, os anarquistas, os missionários (líderes messiânicos), os loucos, os leprosos, os transgressores (criminosos), não foram incorporados de imediato pela literatura histórica, mas o terreno foi sendo cultivado para que a década de oitenta representasse o que representou na historiografia, ou seja, um momento extremamente fértil em termos de quantidade e qualidade de produções historiográficas voltadas para o "social". É claro que o desenvolvimento da pós-graduação no país levou à expansão dos centros de pesquisa e dinamizou a produção, inclusive o setor de publicação. Além disso, tanto o interesse dos pesquisadores quanto do público leitor foi sendo elaborado simultaneamente por um conjunto de fatores internos e externos à produção acadêmica. A história do feminismo no país, principalmente o trabalho de Miriam Moreira Leite, Branca Alves, Maria Ligia Quartim de Moraes, levanta uma série de questões do universo feminista que acabaram sendo incorporadas pela academia, mesmo que tardiamente, como ocorreu no caso da história.

Para finalizar esta primeira parte da reflexão, vale ressaltar que em 1987, quase vinte anos depois da defesa da tese de Gilda de Mello e Souza, foi realizada a primeira impressão em forma de livro daquele tema que, em 47, "*constituiu uma espécie de desvio em relação às normas predominantes nas teses da Universidade de São Paulo. Hoje a perspectiva*

mudou e o tema abordado, que talvez tenha parecido fútil a muita gente, assumiu com o transcorrer do tempo uma atualidade inesperada.⁴³"

Inesperados e tortuosos, evidentemente não ascendentes e progressivos como se esperava, são os caminhos da história da História brasileira, principalmente vislumbrada através da dinâmica da ANPUH e das relações com sua própria temporalidade. Acompanhando as transformações institucionais e políticas da ANPUH que, como se pôde perceber nesta pesquisa, se intensificaram significativamente nos anos 80, há as transformações metodológicas e teóricas, expressas nos artigos e em debates ocorridos também no interior dos simpósios da ANPUH. Um pouco sobre este "outro" lado da história é o que será trabalhado a seguir.

⁴³ SOUZA, Gilda de M. **O Espírito das Roupas**. A moda no século dezenove. 1996. São Paulo: Cia. Das Letras. 3ª edição.

PARTE II

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Cultura, mulher e Gênero na Revista Brasileira de História

“Os objetos históricos, quaisquer que sejam, não são <<objetos naturais>> em que apenas variam as modalidades históricas de existência. Não existem objetos históricos fora das práticas, móveis, que os constituem, e por isso não há zonas de discurso ou de realidade definidas de uma vez por todas, delimitadas de maneira fixa e detectáveis em cada situação histórica...”

Roger Chartier

4. Da Mulher ao Gênero: que história é essa?

“ Assim, encontramos aqui, historiadores de todo o Brasil e até mesmo um dos luminares da Universidade de Toulouse, o Prof. Jean Roche, tão conhecido de nós como de todos vós, irmanados no mesmo ideal histórico preconizado por Lucien Febvre e Marc Bloch, para juntos debatermos as comunicações apresentadas a este IV Simpósio Nacional do Professores Universitários de História.” (Eurípedes Simões de Paula; 1967)

“A historiografia oficial tem, via de regra, ressaltado os feitos das camadas dominantes ao longo dos séculos e passado ao largo das inquietações da maioria da população. Não se registraram assim, a não ser de forma acidental e freqüentemente deturpada por uma ótica que lhes atribui posição de segundo plano, as contribuições dos contingentes anônimos de trabalhadores e a participação de grupos discriminados, tais como o índio, o negro, a mulher, na formação de uma identidade nacional.” (Míriam Moreira Leite, FCH; 1979)

A fala de Eurípedes Simões de Paula, por ocasião da abertura do IV Simpósio da APUH¹, em 1967, nos lança ao encontro de algumas das angústias vivenciadas nos primeiros simpósios de história e dá pistas sobre as influências recebidas da historiografia francesa, principalmente em vigor na USP (Universidade de São Paulo). Remete ainda à importância simbólica da Associação dos professores de história nos rumos profissionais que ela estava adquirindo e buscando, nos anos 60.

A crítica à produção historiográfica brasileira contida na segunda epígrafe é bastante significativa das conturbações que presidiam o debate historiográfico no final da década de 70, para além dos muros da ANPUH, oriunda de um grupo mais específico de historiadoras, as que enveredaram nas pesquisas dedicadas ao universo "das mulheres". Apesar de vir exposta em uma coletânea realizada por iniciativa de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas _ com o objetivo de fazer um levantamento bibliográfico sobre o que se produziu a respeito das mulheres brasileiras nas áreas das ciências humanas e sociais, publicado no ano de 1979 _ a crítica à historiografia apresenta um tom de

¹ Anais IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Colonização e migração. São Paulo. 1969.p.59

questionamento que ultrapassa a dimensão da problemática da “mulher”. Como o próprio trecho sugere, o torpedo crítico mirava não só a condição de exclusão das mulheres da narrativa histórica como outras tantas exclusões, frutos de uma proposta político-narrativa de forjar uma identidade nacional apagando as diferenças e generalizando a partir de um sujeito universal inexistente social e culturalmente (em sua universalidade, visto que, em sua especificidade, este sujeito poderia ser facilmente identificado junto à população proprietária, branca, alfabetizada...).

Quase vinte anos depois, Mary Del Priore, escrevendo o prefácio da coletânea dedicada à História das Mulheres no Brasil, demarcou justamente a década de 70 como sendo o momento de emergência do campo de estudos denominado de “História da Mulher”, embora sua visibilidade tenha demandado aproximadamente uma década a mais de estudos, pesquisas, seminários e formação de entidades e núcleos voltados para este tipo de problemática.

A formação deste campo específico de pesquisa historiográfica, bem como a entrada da perspectiva de gênero nestes estudos, gerou uma certa polêmica tanto entre as pesquisadoras (es) quanto em relação ao confronto com a prática historiográfica em geral. As evidências desta polêmica estão justamente colocadas nas numerosas tentativas de forjar uma memória e, a partir dela, uma reflexão sobre esta área de estudos e pesquisas. Este movimento redundou em diversos artigos de caráter “avaliativo”, escritos por historiadoras contemporâneas. Antes de passar à análise dos textos (em geral apresentados nos Simpósios da ANPUH) publicados na Revista Brasileira de História, vou fazer este levantamento das questões trabalhadas e publicizadas no Brasil, mais concentrados na primeira metade dos anos 90, nos artigos voltados para construir uma história da relação gênero e historiografia.

O tom geral desses textos é de que a organização deste campo de estudos no interior da historiografia não foi um processo tranquilo, bem como há uma nítida “constatação” de que houve uma evolução qualitativa da produção a partir da década de 80. A melhoria da qualidade está associada à adoção de uma perspectiva mais teórica, bem como à utilização da categoria gênero _ substituindo uma perspectiva de análise

presa à identidade essencializada de mulher e o uso da noção de patriarcado como conceito explicativo da universalidade da subalternidade feminina. Essas mudanças na análise das relações de poder entre homens e mulheres teriam transformado substancialmente a narrativa histórica com enfoque na questão da organização social das diferenças sexuais, tais como são culturalmente percebidas.

As análises ressaltam quase sempre um mesmo percurso: parte-se de uma concepção de mulher_ entendida como um Ser delimitado a partir de uma natureza biológica comum e que (socialmente) partilhava de uma condição de desigualdade em relação a outro ser humano, complementar, o homem _ em direção à formulação da desigualdade sexual em termos de “relações de gênero”. Em outras palavras, é comum nestas análises enfatizar uma trajetória linear oriunda na formulação de um campo de pesquisas denominado de História da Mulher, seguida do campo denominado História das relações de gênero. O artigo de Del Priore, acima mencionado, representa uma voz dissonante, porque faz um trajeto diferente de problematização, no qual a história da mulher permanece à parte dos estudos de gênero e não teria sido (nem mesmo deveria) substituída pelos estudos de gênero.

As novas demandas políticas (igualdade na diferença) do movimento e pensamento feminista, aliadas ao próprio desenvolvimento da história social (voltada para os "excluídos") foram levantados por quase todos os artigos analisados, como dois pontos importantes de confluência para a referida transformação desta problemática na historiografia (da "mulher" a "relações de gênero"). O intercâmbio com outras áreas de conhecimento e as leituras bibliográficas estrangeiras, principalmente a produção norte-americana e francesa,² também são elementos apontados como participantes deste *tournant* histórico. Neste sentido, os textos fazem um precioso levantamento bibliográfico (muitas vezes coincidente e noutras complementar) que visa mapear temas, problemáticas, documentações e conceitos de trabalhos pioneiros e de contribuições relevantes para a concretização da "virada epistemológica". Revelam, também, pistas das

² São citados principalmente: SCOTT (1990); CHARTIER (1995); THOMPSON (1979); FARGE (1994); DAVIS (1990); TILLY (1994); VARIKAS (1994); FOUCAULT (1985; ..); DELEUZE & GUATARRI (1996); RUBIN (1985);...

sobre as várias apropriações de conceitos e paradigmas de outras disciplinas e a delimitação de um diálogo; estabelecendo, portanto, o mínimo comum entre as pesquisadoras sobre mulher no país.

Ao fazer o levantamento da historiografia sobre mulher e gênero no Brasil, a historiadora Maria Izilda Matos (1996) adiciona outros elementos importantes. Refiro-me, por exemplo, ao diagnóstico que faz considerando a existência, na década de 70 e 80, de uma "crise de paradigmas" na própria historiografia (em âmbito internacional), que buscava uma maneira mais "aberta" de escrever outras histórias. No interior desta crise, cresceram as indagações sobre o *status* e a condição social da mulher no passado e presente de nossa história. A autora menciona, ainda, dados extra-acadêmicos _ em especial a referência ao desenvolvimento do feminismo enquanto movimento social_ e a pesquisa desenvolvida nas ciências sociais, como aspectos impulsionadores dos questionamentos que desembocaram em algumas das pesquisas mais conhecidas atualmente.

Em 1975, a ONU decretava o ano Internacional da Mulher. Na cena política nacional e internacional ganhava espaço reivindicações ditas "específicas" do universo feminino, tais como creches (para as mães trabalhadoras), equiparação salarial, divisão das tarefas domésticas (a crítica à "dupla jornada de trabalho"), luta contra a violência, ou seja, tentava-se cruzar a crítica à opressão capitalista com a crítica ao machismo (como sendo exercícios de opressão que ocorrem simultaneamente). Esta não é uma avaliação apenas de Matos, mas ela reitera a idéia de que o movimento feminista foi um dos responsáveis _ com o grito de guerra "O pessoal também é político" _ pela politização da vida cotidiana. Em outras palavras, o movimento e pensamento feministas apostavam em duas frentes: tirar a mulher do mundo restritivo da casa, ou seja, subverter as fronteiras do público e, ao mesmo tempo, questionar as relações travadas no âmbito doméstico, o que significava uma rearticulação das fronteiras do privado³.

³ Inicialmente, as categorias público/privado foram apropriadas de maneira mais funcional, sem haver questionamentos quanto à sua capacidade de "tradução" das relações sociais entre o mundo político e social na esfera da "rua" e as relações interpessoais e hierárquicas específicas da teia familiar, doméstica. Pouco se falou inicialmente sobre as questões políticas discutidas em torno destas categorias como : o declínio do espaço público, ou a "tirania do privado" na sociedade contemporânea. Inicialmente, essas categorias tinham um caráter bem simples: o privado dizia

Em termos acadêmicos, os efeitos destes movimentos foram vários. Entre eles uma revisão sobre a arquitetura e funcionamento do poder e da tradicional dicotomia natureza/cultura e seu desdobramento: a associação entre mulher/ natureza e homem/cultura. Na avaliação de diversas autoras feministas contemporâneas, a historiografia produziu (e insiste em continuar produzindo) um discurso “neutro” e negligenciou deliberadamente a questão das implicações teórico-políticas da divisão sexista da sociedade (nas relações de trabalho, parentesco, religiosidade, ...).

Raquel Soihet (1997) buscou, em sintonia com as outras autoras já mencionadas, na historiografia as “exceções”, ou seja, aqueles historiadores e/ou pensadores que se detiveram em uma análise significativa da presença social da mulher. A apropriação desta literatura, cuja referência inicial, em geral, é o historiador francês do século XIX, Jules Michelet (cuja reflexão histórica se projetou de tal maneira no imaginário dos historiadores que, não seria imprudente afirmar, participou da construção de uma memória, devido a seus contornos coletivos e também involuntários, dominante sobre a atuação das mulheres nas sociedades humanas), conduziu a uma outra indagação: que tipo de representações da mulher foram construídas nesta narrativa histórica precursora da “incorporação” das mulheres e até que ponto ela conseguiu escapar dos estereótipos típicos do “olhar masculino” sobre as mulheres (mesmo quando se trata de texto escritos por mulheres)?

Neste sentido, o pioneirismo de Michelet é relativizado à luz de críticas que lhe foram dirigidas ao longo da reescrita da história da mulher e da releitura de seus textos.

respeito ao universo das relações do indivíduo consigo mesmo e com o grupo baseado em laços consangüíneos ou afetivos, às questões morais de sua conduta. O público dizia respeito à “*ágora*”, ou seja, aos comportamentos relativos à interação e organização social, às intervenções políticas; em suma, um universo marcado por regras e instituições. No balanço histórico realizado pelos franceses, a historicidade destas demarcações veio à tona e mostrou ao mesmo tempo a complexidade das fronteiras entre o público e o privado e, mais recentemente, os limites da apreensão dicotômica das categorias público e privado. Conf. Ariés & Duby. *História da Vida Privada* (5 volumes). S.P: Cia. das letras. 1990; Novais, Fernando (direção geral). *História da Vida Privada no Brasil*. S.P. Cia. das letras. 1997; Del Priori, M. *História do Cotidiano e da Vida Privada*. In: Vainfas & Cardoso. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus. 1997. No XX Simpósio Nacional de História, a temática do privado e do público na história retornou à cena em uma mesa redonda que contou com a participação de: M^a de Lourdes V. Lyra, Edgar S. de Decca e Fernando Novais. Conferir os respectivos textos nos Anais do Simpósio: *História: fronteiras*. Vol.1. 1999.

Michelle Perrot⁴ e Raquel Soihet⁵ questionam justamente a herança deixada por Michelet, que fixa a mulher a uma imagem de natureza e o homem ao fundamento da cultura (na perspectiva de Michelet, o homem, por isso mesmo, seria o portador das guerras, das rivalidades e de todas as mazelas culturais por ele gestadas). Embora a intenção de Michelet fosse resgatar o “poder” feminino (seus mistérios, seu domínio das ervas e plantas medicinais, seu contato “íntimo” com as energias vitais,...), na ótica das autoras o efeito desta naturalização foi bastante desastroso, pois fomentou a perspectiva identitária e essencializou a oposição homem X mulher. Mas, é necessário considerar, como o fez Perrot, que “Michelet teve o mérito de levar a sério a relação entre os sexos, o que é recusado pela Escola “positivista”...”⁶

A análise das mudanças na historiografia e a incorporação da problemática da mulher vão sendo delineadas, tanto por Perrot, quanto por Soihet, remontando ainda à História dos *Annales*. Para Perrot, os primeiros annalistas, Febvre e Bloch, Labrousse e Braudel não foram tão decisivos para a elaboração de um campo de pesquisas como o da História da Mulher porque estavam muito voltados para questões econômicas e sociais mais “gerais”⁷. Soihet, por sua vez, assinala que estes historiadores abriram espaço para que, posteriormente, este campo se desenvolvesse, produzindo uma perspectiva historiográfica crítica em relação à racionalidade universal e direcionando a história para os “seres vivos” concretos e para a trama de seu cotidiano (Soihet, 1997. P.98). Na década de 70, a denominada “*Nouvelle Histoire*”, ou “*Terceira Geração*”, enfatizando e

⁴ PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. In: *fazendo história das mulheres. Cadernos Pagu*. nº4; 1995: pp.9-28. Embora a escolha dos textos (tipo “balanços) sobre a relação história da mulher/gênero e historiografia tenha sido baseada na produção brasileira, recorrerei a Perrot para contribuir neste debate a partir deste texto-conferência, realizada no Núcleo de Estudos de Gênero Pagu (06/05/1994), não só pelo fato de ter sido uma presença marcante entre as pesquisadoras brasileiras, mas, também, por ser reconhecida como uma referência quase unânime entre as autoras brasileiras citadas.

⁵ Refiro-me basicamente ao artigo: SOIHET, Raquel. História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma (org.). *Gênero e Ciências Humanas. Desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

⁶ PERROT, op.cit. 1995. P.14

⁷ Talvez fosse prudente aqui salientar uma das inflexões próprias do trabalho de L. Febvre, visto que dedicou dois trabalhos a biografias de duas mulheres “excepcionais”: Marguerita de Navarra e Joana D’arc. Certamente ao tentar percorrer o imaginário renascentista, Febvre tinha em mente compreender os conflitos entre práticas “estranhas”, que revelavam à revelia o “lugar social da mulher comum” e, ao mesmo tempo, suscitava a bizarrice inteiramente imanentes a este universo cultural em ebulição. Agradeço a Isabel Marson o fato de ter chamado minha atenção para essa referência bibliográfica de Febvre e para o fato de Perrot não a ter mencionado.

reelaborando uma história das mentalidades, se mostrará, segundo Perrot, mais receptiva a uma narrativa e problematização historiográfica que posicione a mulher em seu centro. Toda uma discussão sobre sexualidade (as autoras lembram que a publicação bombástica do livro de Foucault sobre a sexualidade data de 1976), homoerotismo, crítica ao economicismo marxista, desconstrucionismo Derrideano, além do deslanchar de questões psicanalíticas foram “influências” importantes e decisivas para o delineamento deste território específico da História da “Mulher”.

É preciso, portanto, fôlego para entender e construir o enredo de tanta “motivação” e “influência”, principalmente quando estas são mencionadas rapidamente, como é o caso da maioria dos artigos acima mencionados. Em outras palavras, os artigos pressupõem um domínio da historiografia brasileira e estrangeira (em termos de mutações conceituais) ao construírem o ponto de encontro e de ramificações entre gênero e história.

A década de 70 foi bastante decisiva para os rumos que tomou a História em geral e a história da mulher em particular, pois ao mesmo tempo em que se configurava um território de visibilidade da “Identidade social da Mulher” e ganhava força a concepção de que a desigualdade entre os sexos era uma construção e não uma fatalidade a que estavam sujeitas todas as sociedades, surge uma nova tensão com a demarcação desta identidade. Inúmeras questões, então, se perfilaram: afinal, todas as mulheres são mães? Estão excluídas dos direitos/deveres de cidadania? Têm acesso à educação? São vítimas passivas ou heroínas? Quais outros elementos marcam sua identidade e lhes conferem um lugar social específico: a raça; a classe?

Uma perspectiva pluralista veio implodir uma concepção unitária de mulher que vinha fazendo “escola” entre historiadoras com preocupações feministas. Mas, a história, enquanto disciplina, não parecia tão envolvida neste processo todo. “Não estava na linha de frente” como expressou Perrot. No ponto de vista de Soihet, os anos 70 simbolizam o germinar dos Estudos de Gênero (fora do Brasil), com a categoria gênero sendo utilizada para se pensar o aspecto relacional das produções de símbolos, das representações, das subjetividades masculina e feminina, em contraposição a uma perspectiva unilateral presente nos estudos sobre mulheres e em “repúdio” à definição da identidade sexual

como decorrência das características biológicas (em detrimento da cultura). Os anos 80 representaram, ainda sob o percurso traçado por Soihet, o marco no qual ganha visibilidade a iniciativa de algumas historiadoras de se apropriarem desta discussão de gênero inscrevendo-a nos estudos com recortes centrados nas questões relativas às mulheres. Em outras palavras, os estudos de gênero embora estivessem desde os anos 70 na agenda das cientistas sociais de perfil feminista, somente nos anos 80 integram a paisagem das historiadoras, ganhando aí um terreno fértil de propagação.

Perrot, por sua vez, faz uma análise da relação entre pesquisas sobre mulheres e gênero, traçando um percurso mais interno ao desenvolvimento da historiografia, utilizando-se como contraponto à produção historiográfica francesa o grande *boom* de pesquisas desenvolvidas pelos “*Women’s Studies*” nos EUA. A autora menciona, nesta avaliação, o difícil processo de aceitação institucional deste tipo de questão histórica e relata a realização de alguns encontros acadêmicos e a formação de núcleos de pesquisa e estudo sobre mulheres⁸. Avaliando as críticas endereçadas ao compêndio *História das Mulheres no Ocidente*⁹, Perrot defronta-se com os problemas gerados pela efusão de histórias sobre mulheres (prostitutas, operárias, domésticas, mulheres vítimas de agressão, o corpo feminino, a história das “resistências” femininas...). Uma das críticas mais enfáticas se refere ao fato de que esta “nova” história não conseguiu forjar uma temporalidade própria, ficando à mercê daquela elaborada pela história universal. Criticava-se, também, o direcionamento da problematização e documentação utilizada, pois não teria proporcionado à história das mulheres ir além de um discurso sobre como os homens viram as mulheres, contribuindo muito pouco para elaborar uma visão das mulheres sobre si mesmas. Questionava-se a dificuldade de concretização de uma história relacional dos sexos, ou seja, de se trabalhar em uma perspectiva de gênero.

⁸ Os principais eventos mencionados por Perrot foram: primeiro curso voltado para a questão das mulheres: (1973) “Les femmes ont-elles une histoire?; Colóquio (1983) “Une Histoire des femmes est-elle possible ?”; primeira grande publicação (1992) *Histoire des femmes en Occident*. (conferir essas informações em: PERROT, 1995).

⁹ Obra coletiva organizada por Georges Duby e Michelle Perrot, publicada primeiro em Italiano e logo em seguida (quase simultaneamente) em Francês e Português (sendo editada em Portugal em 1990), possui cinco volumes, referindo-se a uma cronologia que recobre da Antiguidade (1ºvol.) ao século XX (5ºvol.).

A cada uma destas críticas, Michelle Perrot tece comentários bastante coerentes com o projeto proposto naquela ocasião, sem se esquivar dos problemas realmente enfrentados pela delimitação de uma (e não a) “História das mulheres no Ocidente”. O que gostaria de ressaltar deste debate é a compreensão histórica que Perrot tem da própria história das mulheres, ou seja, ela tem clareza das diferenças, tensões e ambigüidades deste campo de pesquisas e percebe, igualmente, a velocidade com a qual ele foi se reestruturando, qualitativa e quantitativamente, novas pesquisas surgindo a cada dia. É necessário refletir sobre o debate gerado em torno dos quatro volumes desta obra, porque Perrot é no Brasil uma autora referencial e esta obra uma das realizações que, graças ao esforço coletivo de trabalho, recolocou na ordem do dia e ampliou para fora dos núcleos específicos de estudos sobre mulheres, a perspectiva de se pensar a mulher na história e a história a partir da mulher.

Neste mesmo artigo, de 1995, Perrot, avaliando de maneira geral a formação deste “novo” campo de saber, assinala que:

*“Os pontos de vista da historiografia francesa também se transformam, creio eu, de maneira similar aos da historiografia norte-americana. Ambas partem de **uma história das mulheres um pouco restrita para uma história sobre gender**, sobre relações entre os sexos; partem de uma história social em direção a uma história mais preocupada com as representações e consciente da importância dos símbolos, refletindo intensamente acerca de algumas noções, tais como “cultura” e “poder” das mulheres _ ainda hoje a questão do poder político chama a atenção.”¹⁰*

Soihet, Matos e Perrot confluem no sentido de atribuir à perspectiva de gênero um avanço em relação à pesquisa sobre história das mulheres que vinha sendo praticada nos anos 70. Partilho com as autoras esta posição e penso que fomos (aqui incluo a maioria das pesquisadoras sobre mulher no Brasil) bastante marcadas por um grande volume de literatura dedicada a gênero em outras áreas como antropologia, sociologia e literatura e pela efetiva diferença de *status* entre estudos sobre mulheres e estudos de gênero no universo acadêmico. Sem uma perspectiva transdisciplinar, muito pouco espaço restaria à discussão de gênero no interior das regras do discurso histórico.

¹⁰ Perrot, 1995. P. 21, grifos meus.

No entanto, quero enfatizar que o ganho de qualidade teórica advindo deste intercâmbio entre questões e conceitos na área de humanas, representou, também, uma estratégia de sobrevivência deste campo de produção de conhecimento. A crítica ao “empirismo” e “amadorismo” das pesquisas sobre mulher e ao relativo “paralelismo” da discussão sobre mulheres, que era entendida como um “*affaire des femmes*” e não como uma problemática séria a ser enfrentada pelos cientistas sociais e historiadores em geral, trouxeram ganhos no sentido de premiar os trabalhos que se inserissem nesta perspectiva “mais crítica” e repudiar aqueles que insistissem em se manter dentro de uma formação discursiva essencialista e unilateral. Esse jogo essencialmente político, inserido nesta história dos estudos de mulheres e gênero, é pouco abordado pelas autoras mencionadas e por outras. Por que?

Certamente são vários os fatores que interferem nesta forma de narrativa; tentarei mencionar alguns que foram suscitados durante a leitura tanto dos artigos mencionados quanto de outros sobre gênero e mulher. Primeiro, o caráter panorâmico dos textos sem dúvida restringe uma perspectiva mais detalhada e pormenorizada de análise e as autoras acabaram por privilegiar a história de alguns conceitos que foram sendo incorporados e trabalhados ao longo destes últimos vinte anos, e, às vezes, como o fez Mary Del Priore (1997), remontando aos primeiros filósofos e suas representações sobre as mulheres até chegar à institucionalização do campo de estudos “História das Mulheres” na historiografia contemporânea. Nesse sentido, estes históricos deram pouco espaço para as divergências político-teóricas entre pesquisadoras feministas e aquelas que realizavam uma História Social da Mulher; entre as que questionaram os estudos identitários apostando na virada epistemológica proposta pelos estudos de gênero e as que permaneceram no campo de uma “Identidade Social de Gênero”, apenas substituindo o termo mulher para gênero. É como se houvesse um caminho único para todas as historiadoras que trabalhavam com mulheres, que, neste sentido, ou passaram de uma noção “mulheres” para “relações de gênero”, restando ainda a alternativa de permanecerem fiéis ao recorte “mulher”, ignorando os novos rumos propostos pela utilização da categoria “gênero”.

Segundo, houve uma influência marcante, principalmente entre as historiadoras brasileiras, da análise que a historiadora estadunidense Joan Scott fez da história das mulheres e da necessidade quase “absoluta” de uma ruptura radical em direção a uma escrita histórica, feminista e pós-estruturalista. A grande diferença entre a compreensão de Scott e da historiografia brasileira sobre a trajetória da “mulher” a “gênero” é que a análise de Scott em relação ao uso da categoria gênero é mais propositiva e não uma constatação de que já se operou no discurso histórico uma ruptura e que o uso de gênero tenha interferido nos rumos desta transformação. Quando se tenta elaborar um balanço sobre o uso do gênero na historiografia brasileira, as questões sugeridas na análise de Scott são incorporadas à análise como se já estivessem resolvidas (plenamente incorporadas) na recente produção historiográfica brasileira.

A diferença entre proposição e constatação gerou algumas confusões. Recentemente, Maria Izilda S. de Matos fez uma avaliação bastante positiva (o que me deixou surpresa!) dos últimos trabalhos historiográficos produzidos a partir da utilização da categoria gênero. O que sugere a seguinte questão: será que embora alguns pesquisadores (as) tenham mudado qualitativamente suas abordagens e dado visibilidade a uma mudança “significativa”, poderíamos afirmar tal ocorrência para o conjunto da produção historiográfica brasileira sobre mulher, sexualidade, família, etc; presentes na RBH até 1996¹¹?

Refiro-me especialmente a este trecho de seu artigo: “*A categoria gênero encontrou um terreno favorável na historiografia brasileira contemporânea, desnaturalizando as identidades sexuais e postulando a dimensão relacional. Talvez a história tenha sido uma das áreas, no campo interdisciplinar dos estudos de gênero, que mais intensamente tenha feito essa incorporação.*” (p.70, grifo meu). Em outro momento de sua reflexão, tecendo comentários acerca da relação entre historiografia e estudos de gênero, o artigo aponta que a perspectiva de gênero_ incorporada principalmente pelas pesquisadoras que vinham se interessando pela reconstituição da identidade da mulher e que já haviam tratado em suas

¹¹ Marco final desta pesquisa na RBH, que vai de 1981 (ano de publicação do primeiro número) até 1996 (data em que finalizo as leituras, procurando ficar restrita à temporalidade marcada pelo trabalho de Mesquita, produzido pela própria ANPUH, sobre a RBH).

pesquisas a questão da diferença sexual como um dos aspectos fundantes da produção de subjetividade e, portanto, delimitadora das relações políticas como um todo, assim como raça e classe _ converge para o tipo de preocupação e metodologia praticada pela história cultural¹².

Mas, o que haveria de problemático na trajetória que estas diferentes autoras esboçaram sobre a história de gênero, fazendo uma avaliação crescente e evolutiva de uma história da mulher (limitada e unilateral) a uma história das mulheres sob uma perspectiva de gênero (des-essencializada, plural e conceitualmente mais rigorosa)? Ao meu ver, a questão reside justamente no fato de que são afirmações e “sínteses” que não exploraram mais profundamente sua relação com a historiografia, que representam mais uma “dedução” do que o resultado de uma reflexão sobre as transformações na historiografia contemporânea e sobre os trabalhos e categorias pressupostas nos estudos de gênero, além das mútuas imbricações. Em outras palavras, concordo com Matos de que boa parte das reflexões de gênero converge para uma perspectiva próxima à história cultural, mas tomaria como indagação se no Brasil houve este entrelaçamento, inclusive, se houve um florescimento da história cultural tal qual ocorreu com a história social nos anos 80.

No artigo de Raquel Soihet há uma ênfase na relação entre diferentes perspectivas de gênero e diferentes abordagens historiográficas, apontando para a pluralidade e complexidade da sistematização das relações entre gênero e historiografia. No entanto, mais uma vez, o debate é mais sugerido e reconhecido do que efetivamente explorado em suas inúmeras possibilidades.

Em outras palavras: em 1995, Michelle Perrot chamava a atenção para a necessidade de um olhar crítico sobre a produção elaborada nestes últimos vinte anos, bem como evidenciava a consolidação do campo de pesquisas sobre Mulher; em 1996, quando iniciei esta pesquisa, havia no Brasil pouquíssimos trabalhos discutindo historiografia e gênero. Quase três anos depois, vários textos foram pipocando em

¹² Michelle Perrot havia sugerido esta confluência no texto já mencionado, apresentando aquilo que há de comum entre a perspectiva de gênero e o desenvolvimento que vem sendo feito no interior da rubrica de História Cultural. “... a história das mulheres se inscreve em uma genealogia das representações e da linguagem.” (p.11)

Revistas, livros e Anais de encontros historiográficos. No entanto, aparentemente, a porta que se abriu é de pedra, tal a lentidão e dificuldade de aprofundar as discussões, às vezes consideradas metafísicas e abstratas (ou seja, atributos que vêm desqualificar o mérito mesmo da reflexão). Apesar de ser um campo de pesquisas não apenas controverso e muitas vezes "marginal" _ como já foi enfatizado por meio das historiadoras da mulher e de gênero, acima mencionadas _ seria ingênuo, a esta altura, desconsiderar que uma das reflexões proporcionadas pelos estudos de gênero é justamente a compreensão da estreita relação entre narrativa histórica e a própria história, ou seja, a necessidade de revermos também o nosso próprio discurso na medida em que ele também é uma prática (a autoridade da explicação científica) cujos efeitos interferem nas lutas simbólicas, principalmente na produção de identidades (nação, classe, raça, gênero, etc...).

Sendo assim, eu diria que a análise que aqui desenvolvo não constitui necessariamente um contraponto a estes olhares sobre a história da mulher e do gênero, mas em certo sentido, trata-se de uma retomada de questões apenas desenhadas ou esboçadas nas reflexões já realizadas ou apenas sugeridas nestes últimos anos. A diferença está no caminho e nas sugestões através dele advindas, que possibilitaram alinhar uma cartografia próxima à já traçada, mas não necessariamente a mesma.

Há também uma diferença (menor?) entre a relação que estabeleci com este campo de estudos e a da maioria das autoras aqui citadas. Esta especificidade diz respeito a dois aspectos básicos: primeiro, o lugar acadêmico em que realizei a minha formação em história, uma universidade do interior de Minas Gerais (Uberlândia), portanto, fora do eixo Rio-São Paulo (referências da produção historiográfica para o país). Segundo, terminei a graduação em 1991, ou seja, já estava imersa neste "novo" cenário da historiografia brasileira sem ter vivenciado o processo de mutação que as autoras descrevem enquanto um movimento interno, ou seja, experimentado por elas. Talvez isto explique ainda a necessidade que tive de colocar como indagação, e não como afirmação, o perfil da historiografia produzida no Brasil dos anos 60 e 70, e mesmo os anos 80, a fim de entender quais as transformações e em que sentido se pode pensar as tensões entre historiografia e gênero e a perspectiva de uma História das Mulheres.

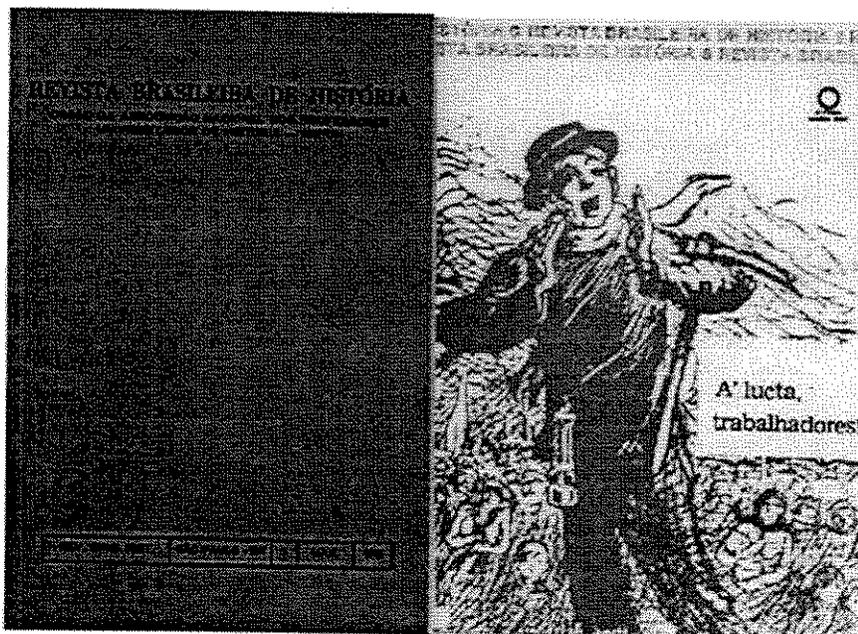
A seguir, apresento um breve histórico da Revista Brasileira de História, passando em seguida à análise dos textos publicados, articulando, então, a discussão de gênero e historiografia brasileira tendo como referência as questões suscitadas nos balanços citados nesta primeira reflexão e aquelas que surgiram da leitura da trajetória da historiografia brasileira delineada via RBH.

5. Revista Brasileira de História: perfis...

A Revista Brasileira de História (RBH) teve a sua primeira edição em 1981, após vinte anos de existência da ANPUH (Associação Nacional dos Professores Universitários de História). No discurso dos primeiros editores, a revista tinha como propósito se consolidar como um instrumento de divulgação de novas pesquisas na área de história, fomentando o debate e apresentando as polêmicas então em voga. Considero o surgimento da RBH no cenário da historiografia brasileira como um marco importante justamente porque, pela primeira vez na área de história, uma mídia-acadêmica¹ assume a perspectiva de ser nacionalmente difundida e de ser um veículo também nacional de expressão dos historiadores que não freqüentavam assiduamente o eixo Rio-São Paulo. A RBH trouxe, ainda, maior visibilidade e propiciou uma relação qualitativamente diferente entre a ANPUH e seus associados. Pode não ser representante das obras mestras da historiografia dos anos 80 e 90, ou ainda não possuir o alcance evidente do *boom* de produções monográficas que irá irromper nas instituições universitárias com o desenvolvimento, bastante evidente, da pós-graduação em História no país, principalmente a partir do final dos anos 70. Mesmo assim, penso que sua escolha como

¹ Faço referência ao termo mídia_ mesmo sabendo que não se trata de um veículo de comunicação pró-mercado, como usualmente o termo sugere _ por entender que mesmo não possuindo o mesmo caráter de difusão de massa de outras revistas e respeitando a especificidade de ser uma revista de caráter estritamente acadêmico, é necessário aproximar as estratégias acadêmicas de comunicação daquelas próximas às Revistas voltadas para o mercado. Trata-se de formar e cultivar um determinado tipo de público leitor, de possuir ascensão sobre as demais "concorrentes", de tentar ser o mais "profissional" possível, portanto, além do conteúdo "científico" e das perspectivas políticas da revista há que se estar atento às questões estéticas e mercadológicas que perpassam suas inúmeras tentativas de se manter, se auto-sustentar. A revista, no início, é uma iniciativa bancada pelos próprios associados da ANPUH, também seus quase exclusivos leitores. Esta só vai chegar às livrarias, para acesso a um público maior, realizando convênio com editoras, além da ajuda de órgãos como CNPq e FAPESP, a partir do nº 6, em 1983. No editorial do vol.5 nº 8/9, o conselho de redação assinala que: "*A partir do seu número 6 _ "À lucta trabalhadores" - a RBH sofreu as trnasformações mais acentuadas, deixando de ser uma publicação restrita aos sócios da ANPUH. O atual conselho de Redação formado por Edgar S. de Decca, José J. de Andrade Arruda e Marcos Antônio da Silva foi responsável por esta reformulação editorial e a RBH, desde o seu nº6, passou a atingir um público mais amplo, chegando finalmente às livrarias. Essa iniciativa respaldou-se na constatação de que não havia, na praça, uma revista feita por historiadores, capaz de servir de canal de divulgação de toda uma importante e renovada historiografia.*" (grifos meus).

ponto de interseção do debate sobre historiografia brasileira e questões de gênero possui sua complexidade própria e possibilita uma fértil reflexão historiográfica.



Capas da Revista Brasileira de História, nº 01 (1981) e nº 06 (1983).

Nestes quinze anos de divulgação da historiografia produzida no Brasil e de traduções de textos de autores estrangeiros, a RBH tem contribuído tanto para aguçar os debates temáticos e teóricos quanto para diminuir a nossa carência de conhecimento a respeito da história das diferentes regiões do país, além de incluir uma literatura dedicada a rever a historiografia canonizada que narra a história do Brasil sob o prisma da História Política, leia-se preocupação com a formação da identidade nacional. A produção da RBH contou com um ambiente mais organizado em termos acadêmicos _ uma disciplina envolta em uma discussão metodológica própria, um campo temático em desenvolvimento, preocupado com problemáticas pertinentes à história enquanto uma ciência humana engajada na compreensão da(s) trajetória(s) das diferentes sociedades humanas.

O surgimento da RBH poderia ser lido como uma espécie de coroação da vitalidade da História no país, a continuidade de um processo de desenvolvimento de seus

relativizar esta percepção evolucionista recorrendo ao fato de que nem sempre as reflexões nela publicadas resultaram de uma "unanimidade" oriunda na "comunidade" dos historiadores de ofício. Pelo contrário, a revista em geral provocou polêmica e apresentou em "primeira mão" o que havia de "vanguarda" na historiografia brasileira. Esse é ao mesmo tempo um dos méritos da RBH e um dos problemas que ela enfrentou, ou seja, conviveu com o peso de colocar em evidência apenas os autores mais próximos aos grandes centros universitários do país e aqueles que, de alguma maneira, conseguiram imersão neste pequeno universo.

Desde a demarcação de critérios que delimitaram o campo da História, sua configuração tem se pautado por constantes mutações. Ao ler artigos publicados em revistas históricas dos anos 60 _ a *Revista de História* -USP, por exemplo_ pude perceber que o universo de preocupações e de pesquisas tem sofrido alterações profundas a ponto de, num intervalo breve de 20 anos, os textos apresentarem forma e conteúdo bastante diferentes em relação aos dos últimos quinze anos. A estranheza diante desta diferenciação foi um dos primeiros indícios de que houve uma certa descontinuidade na maneira de produzir conhecimento histórico tanto em termos de forma quanto de conteúdo. Em outras palavras, é possível levantar a hipótese de que houve uma ruptura significativa entre a história narrada nos Anais dos Simpósios da ANPUH (de 1961-1979) e aquela que será publicada, após a filtragem do conselho editorial, na RBH. Esta mudança é ainda mais pungente a partir do seu 6º número, "*À lucta trabalhadores!*", publicado em 1984, explicitada na formatação da capa, índice, composição gráfica e, principalmente na temática e perspectiva política. Desde então, a RBH possui um perfil acadêmico, transdisciplinar e, dependendo da temática abordada, bastante politizada.

Paralelamente a este movimento da RBH, acontecia também mudanças e diversificação dos conceitos e teorias da história, que emergiram a partir de "leituras" da nova historiografia francesa, inglesa, americana, os neo-marxismos, pós-estruturalismos. Como se não bastassem todos estes movimentos bruscos nas certezas historiográficas, o conceito de gênero chegou aos estudos históricos com a proposta, não menos desconcertante, de provocar "rupturas epistemológicas". Joan Scott é uma das principais

expoentes deste trabalho (no interior dos estudos históricos) de definição de gênero e de outras noções que irão se juntar a esta perspectiva de reconceitualização e de inovação do vocabulário, técnicas, paradigmas, enfim, dos instrumentos teóricos de compreensão da (temporal) constituição da subjetividade humana, que visa mexer com a historiografia como um todo, muito mais do que expandi-la, acrescentando um "ramo" novo de pesquisa. Seria prudente manter como indagação: esta discussão de Scott aparece na RBH? É possível pensar as interfaces, intensidades e desvios da relação entre transformações sofridas na historiografia como um todo e a apropriação de um grupo (restrito) de historiadoras (es) das reflexões sobre gênero?

Responder à indagação sobre como as mulheres e os estudos de gênero se tornaram um objeto, uma problemática trabalhada no interior da RBH, induz um caminho que parte de uma interrogação anterior: há alguma relação entre a produção histórica explícita na RBH, aquela dos Anais dos Simpósios e os trâmites da ANPUH? Nos números dedicados à história da mulher e da família, o que se cogitou em termos de demarcação de território frente à historiografia? O que se passou (em termos historiográficos) com a RBH neste intervalo entre 1981-1996? A reflexão sobre esta primeira questão vem a seguir, apesar de ser retomada ao longo do texto como um todo; as outras duas serão dispostas em dois capítulos separados, devido à sua complexidade.

Lutas políticas foram travadas, em âmbito acadêmico e em nível de políticas educacionais governamentais, visando à preservação da história como área autônoma de conhecimento e *“intelectualmente importante para a fundamentação e solução dos problemas brasileiros”*. A formação da ANPUH ampliou este debate e contribuiu, de certa forma, para reforçar o caráter acadêmico da história e sua difusão para outros Estados brasileiros. Os simpósios ocorreram a cada dois anos (com raras exceções) e os Anais destes simpósios foram inicialmente editados e publicados sob coordenação do professor Eurípides Simões de Paula, que foi seu diretor durante doze anos (1965 a 1977). Segundo Alice P. Canabrava, presidenta da ANPUH no período de 1979 a 1981, a Revista Brasileira de História teve como objetivo, no seu nascedouro:

"... suprir o vazio criado, desde que se interrompeu a seqüência daquela publicação (os Anais). (...). Uma parte do periódico dará publicidade a artigos originais sobre pesquisas de História ou de seu interesse. A atualização permanente com respeito à bibliografia histórica é objeto de outra seção" (RBH-nº1, março de 1981, p.09).

Este depoimento de Canabrava sugere a relevância da publicação dos Anais, na divulgação e fomentação do intercâmbio entre pesquisadores e professores de história, bem como sugere as expectativas em torno de uma revista de âmbito nacional. Os Anais mencionados por Canabrava tiveram uma forma editorial diferente dos contemporâneos, pois, eram detalhados a ponto de conterem, além dos textos apresentados em mesas redondas e conferências, a sinopse das perguntas e respostas elaboradas durante os debates². A RBH não apenas efetivou um espaço profícuo para o debate, tornando-se referência nacional, como ampliou, no decorrer dos anos, o leque de temas e dos questionários históricos. Paralelo a esta função aglutinadora, a revista foi também um objeto de disputa entre representantes das diferentes abordagens historiográficas. Embora a proposta editorial fosse abrangente, o acesso à publicação de textos era extremamente limitado, gerando conflitos pessoais e intra-institucionais. Os Anais e as revistas não são testemunhos vivos da dinâmica dos simpósios e das batalhas travadas nos encontros de história, conferências, e debates, mas, sem dúvida, sugerem esta dinâmica e permitem alinhar alguns destes (des) encontros.

Recentemente, a historiadora Eni de Mesquita Samara³ organizou uma coletânea de resumos da *Revista Brasileira de História*, para que o público tivesse acesso a um condensado da produção histórica divulgada, através deste periódico, no período de 1981-1996. Junto com os resumos, a equipe coordenada por Samara apresentou gráficos e grades temáticas nos quais tenta apresentar um certo perfil da revista ao longo de sua existência. De acordo com o referido gráfico, os textos dedicados à Historiografia alcançaram um patamar de 12%, o maior conjunto reunido sob a mesma temática, sendo

² Conferir a discussão sobre a dinâmica dos simpósios e a forma e conteúdo dos Anais realizada no primeiro capítulo. Os anais e ANPUH foram retomados nesta segunda parte com o objetivo de evitar um olhar sobre a RBH destituído de sua posição institucional e histórica.

seguido de perto por textos dedicados à história dos Movimentos Sociais e Políticos (10%) e História da Educação, com 8% do total. A discussão sobre gênero e história das mulheres vem em quarto lugar com cerca de 6% (número nada inexpressivo se acoplarmos os textos relativos à história da família (4%) e à história da sexualidade (1%), que abordam, direta ou indiretamente, a questão de como a sociedade percebe e atua em relação à diferença de gênero⁴).

Já no segundo número da Revista, em setembro de 1981 surge um primeiro artigo dedicado à análise do comportamento demográfico e a relação com a questão da fecundidade da família de um grupo de origem alemã (luteranos) no final do século XIX e nas primeiras três décadas do século XX. Vale a pena ressaltar que embora o valor 6%, atribuído ao conjunto de textos sobre mulher e gênero, seja significativo, ele se deve à somatória de artigos publicados em um número da RBH dedicado à "História da Mulher", publicado em Agosto-Setembro de 1989 (retrospectivamente classificado como sendo também história de gênero, pela razão "óbvia" de tratar de "mulheres"). De acordo com a catalogação feita por Samara, apenas outros dois números da revista trazem artigos dedicados a essa problemática. Em outras palavras, o levantamento feito mostra que apenas três números incluíram, em sua proposta editorial, artigos voltados para a discussão sobre mulher e/ou gênero.

Esse quadro de publicações nos permite indagar sobre a inexistência de trabalhos e pesquisas abordando o tema ou, no caso de existência, os motivos pelos quais não conseguiram visibilidade suficiente para constar no rol das prioridades editoriais da RBH (os motivos pelos quais não foram publicados na RBH).

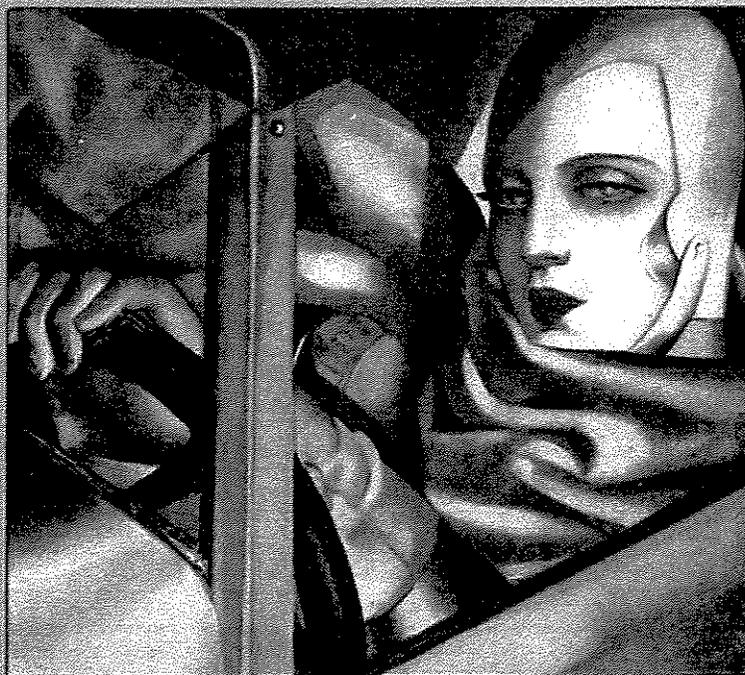
O primeiro passo talvez seja buscar o que foi abordado como sendo história das mulheres ou de gênero. Basta focar temas como família, sexualidade, aborto, reprodução, para poder ser considerada uma História da Mulher? Demarcar o perfil deste "campo de pesquisa" requer mais análise e detalhes do que a princípio se imagina.

³ SAMARA, Eni de Mesquita. (org). *Revistas Especializadas nº1. Revista Brasileira de História*. Publicação da Associação Nacional de História (ANPUH), São Paulo, 1997.

⁴ Conf. cópia deste gráfico em anexo.

História das mulheres e da família

A MULHER E O ESPAÇO PÚBLICO



REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA 18

ANPUH



MCT

Ministério de Ciência e Tecnologia



CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

A RBH-nº18, “*A mulher e o Espaço Público*”, destinou-se a colocar os problemas enfrentados por diferentes pesquisadores(as) na tentativa de narrar a **história social das mulheres**, com um perfil de análise bastante crítico, no que diz respeito a pensar a relação mais ampla de segregação da mulher nas sociedades marcadas por tantas outras formas de discriminação e opressão.

Na apresentação deste número, a sua organizadora, Maria Stella M. Bresciani expõe as tensões imbricadas na prática de se pensar a mulher no espaço público, por ser “... um tema que remete, antes de tudo, a uma história da exclusão. Como não fazer uma leitura anacrônica, uma busca de evidências quando não de traços, da presença feminina no domínio desde sempre reservado aos homens? Como não deixar transparecer um certo mal-estar (e por que evitá-lo?) quando dentro da academia nos defrontamos com a condição feminina e olhamos a Mulher, esse ser socialmente destinado a permanecer confinado às atividades relacionadas à reprodução da espécie, considerado incapaz de atingir a plena racionalidade, atributo masculino por excelência? (...) ... a contrapartida de uma história da exclusão é, sem dúvida, a história de uma luta: a da mulher para se reconhecer e ser reconhecida como ser capaz de dominar os **princípios da ética e da racionalidade da vida pública.**” (grifos meus)

Neste número, são narradas por historiadoras, antropólogas, sociólogas e um historiador (“solitário”) histórias de mulheres que se destacaram ou pela “**excepcionalidade**” ou pela “**situação marginal**” na qual viveram. É bastante esclarecedora a maneira como alguns dos artigos, em especial o de Michele Perrot, conseguem passar de uma simples descrição de vidas individuais a uma história cultural do universo feminino, dando sentido a muitos dos consagrados preconceitos em relação à banalidade da feminilidade. Em uma análise brilhante de como as mulheres construíram sua própria memória, a despeito de não estarem participando dos espaços comuns de uma memória voluntária e socialmente edificada, Perrot faz a seguinte intervenção:

“Mais que à escrita proibida é ao mundo mudo e permitido das coisas que as mulheres confiam sua memória. Não aos prestigiosos objetos de coleção, coisa de homens ansiosos por conquistar pela

acumulação de quadros ou de livros a legitimidade do gosto. No século XIX, a coleção, mais ainda a bibliofilia, são atividades masculinas. As mulheres se dedicam à matéria mais humilde: à roupa e aos objetos, bugigangas, presentes recebidos por ocasião de um aniversário ou de uma festa, bibelôs trazidos de uma viagem ou de uma excursão, "mil nadas" povoam as cristaleiras, pequenos museus da lembrança feminina. As mulheres têm paixão pelos porta-jóias de família, miniaturas que, antes da fotografia, permitem aprisionar o rosto amado. Mais tarde, fotografias individuais ou de família, em porta-retratos ou em álbuns, esses herbários da lembrança, alimentam uma nostalgia indefinidamente declinada." P.13

É incrível como uma descrição densa como esta mobiliza todo um repertório de técnicas historiográficas em construção, ou seja, a compreensão deste micro-cosmo feminino enquanto manifestação microfísica de poder implica em uma outra maneira de manejar não só a escrita, mas principalmente exige uma outra sensibilidade acadêmica. Não uma auto-piedade para com as mulheres do passado, alijadas da história, mas uma postura política e analítica de reencontro e de produção de uma faceta até então bastante negligenciada. A denominada "História das Mulheres", principalmente dentro de uma perspectiva de história social, trouxe para a historiografia como um todo questões como: afinal quem tem sido excluído da narrativa histórica? A que propósito serve uma história narrada no universal, sem a percepção de como distinções de gênero (em geral hierárquicas) afetam a percepção mais ampla da própria cultura? A história do cotidiano, espaço demarcado como prioritariamente feminino, revela dados importantes sobre uma determinada sociedade, uma "civilização"? É possível fazer uma história política das mulheres mesmo quando estas não freqüentaram a cena pública onde os "principais" atos transcorreram? É possível (ou mesmo desejável?) realizar uma história global da sociedade a partir de uma problemática aparentemente tão específica, "*une affaire de femmes*"?

Há algo sobre este número da revista que se revelou, ao longo da pesquisa, bastante intrigante. A maioria dos textos possuem um jeito muito particular de desenvolver a "história da mulher", um tanto diferente dos textos que freqüentaram outras mídias acadêmicas, também escritos por historiadoras (es), mas com um "sotaque"

diferente. No rol dos escritores, houve uma participação bastante singular, foram poucas as pesquisadoras já "tradicionalmente" reconhecidas como historiadoras vinculadas a esse recorte temático sobre mulher, ou seja, o perfil da maioria das autoras (es) acadêmicas, que fizeram deste tema uma entrada *a mais* em suas pesquisas, cujas preocupações eram bem mais abrangentes. Excetuando M. Rago e R. Soihet e as autoras francesas (M. Perrot e E. Varikas⁵), as demais não prosseguiram no sentido do aprofundamento das pesquisas sobre gênero ou mulher e nem são especificamente reconhecidas por este vínculo. Para ser ainda mais precisa, nem mesmo Rago poderia, a rigor, ser identificada no interior de um recorte historiográfico tão específico, já que seus trabalhos aglutinam outras preocupações, tais como o estudo sobre o Anarquismo. O problema não está em que uma pesquisadora possua mais de um "campo" de interesse e trabalho, mas que, neste caso, parece ter prevalecido uma relação mais "casual" com o recorte temático sobre a mulher e o espaço público, revelando um certo distanciamento com qualquer perspectiva de adesão à uma prática historiográfica prioritariamente voltada para a mulher.

Tal organização da revista pode ter sido uma configuração extremamente aleatória, talvez pelo fato de a própria organizadora não ser alguém do "gueto"⁶. No entanto, considero este pormenor um adendo à impressão que tenho de que são muito poucas as historiadoras (es) brasileiras que poderiam ser identificadas, por um longo

⁵ A Prof^a Eleni Varikas esteve no Brasil um ano antes da publicação da RBH-18, ministrando o curso "Relações entre os sexos na França e na Grécia do Século XIX", no programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, linha de pesquisa Cultura e Cidade (2. Sem. 1988). Um dos objetivos do curso, conforme consta em seu programa foi: "*O confronto das duas experiências (grega e francesa) históricas permitirá, enfim, explorar um certo número de interrogações que atualmente constituem objeto de debate na história das mulheres e das relações sociais entre os sexos (sobre a pertinência das categorias dicotômicas como ocidente-orientes ou tradição-modernidade, o estatuto da noção de progresso na aproximação relacional dos sexos na história, os critérios e a pertinência de uma periodização histórica que não leva em consideração a categoria de gênero)*". Conf. Programa de curso. Mimeografado. 1988.

⁶ Embora tenha sido uma grande divulgadora dos trabalhos de M. Perrot e de E. Varikas no Brasil, e tendo escrito artigos sobre a questão da mulher, não seria correto dizer que Bresciani seja uma historiadora das mulheres, no sentido que geralmente se atribui àquelas que possuem um grande volume de pesquisas nesta área. Seria mais prudente lembrar a sua extensa pesquisa sobre o pensamento liberal no Brasil e sua contribuição para um olhar bastante peculiar para a questão das diferentes maneiras de se pensar a questão política da cidade na revolução francesa e as transformações industriais na Inglaterra através da análise literária, aliando a este perfil sua sensibilidade para com as questões políticas e sociais de maneira mais ampla, que, nesse sentido, também inclui as mulheres. Como ela mesma afirmou em um de seus artigos: "*Este artigo não é fruto de uma pesquisa particular sobre a mulher; faz parte de um estudo sobre parcela da população excluída dos direitos políticos nas sociedades européias, inglesa e francesa em particular, e no Brasil do século 19 e início do 20.*" (BRESCIANI, 1992; p.68)

período de suas carreiras, com pesquisas voltadas para a questão da mulher ou de gênero. Não seria este um indício de que quando a questão da mulher ganha uma visibilidade maior dentro da esfera de reconhecimento dos historiadores (através de sua revista "nacional") já há um certo questionamento sobre a especialização neste recorte como um tema "à parte"? Seria uma forma sutil de crítica à história das mulheres dentro de uma História da Mulher? O que dizem os textos da RBH-18 sobre isso?

*“No fundo, todo o discurso e a prática psiquiátricos em torno da mulher apontam para o reforço de certos papéis e estereótipos sociais garantidores da **dominação de gênero** e da **dominação de classe** _ o que significa atribuir diferentes papéis a diferentes mulheres e exigir delas que, silenciosamente, os cumpram.”⁷*

Em um estudo sobre a relação entre concepções biológicas e sociais da mulher e a loucura, através da leitura de discursos e práticas médicas, no início do séc. XX, Maria Clementina Pereira Cunha coloca em evidência algumas categorias até então pouco utilizadas nos estudos sobre mulheres. Enfatiza o caráter diferencial de gênero ao confrontar práticas voltadas para homens e mulheres e as respectivas associações médicas entre as fronteiras da sanidade e da loucura, entre o normal e o patológico, associando ainda esta distinção de gênero ao elemento classe, ou seja, cruzando diferentes níveis e práticas de dominação. A autora menciona a freqüente associação entre loucura e sexualidade feminina _ mesmo antes de Freud⁸ _ e as estratégias utilizadas pra o controle desta última. C. Pereira Cunha descreve algumas das violências exercidas sobre o corpo feminino: água gelada no ânus, introdução de gelo na vagina, extirpação do clitóris ou dos órgãos sexuais internos,.... Há uma explícita referência da autora aos estudos sobre a norma e a disciplinarização do corpo, realizados por Jurandir Freire Costa⁹, além de toda uma discussão sobre a sexualidade na forma como foi problematizada por Michel

⁷ Maria Clementina Pereira.. “Loucura, Gênero Feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX”. RBH-18 p. 140. 1989.

⁸ A relação entre gênero e psicanálise não foi muito abordada pela autora, mas vários estudos de gênero, na década de 80 e principalmente mais recentemente, nos anos 90, tem direcionado sua atenção à uma crítica radical ao caráter heterossexual, falocêntrico e essencialista do discurso psicanalítico, mesmo em sua versão Lacaniana. Sobre este debate conferir: SCOTT, (1988); BUTLER, (1993); SPIVACK, (1997).

⁹ COSTA, Jurandir. **Ordem médica e norma familiar**. 2º ed.; Rio de Janeiro, Graal. 1983.

Foucault. Com estes dois autores, Cunha fortalece suas investidas e leituras dos prontuários médicos enfocando a eminente distinção e hierarquização de gênero, bem como o corpo da mulher como objeto de inquéritos e práticas médicas e jurídicas. Embora os dois autores mencionados não estivessem preocupados em seus estudos com a condição feminina em especial, a autora transfigura a análise em função de sua problemática, aliás, procedimento muito utilizado nas pesquisas de gênero. Por outro lado, paralelo a essa preocupação de âmbito mais 'representacional', simbólico da opressão, a autora mobiliza outros pesquisadores, no sentido de juntamente com a documentação pesquisada, adentrar nas questões mais materiais da realidade social, aglutinando aí uma preocupação com as também distintas e hierarquizadas relações de classe.

A explicitação de seu prisma historiográfico se complementa com a alusão a outros textos de historiadores nacionais¹⁰, também conectados com a perspectiva da História Social, e da presença, não apenas ilustrativa, de E. Hobsbawm¹¹. Cruzando elementos como pobreza e distinção sexual, visto que havia um acúmulo de opressões, a autora mostra que além de serem discriminadas pelo fato de 'ser mulher', as 'loucas' também enfrentavam as discriminações de sua origem social. Em outras palavras, dentro da conformação teórica aparentemente homogênea de Loucura, a autora identificou práticas que distinguiram, a partir de parâmetros ditos biológicos, diferenças de comportamento e de manifestação da loucura em homens e mulheres, bem como entre mulheres ricas e pobres. Além disso, associou esta prática aparentemente confinada aos muros dos manicômios e aos manuais médicos com toda uma política social sanitarista e segregacionista, naquele momento histórico privilegiado de desenvolvimento dos principais centros urbanos do país.

¹⁰ Entre outros a autora cita: a coletânea organizada por Ronaldo Vainfas, *História e Sexualidade no Brasil*. Rio, Graal. 1986. Um dos poucos livros de historiadores brasileiros que reúne autores que trabalham com a temática da sexualidade, seja da mulher, dos homens, ou dos homossexuais. Cita ainda Martha de Abreu com o a sua dissertação de mestrado "Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da 'belle époque' (Niterói. UFF, 1987), que posteriormente foi publicada em forma de livro; bem como menciona o artigo do historiador Robert W. Slenes (radicado no Brasil), publicado na RBH n°16, 1988.

¹¹ A autora cita o artigo de Eric Hobsbawm, "Homem e Mulher": imagens de esquerda" in: *Mundos do trabalho*. São Paulo: Paz e Terra. 1987; pp.123-148.

A complexidade das tramas articuladas pela autora formula, no conjunto da revista, uma dimensão bastante precisa da abrangência e das possibilidades de se pensar criticamente a 'condição feminina', sem cair em uma historiografia apologética, heroicizante, que aborda a opressão feminina no interior da lógica maniqueísta, homens X mulheres. Esta é uma das críticas feitas por J. Scott à maneira pela qual a história social anglo-americana abordou, principalmente, na segunda metade da década de 70 e início dos anos 80, a questão da mulher. Aliás, creio que este é um mérito do conjunto dos artigos da RBH-18, mesmo daqueles que se dedicaram a biografias, de não se estenderem em um discurso vazio de denúncia do machismo ou patriarcado (noções muitas vezes utilizadas como sinônimas) e de não caírem na armadilha da veiculação de histórias de vida que tendiam a endeusar aquelas personagens ímpares, justificadamente retiradas do esquecimento. Refiro-me, sobretudo, aos artigos de Mariza Corrêa e Elizabeth Souza-Lobo.

Ambas pesquisadoras apresentaram ensaios nos quais trouxeram a público histórias de vida de mulheres nada 'comuns'. Mariza Corrêa¹² adentrou no difícil universo de uma controversa professora, Leolinda Daltro, conhecida como feminista e etnóloga amadora, corajosa por se aventurar no interior do país, passando pelo estranho universo "selvagem" dos índios do Brasil Central, sem recursos financeiros e deixando os filhos "para trás", sob os cuidados de terceiros. O texto é bastante descritivo (penso que devido à utilização proposital de uma técnica etnográfica) e assinala, de forma indireta, uma história da etnografia fora da academia, além de trazer à cena as peripécias de uma mulher que ousou ir contra toda uma expectativa de maternidade, religião e inserção política na sociedade brasileira (Leolinda se transforma de "indigenista" em "feminista", defendendo, sem muito sucesso, a luta pelo sufrágio feminino) de final do século XIX e início do XX.

¹² A Antropóloga Mariza Corrêa, nesta época, já era bastante conhecida das historiadoras por seus trabalhos sobre a família, a mulher e práticas jurídicas. Seus trabalhos mais citados são: "Repensando a Família Patriarcal, in: Colcha de retalhos, SP. Brasiliense. 1982; "Os Crimes da Paixão". S.P.: Brasiliense. 1981; Morte em Família. Rio de Janeiro: Graal, 1983. Creio que poderia dizer, sem exagero, que o trabalho de Mariza Corrêa serviu como um elemento irradiador no fomento de pesquisas históricas sobre família e os conflitos das relações homem-mulher cujo enfoque nos rituais, símbolos e representações lançaram luz sobre novas perspectivas na percepção das relações de poder. A referida interlocução da história da mulher com a Antropologia passou por Corrêa, Cláudia Fonseca, Sueli Kofes, Maria Luíza Heilborn, entre outras.

Em suma, o artigo de Corrêa articula a singularidade de Leolinda Daltro a questões polêmicas como: a exclusão de personagens não acadêmicas na elaboração de narrativas referentes à formação do pensamento antropológico brasileiro; as representações sobre a maternidade e feminilidade e história do feminismo no Brasil. Em outras palavras, realiza uma "descrição" nada "ingênua", ou seja, completamente distante de uma simples enumeração de fatos e fatos sobre a "curiosa" vida de "alguém".

A escolhida por Elizabeth Lobo¹³ foi Emma Goldman, e o percurso de sua narrativa enfatiza uma trajetória inversa, vai da arena pública à esfera privada. Lobo prioriza, nesta leitura da anarquista-feminista Goldman, suas cartas pessoais, nas quais refletia sobre as inquietações políticas, a solidão afetiva e intelectual, as decepções com os rumos da Revolução socialista. Lobo traz à cena aspectos da luta política travada em âmbito individual, cruzando às perspectivas políticas de um determinado momento histórico a intrincada rede que apreende a relação indivíduo/sociedade. Resgatando Emma Goldaman, Lobo estava reencontrando uma determinada prática feminista, de luta pela liberdade e de crítica à submissão das mulheres. É curioso como Lobo dimensiona a relação entre afetividades e racionalidades políticas através da análise da vida e autobiografia de E. Goldman: *"Emma Goldaman reivindicava para si o direito à sexualidade, à paixão, tanto quanto à política, como dimensões inseparáveis da sua vida. Para ela, sua liberdade enquanto personagem pública implicava a liberdade enquanto mulher independente que rejeitava a hipocrisia do puritanismo. A emancipação das mulheres não dependia das mudanças institucionais como o voto ou os direitos civis, mas começava nas suas almas."* (RBH-18, P. 31)

Há uma clara tentativa de dar visibilidade à mulher como sujeito histórico, ou seja, um ser engajado nas lutas e transformações da sociedade na qual figura não apenas como número, mas em termos de agente político, disseminador de novas configurações

¹³ Elizabeth Souza Lobo (falecida em março de 1991) foi uma das sociólogas cujos trabalhos sobre mulheres, assim como os de Corrêa, disseminaram uma perspectiva "feminista", "militante", inovadora, sobretudo por ter sido também uma das divulgadoras da categoria gênero nos Estudos sobre Mulher. Conf. entre seus textos os seguintes: Do desenvolvimento à divisão sexual do trabalho: estudos sobre os trabalhos das mulheres. Montevideu: GRECMU, 1985; "Masculino e feminino na linha de montagem. São Paulo. 1986.mimeo(10º Encontro Anual da ANPOCS); "O trabalho como Linguagem: o gênero do Trabalho", In: Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1992; *A Classe Operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. S.P: Brasiliense, 1991.

sociais. Um posicionamento de que as mulheres não só tem uma história peculiar (dos costumes e práticas que lhes dizem respeito, diferentemente dos homens), mas fizeram a história, no sentido de que intervieram não apenas no espaço que lhes era geralmente reservado (o âmbito doméstico), como também transgredindo os limites culturais e sociais impostos, projetando no social suas idiossincrasias revolucionárias, escancarando uma dada performance, escandalizando e banalizando, indiretamente, o trivial “mundinho” (visto que na modernidade o privado foi hierarquicamente subentendido como inferior) cotidiano das mulheres.

Este pequeno e trivial cotidiano da “maioria” das mulheres, por outro lado, não era tão pacato assim. As outras pesquisas que acompanham *“A mulher e o Espaço Público”*, concentradas prioritariamente nas primeiras três décadas deste século, aludem a práticas nada restritas aos códigos higienistas, moralistas e/ou rigorosamente religiosos. A história dos códigos e das prescrições morais passa por uma sabatina que rebusca junto aos processos criminais¹⁴ (fonte esta, até o início dos anos oitenta, pouco explorada pelos historiadores) a contravenção “popular”, entendida não como uma atitude criminosa (como foram sentenciadas juridicamente) mas como a constituição de práticas culturais distintas daquelas propagadas ou praticadas pela elite e pela classe média (advogados, juízes, profissionais liberais, etc.). As autoras que trouxeram esta outra história à baila foram Susan Besse, Raquel Soihet, Gladys Ribeiro, Martha Esteves e Magali Engel. Em uma outra perspectiva de recuperar a história da classe trabalhadora, as autoras foram ao encontro de práticas culturais fora das esferas até então privilegiadas pela historiografia social marxista, como a fábrica, os movimentos sindicais e populares, os partidos políticos.

Nestas pesquisas, a história da mulher se mescla à dos homens na medida em que o centro das questões está em torno da relação (conflituosa) entre homens e mulheres. Muitas vezes se provoca uma comparação entre o tratamento reservado aos homens e às mulheres em circunstâncias semelhantes _ como o fez Clementina Pereira com as práticas

¹⁴ Além dos processos criminais, de assassinato de mulheres e homens, de estupro e defloração, as autoras também referem-se a jornais e revistas que davam publicidade aos acontecimentos narrados nos processos ou aos discursos disciplinadores dos agentes da normatização da esfera urbana.

envolvendo a loucura_ evidenciando a desigualdade no tratamento e expondo a prática sexista tanto do judiciário quanto dos próprios populares (mesmo que não fosse nos mesmos termos e valores). No artigo de Soihet, esta questão é colocada nos seguintes termos:

*“Embora a diferenciação no tratamento social e jurídico entre homens e mulheres não se restrinja, evidentemente, ao período focado neste artigo, foi a partir das idéias expressas por Lombroso e outros elementos da Medicina Social que ela adquiriu respaldo científico. Consolidou-se assim a visão da **diversidade** de comportamentos, a partir de **razões biológicas**, entre os dois sexos.*

Fragilidade, submissão, recato, predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, subordinação da sexualidade à vocação maternal eram algumas das características atribuídas à mulher em oposição a uma natureza masculina autoritária, racional, dotada de uma sexualidade sem freios...

*Ilustramos através dos exemplos utilizados escolhidos entre 394 casos por nós examinados quando de nossa pesquisa _ que o comportamento feminino diferia, em diversas situações, daquele veiculado pela **ideologia dominante**. Tal ousadia, porém, não deveria ficar impune.” (RBH-18; P. 216. Grifos meus)*

A autora aborda o aspecto da diferenciação do tratamento social e jurídico apontando para o refúgio da “ideologia dominante” na exaltação da (determinante) diferença biológica entre homens e mulheres. Apoiados em uma retórica cientificista, o padrão de comportamento esperado era estabelecido pelas leis da própria natureza, inerente a cada um dos “sexos”. Desta maneira, Soihet expõe as estratégias da moral burguesa, evidencia o lado filosófico-cultural da dominação masculina, bem como sua confluência com as relações de poder no nível macro, econômico e social. Questionando a essência natural da desigualdade, a autora pretende desvelar o caráter histórico e conseqüentemente humano desta tragédia social. Embora não faça nenhuma referência explícita ao caráter político-militante de sua pesquisa, é possível concluir que suas preocupações políticas se identificam com a causa feminista, ao menos no que tange à denúncia da desigualdade sexual como um fenômeno que atravessa a maioria das mulheres e diz respeito à toda a sociedade.

Tecendo a trama entre conflitos de nacionalidade, classe social, desavenças amorosas e profissionais, Martha Esteves e Glaydes Sabino adentram no cotidiano urbano do Rio de Janeiro da *Belle Époque* privilegiando as mulheres como sujeitos sociais, ao menos intencionalmente. Nesta história das mulheres, o tratamento isolado da mulher é preterido à análise do relacionamento entre homens e mulheres. Seus comportamentos e valores não são estanques ou estáticos, mas sim construídos social e culturalmente. A complexa relação entre posição social do sujeito, valores culturais (conflitos entre cultura popular e cultura de elite), práticas jurídicas e atitudes individuais é traçada de maneira bastante sofisticada. Evitando o racionalismo das também sofisticadas análises marxistas economicistas, as autoras elaboram um desconcertante balé moderno, sem a formalidade previsível dos cenários e a homogeneidade dos bailarinos em cena.

As práticas tanto das mulheres vítimas das violências e das “gracinhas” de uma cultura machista são confrontadas, no mesmo nível, com o comportamento de seus parceiros. Na verdade, os conflitos internos entre indivíduos de um mesmo grupo social são abordados sob um viés cultural, ou seja, não são práticas de transgressão e/ou afronta às normas repressoras de um Estado burguês e conservador. Embora os códigos culturais da elite civilizadora fossem disseminados socialmente, a resistência aos mesmos se configura menos como atitude de afronta explícita do que o caráter de pertencimento a uma outra “tradição cultural” _ nos termos de Thompson.

A incorporação do elemento cultural na análise é um dos elementos vitais que distancia esses artigos de uma perspectiva economicista. Sugerem uma forte tendência analítica que predominou no Brasil nos anos 80.

“Brasileiros e estrangeiros desfrutavam de um mesmo espaço vital e cultural, fazendo parte de um único complexo de valores e percepções. Esta cultura que partilhavam não era estática nem homogênea. Era permeada e construída pelo conflito e pelas contradições de homens e mulheres que, na luta pela sobrevivência, defendiam primeiramente seus interesses e se juntavam, na micropolítica do cotidiano, a grupos que lutavam com finalidades semelhantes. Brasileiros vindos de outras paragens e portugueses chegados aqui recriavam suas culturas e mesclavam-se.”(RBH-18, p. 230)

Explicitando os conflitos em um mesmo grupo social, as autoras acabam diluindo a questão da diferença sexual enquanto problema central à qual estiveram atentas no início da problematização proposta pelo artigo. Por um lado quebram a pretensa ingenuidade da “classe trabalhadora”, desmistificando seu caráter heróico e revolucionário presente em algumas narrativas históricas da classe trabalhadora. Por outro, lançam a problemática de gênero em um rol de inúmeras outras diferenças (raciais, nacionais, profissionais, ...) dissolvendo as hierarquias de gênero em questões como: sexualidade, prazer, sensualidade, disputas amorosas. Um dos efeitos desta análise é um certo distanciamento em relação à dicotomia marcante no discurso feminista: mulheres vítimas X homens vilões ou ainda, em uma perspectiva radicalmente oposta, que evidencia heroínas X frágil “sexo forte”.

Nem vítimas nem heroínas, as mulheres que escandalizam juizes e advogados nos processos criminais são mulheres comuns, desvoltas devido a circunstâncias específicas (características de suas próprias **experiências**) com as quais enfrentaram transformações urbanas e desavenças amorosas. Outro efeito, mais indireto, é o apaziguamento dos conflitos de gênero, ou seja, eles acabam encontrando um lugar na narrativa menos discrepante e violento do que aquele que ocupa no universo externo ao discurso histórico. Essa crítica foi formulada também por militantes feministas às acadêmicas que optaram por falar em Gênero ao invés de intensificar a análise no foco “mulheres”. Embora não seja este o caso das autoras, uma vez que não utilizam, nem sequer mencionam a categoria gênero, mas provocam este distanciamento narrativo entre o discurso acadêmico e o político-militante ao dimensionarem as mulheres em um universo cultural mais abrangente do que aquele relativo à abstrata noção de “cultura feminina”.

No final do trecho anteriormente citado, Esteves e Ribeiro colocam em nota de rodapé algumas indicações bibliográficas que as auxiliaram a delinear essa *outra* concepção de cultura : “*Em nosso trabalho, partimos do enfoque teórico de E. P. Thompson, em suas diversas obras, sobre luta de classes resistência e dinamismo social, e do conceito de circularidade usado por Ginzburg, Carlo. O queijo e os Vermes. (...).*”

Partimos também das concepções de cultura de Geertz, Clifford (...); de Robert Darton (...); e Sidney Mintz e Richard Price." (p. 230).

O que há de comum entre esta noção de cultura trabalhada pelas autoras brasileiras, em diálogo com **historiadores** ingleses, italianos, estadunidenses e **antropólogos** ingleses e estadunidenses? Em primeiro lugar há que ressaltar o caráter plural e internacional (talvez já se poderia dizer globalizado¹⁵) da perspectiva historiográfica destas autoras, o desprendimento quanto a um referencial único e fechado para a análise. Uma prática que ficou conhecida (não apenas por este aspecto) como heterodoxia, no caso, marxismo heterodoxo, ou ainda, como uma prática específica de história social, a história social da cultura. O âmbito destas transformações é claro excede tanto as autoras em foco quanto as próprias nacionalidades¹⁶.

A aproximação com a antropologia certamente provocou transformações na noção de cultura¹⁷ até então utilizada pelos historiadores. O significado do termo cultura se desloca da esfera das letras, artes, filosofia, ou seja, dimensões específicas dentro de

¹⁵ Por globalização aqui entendo, como o fez Featherstone, o fluxo transnacional e transsocial de valores, mercadorias, pessoas, imagens, configurando realidades processuais, em constante mutação. Nesta perspectiva, o termo global não se remete a perspectivas analíticas que vislumbram um processo teleológico em função da homogeneização da cultura em termos globais, o que caracterizaria a existência de uma gigante sociedade, única e universal. Conf. FEATHERSTONE, Mike. (org.) **Cultura Global. Nacionalismo, globalização e modernidade**. Trad. Atílio Brumetta. Petrópolis: Vozes. 1994.

¹⁶ No livro *a Nova História Cultural*, Lynn Hunt apresenta a organização dos textos sob a perspectiva de compreensão desta "virada" da história para a cultura e, não por acaso, inclui reflexões sobre Thompson, Geertz e Foucault (não mencionado pelas autoras na nota em questão, mas lembrado em outras citações ao longo do texto). "*Nos últimos anos, contudo (apesar da ascensão da história social em detrimento da história política e institucional), os próprios modelos de explicação que contribuíram de forma mais significativa para a ascensão da história social passaram por uma importante mudança de ênfase, a partir do interesse cada vez maior, tanto dos marxistas quanto dos adeptos dos Annales, pela história da cultura.*" (HUNT, 1992; p.6)

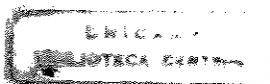
¹⁷ Refiro-me à poderosa influência da noção de cultura como um sistema de símbolos e significados, tal como foi amplamente popularizada pela antropologia americana desde os anos 60, realçando uma considerável influência do caráter semiótico na compreensão dos comportamentos humanos, para além de outras determinações como aspectos geográficos, demográficos, biológicos, tecnológicos, econômicos. Em meio a um "ecletismo" premente na noção de cultura de alguns antropólogos e partindo da concepção de que uma precisão melhor ao conceito era fundamental para a antropologia, Geertz delimita o seu uso como "*conceito semiótico*", implicando assim na delimitação da análise da cultura em um exercício interpretativo, uma reconstrução da teia de significados que o próprio homem teceu. Conf. GERTZ, 1985. As diversas apropriações da teoria interpretativa de Geertz geraram tantas controversas que Giovanni Levi chegou a escrever um artigo, em 1985, denominado "*Os perigos do Geertzismo*", no qual faz uma dura crítica ao livro de Danton "O grande massacre de gatos", apontando sua leitura do "espírito francês" como sendo uma leitura mecânica e funcionalista, tanto da documentação trabalhada (que é inserida em um contexto imóvel e de antemão dada como conhecida) quanto das referências bibliográficas que lhe permitiram realizar o que Danton denominou de uma história cultural. (agradeço ao João Marcos Alem a indicação do texto de Levi). O artigo de Levi, originalmente publicado na *Quaderni Storici*, foi recentemente traduzido e publicado pela revista "História Social". Campinas. N°6. 1999.

um todo social para uma perspectiva similar à abrangência da noção de social _ abarca todas as esferas da vida, das práticas religiosas às práticas mais íntimas e "subjetivas", perpassando as práticas objetivas, tais como relações econômicas e lutas políticas. Esta noção de cultura vem realçar o caráter simbólico das relações sociais, ou seja, apresentar modos de representação próprios a cada singularidade social. O cultural entra em cena no processo de reterritorialização da noção mesma de realidade social, ocorre uma dissensão em relação às leituras da "*ortodoxia dos historiadores econômicos empíricos*" da relação infra-superestrutura, tão enfaticamente criticada por E.P. Thompson.

A "*Formação da Classe Operária Inglesa*"¹⁸ talvez seja uma das obras de maior referência de Thompson no Brasil. O prefácio, exaustivamente citado, é uma espécie de libelo da "história social" contra a "história economicista e estruturalista". O autor, envolvido nas lutas políticas do final dos anos cinquenta e início dos 60, acaba trazendo para o texto várias de suas críticas ao socialismo leninista. Da "guerra de guerrilha" travada insistentemente pelos operários e trabalhadores em geral, no final do século dezoito, o autor nos conduz a recantos da memória e história da Inglaterra até então inusitados. Líderes religiosos, reformistas, trabalhadores em motins (turba-turbulenta), tavernas sediciosas, cartas anônimas ameaçadoras, mulheres e homens na prisão, ludditas encapuzados. Pequenos e às vezes localmente significantes, o fazer-se disperso e multifacetado dos trabalhadores ingleses consegue, ao longo do tempo (1830-1890), configurar um perfil sócio-político marcado por interesses comuns que permitiu a Thompson identificá-los como classe social (uma classe trabalhadora).

Se por um lado, em 1963 ano de publicação do livro, E.P. Thompson tentava retomar Marx distanciando-se da leitura corrente, mecanicista e estruturalista. Por outro, estava preocupado em desmontar o credo liberal, questionando estatísticas de desenvolvimento econômico como sinônimo de melhoria da condição e qualidade social de vida. Por não estar preocupado com a elaboração destas problemáticas de forma acadêmica, o autor trata com certa liberdade e pouco formalismo as fontes e a discussão

¹⁸ THOMPSON, 1987 (3volumes). Parte dessas reflexões sobre a obra de Thompson e as críticas de Scott foram inicialmente desenvolvidas em um seminário orientado pelo prof. Sideney Shalhoub, no ano de 1996, durante um semestre em que nos dedicamos à leitura de Thompson, no curso de pós-graduação.



teórica. Este procedimento, provavelmente sem ser premeditado, acaba desembocando em uma forma original e envolvente de escrita da história. As ironias e pretensões poéticas dão um tom ainda mais autoral ao texto, compondo inclusive uma nova estética e plasticidade da “ciência” histórica. Esse jogo antiformalista pode ser percebido na composição formal da narrativa de historiadores brasileiros, incluindo as autoras Esteves, Ribeiro, Engels, Soihet, dentre outras...

No interior do marxismo, a novidade contida nesta proposta de "materialismo histórico" foi questionada como desvirtuando o materialismo e configurando algo que denominaram de culturalismo. Afinal, onde estão as “determinações objetivas” da formação da classe? Porque quase mil páginas de história dedicadas predominantemente à análise da superestrutura? O autor não se justifica. Sua forma de história não passa por estas questões, não se utiliza da metáfora base/superestrutura, não cria um fosso entre o ser social e a consciência social. Há variações na tentativa de delinear o que Thompson teria concebido no *the making...* em relação ao termo cultura. Não há (creio que propositalmente) um rigor conceitual que distinguiria o que seria o social e o que seria o cultural na formação da classe trabalhadora inglesa. Aspectos como a moral e a tradição religiosa dão uma impressão de que cultura poderia ser entendida como a forma peculiar de um determinado grupo humano cultivar o "espírito" em sociedade. Este espírito estaria evidenciado nos rituais, na linguagem, nos símbolos, o que aproxima a compreensão de cultura de Thompson da maneira como os Antropólogos, em geral, tem se utilizado deste termo.

Praticamente vinte anos após ter publicado o "*The Making*", Thompson publicou "*Costumes em Comum*", uma obra feita de coletâneas de textos ligados pela problemática da percepção da existência de uma "*cultura popular*", cujas tradições teriam sido uma primeira manifestação coletiva de "resistência" às imposições de novas formas de organização social sob bases capitalistas. Neste texto também não há uma demarcação muito precisa do termo cultura, mas é possível entrever o significado que o autor lhe atribui quando, por exemplo, tenta historiar o significado do termo costume na Inglaterra do século XVIII: "*O termo costume foi empregado para denotar boa parte do que hoje*

está implicado na palavra "cultura". O costume era a 'segunda-natureza do homem'. (...)". Mais à frente, o autor retoma: *"Se o folclore do século XIX, ao separar os resíduos culturais do seu contexto, perdeu o sentido do costume como contexto e mentalité, deixou igualmente de perceber a função racional de muitos costumes, nas rotinas do trabalho diário e semanal. Muitos costumes eram endossados e freqüentemente reforçados pela pressão e protesto populares¹⁹."* Eu fiz uso destas citações de Thompson por entender que embora tenham sido elaboradas e publicadas posteriormente à difusão do texto sobre a classe trabalhadora, é uma reflexão que reitera, mais do que recria, aquela concepção de cultura utilizada de forma diluída em seus escritos anteriores.

Ao me delongar sobre a obra de Thompson e sua imersão junto à historiografia brasileira, não estou sugerindo que ele trouxe a "novidade" da história social e cultural para o Brasil. Fazer isso seria negligenciar toda uma riqueza bibliográfica produzida aqui e alimentada com reflexões "alienígenas". Reporto-me aqui a título de registro, ao comentário de dois proeminentes historiadores brasileiros _ bastante conhecidos nos anos 60 e 70 _ José Honório Rodrigues e Amaro Quintas, sobre Gilberto Freyre (que preferia não se identificar muito em uma ou outra disciplina academicamente delimitada). Amaro Quintas, em resenha elogiosa a G. Freire escrevia na década de 70: *"Marco da historiografia brasileira, verdadeiro iniciador da moderna história social e cultural no nosso país, tendo provocado a formação de uma verdadeira escola de investigação de nosso passado à luz de um critério renovado, com inúmeros discípulos, alguns destacando-se pelo valor de seus trabalhos...²⁰"*. José H. Rodrigues, comparando G. Freire a historiadores como Capistrano de Abreu, Vanhagen, entre outros, apontando que enquanto estes historiadores se fixaram em uma tentativa de síntese da história nos seus vários aspectos (econômico, social, político, jurídico) para Gilberto Freyre a *"... história do Brasil é essencialmente história social, com realce e destaque nos aspectos mais íntimos, mais silenciosos, mais recônditos da gente brasileira, grande ou humilde²¹"*.

¹⁹ THOMPSON, 1998. P. 13-24.

²⁰ QUINTAS, A. "Gilberto Freyre e a historiografia brasileira". In: *Revista De História. Vol. XLI. N. 83. 1970.* São Paulo, Brasil. P.189-194.

²¹ RODRIGUES, J. H. História e Historiadores do Brasil. P. 169. Rodrigues, tendo escrito uma vasta obra abordando teoria da história e analisando a historiografia Brasileira, chamava a atenção, já em meados da década de 40, para

Mas, enfim, há diferença entre a história social mencionada pelas autoras com explícita menção a Thompson e a praticada remotamente, embora sem tal proeminência? A leitura dos Anais e de algumas obras de referência na década de 70 e início dos anos 80 permite alongar a discussão sobre essa tradição de uma história social aqui no Brasil. Já mencionei, em outra ocasião, a forte presença da historiografia francesa não apenas entre os historiadores formados na USP, mas em vários autores brasileiros que de uma forma ou de outra tiveram em sua formação contato com autores voltados para o estudo da organização social, política e econômica, com atenção voltada para o estudo do "homem médio", ou seja, aquele que representaria a "síntese" de um determinado momento da organização social à qual pertencia, estudo que se desdobrou em uma história das mentalidades e da "cultura popular". Fora do eixo Rio-São Paulo, o curso de pós-graduação em história de Curitiba, foi um dos grandes expoentes desta história social com tonalidades francesas. Como sintetizou suas mais visíveis (principalmente nos Anais) expoentes:

“Mas, no que concerne à história Social, a palavra “síntese” se impõe por uma razão de método _ os autores tentam utilizar todos os documentos disponíveis _ e sobretudo por uma razão de base, como uma tentativa para apreender os traços dominantes do conjunto da sociedade francesa”. (p.14)

*“ Se de um lado, é útil interessar-se pelas estruturas duráveis, pelas condições de vida e pelos comportamentos habituais, é evidente entretanto que a repetição de acontecimentos banais que constituem a **trama da vida cotidiana**, não devem somente eles constituir o objeto de estudos _ as catástrofes excepcionais, greves, comoções populares, guerras civis ou internacionais, provocam às vezes **rupturas** cuja análise é também reveladora tanto como o exame dos comportamentos da vida habitual. Acrescente-se finalmente que o estudo dos **fenômenos de massa** deve ser completado pela **pesquisa das elites**, nos dois sentidos que é preciso observar quanto a esse termo.” (Elites: meios superiores, dirigentes, e também indivíduos, ou pequenos grupos que se desligam da*

autores como Febvre e Bloch, além de outros que traziam para a história um busca de compreensão menos limitada que a econômica ou ainda mais aberta do que a história política que narrava os eventos e produzia os heróis da nação. Dos Alemães ele disse o seguinte: “Jacob Burckhardt (1818-1897) está hoje mais vivo que nunca pela força de suas idéias e pela compreensão da arte e do pensamento na história. Não professava as idéias de Ranke sobre o poder e considerava a cultura uma das forças da história universal. ” P.55 (Grifos meus).

massa na qual eles vivem: militantes sindicais, homens de negócios, dirigentes políticos ou animadores religiosos, profetas ou pensadores.” (P.15)

“Definitivamente, a história social tem por objetivo final o de reencontrar, por meio de vias múltiplas, o que faz a essência de diferentes civilizações, por meio do estudo da totalidade daqueles que participam dessa civilização, os dirigentes, os dirigidos, as pessoas cultas como as humildes, as personalidades de elite como a massa das pessoas do vulgo.” (P. 16)²²

Estes fragmentos permitem visualizar as balizas da história social praticada ou, pelo menos, a almejada, cujas características seriam: a crítica à documentação restrita utilizada pela história política hegemônica no século XIX, entendimento de que a história é a marca de continuidades e rupturas (mentalidades e conjunturas sócio-econômicas); necessidade (estrutura) e contingência (casualidades, excepcionalidades); fenômenos de massa e biografias; sempre com a perspectiva de tentar compreender a sociedade em sua totalidade. Neste sentido, a história social estaria atenta a descrever desde hábitos cotidianos, a se ocupar de estatísticas de casamento, expansão demográfica, óbitos e outras práticas passíveis de quantificação; bem como poderia se ver dedicada à análise de formas de organização política e religiosa de uma determinada comunidade e/ou sociedade. Permite uma análise "local" e/ou "geral".

Esta vocação globalizante da história que se desenvolveu no seio dos Annales, havia sido preconizada por Henri Berr, que em 1900 fundava a *Revista de Síntese Histórica (Revue de synthèse historique)* , desenvolvendo ali o argumento de que a historia poderia se constituir na ciência das ciências uma vez que seria uma "ciência social" com "profundidade temporal" (justamente o que faltava à ciência política e à sociologia). Esta revista, embora menos comentada do que os "*Annales d'Histoire Économique et Sociale*" (fundada em 1929 por Bloch, Febvre e A . Colin), foi um importante instrumento de divulgação de críticas às filosofias da história (seja kantiana, hegeliana, ou marxista) e, por outro lado, à história historizante (da coleção de fatos e o

²² Daumard, Balhana, Westphalen & Campos (org.) *História Social do Brasil . Teoria e Metodologia*. Editora da Universidade Federal do Paraná. Curitiba – 1984. Sobre a participação de A . Balhana e Cecília Westphalen na ANPUH, conferir discussão sobre os Anais no capítulo anterior.

império do documento escrito, além da recusa de qualquer análise e muito menos uma perspectiva de síntese)²³.

Interessante salientar, mesmo que pareça um simples pormenor, que Ciro Flamarion e Héctor P. Brignoli apresentam, em **Os Métodos da História**²⁴, os vários significados atribuídos ao recorte "História Social" e iniciam a análise fazendo referência a Febvre e à perspectiva de que o vocábulo social, para além de um repúdio à história política, seria a síntese mais adequada da história porque é um termo que abrangeria as atividades humanas em sua totalidade. Eles mencionam a importância da noção de síntese para a conformação da perspectiva do "social". Este livro, apesar de possuir uma visão bastante esquemática dos "métodos e problemas teóricos" enfrentados pela "ciência histórica", acabou se tornando uma das poucas referências disponíveis no mercado editorial brasileiro, a serviço dos novos pesquisadores participantes dos cursos de pós-graduação recém implementados. Em outras palavras, parece-me que é mais recente um certo distanciamento com as discussões historiográficas desenvolvidas pelos primeiros annalistas e a própria referência aos espaços e debates suscitados por Henri Berr. Ou seja, após meados dos anos 80, a noção de história social vinculada ao marxismo inglês ofuscou, de certa forma, a questão do social tal qual interpelada pelos franceses.

Tentando desenvolver um método, mais do que um sistema ou uma filosofia da história, H. Berr posiciona-se a favor de um conhecimento histórico que não se perca nem no objetivismo (empirismo cego) nem no subjetivismo (muitas vezes, um idealismo metafísico), procurando estabelecer como parâmetro a trama entre três níveis distintos de

²³ Henri Berr é um autor pouco citado no Brasil, principalmente entre os historiadores das últimas duas décadas, mas sua obra " A Síntese Histórica" (Tradução de Júlio Abreu Filho, Editora Renascença S.A . São Paulo. 1946.) é um "achado" em termos de abordagem das questões historiográficas ainda em pauta. Além de ter propiciado aos historiadores (principalmente a Febvre e Bloch) um ambiente multidisciplinar, no qual emergiu a necessidade de um diálogo permanente entre as ciências humanas e as ciências sociais a fim de buscar um conhecimento mais completo do feito humano em sua plenitude. Para uma visão mais detalhada da presença de Berr no "espírito" da "Escola dos Annales", ver os livros de BOUDÉ G. & MARTIN H. 1983; DOSSE, F. 1992; Além do próprio livro de H. Berr. Na RBH v.13, nº25/26 há um texto dedicado (e bastante detalhado) a H. Berr cujo teor remete justamente a esta relação entre os Annales e o projeto histórico de Berr. Conf. SCHIAVINATTO, Iara. "Henri Berr: a história como vida e valor", pp. 105-120. 1992/93.

²⁴ Cardoso , C. F. & Brignoli, H. P. *Os Métodos Da História*. Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. Trad. João Maia. - Rio de Janeiro: Graal. 1990. 5ªed. (a primeira edição do livro é de 1979).

causalidade: contingência, necessidade e lógica. Este estudo possibilitaria ao historiador _ do material empírico coletado aliado à intuição próprio investigador _ compreender, analisar e sistematizar a reflexão sobre o passado da coletividade humana. Aparentemente Berr traça um esquema simples, mas ao destrinchá-lo ao longo de mais de 200 páginas e diálogos com vários pensadores do século XIX além dos seus contemporâneos, o autor elabora um complexo esboço que abrange desde a pertinência da individualidade (pessoal e-ou coletiva), as casualidades geográficas ou hereditárias (biológicas), os agrupamentos momentâneos (motins, multidões...), à análise das instituições e estruturas sociais, bem como questões que, segundo ele, seguem uma ordem moral, formas de conhecimento, processo de formação e ação da razão, afirmando que neste imbricado processo de formação da sociedade e do indivíduo, ou seja, a formação histórica, não há como privilegiar um destes aspectos, mas há que se pensar a interação entre eles, "*O que se deve precisar no curso dêsse paciente estudo, metódico e experimental _ e aí está o problema da síntese _ é a ação recíproca das causas, é seu modo de arranjo.*" (Grifo meu. p. 191)

Não há especialidades nesta proposta de narrativa histórica elaborada por Berr. O vocábulo Social empregado para designar a História Total, tal qual elaborada por Febvre e Bloch, não aparece neste texto de Berr. Embora, o "arranjo" tivesse bem próximo de uma perspectiva estrutural de compor uma representação histórica do passado "conhecido" e estivesse descartado desta concepção histórica o racionalismo cientificista do século XIX, a análise de H. Berr foge das extremidades, constituindo assim uma compreensão de lógica histórica _e mesmo de ciência social _ distinta e independente do paradoxo racional X irracional; natural X social; empírico X teórico. Saindo então das extremidades e visando o ponto de equilíbrio, Berr buscava encontrar uma outra para além do pensamento dicotômico, predominante na filosofia ocidental há séculos e revigorada com ardor pelos iluministas. Creio que é possível conjecturar que suas iniciativas, embora bem intencionadas, não foram fortes o suficiente para vencer o império da racionalidade científica e, como em um passe de mágica, a perspectiva **estrutural** ganhou visibilidade como **estruturalismo** e o espaço do **meio** (o tal ponto de equilíbrio) voltou a ser **extremidade**.

Também nesta trajetória do estrutural para o estruturalismo e na busca da totalidade se encontra a perspectiva marxista e suas diferentes apropriações nos vários cantos do mundo, incluindo o Brasil²⁵. Nos textos dessa revista em especial, já no final da década de 80, a crítica aos desregramentos da análise das estruturas (sociais, políticas, econômicas, culturais) de forma sistemática e imperativa acaba sendo a tônica dominante. Os autores invocados nos textos dão uma idéia do deslocamento sofrido por esta perspectiva estruturalista (seja com inclinações "annalistas" ou "marxistas"). A contraposição entre movimento e atuação de sujeitos (individuais e-ou coletivos) a estruturas rígidas e auto-geridas é uma tentativa de fugir da tônica estruturalista.

“Se, de um lado, não é sequer concebível, hoje, uma história da cultura ignorante das influências mais ou menos decisivas que nela exerceram, em seus respectivos tempos e domínios, uma Eleonora d’Aquitânia, uma Christine de Pisan ou uma Madame de Staël, é, de outro, preciso precaver-se contra ingenuidades : a situação freqüentemente vantajosa reservada à mulher na sociedade implica, é natural, uma especificidade, um ponto de vista, uma estratégia de comunicação, não sem interesse de resto para o historiador, que deverá detectar como tais dificuldades podem eventualmente repercutir na atividade e na obra artística e intelectual das mulheres. Daí a sustentar, entretanto, que haja uma escrita ou uma pintura “feminina”, no sentido de uma noção qualificadora e heurística capaz de lançar luz sobre o

²⁵ Encontrei nos Anais dos Simpósios da ANPUH (VII Simpósio, 1973) um texto de Nilo Odália, "Análise Estrutural e Explicação Histórica", que aposta em cheio na utilização da noção de estrutura proposta por Strauss, mas ressalva, mencionando Foucault, que a oposição entre acontecimento e estrutura não é "legítima". Defendendo uma postura mais marxista deste viés teórico, no entanto, encontrei na publicação "Encontros com a Civilização Brasileira" um artigo de Philomena Gebran, "Estruturalismo e História", no qual a autora faz todo um levantamento das várias concepções do termo estrutura ao longo da história, localiza em L. Strauss o "disseminador" do termo nas ciências sociais e humanas e em Marx o grande sentido da noção de estrutura trabalhada por ela, ou seja, uma concepção de que a estrutura não nega o processo histórico, faz parte dele e de que a sociedade possui diferentes níveis estruturais (ela se refere à distinção entre infra e supra- estrutura) a noção de estrutura é aquela que permite pensar o todo da organização social de maneira científica. Suas palavras finais no texto remetem a uma necessidade de fundamentação epistemológica e conceitual das pesquisas históricas: : "Nem a Antropologia, nem a Sociologia, podem fugir ao movimento da história. Estamos enfim, diante de uma grande polêmica ainda não resolvida; diante de uma profunda reflexão epistemológica, que esperamos possa muito em breve conduzir o pensamento humano ao verdadeiro conhecimento científico". P. 259 . Estaria a autora insinuando que a ciência verdadeira dentre as ciências humanas e sociais seria a História? Na Revista Brasileira de História nº. 23/24 (91/92) um artigo de Vavy Pacheco Borges traz uma avaliação bibliográfica bastante rica em torno da discussão sobre os (des)caminhos da história política. Em meio à sua análise a autora faz menção a essa presença de uma relação entre marxismo e estruturalismo na historiografia brasileira dos anos 60 e 70, salientando que a produção é bastante diversificada, indo "... de uma simplificação mecanicista (da teoria das estruturas) a uma cada vez maior complexidade de análise." P. 13. (BORGES, V. História e Política: laços permanentes. RBH 23/24; pp. 7-18.

*caráter de uma obra, há um passo a evitar. Aproximar duas obras de arte ou de ciência, tomando por denominador comum o sexo de suas autoras, pretensamente suscetível de infundir-lhes **ipso facto** uma solidariedade estética ou outra, equivale a perpetuar – sob a aparência de uma nova sensibilidade em relação à condição feminina – uma atitude típica do Século XVII, para o qual a mulher artista é um fenômeno prodigioso, digno de ser estudado ou avaliado, enquanto tal.*"²⁶ p.68

O autor deste texto, Luis Marques, toca diretamente em dois pontos básicos desta discussão sobre estruturalismo: o primeiro, revela a ênfase na relação entre a arte (como um todo) e a artista, evitando se posicionar seja do lado da estrutura social (arte) seja da estrutura psicológica (a artista). O segundo, diz respeito à estrutura “natural” da construção da identidade mulher. As relações entre “condição feminina”, “pintura feminina” e “sexo feminino” não é direta e nem tão pouco unilateral. Sutilmente o autor dialoga com uma tradição feminista que afirma a existência de uma “essência” feminina, determinante no processo de diferenciação entre o masculino e o feminino. Precaver-se contra “ingenuidades”, eis a ironia do autor para com as associações mecânicas e naturalistas. Infelizmente, o uso da condição mulher como um qualificador é muito mais comum, mesmo em uma perspectiva histórica, do que se esperaria caso fosse apenas um procedimento metodológico “ingênuo”.

Não é unânime, mas posso afirmar que “*O Segundo Sexo*” de Simone de Beauvoir trouxe ao feminismo deste século uma perspectiva histórica da constituição da mulher enquanto um sujeito subordinado e brindou o pensamento e quiçá o movimento feminista com a perspectiva da relação entre condição social e constituição de identidade sexual, provocando uma interpretação ambígua de sua mais famosa sentença: “*Não se nasce, mas torna-se mulher*”. Para algumas feministas contemporâneas, Beauvoir teria preconizado a distinção entre sexo (entendido como aquilo que se recebe da natureza) e gênero (a construção sócio-cultural da identidade sexual). As análises deste “modo” de se tornar mulher vão constituindo diferentes trajetórias na interpretação das relações de

²⁶ MARQUES, Luis. “*La Donna Di Garbo*”. *Pintoras e Mulheres de Letras entre os séculos XVIII e XIX*. RBH- 18. P. 67-81. 1989.

poder entre os sexos. Algumas ênfases na determinação das condições sociais e históricas, outras nas “escolhas” que os sujeitos fazem diante das condições nas quais se encontram. Uma tendência materialista marxista, outra psicanalítica, outra existencialista, e assim por diante.

Seria um capítulo a parte abordar as diversas apropriações do fenômeno “Beauvoir e o feminismo” do pós-guerra, por ora, cabe apenas ressaltar a inclinação de uma perspectiva em princípio aberta a formular a historicidade (e, portanto, a responsabilidade social) da opressão das mulheres, desembocando em uma dupla e inerente injunção: a continuidade da sujeição implicando na constituição de uma particularidade: o sujeito universal mulher em contraposição ao hierarquicamente situado sujeito homem. Há permanências desta formulação na lógica analítica dos textos (RBH-18) em questão e como esta formulação do feminismo dialoga com a postura estruturalista de análise das relações sociais.

Na história sobre a participação da mulher no trabalho industrial, era freqüente a referência às indústrias cujas características do produto e do processo de produção estivessem relacionadas, de alguma maneira, a atributos tidos como femininos. A proposta de Esmeralda Blanco Moura foi de partir da evidência (inclusive estatística) de que as mulheres estavam disseminadas na sociedade industrial nos mais variados ramos, inclusive naqueles setores “comumente” tidos como masculinos em sua “essência”. Para além da indústria têxtil e do ramo de confecções (vistos como extensões do universo doméstico) as mulheres ocupavam, segundo Moura, funções secundárias nos estabelecimentos voltados para produção de artigos de ferro, alumínio, cerâmica, químicos, farmacêuticos, cigarros, charutos, entre outros. Sua análise considera ainda toda uma política salarial que envolve diferenciações de gênero e de faixa etária, descrevendo todo um contexto sócio-econômico de uma grande parcela de mulheres operárias. O cruzamento destes vários dados permite um sociograma da presença da mulher na atividade produtiva, neste início de século no Brasil. Permite ainda que a autora faça a seguinte conclusão:

“A participação crescente do sexo dito "frágil" na força de trabalho industrial aguça sobretudo no interior da classe dominante, em função de projetos definidos, o sentimento de inadequação entre os papéis tradicionalmente femininos de reprodutora e de "rainha do lar" e o papel de "produtora", de operária. (...)

Independentemente, no entanto, de fatores circunstanciais- como a guerra, que Penafiel responsabiliza pela generalização do trabalho das mulheres - , o sexo feminino está, então, definitivamente incorporado ao mercado de trabalho. O argumento do toque leve, delicado, das mãos femininas, como o mais adequado ao manuseio dos fios, sobretudo ao da seda, tende a se esvaziar frente à mulher funileira, frente à menina, cuja função na indústria metalúrgica, é polir metais. E assim, tornando-se ainda mais controvertida porque já não está limitada, exclusivamente, ao universo dos tecidos, dos bordados e das flores artificiais.” P. 98

O mal-estar social provocado por esta nova ordem, ou melhor, por este novo território geo-político ocupado pelas mulheres desemboca, como indica a autora, em uma re-disposição do homem e da mulher. A análise para justamente aí, onde seria interessante investigar os elementos deste deslocamento, para além da causa mestra elencada por Moura, ou seja, a inserção das mulheres operárias no mercado de trabalho em variados setores da indústria desenvolvida no início deste século. A autora aparentemente descreve uma mudança histórica nos modos de organização da vida material de homens e mulheres interferindo nas representações (leveza, delicadeza ...) relativas a uma identidade feminina, que justamente na lógica de seus argumentos, não mais se "ajusta" à nova realidade, sem ao menos colocar em questão outras determinantes importantes neste processo de mutação das representações.

Este texto traz alguns elementos de metodologia histórica bastante instigantes: primeiro, refere-se ao sujeito histórico que mais esteve em evidência na historiografia de final dos anos 70 e durante os anos 80, o operariado (em especial a autora focaliza a "mulher operária). Dito de outra forma, a autora procura cruzar, assim como fizeram através de outros recortes (não operárias, mas "populares") as demais autoras do volume em questão, uma discussão sobre classes sociais e hierarquias sexuais, considerando a perspectiva de uma análise "relacional" do jogo entre masculino e feminino_ embora o que se desloca em sua análise sejam os sujeitos e não as configurações e representações

de masculino e feminino, que permanecem fixas. Segundo, a autora não aborda um grupo específico, voltado para uma consciência de classe, mulheres operárias militantes, pelo contrário, ela tenta flagrar a experiência mais "empírica", os dados que revelam a existência das funileiras, montadoras, em meio aos braços fortes e vistosos de seus "companheiros" de trabalho. A circulação das mulheres nestes ambientes em condições de igualdade de trabalho com os homens (embora o cotidiano deste trabalho não tenha sido abordado) é, no referido texto, por si só uma evidência de que a "representação" hegemônica do "sexo frágil" estava falida, ou mesmo não condizente com a "realidade". Penso que, entre os demais textos deste volume da Revista, este é o que mais demonstra uma forma de relação entre a história das mulheres e a aproximação com as reflexões desenvolvidas pelos estudos sociológicos sobre as mulheres trabalhadoras. Além dos recortes _ temática, objeto, problemáticas... _ a narrativa e a forma de quantificação das fontes, bem como o tipo de fonte utilizada, demonstram um repertório técnico típico da sociologia da mulher predominante naquele momento²⁷.

Enfim, é possível através deste texto de Moura retomarmos a discussão sobre a concepção essencialista da mulher e a concepção estruturalista da história e, ainda, a relação entre ambos, ou seja, uma história estruturalista das mulheres. Vale ressaltar que o fato do texto servir como mote para a retomada desta reflexão não significa que eu o esteja classificando desta maneira. O motivo não é a classificação em si, mas a continuidade da reflexão.

O que seria a noção de essência e o que a configuraria? Já abordei a questão da continuidade, ou seja, a essência é algo que possui permanência, que se repete o suficiente para caracterizar uma marca no corpo ou objeto, criando assim uma "identidade". Alguns pensadores concebem a essência como um fenômeno intrínseco ao objeto, ou seja, inerente à sua constituição; no caso, a essência da mulher estaria contida em sua corporalidade e em sua própria natureza, herdada no momento de sua concepção. Aristóteles vai além, afirmando que a essência *"...encuncia o que a coisa não pode não*

²⁷ Entre as autoras citadas por Esmeralda B. Moura podemos indicar: Heleieth Saffioti (1981) e Evelyne Sullerot (1970).

ser e o que é o *porquê* da própria coisa"²⁸. Outros pensadores percebem as características herdadas como uma inclinação, mas que se realiza na dependência de fatores exógenos, relativos tanto ao meio ambiente quanto aos comportamentos e valores, **interpretações** tanto da constituição biológica quanto das práticas culturais nas quais os objetos e/ou corpos estão inseridos.

A preocupação com a essência proveio da indagação sobre o que é "específico" de um ser? Ou seja, o que permite individualizar e identificar um ser? Poderia haver uma resposta simples, se a aparência dos seres fosse considerada como sua essência, mas o que pensadores desde a antiguidade colocam é que não há uma relação necessária de contigüidade entre a aparência e a essência, ou seja, indivíduos com aparências semelhantes podem possuir essências diferentes e vice-versa. Esta compreensão criou fortes raízes no interior do pensamento ocidental, sendo difundida através de um entendimento fragmentado, ou antagônico, baseado na entre essência e existência ou, ainda, essência e aparência (oposição esta muito visível na análise de Marx sobre a formação da ideologia, no sistema capitalista). Dois processos se seguem nesta "lógica" racional das classificações: marcar diferenças (externas) e compor semelhanças (internas). Deste raciocínio advém o relacionamento com a alteridade sempre referida a uma exterioridade, que, neste caso, representa um reforço à própria noção de identidade, formando par com a mesma, ao invés de servir de contraponto e crítica.

²⁸ Embora Aristóteles tenha sido um dos primeiros a dar à noção de essência uma prioridade importante no fundamento do pensamento, a filosofia contemporânea trabalha com vários significados deste termo. Alguns muito próximos às primeiras colocações de Aristóteles, que associa em alguns de seus textos a noção de essência da de substância, ou melhor, a verdadeira essência seria aquela que revelaria a substância, necesssária e inevitável do ser e que seria o "*verdadeiro objeto do saber*". Para maiores explicações filosóficas da história deste termo consultar: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. P.340-343; CHÂTELET, François. **História da Filosofia. Idéias, Doutrinas**. Vol. 1. A Filosofia Pagã. Zahar Editores. 1973. (em especial o capítulo IV). Em Tópicos I, Aristóteles dá uma primeira definição mais elementar de essência, vinculada a quatro ordens de predicados do ser e que se refere a um outro conceito também importante para a discussão aqui em questão: "*É preciso pois, distinguir, como já se disse, três sentidos da palavra 'identidade'. Ora, uma das maneiras de confirmar que os elementos mencionados acima são aqueles a partir dos quais, por meio dos quais e para os quais procedem os argumentos é por indução: porque, se alguém examinasse as proposições e os problemas um por um, veria que cada um deles parte ou da definição de alguma coisa, ou de uma propriedade sua, ou do seu gênero, ou de seu acidente. Outra maneira de confirmá-lo é pelo raciocínio. Com efeito, todo predicado de um sujeito deve necessariamente ser ou não ser conversível com ele: e, se é conversível, será a sua definição ou uma propriedade sua, porque se significa a essência, é a sua definição; do contrário, é uma propriedade, a saber: o que se predica de maneira conversível, porém não significa a essência.*"(Aristóteles. Coleção Os Pensadores. Vol.I, 1987. p. 11)

Toda esta "divagação" pode parecer mera especulação abstrata, mas nos remete à reflexão sobre as diferentes maneiras de se pensar a existência e relações de seres distintos como homens e mulheres. A produção (ou o desejo) de um conhecimento (histórico) sobre as mulheres é uma operação cultural e intelectual que necessariamente toca em toda uma construção teórica sobre a sociedade e a cultura, ou seja, está em estreita conexão com toda esta "herança" e "tradição" do pensamento racional ocidental.

Como sujeito histórico a mulher é um assunto recente na historiografia, mas, enquanto membro integrante da instituição social família a mulher acabou transversalmente sendo "objeto" de inquéritos e narrativas históricas. A história da família possui uma dinâmica própria de desenvolvimento, cuja singularidade não esmiuçarei aqui. A referência à história da família, no rol desta discussão, têm como foco central a relação entre mulher e família e como esse debate foi travado no interior da RBH. Antes da publicação do número da RBH-18, dedicada às mulheres, a RBH-17_ "**Família e Grupos de Convívio**" _ foi dedicada à História da Família, cujos artigos fornecem alimento para nossa discussão. A organizadora deste número, Eni Samara Mesquita, além de ter se consolidado no cenário nacional como uma historiadora da família (inicialmente muito voltada para história demográfica), também possui vários artigos publicados sobre a polêmica em torno de uma história da mulher e as relações de gênero, como veremos mais adiante.

Antes, contudo, gostaria de ressaltar que as edições anteriores à RBH-17 registram apenas um artigo sobre família (artigo este escrito pela própria Eni Mesquita) e um outro abordando o tema "sexualidade", escrito por um dos pioneiros da discussão sobre história da homossexualidade no Brasil, Luís Mott. Neste artigo, Mott cruza a discussão sobre identidade sexual, relações raciais e exercício normativo do poder estatal (inquisição) no Brasil durante o decorrer dos séculos XVI e XVII (retornarei a este artigo mais à frente). Em outras palavras, decorreram-se aproximadamente oito anos de publicações para que a temática da família, da mulher e da sexualidade se tornasse algo relevante no interior da proposta editorial da Revista que já se colocava como representativa da produção a nível nacional.

A pergunta que fica no ar é se houve algum tipo de influência mais geral destas duas publicações na produção historiográfica posterior. Talvez a discussão sobre cidade, cultura e representação esteja ligada a essa nova perspectiva aberta ou, poderia se dizer, "escancarada" pelo impacto destas novas pesquisas e abordagens e vice-versa.

No texto de apresentação da revista, Eni de Mesquita Samara faz um balanço da historiografia produzida sobre a família, com atenção especial para as décadas de 70 e 80, momentos nos quais, de acordo com Samara, a historiografia teria tido mais abertura para incorporar essa nova dimensão no interior dos estudos históricos. A autora menciona o pioneirismo de Gilberto Freire, Oliveira Vianna e Alcântara Machado, entre outros, na inclusão da análise da família como um elemento constitutivo e importante para a compreensão da natureza das relações sociais como um todo. No entanto, pondera suas análises questionando o "senso-comum" que criaram em torno da noção de família patriarcal, indicando que novas pesquisas sugerem outros perfis de organização e comportamento de grupos familiares no Brasil.

Em sua avaliação, a história da família teria sido *"incorporada definitivamente à historiografia dos anos 80, a Família foi analisada nas décadas anteriores especialmente por antropólogos e sociólogos. A contribuição dos historiadores nesse campo foi restrita."* (p.8). A demografia histórica teria sido na virada dos anos 70²⁹ para 80 o grande *locus* de levantamento de dados sobre estruturas familiares. Embora estes estudos tenham contribuído para que o conhecimento sobre a família sofresse significativo avanço em relação aos estudos do início do século XX, a autora considera que o grande empurrão para uma nova abordagem e entendimento da família veio com o *"... impulso da História Social"* pois, pôde-se ampliar *"... os estudos nesta área, seguindo de perto as tendências de vanguarda, já que a análise do tema possibilita uma revisão profunda na História Social do Brasil. A riqueza e o ineditismo das fontes primárias, associadas à pluralidade de assuntos que o tema aborda (mulher, criança, sexualidade, educação, etc.) colocaram*

²⁹ De acordo com a extensa bibliografia levantada pela autora, os/as historiadores brasileiros, pioneiros na questão da família e da mulher teriam sido: Altiva Pilatti Balhana, Iraci Del Nero da Costa, Maria Luiza Marcílio, Laima Mesgravis, Maria Beatriz Nizza da Silva e a própria Eni Mesquita, cujas pesquisas foram publicadas ainda na década de 70, antes do *boom* de produções que ocorre principalmente a partir de 1984. Conf. texto de Apresentação da RBH-17, p. 13-35. 1989.

definitivamente a História da Família no Brasil, na década de 80, como um ramo específico de conhecimento e pesquisa, com área de atuação própria." (p.11).

Cabe ressaltar que um ano antes desta publicação, a autora havia noticiado na RBH-15, "**Sociedade e Cultura**", a formação de um *Seminário Permanente para o Estudo da Família e da População*, no ano de 1985, mantido pelo núcleo da ANPUH-SP. Na ocasião do informe, este seminário teria acumulado uma trajetória de apresentação de trabalhos nos encontros da ANPUH (regionais e nacionais), além da promoção de "*mini-conferências*" relacionadas ao grupo de pesquisa sobre família. Quero dizer que a culminância de um número da Revista Brasileira de História dedicada à temática da história da família foi precedida de todo um trabalho de divulgação e de abertura de "encontros" entre pesquisadores que trabalhavam ou se interessavam pela temática da família³⁰, no interior, ou seja, com um certo respaldo institucional da própria ANPUH, procedimento que até então não pude visualizar, no tocante à História da Mulher. Não estou tentando insinuar que a história da mulher não possuísse suas frentes de trabalho, mas apenas que sua existência não contou, ao menos durante um longo período, com a sustentação de uma referência a um "*lugar autorizador*", para usar uma expressão de M. de Certeau, como é a ANPUH para a historiografia nacional.

A cronologia adotada por Eni Mesquita para balizar a história da família coincide bastante com a cronologia do desabrochar da história da mulher, assim como a referência ao "empurrão" da perspectiva da análise social, por se tratar de uma nova sensibilidade em relação às novas fontes e questões. Mas a qual noção de história social então mencionada? A autora não coloca esta delimitação como uma questão, apenas descreve uma migração temática que parece indicar sua compreensão da nova história social. Se até aquele momento, o termo família referia-se mais à nupcialidade, à fecundidade, ao equilíbrio dos sexos e a estrutura da família, com esta nova perspectiva tomam a cena

³⁰ conf. SAMARA, E. M. *Informe sobre o Seminário Permanente para o Estudo da Família e da População*. In: *Sociedade e Cultura*. RBH. N. 15. 1988. P. 271. (no informe a autora dá dados mais precisos: "*Ao todo contamos com 8 regulares com apresentação de trabalhos, 3 conferências e 3 sessões realizadas em Encontros da ANPUH, com um total de 37 trabalhos. Nesse ano iniciamos o sistema de mini-conferências por consideramos que o porte intelectual de alguns pesquisadores e a extensão de suas obras sem dúvida mereciam um espaço maior de apresentação e de discussão. Aqui enquadram-se as conferências da Prof. Maria Thereza S. Petrone, de Elizabeth Kusnesof e de Laima Mesgravis.*" P. 271-272.

problemáticas tais como: condição feminina, criança, ilegitimidade, casamento, concubinato e transmissão de fortunas, assim como o foco na "família negra". Na fala de Mesquita, esse deslocamento de problemáticas configura uma espécie de "*superação*" da "*timidez inicial dos historiadores de adentrar por uma área praticamente vinculada à Antropologia e à Sociologia...*".

Essa timidez talvez se deva menos a uma questão de invasão de fronteiras do que a questões políticas envolvidas na "escolha" dos objetos da pesquisa histórica. Questões estas não mencionadas nem pela coordenadora da revista nem pelos demais autores, durante a abordagem de suas pesquisas. Pelo contrário, a mudança de *status* da história da família no interior das outras demarcações da historiografia veio mencionada mais a título de constatação do que de análise do "como" se processou tal mudança. As "causas" indicadas são de ordem interna aos procedimentos da própria história, ou seja, valorização de novas fontes, utilização de novas técnicas (estatísticas, entrevistas, etc..) e teóricas _ visíveis tanto na incorporação de novos conceitos (além do patriarcado) quanto de uma outra maneira de pensar as estratégias de poder no interior da família e da família enquanto instituição social na manutenção de privilégios e mandos locais. Embora questões políticas externas também sejam co-autoras deste processo, mencionado como uma "evolução" interna do encontro entre a história e as outras ciências humanas (a tão decantada interdisciplinaridade), é difícil mapear os vetores externos, multiplicadores desta inclinação à abertura de fronteiras.

Importante perceber nos diversos textos que compõem o número 17 da RBH que, além de uma participação maior de homens pesquisando e problematizando a família como eixo central de suas pesquisas, há uma propensão a focalizar a mulher, o homem, a criança, pensando tanto o universo doméstico quanto a esfera pública, bem como a atenção a critérios como faixa etária, estado civil, além da classe social. Em outras palavras, existe uma sensível maior facilidade de circulação da discussão sobre família entre diferentes pesquisadores do que as pesquisas nas quais a mulher centraliza os holofotes, tornando-se "objeto" de um grupo de pesquisadores específicos (identificados pelo sexo feminino, com raras exceções).

Caso a incorporação de novos conceitos seguisse apenas uma lógica puramente formal, os estudos sobre a família seriam o lugar ideal para a floração e disseminação da noção de gênero, que implica, sobretudo, em uma perspectiva relacional de pensar a construção dos territórios subjetivos e a configuração da feminilidade e masculinidade, bem como o uso de uma compreensão microfísica do exercício das relações de poder. No entanto, embora os textos tenham sido publicados no final dos anos oitenta, não há nos mesmos nenhuma referência ou uso do termo gênero³¹, nem aos desdobramentos analíticos que tal uso acarretaria na compreensão mesma da dinâmica familiar e da formação da subjetividade.

Com exceção de três artigos, que comentarei logo em seguida, os demais produzem uma história social da família aproximando esta leitura de uma história social que Natalie Zemon Davis³² chama de "tradicional" devido a sua interface com a sociologia. A história social que marca a década de 80, segundo Davis, é aquela cujas interfaces são direcionadas prioritariamente para a antropologia e a literatura, formando assim uma tendência a se transformar em história social mais "cultural".

No conjunto dos textos que formam a RBH-17, sobressai a percepção da família como uma estrutura social que reflete, como uma escala em miniatura, uma forma maior de organização do poder político e econômico. As relações de parentesco, as transmissões de heranças, as maneiras de organização dos laços contratuais matrimoniais, os dotes estariam diretamente vinculados à perpetuação de hierarquias sociais, estabelecidas fundamentalmente pela questão do vínculo econômico e das estratégias de manutenção

³¹ A discussão sobre família e gênero possui várias vertentes. Destaco aqui apenas a crítica de Scott às pesquisas sobre gênero que fundam na família o espaço privilegiado de constituição da subjetividade, da educação do ser homem e mulher. Para esta autora é muito restritiva a divisão que se faz quando se pensa classe a partir das relações de trabalho, guerra como política de Estado e gênero como questão de família. Gênero perpassaria a organização social como um todo e não fundamentalmente ou exclusivamente a família. Conferir: Scott, J. *Gender and Politics of History*. Columbia University Press. NY. 1988. No raciocínio que eu vinha fazendo, a família poderia ser pensada como locus privilegiado da constituição das relações de gênero uma vez que é via família que a historiografia se defronta de forma significativa com as questões relativas à mulher e à procriação. No entanto, concordo com Scott de que esta forma de olhar a constituição da mulher é também uma decorrência histórica da própria constituição do conhecimento e dos significados sociais sobre a mulher e sobre a família. O que não entendo é o porque nestes estudos sobre família a operacionalização do conceito de gênero não ganhou expressividade.

³² DAVIS, Natalie Zemon. "Las Formas de la Historia Social". In: *História Social*. N. 10, 1991. pp.177-182.

das gestões político-estatais, principalmente no nível "local", como as práticas de "clientelismo", analisadas pela brasilianista Elizabeth Anne Kuznesof³³.

Este tratamento estrutural-estruturante dado à categoria família, acaba sendo um dilema para se pensar a questão da mulher³⁴. Pois, na medida em que a família é um polo central das relações sociais, a mulher acaba sendo percebida historicamente situada em um lugar de "destaque", porém circunscrito aos limites da transmissão de "bons costumes", organização afetiva dos conflitos familiares, responsável pelo funcionamento das atividades domésticas, ou seja, tem sua vida preenchida pela e em função da manutenção dos laços familiares. A relação com o espaço exterior, reservada em grande parte aos homens, é vista como complementar ao trabalho de benfeitorias e harmonias com as próprias desigualdades sociais perpetuadas por e graças à estabilidade e às estratégias de sobrevivência da família.

O raciocínio segue da seguinte maneira: se a família é este *locus* depositário e extensivo de poder, pode ser também de "resistência", assim como o pseudo '*status*' de "rainha" do lar pode ser ali mesmo questionado e reinventado, tanto por "força das circunstâncias" (viuvez, herdeira única, separação, etc...) quanto pela aquisição de uma "consciência" política do "ser" mulher. Cabe ressaltar que mesmo os textos que analisaram famílias tradicionais (leia-se "senhoriais", "proprietárias" ou "burguesas") e populares (trabalhadores imigrantes, escravos, libertos, assalariados em geral,...) procuraram desconstruir uma imagem racional e funcional da família, embora a inserção

³³ "... uma aliança entre comerciantes e a elite, estabelecida no final do século XVIII, não pode ser encarada como uma mudança, que ocasionou a substituição das relações impessoais de mercado por relacionamentos pessoais fora do mercado. A aliança resultou em laços horizontais entre líderes de clãs e entre líderes de clãs e comerciantes, a serem desenvolvidos. **Porém, esses relacionamentos desdobravam-se através dos laços tradicionais do casamento, que combinavam confiança, parentesco e laços de herança.** A riqueza tornou-se cada vez mais um importante critério para a associação, mas um relacionamento apenas de mercado tinha muito menos força do que um selado através do casamento, parentesco ritual ou algum outro laço associativo."p.54 Este pequeno trecho do texto de Kuznesof sugere melhor o tratamento dado à noção de família, principalmente até final do século XIX, no qual qualquer mudança na estrutura social mais ampla estaria diretamente relacionada aos laços familiares, sendo portanto uma das instituições centrais da sociedade, historicamente constituída enquanto tal e, posteriormente, deslocada para uma posição mais periférica. O texto desta autora parece ser bem representativo de uma análise estrutural da família, realizado na perspectiva da longa duração (1700-1980), que aborda as interrelações entre economia e relações sociais sem se firmar em categorias eminentemente marxistas (como classes sociais, p. ex.).

³⁴ Talvez aqui se entenda a ressalva feita por Eni Mesquita de que a História da Mulher seria "objeto" da próxima revista.

da família no léxico maior de relações sociais ficasse sempre atrelado a uma causalidade externa, mas que atravessa a família, ou seja, a "explicação" para as mudanças no "dote", nas "transmissões de herança", no relacionamento cotidiano entre pais e filhos (as), etc, estava sempre condicionada a transformações de ordem econômica. Há matizes a serem considerados.

No artigo, *"Heranças e Relações Familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do Século XVIII"*³⁵, Ida Lewkowicz, questionando a forma como tem sido pensada a constituição da família negra, utilizando-se de testamentos e inventários, mapeia uma série de elementos sutis nesta relação de transmissão de bens e propriedades, para além da questão puramente econômica de ascensão social, adentrando o universo que denominou de "qualidade das relações familiares" (utilizando-se de uma expressão de Michael Anderson, 1984). A autora pesquisa o comportamento familiar de ex-escravos e seus descendentes, principalmente a relação entre "antecipação da herança" e "incentivo a ligações legítimas", ou seja, o incentivo a formações familiares estáveis e, de certa forma, mais próximas da nupcialidade ocidental do que dos costumes culturais africanos. Sua leitura da dinâmica de constituição de "testamento" por parte de ex-escravos é bastante controversa de uma perspectiva "purista", na qual os libertos agiriam de forma "igualitária" para com seus "irmãos" que ainda permaneceram no cativeiro.

Nas palavras da autora, entre "pretos forros" e escravos não há uma relação simétrica: " *Nota-se ainda que os pretos forros não foram mais benevolentes com escravos em face da sua experiência no cativeiro. Foram pouquíssimos os que deixaram escravos alforriados.*" (p.110). Mais à frente, a autora continua: "*Casamentos, heranças e dotes figuraram nas relações familiares dos forros em Minas Gerais. Isso demonstra, à primeira vista, não ter existido entre eles um estilo de vida distinto do restante da população mineira colonial. Embora metade das mulheres casadas, não tivessem casado e a maior parte delas tivesse gerado filhos, não significou que houvesse uma postura contrária ao matrimônio legítimo.*" (p.113-114)

³⁵ Conf. RBH-17 p. 101-114.

Seria necessário possuir maiores detalhes sobre a conduta atual da historiografia em relação à análise da escravidão e em especial da constituição familiar dos libertos para dialogar em termos mais específicos com a autora e ver se sua polêmica leitura do comportamento dos escravos não significaria uma distorção ou uma casualidade em relação à sociedade escravista como um todo. A aceitação da categoria "preto forro" para designar escravos alforriados poderia sugerir uma adesão meio inconseqüente a categorias discriminatórias da época analisada, mas, reitero, não tenho como entrar neste meandro de sua análise. Retenho apenas a maneira como a autora pensa as tramas familiares, as susceptibilidades entre um grupo social específico, demonstrando assim as possibilidades de se pensar a sociedade através do estudo da dinâmica das relações familiares (no nível e além do parentesco).

Virando duas páginas deste mesmo volume da RBH, uma foto da sinistra arquitetura da *Petite- Roquette* _ originalmente uma prisão destinada às mulheres e posteriormente um espaço "sistema" de "correção" de filhos "desobedientes" e de menores "delinqüentes" _ estampa e incita, para além da imagem, cenas de uma "*história repressiva*". O texto é de Michelle Perrot, e a alusão à análise da arquitetura e das práticas repressivas é feita ao trabalho de Foucault, "*Vigiar e Punir*". Este texto é importante nesta avaliação que faço do número dedicado à Família, não necessariamente por se tratar de uma autora estrangeira e reconhecida internacionalmente por seus trabalhos de História social, mas porque a sua narrativa traz alguns traços peculiares.

Perrot transita com desenvoltura por dados aparentemente elementares sobre a construção da prisão e o tipo de encarceramento adotado, enfatizando o caráter "panóptico" da construção e das finalidades nela presentes, refletindo sobre as formas jurídicas de penalidade, historiando a passagem de um espaço destinado à população carcerária feminina que passa "*rapidamente*" a ser destinado às crianças. Sua desenvoltura faz com que estes dados "materiais" sejam cruzados com diferentes representações sobre a situação penitenciária na França oitocentista. Filantropos, literatos, filósofos, historiadores ora lamentam os absurdos a que são submetidos os pequenos "infratores" residentes na *Petite-Roquette* ora provém os argumentos com os quais regras de conduta

são impostas, como por exemplo, os "benefícios" do sistema de isolamento celular. Descrições minuciosas do cotidiano de silêncios e olhares sugerem o "clima" de arbitrariedade e apresentam as mais hilariantes maneiras de confronto: grafites nas paredes, latrinas como trincheiras, fugas, barulhos "em massa". Há também a resistência amiúde, trágica, os suicídios e outras várias tentativas frustradas. Não bastasse isso, a situação vai se agravando cada vez mais a ponto de ser fechada em 1865.

Em um último parágrafo, que antecede mini-biografias de crianças que por ali passaram, a autora expõe toda a sua indiscreta repugnância para com as histórias vividas neste "pequeno" universo carcerário:

"Transformada em casa de detenção para acusados dos tribunais do Sena, crianças e adultos, a Petite-Roquette conserva uma ala de "correção paternal" cada vez mais proletária. Após um período movimentado durante a Comuna, quando tentou-se recuperar seu período áureo sob a direção do litógrafo Clovis Briant, fuzilado durante a Semana Sangrenta, ela submerge na decrepitude. Prisão para Mulheres de 1932 a 1973, a Petite-Roquette recebeu também mulheres membros da resistência, cuja execução é lembrada por uma placa. Finalmente demolida em 1974 (a manifestação não surtiu efeito algum) e substituída por um conjunto habitacional popular.

Durante quase meio século foi quadro de uma experiência sem dúvida única de prisão urbana para crianças, um momento de sofrimento onde estão gravados, com medo e amor/ódio das crianças pobres, alguns dos fantasmas penitenciários do século." (p. 124)

Para além da "denúncia" em si mesma rica e que lança luz sobre as tentativas de se apagar determinados registros de práticas nada edificantes da cultura que pregava "Viva a liberdade !"; o texto curto e isento de explicações macro-estruturais revela um cuidado ao mesmo tempo rigoroso e sutil (no uso de expressões como "pobres", "proletarizados", "meios populares urbanos", "vigilância sobre a infância") em não banalizar a história da prática carcerária como um advento instrumentalizado pela "luta de classes", como muitas vezes fora comum na construção da história da prisão no "mundo burguês". Procedimento muito próximo ao que realizara Foucault no livro já citado, a autora revela um profundo domínio da técnica de analisar o geral (sistema penitenciário)

no particular (a prisão-modelo *Petite-Roquette*) sem, contudo, deixar que a experiência ali descrita se veja subsumida pelo universal, perdendo sua força e individualidade. Seu foco é preciso: "**... um momento de sofrimento onde estão gravados, (...) alguns dos fantasmas penitenciários do século**".

Não há referências à "família" dos meninos detidos, mas há às "relações familiares", não há referências a práticas "sexistas" (vulgo "machismo" e/ou patriarcalismo) contra as mulheres "infratoras", mas há indícios de seus sofrimentos, há sem dúvida a compreensão de que um (escuso) lugar lhe fora reservado, tornando-as parte das preocupações político-sanitaristas, enfim, tornando-as "sujeito" _ no duplo sentido da palavra.

Difícilmente passaria despercebida a grande diferença entre esta prática historiográfica e aquela, na qual o "*problema da infância desvalida*" é pensado nos termos: "*No alvorecer do século XX, crises institucionais de grande monta caracterizavam os primeiros tempos republicanos. Essas eram geradas em sua maior parte na luta pelo poder, condição oriunda de uma reacomodação das elites em um novo contexto social, político e econômico.*"³⁶ (p. 129; grifos meus). A similaridade da problemática entre os dois autores é rapidamente atravessada pela diferença em sua apreensão e composição narrativa. No artigo de Roberto Netto, macro explicações antecedem e ao mesmo tempo "concluem" a análise específica da "infância" e mesmo do "aparelho policial", que atuava "*...de acordo com uma prática de dominação elaborada acima da questão da legalidade e da moralidade, no consenso das elites*" (p. 140). A pretensa singularidade da temática fica perdida em meio aos dados relativos aos menores expostos na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, completamente diluída na "*práxis de dominação*", que, embora moderna e urbana, é apenas a renovação do problema da miséria imposta aos brasileiros desde o advento da "colonização". É preciso mais?!

O único artigo da revista a explicitar a problemática das mulheres em relação à família foi o de Miriam Moreira L. Leite, por sinal uma das pioneiras na constituição do

³⁶ Conf. RBH-17, texto de Luiz Roberto Netto, "*Por debaixo dos panos _ a máquina policial e o problema da infância desvalida na cidade de São Paulo (1910-1930)*"; pp. 129-141.

campo "história das mulheres", no Brasil. Em *"Mulheres e Famílias"*, a autora lida com discursos produzidos por mulheres estrangeiras que viajaram ou se mudaram para o Brasil durante o século XIX e realizaram algo bastante peculiar. Deixaram suas impressões e relatos de viagem escritos (em alguns casos, publicados) em forma de diários ou *"Livro de viagem"*, gênero literário considerado (na época) menor, já que de acordo com as descrições arroladas pela autora, as escritoras-viajantes percebiam sua condição de *"exceção entre os que escrevem"*, visto que a vida literária e os refinamentos da educação lhes era pouco acessíveis. Mais do que tornar pública uma documentação "rara" (visto que este tipo de relato, assim como as "viagens", foi praticado em geral por homens) e pouco explorada pela historiografia, a autora desenvolve uma dupla investida nos textos. Traça o perfil de suas autoras e percorre nas linhas escritas o que sobressai em suas descrições, cotejando, sempre que possível com os relatos de viagens escritos por homens, marcando a especificidade entre a percepção dos homens e das mulheres.

Na análise sobre os escritos *das viajantes*, a autora se mostra sensível às diferenças que marcam este "grupo". O estado civil, a classe social, a formação cultural, os motivos das viagens são traços que individualizam as narrativas e delineiam a heterogeneidade da *"condição feminina"*. A vida da família, os comportamentos e hábitos de lazer, a descrição da flora e da fauna, o estranhamento no "encontro com o outro" (uma vez que são todas estrangeiras em um país novo e com práticas diferentes daquelas vividas na "metrópole") são elementos incorporados às narrativas de forma bastante *"espontânea"*, pois não havia necessariamente um compromisso literário ou pedagógico, embora, como ressalta Leite, o tom instrutivo dos textos fosse uma evidência de que havia uma predisposição para transmitir as experiências vivenciadas, para comentar as peripécias e aventuras a quem ficou do outro lado do oceano.

Longos trechos dos diários e livros de viagens são citados ao longo do texto de Miriam M. Leite, em uma tentativa de expor a riqueza de detalhes de como as mulheres presenciaram a sociedade da qual faziam parte, as contribuições que deixaram sobre *"a vida a bordo, nos últimos tempos da navegação à vela"* e a maneira como lidavam com a distinção e inferioridade com a qual eram tratadas. Por um lado, os escritos analisados são

testemunhas de uma maneira própria de subverter e literalmente alargar o espaço reservado às mulheres na sociedade ocidental do século dezenove; por outro, não havia entre as escritoras o que se poderia denominar de uma crítica à sua condição social, uma "consciência política" da discriminação à qual estavam expostas tanto em termos profissionais (quando vinham a trabalho) quanto em termos literários (não podiam levar a sério o seu hábito de escrever e de refletir sobre suas experiências).

Partindo da compreensão de que o texto de Roberto Neto é caracterizado por uma overdose teórica e explicativa, o artigo de Moreira Leite, ao contrário, é desprezioso em relação a racionalizações e ou explanações seja sobre os conceitos empregados durante a exposição dos dados ou dos instrumentos analíticos empregados no recorte e organização da problemática em questão. A bibliografia trabalhada pela autora é ao mesmo tempo sua "fonte" de pesquisa, ou seja, os livros nos quais foram publicados os relatos das viagens. Em outras palavras, o "tom" do texto é marcado pelas escritoras, a presença da autora fica reservada à organização (escolha dos textos, ordenação das informações esparsas nos mesmos, etc.) e apresentação a outro tipo de "público" leitor (não mais os contemporâneos das viajantes). Ao final do artigo, a síntese elaborada por Leite é significativa:

"Ainda que de forma fragmentada, percorreu-se a documentação de dezessete viajantes estrangeiras e de aspectos destacados nos livros escritos sobre afazeres domésticos, alimentação e higiene pessoal e cuidados com crianças em diferentes camadas da população brasileira. Observou-se que as qualidades implícitas na discriminação sexual das mulheres _ fragilidade, vocação natural para o lar e para o trabalho doméstico, nem sempre estão presentes, embora sempre se tenha esperado que estejam. Observou-se ainda que essas qualidades foram cobradas, tanto das viajantes estrangeiras, quanto das mulheres no Brasil. Algumas alterações de costumes e de educação feminina no decorrer do século XIX coexistiram com a persistência do ideal cultural, através de todas as mudanças, contradição em que se debateram as autoras apresentadas." P. 174.

Seria essa prática narrativa algo próximo ao que Joan Scott denominou de "*historiografia suplementar*"³⁷? Estaria Moreira Leite enfrentando o paradoxo tão discutido nos encontros mais voltados para a problemática da mulher e estudos de gênero, de que houve um grande avanço no levantamento de novas fontes e na abertura de tipos variados de documentação, mas o instrumental para se debruçar sobre este material e o leque de "interrogações" que lhes foram dirigidas ficava muito aquém de uma potente e "revolucionária" história da mulher, que interferiria na própria compreensão tanto da sociedade quanto dos procedimentos historiográficos? A descrição (dos "*papéis sociais masculinos e femininos e entre os papéis femininos*") é destituída de poder teórico e político? O "problema" do texto não estaria menos no caráter descritivo do que na problemática que norteou a descrição?

Detenho-me um pouco mais neste artigo de Moreira Leite devido às inúmeras questões que me suscita³⁸. O fato da autora não ter recorrido a nenhum conceito "alquímico" _ daqueles que explicam tudo, tipo sociedade machista, famílias patriarcais, nem do tipo opressão do capitalismo, dominação burguesa _ passando pelas seguintes questões sem explicitá-las: as mulheres têm uma história? Onde é possível encontrá-la e

³⁷ Scott aproveita uma invocação de Virginia Woolf à produção de uma história sobre as mulheres que funcionasse como um suplemento (um acréscimo), adicionando ao termo suplemento o efeito de significado que lhe foi conferido por Derrida, e faz as seguintes considerações sobre a ambigüidade da história suplementar: "*Eu gostaria de dizer que, pensando em termos da lógica contraditória do suplemento, podemos analisar a ambigüidade da história das mulheres e sua força política potencialmente crítica, uma força que desafia e desestabiliza as premissas disciplinares estabelecidas, mas sem oferecer uma síntese ou uma resolução fácil. O desconforto subjacente a tal desestabilização conduziu não apenas à resistência dos historiadores "tradicionais", mas também a um desejo de resolução, por parte dos historiadores das mulheres. Entretanto, não há resolução simples, mas apenas a possibilidade de constante atenção aos contextos e significados no interior dos quais são formuladas as estratégias políticas subversivas. É dentro desse tipo de estrutura analítica, que podemos melhor compreender os contextos sobre poder e conhecimento que caracterizam a emergência deste campo.*" (SCOTT, J. 1992). Uma observação se faz necessária. Este artigo foi publicado primeiramente em 1991. O que chama a atenção é o fato de que a discussão nas ciências sociais e na história (principalmente nos EUA) foi acirrada desde o início dos anos 80, marco este também visto pela autora como proliferação da História Social e, em particular, da história das mulheres, quero dizer, suas inquietações e de várias outras demonstram na verdade que não houve um "desenvolvimento" linear das questões, mas uma rica dinâmica de debates e ousadias em torno das premissas e desdobramentos (epistemológicos e políticos) da pesquisa sobre as mulheres.

³⁸ Talvez o fato de conter tantas "entrelinhas" seja um ponto a favor da história narrativa, que, mesmo sem a pretensão de grandes sínteses, propicia abertura para novas abordagens, suscita várias idéias, valoriza fontes até então esquecidas ou ignoradas, enfim, é um tipo de escrita histórica rica e bastante atraente. Em outras palavras, embora haja todo um esforço crítico direcionado a apontar os limites de uma tal prática historiográfica (longe de estar restrita ao campo da história das mulheres) é preciso evitar o tratamento pejorativo (desqualificador) a ela associado.

como transformá-la em narrativa? revela indiretamente uma familiaridade com o debate sobre a história das mulheres e com a dinâmica de sua construção. Esta familiaridade se faz presente ainda na maneira "plural" com que procura abordar as mulheres, ou seja, descartando do seu cenário uma visão universal da mulher (embora o mesmo cuidado não tenha sido tomado em relação aos homens).

Afinal, o que possibilita aproximar esta narrativa da noção de "suplemento", ou seja, ao tipo de narrativa da história da mulher que (longe de ser uma particularidade de M. M. Leite) predominou (talvez ainda predomine) durante toda a década de 80? Penso que reside justamente no fato de que provoca um efeito "*desestabilizador*" ao trazer à tona "testemunhos" femininos até então ignorados e, ao mesmo tempo, ignora a rebordosa da própria narrativa.

De fato, saindo do texto em si e articulando outros dados, uma nova possibilidade de compreensão deste mesmo texto se faz presente. Em maio de 1984, em Salvador, realizou-se o Seminário Zahidê Machado Neto, que se dedicou a pensar a pesquisa sobre mulher no Brasil. Entre as participantes, de diversos campos disciplinares, estava Miriam M. Leite³⁹ refletindo sobre os Estudos Históricos da Mulher. No texto apresentado, a autora avalia a pouca produção de trabalhos nesta área, em relação aos de âmbito psicológicos, antropológicos e sociológicos. Menciona possíveis explicações para a resistência prevalecente entre historiadores, descartando o "*machismo*" como explicação e indagando sobre a forte presença de uma concepção historiográfica homogeneizadora ("*Ao privilegiar uma memória genérica sobre a mulher, em detrimento do contexto histórico, o passado deixa de atrair os pesquisadores, pois nada tem a revelar desde que sempre foi assim*"). A autora menciona ainda que há uma "*idéia latente de que a questão feminina é uma questão secundária*".

Embora nesta reflexão não apareça de maneira explícita a necessidade de uma discussão teórica mais apurada, o relatório como um todo é uma espécie de manifesto a

³⁹ LEITE, Miriam M. *Reflexões sobre os Estudos Históricos da Mulher*. In: BRUSCHINI, C. e MORAES, Maria. *Relatório apresentado ao Seminário Zahidê Machado Neto*. Salvador, 1984. (mimeo. Arquivo do Núcleo de Estudos de Gênero –PAGU.)

favor do desenvolvimento teórico dos estudos sobre mulheres, pois, das experiências de diversas pesquisas e formações de núcleos relatados vinha em uníssono o clamor por uma relação mais intensa com a crítica e a revisão dos métodos e conceitos até então utilizados:

“Em síntese, os estudos sobre a situação da mulher podem ser vistos como o meio pelo qual as mulheres puderam produzir conhecimento a respeito delas mesmas, e de sua própria história. É nossa opinião que esta etapa está paralelamente cumprida, cabendo agora novos avanços em direção a uma elaboração teórica mais aprofundada, tendo em vista que seu desenvolvimento vem se dando mais lentamente. Nesse sentido, levantaremos algumas hipóteses para explicar o porque da necessidade de estudos mais teóricos em contraposição aos de natureza descritiva exploratória”⁴⁰

Em que consistiria esta necessidade de "elaboração teórica mais aprofundada"? Um primeiro ponto, já evidenciado, é o de que o mero agrupamento de informações sobre as mulheres no passado não garantiria uma reconstrução da narrativa histórica e nem a estabilidade deste "novo" campo de conhecimento. Afinal, depois de esgotada a investigação a respeito das variedades de comportamentos e práticas culturais das mulheres o que restaria a ser feito? Ou seja, a história das mulheres corria o risco de se tornar "perfumaria", uma curiosidade a ser satisfeita, um "recheio" (e quem sabe uma "cobertura") na fria e racional história universal da humanidade (a "verdadeira" história, na qual não há sujeitos privilegiados na pele de narradores, nem na dos "narrados"). Como enfrentar este mal-estar acadêmico, no interior do próprio 'discurso-competente'? Em outras palavras, como pensar a relação entre expectativas políticas e profissionais sem excluir nenhum destes termos⁴¹?

⁴⁰ ALBANO, Celina; COSER, Silvana e MIRANDA, Glaura Vasques. *Reflexões Sobre a Criação de um Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher na UFMG*. In: *Relatório apresentado ao Seminário Zahidê Machado Neto*. O seminário foi promovido pela Fundação Carlos Chagas e pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher da UFBA. Salvador, 1984; p.2- grifos meus. (mimeo. Arquivo do Núcleo de Estudos de Gênero-PAGU).

⁴¹ A oposição entre política (no caso a influência do feminismo) e profissionalismo (um discurso coerente e racional, organizado a partir de técnicas partilhadas por toda uma comunidade de profissionais, a priori, sem distinção de "gênero") foi pensada por Joan Scott como uma maneira de ... "obscurecer pouco a pouco a questão epistemológica". P. 72 Na perspectiva de Scott, o questionamento das historiadoras aos padrões profissionais de imparcialidade poderia ser visto como "uma questão de redefinição profissional, pois a presença de mulheres organizadas contestava a noção de que a profissão da história fosse um corpo unitário." P.73 (SCOTT, 1992).

Entre as diferentes "saídas" apontadas, já neste seminário, figuram as seguintes: primeiramente, investir cada vez mais na precisão conceitual e produção de técnicas (de investigação e narrativa) alternativas ou no redimensionamento daquelas partilhadas por grupos próximos (simpáticos à causa!) cujo *status* constitua um ponto pacífico. Como, por exemplo, buscar uma aproximação com análises marxista-heterodoxas, voltadas para a discussão sobre a cultura, os movimentos sociais, identidades culturais. Território este que, nos anos 80 contava com grande aceitação institucional nas ciências humanas e sociais como um todo e eram recebidos por estes meios de forma bem menos "suspeita" do que as pesquisas "feministas". Em segundo lugar, apropriar de "Gênero" como sendo um conceito delineador de uma nova *demarche* nos estudos relacionados à mulher (sejam em bases feministas ou não). Este redirecionamento implicou em desdobramentos na relação com noções como: sujeito histórico, experiência, linguagem, hermenêutica, pós-estruturalismo, desconstrução e a denominada "filosofia da diferença"⁴². Nos Estados Unidos e no Brasil, a polêmica em torno do uso do gênero nos rumos do pensamento feminista contemporâneo rendeu (e ainda rende) numerosas reflexões teóricas, cujo objetivo maior foi o de estabelecer um contexto filosófico partilhado pelo uso do gênero (seja no neo-marxismo, no pós-estruturalismo ou na dita "ciência pós-moderna") e as políticas próprias do universo de debates sobre mulheres, sexualidade, identidades sexuais, etc.

Em relação ao Brasil, mais precisamente na segunda metade da década de 80, momento crucial de redefinição dos estudos sobre mulheres, a aproximação do pensamento feminista com a categoria gênero veio permeada de tensões teóricas, além de

⁴² Para uma leitura mais ampla sobre os variados debates a respeito de feminismo, gênero, pós-estruturalismo e pós-modernismo, os textos mais conhecidos no país são: Flax, Jane. "Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. In: Hollanda, H. B. (org.) Pós-modernismo e política. R.J. : Rocco. 1991. ; SORJ, Bila. " O feminismo na encruzilhada da modernidade e da pós-modernidade. In: Costa e Bruschini. Uma Questão de Gênero. RJ: Rosa dos Tempos e FGV. 1992. Na introdução desta coletânea, as organizadoras tecem o seguinte comentário: "*É a partir das noções de desconstrução e de diferença, que permeiam a epistemologia pós-estruturalista e pós-moderna, que a noção de gênero foi sendo reconstituída e foi perpassando as diferentes áreas da Psicanálise, Linguística, História, Antropologia e Sociologia.*"(p.11) .É uma reflexão sobre essas noções que boa parte dos artigos ali publicados abordam, sejam criticando os novos rótulos, sejam aprofundando o debate em torno dos confrontos teóricos e políticos colocados ao feminismo pela utilização de gênero como uma categoria enunciadora da assimetria de poder que perpassa a organização cultural da diferença sexual.

provocar uma cisão política, interna aos (poucos) grupos e pesquisadores brasileiros inseridos na temática da mulher, que abruptamente foram "estimulados" a substituírem em seus projetos e análises, o recorte "mulher" pelo recorte "gênero"⁴³.

Poderia-se indagar, primeiro, se a história enveredou por este caminho, buscando uma relação mais estreita com os estudos de gênero (como afirmou Soihet, Matos e Mesquita) e, em segundo, se essas mudanças foram mais uma tentativa de sobrevivência institucional (reconhecimento acadêmico, verbas para pesquisas, formação de núcleos de estudo, etc...) ou se gênero assumiu e se consolidou no pensamento feminista brasileiro enquanto alternativa à leitura identitária do feminismo hegemônico até final dos anos 70?

No caso ideal de formalização desta apregoada reestruturação da narrativa em função de um conceito desvinculado de toda e qualquer referência essencialista e/ou naturalista, de ruptura com a compulsoriedade da heterossexualidade e a dicotomia homem X mulher; resta a dúvida: esses expedientes permitiram (ou permitirão) ir além de uma história suplementar da mulher e da sexualidade? Creio que esta questão provoca um retorno ao ponto crucial das mutações e deslocamentos ocorridos na esfera da história das mulheres, qual sejam, as diferentes apropriações da discussão em torno da utilização do conceito de gênero e da noção de identidade, bem como provoca um retorno às manifestações historiográficas em relação à denominada "crise" de paradigmas que assolou o pensamento social e histórico, em especial nas últimas duas décadas. Ou seja, são indagações que remetem a uma transação simultânea, de permutas e deslocamentos ocorridos na história como um todo e na discussão de gênero, dentro e fora dos marcos da História. Conceitos são partilhados por diferentes campos da historiografia e para

⁴³ Como bem demarcou Lia Zanota Machado: "No fim dos anos 80, especialmente a partir de 1987, no Brasil, na academia das Ciências Sociais e na academia dos estudos de Literatura e crítica literária, **postula-se a primazia dos estudos de gênero sobre os estudos de mulher e a "superação" dos estudos dos papéis sexuais pelos de gênero. A nova proposta acadêmica dos estudos de gênero supera o de papel sexual, po sua demarcação mais frontal contra o determinismo biológico, e que este conceito, por ser relacional, supera a idéia das esferas separadas para um e outro sexo**" (p. 26) Neste texto, a autora menciona ainda as críticas feitas por M. L. Heilborn (1990) e Miriam Grossi (1989) a respeito da superficialidade com a qual o debate sobre gênero estava sendo apropriado na produção acadêmica brasileira; além de argumentar em favor de que, embora o final da década de 80 estivesse plenamente marcado pelo impacto do "gênero", as diferenças entre determinadas "gerações e/ou configurações feministas" ainda não haviam sido "*devidamente aprofundadas*". Machado, L.Z. "Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade". In: Costa & Bruschini. Op. Cit. 1992, p. 24-38.

acompanhar um pouco a utilização destes conceitos, retomo, a seguir, as publicações anteriores e as posteriores aos dois números da RBH, destinando assim um lugar-divisor aos números 17 e 18, analisados nesta primeira "rodada" de questões.

6. Política da Identidade

Pensar uma política de identidade sob os alicerces de uma concepção de gênero (seja em uma versão "social" ou "pós-estruturalista") não é uma característica evidente na produção acadêmica de historiadoras brasileiras na década de 80, como ficou claro na análise das revistas 17 e 18, dedicadas à questão da mulher e da família. Nesse sentido, caberia indagar: existiria, no interior da documentação aqui avaliada, um marco histórico da relação entre historiografia, história da mulher e gênero? Qual seria? Os anos 90? Como os historiadores (historiadoras) vão realmente incluir em suas pesquisas a categoria gênero e toda a *démarche* que a acompanha? A década de 80 poderia ser pensada como um momento de rupturas e de construção de novos paradigmas historiográficos que antecederam à incorporação do gênero? Em que sentido se deu a movimentação da historiografia brasileira neste cenário dos anos 80 para os 90?

Acompanhando o desenrolar e a ampliação dos Simpósios Nacionais e Regionais, promovidos pela ANPUH, é possível perceber que aquele desconhecimento e isolamento no qual viviam os historiadores brasileiros na década de 60 (ano em que se realizou a primeira tentativa de reconhecimento do que se produzia em termos de história no país) não mais existe. A proliferação dos cursos de pós-graduação que se iniciou na década de 70¹ também é uma sinalização de que os historiadores da década de 80² contam com um aporte institucional para desenvolvimento de suas atividades de ensino e pesquisa muito

¹ Na década de 70, foram ativados 12 cursos de pós-graduação (11 apenas de mestrado) em história. No final da década de 80 havia em funcionamento 16 cursos de mestrado e 5 de doutorado em história. Conf. dados em LAPA, 1985; FICO & POLITO, 1992.

² No ano de 1981, presidida pela profa. Alice P. Canabrava, a ANPUH realizou o seu XIº simpósio nacional, possuindo como temática central a "História, Historiografia, Historiador", ou seja, na comemoração dos seus vinte anos de existência, a ANPUH promovia um amplo debate acerca das questões político-teóricas que nortearam o desenrolar do ensino e da pesquisa histórica no país. ² Os títulos das mesas redondas e conferências sugerem um clima de intenso debate de ordem metodológica e também profissional: "O historiador e a realidade atual" (Adalberto Marson (coord.)); Tendências atuais da historiografia" (José R. Do Amaral Lapa (coord.)); "A política nacional de documentação" (Eduardo J. M. Nascimento(coord.)), "O mercado de trabalho do historiador" (Silvio Frank Alem (moderador)); "O curriculum de História" (Déa R. Fenelon, (moderador)); "Movimento e Partidos Operários, 1922/45 (conferência proferida por Edgard Carone), "O livro didático no ensino de história" (coord. Joana Neves); "A formação do professor de história e o seu papel político e social" (conferência: Déa Ribeiro Fenelon). Conf. "Elenco" do XI Simpósio Nacional de História. (organizado pela profª Drª. Alice P. Canabrava com a colaboração do

mais eficaz _ embora seja sempre prudente anotar que estes respaldos institucionais estão em grande defasagem para com a demanda dos profissionais de história formados nas duas últimas décadas e estão vinculados à situação mais séria na qual vive a instituição universitária como um todo e as ciências humanas e sociais em particular, (ou a educação formal de maneira geral) no país. Os simpósios e a própria ANPUH cresceram vertiginosamente nestes últimos anos.

São vários os desdobramentos deste "gigantismo", para me utilizar de uma expressão cunhada por Lapa, vivenciado tanto pela Associação Nacional de História quanto pelo contingente de profissionais lançados no mercado de trabalho. A proliferação temática e as dúvidas teórico-metodológicas a elas atreladas representaram para muitos, inclusive para a mídia, uma profunda renovação historiográfica. Avaliando a produção historiográfica durante a década de 80, os historiadores Carlos Fico e Ronald Polito³ tiram uma conclusão desconcertante e que merece reflexão.

"... não há muita relação entre as discussões teóricas que de alguma maneira assumem ares de "grande questão" dentre os historiadores (especialmente em função da repercussão nos grandes jornais do Sudeste) e a produção do conhecimento.

(...) Esta relativa pobreza teórica (dificuldade dos historiadores de lidarem com as questões mais complicadas e conceituais do ofício da história) não impediu que se impusesse a impressão generalizada de que, durante os anos 80, se viveu um período de renovação da produção histórica. Em grande medida esta crença foi alimentada pela aparição de novos temas de pesquisa (sexualidade, mentalidades, magia) e também pela multiplicidade de trabalhos produzidos pelos novos cursos de pós-graduação." P.160

..." Na verdade, nossos levantamentos dão mostras muito seguras de que a grande maioria dos trabalhos segue ainda os caminhos que seriam considerados "tradicionais". A História Política, de viés bastante clássico, ainda continua, por exemplo, muito presente." P. 161

Núcleo Regional da ANPUH-PB. João Pessoa, Julho de 1981. (a ata deste simpósio veio publicada na RBH-vol.2 nº4 1982.).

³ Neste estudo, os autores levantam dados variados que compreendem desde as publicações na área de história, os cursos de pós-graduação, as tendências temáticas e cronológicas, os recortes teóricos, as revistas, encontros e seminários dedicados aos trabalhos de história. Em outras palavras, trata-se de uma referência obrigatória em se tratando de uma análise sobre os rumos da historiografia brasileira da década de 80. Conf. FICO & POLITO, 1992.

A avalanche temática não veio acompanhada, segundo os autores, de uma maturidade teórico-metodológica e a tão sonhada "renovação" historiográfica foi mais um "ensaio" do que uma transformação radical da historiografia. Proponho realizar uma reflexão⁴ sobre esta avaliação em duas partes. Primeiro, a proliferação das temáticas e as questões teóricas, depois, em especial, a questão da história política mencionada pelos autores a título de exemplo da permanência da "tradição".

Um primeiro dado. Embora haja textos esparsos na RBH desde a sua primeira edição voltados para discussões teórico-metodológicas que tentam fazer uma análise mais geral da historiografia brasileira e das novas tendências historiográficas (inglesas, francesas, estadunidenses, ...), será apenas no início dos anos 90 que uma atitude nova em relação aos problemas historiográficos ganham volume e extensão em quatro números da RBH⁵ (quase seqüenciados). Mesmo que as iniciativas mais gerais tenham "tardado", não creio que a superficialidade (nomadismo temático) tenha sido a tônica dos artigos publicados durante a década de 80. Alguns movimentos significativos vieram realmente sacudir alicerces e criar diferentes expectativas em relação ao conhecimento histórico e suas inúmeras possibilidades.

A partir do N°6 da RBH, como já foi mencionado, a revista adquire um caráter editorial mais programado, ao partir de uma temática chave para agrupar os artigos, a revista acaba revelando e indicando as prioridades em termos de tendências historiográficas. Críticas radicais à violência da "revolução industrial" para com as associações dos trabalhadores, a disciplinarização da classe trabalhadora (críticas às estreitas relações entre ciência, técnica e repressão dos trabalhadores - um novo olhar sobre o taylorismo), as dificuldades políticas e sociais vivenciadas pelos imigrantes e recém libertos, as relações entre o Estado e as classes populares, e a divulgação (tradução) de textos de autores como Christopher Hill, Peter Linenbaugh, Robert Storch, Daniel James, Georges Haupt, constituíram novos contornos na historiografia nacional,

⁴ Ressalvando que o faço a partir da RBH e dos Simpósios sem, no entanto, entrar no mérito de toda a documentação levantada pelos autores.

⁵ "Memória, História e Historiografia" (RBH vol.13, n° 25/26, 1992/93); "Representações" (RBH vol.15, n°29, 1995); "Historiografia: propostas e práticas" (RBH, vol. 15, n°30, 1995); "Confrontos e Perspectivas" (RBH vol.16, n°31/32, 1996).

conferindo-lhe um dinamismo e um acirramento de posicionamentos políticos (política do conhecimento) até então desconhecido. Só para acrescentar um exemplo, o tímido texto ("que figurou no item "Resenhas", mas com um subtítulo "Notas de uma pesquisa") assinado pelos cientistas sociais Maria Célia Paoli, Eder Sáder e Vera da Silva Telles, explicita um projeto que colocava em xeque a narrativa sociológica (bem como as narrativas históricas e literárias, por extensão) visando "...examinar justamente os modos de construção da imagem dos trabalhadores nas ciências sociais em nosso país. Ela (a pesquisa) nasceu de uma observação que fizemos da existência de uma ruptura na produção intelectual sobre o tema. Transformações na prática social estariam dando visibilidade a novos temas e colocando no centro da reflexão o problema da emergência dos trabalhadores enquanto sujeito político⁶". Cabia pensar os trabalhadores para além dos espaços institucionalizados pelo Estado, capturá-los na constituição de sua identidade para além dos muros das fábricas e dos sindicatos. Há nitidamente o delineamento da pesquisa em história social, o olhar crítico abre espaço para problematizar os espaços ocupados pelos trabalhadores, sua cultura, seu cotidiano.

Na RBH, a história do cotidiano surge sob um recorte bastante delimitado. Não se trata de qualquer cotidiano, mas o dos trabalhadores. Não se trata de qualquer olhar sobre as cidades, mas um olhar que desvele as inúmeras "construções" da ordem, das tentativas de contenção das revoltas e das transgressões dos trabalhadores⁷. Pode-se afirmar, sem

⁶ PAOLI, SADER e TELLES. "Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico". P. 129-149. RBH nº6. 1983.

⁷ No VII Simpósio da ANPUH (1973) O tema foi "A Cidade e a História" e alguns textos apresentados deram início a questões que voltaram à tona em 1985, em uma RBH (nº8/9), cujo tema era "Cultura e Cidades". É tentador cotejar as duas publicações (considerando sempre a discrepância de abrangência, uma vez que os Anais possuem mais de 1000 páginas e a RBH umas 230 páginas). As comunicações privilegiaram descrições sobre o desenvolvimento urbano de várias cidades brasileiras (e mesmo do mundo), relacionando o desenvolvimento do comércio, reformas arquitetônicas, contrastes com o campo. Algumas se voltaram para relacionar o espaço urbano e determinadas práticas políticas como o fenômeno das Insurreições Liberais, Canudos (messianismo), Coronelismo, políticas provinciais, etc. Os artigos da RBH apontam uma sensível diferença de abordagem sobre a cidade. Não mais o estudo dos fatores interligados ao crescimento urbano, a formação das cidades na história (estudos locais), constituição de bairros e vilas, relação entre economia e urbanização de determinadas províncias, características das cidades portuárias, relação entre ideologias nacionalistas e propostas urbanísticas. A RBH retomou o tema da cidade a partir de questões políticas como a relação entre ordem urbana e disciplina social, ocupação social e cotidiana do espaço público pela população de trabalhadores urbanos, bem como apresentou estudos pioneiros sobre as imagens e representações literárias sobre a pobreza e a multidão em contraste com o "espetáculo" inédito das metrópoles em constituição, na Europa do século XIX.

exageros, a importância que assumiu a noção de transgressão para a história naquele momento, pois permitiu certas ousadias, como a constituição de um olhar crítico sobre a noção "burguesa" de criminalidade, bem como a desmistificação de práticas sexuais consideradas abjetas e anti-sociais como a prostituição e a homossexualidade. O texto de Luís Mott⁸, cruzando a discussão sobre raça e homossexualidade, representou na RBH a abertura da história para este tipo de abordagem.

Mas o que há de ousado neste texto de Luiz Mott além de tocar em um tema (até então) tabu como a homossexualidade? O autor inicia com um duplo propósito: mostrar as evidências e raízes antigas da homossexualidade (tentando com isso argumentar sobre sua "naturalidade") e o desinteresse dos intelectuais para com a temática (incluindo aí aqueles que a abordaram, mas de modo discriminatório). Através de um trabalho minucioso de levantamento de processos relativos às visitas da Santa Inquisição na Bahia e no Recife colonial, e de um levantamento bibliográfico rico em pesquisas antropológicas e históricas sobre sexualidade e, em especial sobre homossexualidade, o autor arma uma trama narrativa em que cruza elementos como a raça (dos envolvidos nos autos, de acordo com as classificações raciais da época), classe social (através de dados sobre profissão, patrimônios confiscados, descrições das relações sociais nos depoimentos prestados) e as inclinações sexuais dos envolvidos nas denúncias.

Indo além das descrições (limite bastante comum em textos sobre sexualidade) dos prazeres, posições e medos, bem como das sórdidas violências sofridas pelos envolvidos, o autor resvala em interpretações polêmicas e instigantes: em primeiro lugar, fala de exercícios de poder na relação entre os pares sexuais que se estruturam fora da lógica da dominação exclusivamente atrelada à condição social, desvinculando a análise do comportamento sexual do determinismo social e econômico. Em segundo, deduz essa "especificidade" de relações inter-sociais e inter-étnicas (uma suposta rede de

⁸ MOTT, Luiz. "*Relações Raciais entre Homossexuais no Brasil Colônia*". RBH vol.5 nº10 pp.99-122. 1985. Este foi o primeiro texto abordando a sexualidade como temática central, publicado pela RBH. Antecedeu inclusive o livro organizado por VAINFAS, Ronaldo. *História e Sexualidade no Brasil*. RJ: Graal, 1986. No qual Luiz Mott também publicou um artigo, bem como outros historiadores vinculados à temática da mulher, do corpo, da moral e da família. Cabe ressaltar que no levantamento realizado pela ANPUH, de 1981-1996, apenas 1% dos artigos tiveram como temática central a sexualidade.

cumplicidades) da condição clandestina à qual estavam submetidos os homens que "praticavam o amor que não ousa dizer seu nome". Uma questão de sobrevivência que tem a ver mais com o destino dos desejos do que da matéria (como no caso de homens "bem situados" que arriscam além dos seus "bens", a própria vida).

No aspecto formal da narrativa, o autor dá continuidade ao seu gesto polêmico ao misturar procedimentos "científicos" (recheando claramente o texto com números, trechos de depoimentos, tabelas) com uma tonalidade abertamente militante, transfigurando o texto em uma espécie de pesquisa-denúncia tanto das desmedidas historicamente cometidas contra os homossexuais, quanto do silêncio das ciências humanas e sociais em relação a esse fenômeno. O tom etnográfico do texto, revelando rituais e toda uma lógica simbólica, é reforçado por uma relativa ignorância em relação ao aspecto temporal, diacrônico, na conformação das subjetividades, sentimentos e prazeres. Em outras palavras, o autor tenta revelar uma estrutura de discriminação sexual antiga, que tenta impor sua lei à uma outra estrutura, atemporal, visto que se manifesta nos mais diferentes lugares e tempos (tanto nos ameríndios e africanos, quanto nos europeus e mestiços), o amor entre "iguais".

Buscando questionar a intolerância da cultura colonial para com as práticas homoeróticas e "heterocromáticas", o autor busca na elaboração de uma essência natural o seu argumento.

"Esta minha pesquisa sobre os sodomitas do Brasil Colonial tem exatamente essa finalidade: resgatar a história secreta de um segmento social até então estigmatizado, escondido. Resgatar o passado de milhares de homens e mulheres cujo direito à história foi até então negado. E essa história nos revela que apesar de toda a opressão a que estavam sujeitos os homossexuais _ considerados como criminosos de lesa majestade e punidos com a morte _ , apesar da intolerância de que eram alvo, esses homens resistiram, desobedeceram, fizeram o amor da forma que gostavam, certos de que errados estavam quem os reprimia. E a tenacidade desses somitigos, tibiras e jimbandas, mesmo sem a consciência histórica e o respaldo científico de que hoje nos beneficiamos, preparam o terreno para que hoje os gays tenham não apenas direitos, mas inclusive orgulho de se assumirem homossexuais."⁹

⁹ MOTT, Op. Cit. p. 118.

Então, o que haveria no discurso de Mott que produziria um efeito disruptivo, provocador: a temática (homossexualidade) ou a mistura de cientificidade e militância? Talvez, em relação a esta última postura, ele estivesse em "boas companhias" e, por isso mesmo, surpreendesse menos os seus pares. Neste mesmo número da RBH, foi publicado também o texto de Georges Haupt (que acaba ficando bastante popular entre os historiadores), no qual o autor está também defendendo uma aliança mais promissora entre prática científica e militância política (não confundir com propaganda!) na construção da história do movimento operário. Sutis diferenças, no entanto, separam esses dois pensadores. Georges Haupt demonstra-se bastante crítico em relação à tradição historiográfica que priorizou a história do movimento operário ofuscando suas fraquezas e enaltecendo, deliberadamente deturpando, a memória coletiva deste mesmo movimento, chegando a formular a polêmica indagação: "*...em que medida a classe operária continua uma classe teleológica investida de uma missão histórica?*" (p.227). Haupt finaliza sua proposta historiográfica fazendo uma comovente "profissão de fé" no potencial político e analítico imbuído na prática da história social crítica, apresentada segundo ele por autores como Hobsbawn, Thompson e Perrot. Em suas palavras:

"Para poder ultrapassar a história das superfícies é preciso engajar-se em novos caminhos, abertos em parte pelas ciências sociais. 'Incumbência certamente difícil', como o constata Michèle Perrot (cuja obra nos fornece o exemplo do modo de superar a dificuldade). Porque a história é 'uma disciplina dividida, incerta, espremida entre várias linguagens, solicitada por diversos métodos, perseguida por tantas perguntas, engajada na perseguição infernal de um real que a obceca e foge dela'. O confronto entre a história tradicional e a história operária decididamente social não é simplesmente uma discussão acadêmica estéril, um debate metodológico abstrato. É o combate por uma história operária nova, e vai muito além do saber histórico. Sacrificar, por considerações ideológicas ou por rotina, o estudo de uma realidade multiforme, complexa e rica é o mesmo que sacrificar o essencial da história do movimento operário, o conhecimento de sua experiência duramente adquirida do qual ele continua ainda privado". P. 229

Apesar de ir ao encontro do movimento interdisciplinar e em busca do "social", como o fez Haupt, a trajetória de Mott parece privilegiar outros interlocutores. Os autores citados explicitamente no texto são em sua grande maioria antropólogos contemporâneos (em geral com publicações do final da década de 70), cuja temática percorre central ou paralelamente a questão da homossexualidade, seja da cultura urbana ocidental, seja de tribos indígenas nas Américas ou tribos africanas. Há uma nítida intenção de comparar os dados coletados sobre a presença de práticas homoeróticas, tanto nos documentos por ele levantados quanto por outros pesquisadores. A homossexualidade (muitas vezes tratada como sinônimo de homoerotismo), como ele afirma "constatar", é comum a diversas culturas no tempo e espaço. O que diferencia são as práticas sociais em relação à homossexualidade. Ora ela é tolerada e até mesmo aceita com certa naturalidade, ora violentamente discriminada e criminalizada (com penas capitais) como nas sociedades judaico-cristãs. Mesmo nas circunstâncias mais inóspitas, a existência de sodomitas de várias "cores", idades, profissões, só atestam a presença de relações motivadas *"unicamente por impulsos libidinosos, a aproximação de pessoas de raças diferentes não passa por outro crivo senão o da atração sexual ou afetiva, ..."*(p.115).

Diferentemente de Haupt, Mott parece creditar aos gays do passado, que conseguiram sobreviver às duras censuras de uma cultura cristã moralista e extremamente violenta para com os sodomitas, uma missão redentora, como se, libertos do esquecimento e trazidos à tona pela academia, pudessem dar, além de inteligibilidade e credibilidade aos gays atuais e aos seus movimentos a energia transgressora inerente àqueles que desafiam os padrões culturais. A partir deste raciocínio de Mott, fica no ar a questão: "ser" homossexual implica necessariamente em exercer uma "subversão da identidade"? Retomarei esta problemática quando estiver discutindo gênero e noção de performance proposta por Judith Butler.

Em relação ao que seria a prática da homossexualidade nos processos analisados, o autor estabelece um *continuum* entre o prazer (homo-erotismo), o sexo (ambos são do sexo masculino) e a identidade sexual (homossexuais, gays), sem remeter às representações dos próprios envolvidos. É neste sentido que o que sobressai no texto do

autor é uma identidade homossexual essencializada superficialmente, eu diria, uma vez que o leitor oferece poucas pistas sobre as diferentes maneiras de "ser" homossexual naquele momento, sendo "agrupados" (partilharem em comum) devido ao fato de terem sido levados a julgamento por cometerem o "*pecado nefando*", utilizando-se do "vaso" (não reprodutor) de pessoa do mesmo sexo. Mesmo ocupando um espaço menor na argumentação do autor, é necessário lembrar que o mesmo efetuou três menções a discussões "próprias" do universo "homossexual"¹⁰. A existência de coabitação entre dois índios escravos (remetendo a uma "relação estável"), a ousadia do negro que usava traje típico de "limbanda", anunciando aos entendidos do código de Angola e do Congo se tratar de "*somitigo paciente*", e menção nos depoimentos prestados ao Santo Ofício sobre a "posição" ocupada na relação, ou seja, a distinção entre passivo/ativo. Essas diferenças não foram articuladas a um possível perfil da "homossexualidade". O autor dá como subtendido, como um "dado *a priori*", o que seja a homossexualidade¹¹.

Por tudo o que foi problematizado por Mott neste e em outros dos seus textos, poderia-se argumentar que ele se insere em uma perspectiva que pensa a sexualidade e as relações sociais a partir de uma ótica identitária. Caberia indagar, que tipo de "história" o

¹⁰ Neste mesmo artigo, o autor menciona a presença de mulheres também acusadas de práticas homoeróticas, mas ele sugere que outras pessoas desenvolvam uma pesquisa mais específica. Como aparentemente não houve muito interesse de outros (as) (Não esquecendo o talentoso trabalho de R. Vainfas, *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. RJ: Campus, 1989, e Lígia Bellini, *A coisa obscura: mulher, sodomia e Inquisição no Brasil Colonial*. SP. 1989), o autor mesmo publicou com relativo ineditismo sobre o assunto, *O Lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

¹¹ No mesmo ano da publicação desta RBH-10, Ítalo Tronca coordenava um encontro entre pesquisadores de diversas áreas, "Seminário Foucault", com o objetivo de avaliar a influência de Foucault no pensamento contemporâneo. Deste encontro foi publicado um livro, *Foucault Vivo* (Campinas: Pontes, 1987), no qual o debate sobre as estratégias político-acadêmicas em função de uma identidade homossexual foi abordado sobre duas perspectivas distintas. De um lado, Nestor Perlongher questionando o alcance político e epistemológico de uma definição (classificatória e/ou empírica) da homossexualidade, o que implicaria em uma atitude homogeneizante que superficializa e calcifica a subjetividade. De outro, Edward MarcRae, (aparentemente mais light do que Mott, pois não defende uma essência homossexual, mas uma "identidade homossexual estratégica") argumentando que apesar dos riscos mencionados (de se utilizar do próprio instrumento classificatório das práticas de dominação para estabelecer seu território de resistência e sobrevivência) há uma necessidade básica de garantia de direitos civis relacionados a liberdade de expressão sexual, capazes de coibirem os abusos sociais e culturais, o processo de identificação e de mobilização institucionalizada serviria como um ponto de apoio às lutas contra as discriminações sexuais. Ambos tentaram desenvolver seus argumentos baseados na compreensão de Foucault sobre sexualidade (como prática cultural) e microfísica do poder.

autor estaria praticando? Eu poderia arriscar responder: uma história fronteira. Como ele mesmo irá denominar alguns anos depois, uma "*etnohistória*"¹².

A discordância em relação aos princípios políticos (política identitária) me permitiria também pensar que essa história teria uma outra narrativa se tivesse sido problematizada a partir de outra perspectiva? Teria sido possível elaborar uma contundente (como ele brilhantemente o faz!) crítica à homofobia, ao machismo e à perspectiva falocrática (que nesse sentido, como adverte o autor, iguala pederastas e mulheres) sem ter como premissa a o partilhar da identidade homossexual? Talvez, em se tratando de pesquisas sobre a homossexualidade haja pouco terreno para explorar estas indagações, dado à rarefação com que esta problemática tem sido tratada pela historiografia brasileira. No entanto, voltando à questão do cotidiano e da mulher, creio que dá para avançar um pouco mais nessa discussão sobre identidade, cultura e história.

¹² MOTT, *Escravidão, homossexualidade e demonologia*. São Paulo: Ícone. 1988. Embora com um longo percurso e proximidade com a historiografia, o autor possui como área de especialização a Antropologia (mestre em etnologia pela Sorbonne e Doutor em Antropologia pela Unicamp).

Novos conceitos ...

"O cotidiano passa necessariamente pela idéia de repetição. De procedimentos e de padrões que compõem a tecedura social assegurando a sobrevivência, a segurança, o bem-estar e a reprodução. Daí e por que o crime constitui exatamente a transgressão do cotidiano, por envolver elementos como o inusitado no comportamento e a danação das normas"¹³

Ao chamar atenção para a relação entre cotidiano, padrão de comportamentos e transgressões, Lapa acaba fornecendo, de maneira simples e ao mesmo tempo sintética, o mote para se perceber como os historiadores daquele tempo estavam a recortar realidades históricas, buscando entrecruzar a vida econômica com as questões relativas à cidadania, às tramas das instituições sociais para além das malhas do Estado, além de remeter à intricada conexão entre o efêmero e o estrutural nas relações sociais. No artigo citado, Lapa estava resenhando a obra, também precursora, de Boris Fausto. Aliás, cabe ressaltar que esta resenha de Lapa representou uma espécie de fechamento com "chave de ouro" de um número da RBH (8/9; 1985) completamente dedicado a esta nova concepção de história cotidiana, articulada à história social da cultura. Não por mera coincidência, este poderia ser pensado como o primeiro número da RBH em que a noção de cultura se vê articulada explicitamente a uma análise de fontes literárias, entrecruzadas a outras narrativas (textos filosóficos, textos elaborados por médicos, advogados, filantropos,...) ou ainda, entrecruzadas por fontes institucionais (processos criminais, recenseamentos, relatórios, etc...), indicando uma visível abertura da narrativa histórica à intervenção das práticas simbólicas e ao universo das representações, já iniciado com a perspectiva interdisciplinar de cunho antropológico, mas nitidamente ampliada ao se deparar com as confusas fronteiras do par ficção/realidade, provocando uma nova "*sensibilidade*" (expressão utilizada por Bresciani em seu artigo neste número da RBH, para se referir à

¹³ LAPA, J. R. A . Crime e Cotidiano de Boris Fausto. (resenha publicada na RBH-vol. 5 nº8/9, 1985) p.213-215.

maneira como pensadores do século XIX, exprimiram seus sentimentos em relação às "máquinas, multidões, cidades...") historiográfica.

Dez anos após este número, o novo conselho editorial da RBH anuncia a seus leitores que "... o discurso histórico passou a revelar maior criatividade, liberdade de interpretação e flexibilidade conceitual ao adotar como princípio a pluralidade de significados: *é a hora e a vez da História das Representações*¹⁴". Voltarei a este número logo em seguida.

Antes, um breve retorno à Identidade, cultura e mulheres ...

Seria possível argumentar que o recorte temático realizado por Luiz Mott, assim como o trabalho com as fontes e até mesmo o estilo narrativo estaria em fina sintonia com o jeito com o qual a historiografia da mulher também vinha trabalhando? Talvez fosse prudente estabelecer algumas distinções a respeito do que se entendia por história da mulher e os demais textos que também abordavam a mulher sem estarem inseridos nesta rubrica. Durante a década de oitenta, conviviam formas distintas de se problematizar a mulher.

Como já foi mencionado, na discussão sobre as duas revistas da RBH dedicadas à história da família e à mulher no espaço público (RBH-17 e RBH-18), a "história da mulher" possuía um leque de questões muito próprias, tais como a crítica ao patriarcalismo, resgate das mulheres que estiveram à frente de seu tempo reivindicando igualdade (a história do feminismo), história da opressão, subordinação das mulheres, educação feminina, ou seja, recortes que privilegiavam (com gradações mais ou menos politizadas) a mulher como um objeto à parte (homem X mulher). Este tipo de recorte foi predominante no Brasil dos anos 70, mas não se pode dizer que desaparecera por completo na década seguinte. Tendo sido bombardeada por questões da história social, a mulher acaba sendo problematizada a partir de uma perspectiva não apenas relacional (homem/mulher), estando ambos integrados a uma rede maior de poderes e sujeições, como também vinculada à questões multi-raciais (brancos, negros, índios, mais abordados

¹⁴ RBH- vol.15, nº 29, 1995; p.8. (grifos meus). Nessa ocasião a editora responsável pela RBH era Maria de Loudes Mônaco Janotti e o conselho editorial formado pelos professores: Afonso Carlos M. dos Santos, Kátia Abud, Leila M. Algranti, Márcia D' Alessio, Modesto Forenxano, Sônia R. de Mendonça, Tânia R. de Luca, Vavy P. Borges.

na história da colonização/escravidão) e multi-nacionais (estrangeiros/nativos, mais discutido quando se pensa a questão da industrialização, urbanização, modernidade,...)¹⁵.

Voltando assim à questão da relação entre a história da homossexualidade e a da mulher, é possível concluir que há sim uma proximidade marcante entre a história que se auto-denominou história social da mulher e a narrativa de Mott sobre a homossexualidade no Brasil colônia, principalmente no tocante ao tratamento dado à noção de cultura e identidade. Ambos (as mulheres e os homossexuais) foram considerados sujeitos sem história, foram percebidos como aqueles que sofreram (sofrem) além das desigualdades de classe, a discriminação social devido à sua identidade sexual. A percepção da singularidade desta forma de opressão ia de encontro ao denominado "*cultural turn*", ou seja, a busca no âmbito dos elementos "culturais" (símbolos, representações, imagens, imaginário,...) das manifestações de controle, disciplina, repressão, assim como de transgressão, resistência, práticas alternativas às normas instituídas. Longe de ser uma prerrogativa da narrativa histórica voltada para questões sobre sexualidade e ou identidades sexuais, essa virada para questões culturais perpassou e, concordando com vários autores que analisaram este processo no Brasil, dinamizou um outro olhar sobre novas e velhas temáticas da historiografia, permitindo assim a desconstrução de vários mitos que rondaram a historiografia Brasileira. A partir de meados da década de 80, há uma forte presença dos vocábulos cultura e representação na RBH, evidentes não apenas no corpo dos artigos como explicitamente colocada na temática geral das revistas, como é o caso dos números dedicados às temáticas: "Cultura e Cidades" (1985); "Cultura e Linguagem" (1987), "Sociedade e Cultura" (1988); "Política e Cultura" (1992); "Representações" (1995).

Tamanho interesse explícito pelo universo cultural induz a uma investida mais vertical nas noções de cultura e representação em elaboração neste momento. Afinal, longe de serem termos facilmente delimitados, eles advêm de diferentes embates

¹⁵ Conf. texto de HILL, Bridget. "Para onde vai a história da mulher? História da mulher e história social _ juntas ou separadas? IN: *Varia História*. Belo Horizonte, nº14, set/95, p.9-21. Embora a análise da autora se refira a um panorama internacional, creio que há muito em comum com os rumos percorridos pela história da mulher no Brasil.

epistemológicos, figurando com múltiplos significados no interior de recortes disciplinares e teóricos distintos. Embora fosse uma espécie de consenso a utilização do termo cultura com uma significação bem mais ampla do que um "aspecto" da organização social (então dividida entre política, religião, economia, etc.), ao referir-se basicamente a práticas como música, literatura e artes em geral, boa parte dos textos, ao lidarem com a questão cultural, privilegiaram fontes tradicionalmente ligadas a esta "esfera" da denominada estrutura social. Concomitantemente, há outras formas analíticas se desenhando, numa busca por uma compreensão mais próxima da antropológica¹⁶, ou seja, como o conjunto das organizações simbólicas que organizam e dão sentido às relações sociais como um todo. Neste sentido, a cultura apresentaria o elemento diferencial entre diferentes sociedades humanas no tempo e espaço. No interior da historiografia, a questão se coloca como nas palavras de um dos membros da "comissão de publicações" da RBH-13 (1986-87), Marcos A. da Silva:

"Que significa para o historiador, hoje, falar sobre cultura e linguagens? Após o paciente e secular trabalho de historiadores, filósofos, antropólogos, sociólogos, lingüistas, literatos, artistas plásticos, músicos e outros profissionais _ além dos não profissionais _ que ampliaram o conceito de cultura, vale a pena reduzi-la a um lugar diferenciado, que se frequenta em ocasiões especiais (p.ex. : o salão de leitura), ou ela se configuraria como desafiante onipresença, que não é alheia às relações sociais se fazendo/desfazendo/refazendo?"

E as Linguagens: instrumentos com que se pensa, tecido que tudo pensa, parcela ou trama do social, prisão para aquelas relações ou espaços que se expandem rumo a inesperadas direções?" (contra-capá)

Embora a maioria dos textos faça referência à cultura e à linguagem a partir de análises de textos literários, musicais, filosóficos, gráficos, entrevistas, ou seja, baseiam-se em fontes tradicionalmente relacionadas à esfera da cultura, há nas argumentações e, em especial no texto de abertura da revista, uma compreensão bastante ampla da relação entre

¹⁶ Ficaria fácil separar a noção de cultura da perspectiva fragmentada, daquela que implica em uma totalidade, referindo à perspectiva antropológica, se houvesse unanimidade entre os antropólogos, na verdade, assim como há diferentes historiografias, não se pode ignorar que haja também diferentes propostas antropológicas em confronto. Conf. SHALINS, 1979; GEERTZ, 1978; DA MATTA, 1984.

cultura, representações e relações de poder, dimensionando assim a cultura como campo de tensões e conflitos que possui uma dinâmica complexa, indo muito além da concepção epifenomenal da cultura.

O artigo de C. Haroche e Jean J. Courtine¹⁷ é bastante singular não apenas em relação aos demais deste número da RBH, como, de certa maneira, é um dos primeiros (e raros) a trilhar a perspectiva de pensar temas clássicos da história política sob uma perspectiva cultural, desnaturalizando os "objetos" da história política bem como revendo conceitos cruciais para a análise da relação indivíduo/sociedade.

O texto está estruturado a partir da percepção de dois deslocamentos importantes no campo do político entre o século XVII e o XIX. O primeiro, diz respeito à compreensão do campo político como esfera da representação, ou seja, do movimento, do jogo entre o ser e a aparência (típico da sociedade aristocrática) para uma compreensão do político como esfera da "transparência", não mais a representação, mas a "autenticidade". (universo político almejado pela sociedade "democrática").(diferença explicitada através do antagonismo Maquiavel X Rousseau). Mesmo sob pressão do pensamento cristão em busca da compreensão da pessoa como uma unidade, a ambivalência presente na etimologia da palavra subsiste sendo que esta decomposição do ser em interioridade e exterioridade, condição de sua existência "social", não é pensada, na retórica política clássica, como negatividade. Pelo contrário, a máscara, o "jogo de cena", a importância da linguagem, dos gestos, é justamente o fundamento do político, a possibilidade de seu exercício pleno. *"O Príncipe é um homem duplo que pratica uma ciência política das aparências: misericordioso quando é preciso, sem complacência quando necessário. Piedoso ou impiedoso, ninguém o sabe; cada um assim o temerá."(...)* *"O 'maquiavelismo' não é uma perversão do político, ele enuncia sua regra". P.11*

Falar sobre a transparência. *"à duplicidade monárquica logo se opõe a reivindicação política, burguesa e republicana da sinceridade: é em seu nome que será preciso governar" (p.28)*. Essa história da expressão, ou *"história do rosto"*, provoca um

¹⁷ HAROCHE, C. & COURTINE, J.J. "O homem desfigurado _ Semiologia e Antropologia política de expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX". RBH. Vol. 7 nº13; pp.7-32. Set.1986/fev.87.

repensar sobre as relações entre jogos políticos e a produção de subjetividade, deslocando esta discussão sobre a personalidade e a identidade de qualquer remota ligação de extensão a um organismo ou a uma circunstância naturalmente dada, por outro lado, também não se trata de pensar o corpo como uma superfície "adaptável" simplesmente às demandas "externas". Na verdade, os argumentos dos autores sugerem a própria historicidade deste dualismo interior/exterior na formulação de uma conceituação sobre a subjetividade. A necessidade de um eu autêntico, no interior de um campo político dito democrático na verdade menos do que elimina a retórica da aparência, rearranja novos rituais e cerimoniais que, por sua vez, como concluem os autores, "*suscitará novas máscaras: os simulacros da autenticidade*". P. 29

Nesta pesquisa, não são as apenas as fontes ou os "objetos" de investigação que estão inseridos em um plano "cultural". É a própria problemática e a maneira de abordá-la que retoma o aspecto fundamental da relação de poder entre os significados (o processo de codificação e classificação) e os exercícios políticos da constituição da individualidade e das regras sociais. O acesso às representações (filosóficas, literárias, médicas,...) não se dá como mediação, cujo fim seria ir ao encontro do "material" re(s)-presentado. Na leitura do deslocamento discursivo de "*uma retórica das figuras da paixão*" para "*uma ciência dos sinais*" o que emerge é a percepção de um outro deslocamento, a transformação da noção de identidade¹⁸. O surgimento de uma história natural dos rostos, um desvio da linguagem para o "observável". Os autores provocam um certo desconcerto ao partilharem com Foucault da compreensão de que nem mesmo o gesto de partir da "natureza" para a quantificação e classificação é "natural". Tem também sua história. O corpo, antes de ser "organismo", era "linguagem", pois o acesso a ele não era via observação, manipulação, mas como atividade especulativa, pensamento. De certa

¹⁸ Os autores sintetizam isso em um dos trechos mais instigantes de todo o texto, ao comentar as distâncias que separam as conferências de Le Brun às categorias de Lombroso: "*Os retratos não trazem mais um nome, e sim um número. Eles não deixam mais adivinhar, sob o excesso das paixões, a filigrana da aparência serena das paixões dominadas. Sugerem, ao contrário, pelo acúmulo de suas deformações, a média anatômica de um tipo marcado pelo vício, pelos desvios, pela naomalia. Eles não pressupõem mais a unidade íntima de um indivíduo, mas, asseguram a composição exterior de um tipo. A identidade individual não se sustenta masi por uma observação exterior e pela exigência de um cálculo. As paixões não são mais dominadas, os vícios estão sob vigilância. O desvio da observação da aparência manifesta assim um deslocamento da questão da identidade.*" P. 14.

maneira, a própria ciência funda o recorte "cultura X natureza" e isto é percebido pelos autores como uma prática, mais do que semântica, política.

A problemática da identidade retorna em vários textos deste mesmo número da RBH, mas em especial eu gostaria de destacar o texto de Margareth Rago¹⁹, não apenas porque se refere ao tema da prostituição e da mulher, mas porque de certa maneira há um intertexto em sua análise com este que acabei de apresentar.

Na leitura que faz do romance *Os Condenados*, de Oswald de Andrade, Rago discute a relação que se estabelece na "*representação imaginária*", segundo a autora predominante nos anos vinte, entre a imagem decadente que se fazia do urbano e a do prostíbulo, como *locus* de corpos e identidades corrompidas e em decomposição (moral). Condenados, como o título entrevê, a um destino "*trágico e incontrolável*", os personagens deste romance vivem o desencontro com o amor, a riqueza, a virtude, o progresso. Nesta imagem implacável de decadência, Rago vê em Oswald as marcas de um discurso médico *organicista* e uma fina sintonia romântica com a perspectiva rousseauniana²⁰ de que a natureza restaura a virtude e, por contraste, a "civilização" (moderna) instaura a falsidade, os vícios, fomenta a marginalidade, a boemia, a prostituição...

Contrapondo a metáfora do prostíbulo aplicada à cidade moderna, utilizada como recurso literário em Oswald, Rago apresenta as imagens positivas, tanto sobre o bordel quanto sobre a cidade, construídas em outro romance, contemporâneo de *Os Condenados*, escrito por Hilário Tácito. Em *Madame Pommery* há um "*retrato bem-humorado e divertido do empreendimento progressista...*". Neste, ela encontra o prazer e alegria associados às novas arestas abertas na cidade em movimento e crescimento, a saudação aos novos teatros, aos novos hábitos, às "*pernas estrangeiras*", a acolhida ao cinematógrafo. Até no nome do bordel de Madame Pommery é sugestivo: "*Paradis Retrouvé*". ("*Assim, onde Oswald vê o inferno, Hilário propõe o paraíso*" p. 89).

¹⁹ RAGO, M. Prazer e Perdição: a representação da cidade nos anos vinte. RBH v.7 n°13, pp. 77-102. Set.86/fev.87.

²⁰ "Como aquele filósofo (Rousseau), também Oswald percebe a cidade como espaço onde o homem aprende a fingir, a ostentar o que não possui, a querer ser o que não é, onde se fragmenta necessariamente." P. 85

Usando ainda do recurso do contraste, Rago contrapõe à visão do "cirurgião-filósofo" Rousseau sobre as similaridades entre o teatro e o cabaré, a valorização da "representação" teatral elaborada por Diderot. A continuidade da atitude de "falseamento" adotada pelo ator fora do palco, como acreditava Rousseau, é elogiada por Diderot como uma estratégia, uma construção artificial que justamente dissocia a atitude de representar um personagem distinto de si mesmo daquela adotada no cotidiano, em que reina a sensibilidade do ator (e não mais a do personagem). Em ambos os casos Oswald/Rousseau e Hilário/Diderot, sugere a autora, a problemática da cidade, do cabaré e da mulher passa pela compreensão da relação entre representação (não apenas no sentido dramático) e identidade social e individual. Se a cidade/teatro é para Rousseau o lugar no qual o cidadão/ator necessita fingir ser quem não é e para Diderot, ao contrário, a capacidade teatral revela força, criatividade e poder, distanciamento, preservando a realidade cotidiana, o cidadão/ator oferece, aos outros, sua imaginação e torna possível, através da dramatização, transformar o uso da "máscara" em algo educativo e não pernicioso, como na imagem evocada por Rousseau.

O que sobressai neste texto de M. Rago, além das inusitadas associações, é a maneira como esteve contida, na reflexão como um todo, no universo (clássico) de representações, contrapondo diferentes discursos (filosóficos, médicos, literários, iconográficos, cinematográficos) entre si, sem procurar um referencial extra-discursivo para servir de "base". Este procedimento não é inédito na historiografia brasileira, nem mesmo na RBH até aquele momento, mas ganha sua relevância no interior dos estudos sobre mulher desenvolvidos até então e no contexto partilhado pelos outros artigos deste número dedicado à "Cultura e Linguagens".

Ao qualificar de "clássico" o universo de "representações" mobilizado por Rago, reporto-me à preexistência de uma espécie de consenso em torno da noção de que um quadro, um romance, um tratado filosófico _ considerando cada um em sua especificidade _ sejam tratados como casos típicos de representação²¹, uma elaboração criativa de um

²¹ De acordo com o Dicionário de Filosofia de N. Abragnano, Representação (lat. Repraesentatio) é um "vocábulo de origem medieval para indicar a imagem ou a idéia, ou ambas as coisas". O autor admite que a palavra acaba passando para a história da filosofia com vários sentidos, mas conclui que Kant foi quem contribuiu para fixar uma

indivíduo a partir do universo de signos e símbolos, enfim, de um repertório dado culturalmente, um "imaginário". A complicação ocorre quando se expande este contexto representacional e se coloca no mesmo nível (de realidade) discursos jurídicos, documentos institucionais, textos literários e um cadáver ferido à bala. Em outras palavras, a complicação ocorre no momento em que a matéria deixa de ter a primazia de ser a "fonte" originária da representação e passa a ser também um duplo, bem como a representação deixa de ser um mero produto intelectual ou artístico e perpassa as atividades portadoras de significação como um todo.

Quando a representação não é mais acesso, meio, ou semelhança de algo que lhe é externo, quando a representação não mais funciona exclusivamente em uma relação unilateral entre palavras e objetos significados, o seu uso na pesquisa histórica ganha outra dimensão²². Ao encarar a hipótese de que há fossos, descontinuidades entre as classificações, nomeações, identidades sociais e os objetos a serem classificados, nomeados e identificados; a representação passa a ser algo constitutivo dos objetos_ não em uma relação de origem, ou determinação_ e em funcionando em relação a eles (constituída também por eles na associação simbólica e bélica) a própria compreensão da realidade e objetividade da realidade fica em suspenso, indicando a busca por novos paradigmas. É neste momento que emerge na história, como comentou L. Hunt²³, um

das significações mais utilizadas do termo. Representação foi por ele "*considerada o gênero de todos os atos ou manifestações cognitivas independentemente de sua natureza de quadro ou de similitude*".p.820/821.

²² Os historiadores se perguntam: tudo o que produz, gera, significado pode ser considerado "representação"? Isso coloca a representação como algo além da linguagem oral e escrita, iconográfica, gestual? A materialidade das construções, dos corpos, das intuições, são também representações, na medida em que participam do jogo de construção de significados e das negociações entre os mesmos?

²³ HUNT, L. 1992. Este livro organizado por Hunt é fruto de um seminário ocorrido nos EUA em 1989, no qual estava em discussão as diferentes maneiras nas quais este retorno ao cultural se realizou, tendo em Thompson, Davis, Foucault, Geertz, White e LaCapra, os grandes interlocutores na demarcação deste novo território, remontando às apropriações recentes (na época) da tradição Marxista, Annalista, antropológica e da crítica literária. Ronaldo Vainfas (1997), em um artigo instigante e polêmico, sobre a História das Mentalidades e História Cultural, faz uma crítica ao "perfil" de história cultural construído através deste panorama coletivo traçado por Hunt, que concordo plenamente. Ele critica a apresentação de "modelos" (pretensamente historiográficos) atribuídos a Foucault ou a White, questiona o sentido caótico com o qual apresenta os tais diferentes modelos, o "ecletismo da proposta" e a ausência de Carlo Guinzburg, uma importante referência para os estudos da cultura no campo historiográfico. Reconhecendo, no entanto, que a pluralidade de perspectivas existentes em se tratando do rótulo "cultural", o autor propõe então três referências distintas e contemporâneas que permitiriam distinguir a atual história cultural da história das mentalidades. (1- a história da cultura praticada por Guinzburg; 2-a história cultural de R. Chartier; 3) a história da cultura produzida por E.P. Thompson. Em relação à leitura de Vainfas destes três autores, eu tendo a discordar da sentença aplicada a Chartier, argumentando que Chartier haveria trocado a "tirania do social" pela

desvio da perspectiva de história social (seja nos moldes marxistas ou annalistas) para uma história da cultura ou uma história cultural. Lynn Hunt localiza essa "virada", justamente no interesse (crescente nos EUA na década de 80) pelo fenômeno da linguagem e nos vários debates (antropológicos, lingüísticos, psicanalíticos, ...) que vieram a partir dele. Este movimento, pelo jeito, não teve pátria.

Partindo da questão _ qual a imagem construída nos discursos sobre prostituição, trabalhadores, cidades, pobreza, etc... _ delineia-se um quadro explícito de "história das representações". Campo de pesquisa questionável, mas legítimo e bastante acolhido pela historiografia brasileira, como se percebe nos demais números da RBH e também acompanhando as comunicações apresentadas e os debates travados nos simpósios nacionais e em alguns regionais da ANPUH, sobretudo no final dos anos 80 e na primeira metade da década de 90. A noção e a prática de uma história das representações, torna-se um incômodo e um desafio aos historiadores quando passa a questionar o *status* ontológico da "outra" história _ aquela das prostitutas (e não das representações sobre as...), a dos operários (e não das representações sobre os ...), da escravidão, da república, da luta de classes, etc _ quando estabelece uma relação de horizontalidade em termos de status em relação àquelas narrativas que se utilizaram de fontes cuja classificação estava dada no âmbito da "criação", da "ficção", portanto da "arbitrariedade"²⁴. Quer dizer, a história das representações incomoda na medida em que implica em admitir que esta divisão "história social" e "história das representações", ou "história cultural", na verdade

"tirania do cultural". Não creio que Chartier tenha realizado uma mera inversão. O deslocamento realizado de uma história dos "objetos" para uma história dos "modos de objetivação", que implica em um olhar muito mais atento à apropriação (práticas) e configuração das representações do que aos "condicionamentos" ou "sujeitos" criadores das representações, não me parece uma inversão, mas um redimensionamento da própria noção do "social".

²⁴ H. White aborda a questão das fronteiras entre real e ficção, ou melhor, real e imaginário e o problema da linguagem em uma perspectiva bastante polêmica, recorrendo à teoria lingüística dos trópicos do discurso para inserir o discurso histórico em estruturas narrativas, que, mais do que o conteúdo ou a veracidade do mesmo, informam sobre seu posicionamento ideológico. Referindo-se às intercorrelações entre modos lingüísticos, sistemas de signos e conteúdo simbólico, o autor faz a seguinte afirmação: "*A atribuição às palavras de uma condição ontologicamente privilegiada como essa na ordem das coisas é um erro que a moderna teoria lingüística permitiu identificar. O que a moderna teoria lingüística demonstra é que as palavras não passam de coisas entre outras coisas no mundo, que elas sempre haverão de obscurecer tanto quanto aclarar objetos que pretendem significar, e que, portanto, todo sistema de pensamento elaborado com a esperança de idear um sistema de representação de valor neutro está fadado à dissolução quando a área das coisas que ele remete à obscuridade emerge para insistir em seu próprio reconhecimento.*" (WHITE, 1994; p. 255) *Grifos meus.*

é uma maneira de restringir o alcance do que está em jogo nas definições das fronteiras do conhecimento histórico (das ciências humanas como um todo) e em seu *status* epistemológico e, mesmo ontológico.

Na RBH, o trabalho com linguagens literárias, poéticas, a preocupação em resgatar a "imagem do operário", a relação entre arte e política²⁵, as representações (eclesiásticas e populares) sobre sexualidade, desejo, feitiçaria, retornaram ao palco em vários números seguidos com textos sempre voltados ora para o resgate da cultura popular e seus conflitos com a cultura hegemônica, ora para as estratégias de dominação próprias das sociedades burguesas, em relação à "indústria cultural", apresentando caminhos até então inusitados de sofisticação do exercício político via cultura. Retomando assim, predominantemente sob uma ótica marxista, a proposição de uma outra leitura das práticas políticas, sugeridas em alguns artigos traduzidos na RBH (e nos vários livros publicados no Brasil naquele momento), em especial o da Claudine Haroche e J. Courtine, já mencionado.

No livro *História em Debate*²⁶, organizado por Arnaldo Daraya Contier a partir de resumos de pesquisas apresentadas no XVIº Simpósio Nacional de História da ANPUH, vários artigos (resumos) abordaram questões de cunho teórico-metodológico, mencionando as transformações pelos quais passou a historiografia, e em especial a historiografia brasileira, transformações estas que se intensificaram a partir dos anos 70, mas que, até aquele momento, segundo Contier²⁷, havia sido pouco sistematizada pelos historiadores brasileiros. Na oportunidade deste Simpósio, em que se comemorava trinta anos de fundação da ANPUH, o tema central do Simpósio foi "*História em Debate: problemas, temas e perspectivas*". Embora não seja exatamente um artigo, o que teria

²⁵ Como no caso dos textos de Arnaldo Daraya Contier, Marcos A Silva e Maria José Trevisan (RBH v.8 nº15, set.1987/fev.1988).

²⁶ Anais do XVI Simpósio Nacional da ANPUH. RJ, 22 a 26 de julho de 1991. (CNPq & InFour).

²⁷ Na introdução do livro, Contier (na ocasião, presidente da ANPUH) faz uma afirmação surpreendente: "*Afloraram durante o Simpósio novos temas de reflexão: os papéis da mulher nas sociedades escravocratas e de classes; a criança e os sistemas de poder desde os tempos coloniais até os dias atuais; questões sobre a prostituição e a sexualidade; doenças e mentalidades*". (p.15).(grifos meus). Não sei o que é pior, ele ter ignorado as próprias publicações da ANPUH sobre estas temáticas no final dos anos 80 ou o fato de que depois de quase uma década lutando por "um lugar ao sol", finalmente historiadores de fora do "gueto" percebem a visibilidade destas "novas" temáticas.

possibilitado ao autor expandir o seu argumento, o resumo apresentado por Elias Thomé Saliba vem de encontro à análise da historiografia brasileira dos anos 80 exposta até aqui.

O propósito do autor é bastante preciso, refletir sobre as transformações na historiografia brasileira no tocante aos deslocamentos ocorridos nas aproximações/críticas/crises do marxismo. A década de 80 representou para Saliba, a ampliação do repertório temático em direção ao que ele designa como "*cultural*", *do simbólico e, ultimamente, do "imaginário"*. Esta virada afetou o marxismo de várias maneiras. Primeiro, o autor constata que foi a partir de leituras heterodoxas do marxismo que o cultural entrou na historiografia brasileira, mas o fez de maneira crítica, ou seja, nas próprias palavras de Saliba:

"os modelos de interpretação, fossem o marxismo mais heterodoxo - que trabalhava com o modelo "base/superestrutura" -, o modelo desenvolvimentista (de extração CEPALINA), ou o modelo da chamada "teoria da dependência"- todos consideravam a dimensão cultural como "determinada" por uma outra dimensão da vida econômica, conforme o modelo adotado. Quase toda a produção historiográfica nos anos 80 (falo sempre em termos de tendência) foi, no fundo, uma crítica velada a esta concepção prescritiva, abstrata e, ao mesmo tempo, normativa de Cultura."(p.18)

Avaliando positivamente a inserção da questão da cultura e o papel *desmistificador* que acompanhou a maioria das leituras realizadas neste sentido, o autor argumenta que junto com a crítica ao determinismo econômico e às leituras pretensamente totalizadoras, com narrativas arrogantemente neutras, 100% racionais e coerentes, houve também um outro questionamento tão ou mais básico para a epistemologia das ciências humanas: "*como o sujeito constrói o seu objeto?*"(p.19) , em outras palavras, essa questão implica em uma dupla reflexão, sobre a subjetividade na história (c/ a cultura em foco) e sobre a subjetividade do historiador na construção do conhecimento histórico. No desdobramento desta reflexividade do sujeito, está o maior desafio/dificuldade da historiografia brasileira, "*romper com aquilo que era mais caro à concepção de história no materialismo, a 'determinação a partir do social' ou aquilo que,*

em termos filosóficos, constituía o 'fundamento ontológico' da história"(p.20). Saliba liga a esta dificuldade uma outra, já mencionada neste texto, o estatuto da "representação", a própria concepção de verdade. Para o autor, a historiografia brasileira ganharia muito se conseguisse se desprender do marxismo como aquele (método, suporte, instrumento?) que possui o "acesso privilegiado à Verdade". A coincidência entre os problemas e cronologias suscitados por Tomé Saliba e os que eu vinha apontando é importante para o argumento aqui pretendido, porque ele se baseou em "fontes" da historiografia brasileira, distintas das priorizadas nesta pesquisa, o que indica, guardada as proporções, que a RBH funcionou mesmo como uma espécie de vitrine das "ocorrências" historiográficas, embora tenha passado, a cada dois anos, por gestões editoriais distintas. Na verdade, talvez este revezamento tenha contribuído para a pluralidade característica das pesquisas publicadas na revista.

Em um artigo publicado na RBH 23/24 (set.91/ago.92), dedicada ao tema "Política e Cultura", Vavy Pacheco Borges sistematiza uma extensa discussão bibliográfica a respeito do movimento de "retorno da história política", mostrando o estreito vínculo entre a "virada para a cultura" e a entrada em cena desta "nova" história política. Uma pausa neste número da RBH se faz necessário, para retomar aqui o segundo ponto da crítica de Fico & Polito a respeito da historiografia brasileira nos anos 80, no qual os autores sugerem ter predominado um alto tradicionalismo principalmente no tocante à história política. Em termos quantitativos não tenho dados precisos para contrapor, mas acompanhando os vários balanços sobre a historiografia brasileira e as várias revistas consultadas, é possível inferir que havia um movimento latente remexendo os valores e práticas dos historiadores voltados para o campo do político. Em 1987, na RBH "Instituições", em 1990, no Simpósio da ANPUH-SP²⁸, realizado em Franca, e em

²⁸ Boa parte das discussões desenvolvidas neste simpósio, sobre o político, foram publicadas, sob organização de M.S. Bresciani, Eni M. Samara e Ida Lewkowicz, na coletânea "Jogos da política. Imagens, Representações e práticas". ANPUH-SP/Marco Zero/FAPESP;1992. A maioria dos artigos desta coletânea são verdadeiros balanços da historiografia constituindo-se assim em uma referência obrigatória no debate acerca dos novos rumos da discussão política travada no interior da historiografia brasileira. Nas esclarecedoras palavras de Bresciani, ao apresentar os artigos, uma definição de política: "As mudanças várias do significado da palavra política, as diversas facetas de um termo dificilmente apreensível em suas múltiplas manifestações, marcam para nós o moderno sentido dessa palavra: se por um lado, é o campo de luta entre idéias e interesses conflitantes, e o lugar da definição sempre

1991, na RBH "Reforma e Revolução", a história política insinua seus novos caminhos, ganhando visibilidade na mídia acadêmica, em meio às várias demandas do multifacetado panorama historiográfico nacional e internacional.

O argumento de Vavy P. Borges à "novidade" em relação à história política é de que na verdade não é nova a relação entre história e política e que as severas críticas que a tornaram o "patinho feio" da historiografia provieram justamente devido a sua histórica vinculação com o poder. Quase sempre uma narrativa de feitos militares, ou da religião a serviço da manutenção do poder, argumentos nacionalistas, biografias de heróis, uma história das instituições e idéias políticas, a história política foi praticamente execrada pelos historiadores preocupados em questionar as diferentes formas e práticas de poder, as relações entre as classes, os embates interculturais. Sob a influência de um marxismo simplificado e mecanicista, certos temas clássicos da história política são objetos construídos como decorrência de estruturas econômicas. A partir de uma relação menos ortodoxa da história com as questões políticas dos movimentos sociais, a historiografia passa a pensar o político de maneira mais diluída, nas lutas operárias, nas resistências dos trabalhadores, nos movimentos sociais, nas lutas anti-racistas e sexistas.

Enquanto a maioria dos historiadores decepcionados com a política procuravam novos espaços de atuação, outros insistiram em transformar o político em uma espécie de pólo no qual convergem os confrontos sociais e simbólicos, significando assim, a possibilidade de se pensar a história como síntese²⁹. O retorno a alguns temas clássicos da história política não implicou em um retorno de sua postura subserviente ao poder. Pelo

provisória das regras do jogo social, por outro, pode ser a busca de técnicas aperfeiçoadas que, em nome da Sociedade, visam eliminar as necessidades básicas da sobrevivência nas quais se debatem os homens. Nesse campo onde as idéias, imagens, representações e ações se degladiam, o historiador adentra e se sente em casa. Afinal, antes das modernas histórias social, do cotidiano, da vida privada, das sensibilidades, da cultura erudita e popular, da mulher e das minorias, a história foi simplesmente história política. Agora voltamos, após o aprendizado adquirido nessas "novas" histórias com um "arsenal" de conceitos que permite tecer tramas mais complexas e nuançadas das lutas políticas e dos movimentos sociais." P.10.

²⁹ Dentro desta perspectiva, a autora cita F. Furet e Pierre Rosanvallon, como dois historiadores franceses que tentaram reabilitar a história política. Cabe ressaltar ainda, que este artigo de Pacheco traz uma extensa referência bibliográfica sobre os rumos e críticas da história política contemporânea, inclusive mapeando esta discussão na historiografia brasileira. Para maiores referências sobre essa discussão conf. ainda : tradução do texto de P. Rosanvallon "Por uma história conceitual do Político" (RBH v.15,nº30, 1995), os textos de D'Aléssio e Janotti; Vavy P. Borges; M. H. Capelato publicados na revista *Estudos Históricos, R.J. Vol. 9, nº17, 1996.*

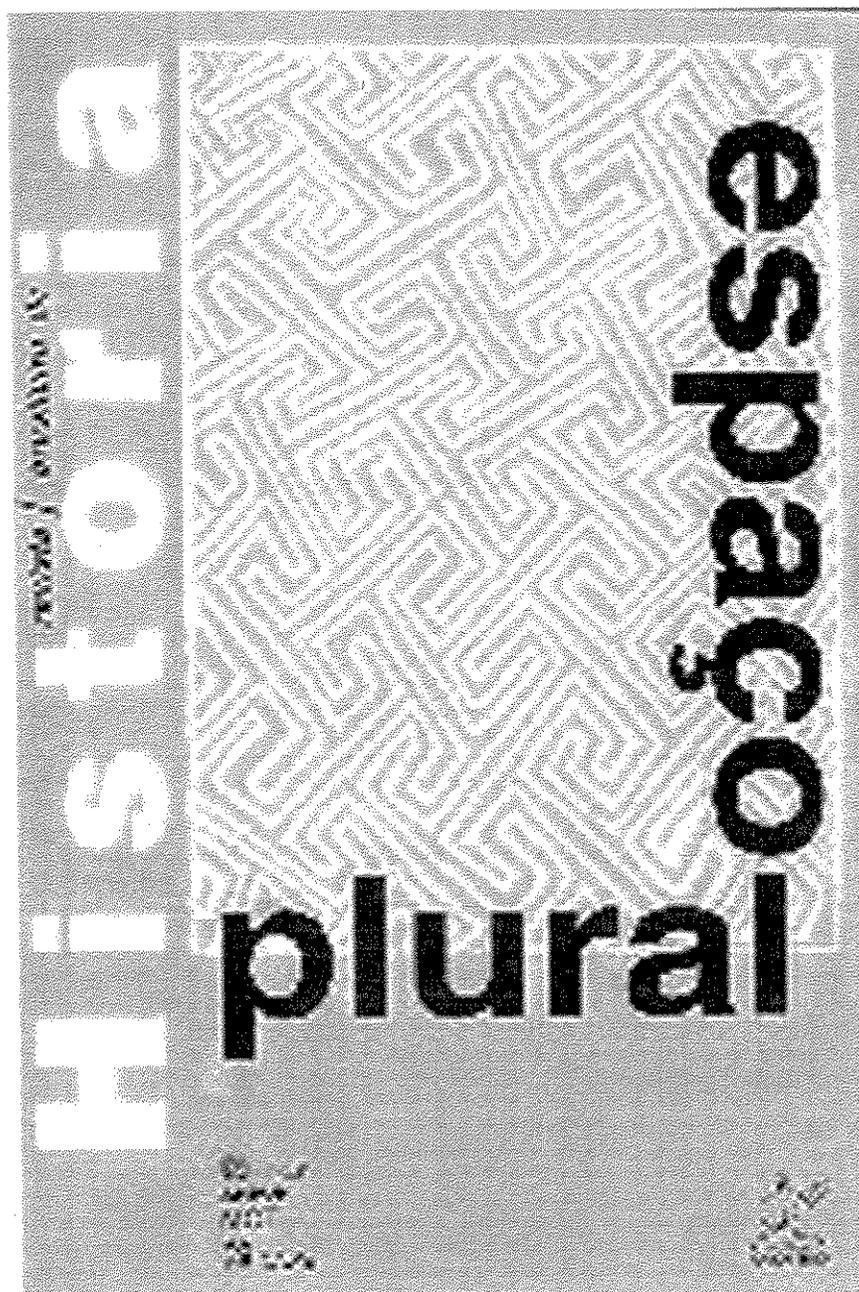
contrário, a incorporação das críticas à noção coisificada de poder (poder/Estado), a abertura para temáticas e métodos interdisciplinares, a desconstrução da racionalidade como estruturante do político, a incorporação dos sentimentos, das complexas relações entre memória e poder, não apenas ampliaram a concepção do político como revigoraram o entusiasmo dos historiadores envolvidos com este campo de investigação, retirando-os do caráter marginal ao qual foram relegados principalmente durante os anos 60 e 70.

O artigo de Pacheco, embora não seja extensamente detalhado em termos de levantamento de dados sobre a historiografia brasileira, permite ao mesmo tempo concordar e discordar da análise de Fico & Polito, uma vez que, embora a história política tenha persistido nos anos 80 em uma frente engajada com noções como progresso, modernidade, identidade nacional (de maneira eufórica), é inegável que uma frente significativa de historiadores _ mesmo aparentemente migrados para outros recortes historiográficos (hist. social, hist. da cultura,)_ encaminham suas pesquisas a partir de problemáticas políticas, possibilitando assim uma reconfiguração da história política dentro da historiografia como um todo. No entanto, nunca é demais lembrar que esse redimensionamento, ainda em processo de afirmação, é tão polêmico quanto os demais "domínios" da história, e carregado de tensões, principalmente quando pensado como uma metodologia que possibilitaria uma visão de unidade à História.

A revista, "Plural", como o próprio título sugere, marca mais uma mudança na proposta editorial da RBH, rompendo com a prática de escolhas temáticas para cada número com o propósito de atender à diversidade e pluralidade de temáticas em pauta. Adota-se em números posteriores, a divisão entre artigos interligados, formando "dossiês", e artigos isolados enviados por pesquisadores e avaliados pelo conselho editorial. Neste número, chama a atenção o comentário dos editores a respeito do que une os diferentes artigos:

"Aparentemente há pequenos dossiês incomunicáveis que integram assuntos correlatos; no entanto, observando-se o tratamento metodológico da maioria das matérias, percebe-se que esses conjuntos se interrelacionam pelo desenvolvimento de análises sustentadas nos

conceitos de cultura, política e historiografia, revistos pela crítica histórica dos últimos vinte anos³⁰".



³⁰ RBH; vol.14 n. 28, 1994 ANPUH/Marco Zero.

Pelo visto, na primeira metade dos anos 90, ao menos no tocante ao universo da RBH³¹, a economia perde o reinado, enquanto se avolumam as pesquisas em torno de problemáticas relacionadas à cultura, política e proliferam também os vários balanços historiográficos, antes bastante restritos, há um nítido envolvimento dos historiadores com o repensar sobre as bases de seu ofício, desconstruindo e reconstruindo seu território.

Todo este preâmbulo em relação à história política e à afirmação da cultura como eixo de pesquisa tem como finalidade adentrar nas densas e sinuosas tramas relegadas à história a partir do momento em que os termos representação, identidade e diferença invadem o discurso histórico e minam as certezas dos territórios já conquistados. A história da mulher está bem dentro deste "caldeirão".

Retomando um tema clássico da história política, as lutas pela independência política na América Latina, Maria Lígia Coelho Prado escreve, no mesmo número da RBH no qual consta o artigo de Vavy P. Borges, sobre as diferentes formas de atuação e envolvimento das mulheres nas disputas políticas, procurando assim, questionar a historiografia que afirma o alheamento das mulheres em relação "*às coisas públicas*". Através de um depoimento de Maria Granham, sobre Maria Quitéria (uma brasileira que "ardia de amor pela pátria" e disfarçou-se de homem para participar da guerra) e de biografias escritas sobre mulheres mexicanas, argentinas, venezuelanas, a autora entra na descrição destes "depoimentos" (de homens e mulheres) sobre as mulheres que se misturavam aos homens, apontando os adjetivos qualificadores destas personagens, remontando a um imaginário no qual associavam características "tipicamente" masculinas àquelas mulheres, como coragem, sangue frio, audácia, maus modos, etc. A autora fala sobre os castigos que essas mulheres sofriam quando eram pegas em ação. Algumas morreram em função da luta pela independência, outras foram exiladas, presas e

³¹ Acompanhando o Quadro de Revistas em anexo é possível perceber os três números seguintes estarão voltados principalmente para os problemas teórico-metodológicos que os historiadores vêm enfrentando em suas temáticas de pesquisa. A velha acusação de que os historiadores se utilizam indiscriminadamente de conceitos oriundos das outras ciências humanas e sociais e considera a discussão conceitual um problema menor em relação ao necessário e insubstituível trabalho de arquivo, parece não mais pertinente, o panorama demonstra visíveis alterações nesta perspectiva (em alguns casos, há inclusive o extremo oposto, o abandono das referências arquivísticas e a transformação dos conceitos nos próprios protagonistas).

deserdadas, viram seus maridos e filhos morrerem, ou seja, no olhar de Prado, essas mulheres enfrentaram e optaram conscientemente pelo envolvimento nestes fenômenos políticos, cientes da violência e complexidade dos mesmos. Criticando as leituras que, em particular, os homens fizeram dessas mulheres, a autora comenta:

"Suas ações (nestas narrativas) correspondiam apenas aos apelos de seus corações. Este é outro ponto importante. Nas biografias, as mulheres eram sempre tomadas por um sentimento de paixão que as empurrava pelas trilhas da insurreição. Não apareciam como seres dotados de razão, fazendo uma escolha racional, depois de um balanço cuidadoso das partes." p.87

" Em uma palavra, foi esquecido ou ocultado que as mulheres participantes dos movimentos pela independência atuaram num circuito claramente identificado como o da política, motivadas por idéias, sentimentos e crenças que as levaram a romper com os padrões sociais e religiosos vigentes. Sua notável coragem _ especialmente nos momentos trágicos da prisão e condenação _ indica que estavam preparadas para aceitar as consequências das escolhas efetuadas." P. 90

As histórias de vida narradas pela autora são, em vários sentidos, emocionantes e provocam um outro olhar sobre as lutas políticas como um todo. Mesmo assim, farei o papel do céptico lançando a pergunta: será que este texto muda algo na história da independência, além de incluir a participação das mulheres? Agora sabemos que elas não estiveram restritas aos lares, à procriação ou às rezas nos conventos. Sabemos que auxiliaram seus maridos e parentes ou atuaram como soldados e/ou mediadoras dos conflitos, mensageiras e espiãs. Em outras palavras, sabemos que elas ajudaram a construir uma nação livre e independente. Muda a percepção que tínhamos das mulheres na história, mas muda a perspectiva mais “geral” da história? Afeta o princípio com o qual a história da independência foi narrada?

Vamos por partes. Uma primeira contribuição de Prado está em apresentar o caráter nada ingênuo ou neutro das narrativas sobre mulheres que tendo a (boa?) intenção de louvar seu “patriotismo” e com isto elevar (algumas) mulheres à condição digna de participarem dos monumentos erguidos em torno da memória (voluntária) da nação,

geraram além de estereótipos, o contraponto da memória, ou seja, lançaram ao “esquecimento” as mulheres “ordinárias”, que, ausentes da “cena pública” foram dadas como sem-história. Revelando a função estratégica do discurso “memorialista” a autora reforça também a função política do próprio discurso histórico.

Quando indago sobre um olhar para “além” das mulheres (embora a partir delas) refiro-me a, por exemplo, ir além da constatação de que as mulheres eram qualificadas como dotadas de sentimentos e destituídas de razão. De posse desta “informação”, a autora poderia ter questionado a atribuição ao político como sendo o domínio da razão e, a partir desta outra problemática³², desconstruindo toda a arquitetura com a qual essas e outras narrativas edificaram as leituras sobre as lutas políticas da independência. Ou, ainda, a autora poderia, ao invés de assumir o “político” como o *locus* privilegiado da consciência, ter indicado a historicidade das diferentes manifestações da consciência e da consciência política em especial.

Na estruturação do texto, a autora demonstra familiaridade com as “novas” questões e metodologias da relação entre cultura e política, compondo assim uma sintonia com o propósito geral dos outros artigos deste número da revista, além de manifestar sintonia também entre a história da mulher e os problemas da historiografia do momento, embora seu texto demonstre uma certa oscilação na apropriação de uma das problemáticas

³² Conf. a este respeito o texto de BRESCIANI, M. Stella M. *Razão e Paixão na política*. Texto apresentado no XVII Simpósio Nacional de História, ocorrido em São Paulo, julho de 1993. Fazendo um passeio por textos filosóficos e literários, indagando sobre as relações entre razão e paixão na formação das idéias políticas e morais, a autora vai construindo a própria historicidade da delimitação das esferas próprias a cada uma destas faculdades humanas, que atingem tanto a esfera da constituição da subjetividade individual quanto social. A autora mostra ainda as relações entre estas noções e a construção de utopias políticas (os perfis de sociedades imaginadas e desejadas), a noção de progresso, o discurso cientificista (principalmente as técnicas recém elaboradas de quantificação e problematização da criminalidade e da miséria), enfim, a estreita relação entre a construção do par razão-paixão no olhar crítico que procura ora justificar, ora questionar e transformar as instituições sociais. Muito mais do que uma simples contribuição tópica em relação ao conhecimento e reflexão sobre as representações políticas do século dezanove, o artigo de Bresciani expõe, como poucos na historiografia brasileira, o caráter arbitrário, subjetivo, permeado de interesses, das idéias e representações políticas, interpretando-as de maneira a desfazer o efeito “natural” e a-histórico que tendem a disseminar, escapando assim da armadilha na qual muitos historiadores se deixaram enredar. O texto foi publicado na coletânea organizada por Ilana Blaj e John M. Monteiro. ANPUH.1996, pp.12-23. Na apresentação desta coletânea, percebe-se mais uma vez a necessidade dos organizadores de procurar situar a diversidade de tendências e temáticas dentro da historiografia brasileira, manifestada nas várias comunicações apresentadas neste simpósio, fazendo o seguinte comentário: “Nota-se uma crescente preocupação com a história cultural _ embora não haja consenso em torno do conceito de cultura _, uma reflexão sobre os significados da modernidade no campo da história e uma vertente emergente que busca uma releitura da história política.”

centrais da atual história política (ou mesmo da cultural), que poderia ser traduzida na inversão da questão: ao invés de perguntar porque as mulheres são representadas como destituídas de razão, indagar porque houve a supervalorização da razão e a desqualificação dos sentimentos no contexto pesquisado, evitando assim a universalidade da dicotomia razão X sentimentos (assim como masculino X feminino, nesta ordem). Enfim, apesar de trabalhar uma temática relativamente nova (mulher na política pública), utilizando fontes não convencionais, contribuindo para desmistificar as imagens produzidas sobre o passado, a autora permanece inserida em um campo de problemáticas que eu consideraria ainda um tanto viciado (p/ escapar do “tradicional” X “moderno”).

Em termos de história da mulher no Brasil, Maria Lígia Coelho Prado não está sozinha nesta dificuldade de articular a problemática da mulher no sentido de um enfoque menos descritivo. Embora nas avaliações³³ sobre a história da mulher, a década de 90 seja entendida como um momento de superação dos limites postos na historiografia dos 80, os textos da RBH indicam a persistência de uma certa tensão e mesmo de um arraigado apego à história das mulheres em contraposição aos homens, apego à concepção de uma "experiência" das mulheres como algo dado (mesmo que velado pela ideologia ou pela ausência de registros), cujo desvelamento por si só garantiria a redenção do passado e da própria História (disciplina). A história da mulher demonstra, na década de 90, manter sua atenção voltada para a política da igualdade, ou seja, indagam o passado no sentido de demonstrar as potencialidades e as limitações impostas às mulheres que as impediram de desenvolverem em condições equivalentes aos homens. Das mais variadas maneiras, a

³³ Cabe insistir aqui no fato de que não foi apenas a história das mulheres que passou por este tipo de avaliação. A "constatação" de que a década de 70 e 80 foi, sobretudo, inquietante e desenvolveu uma crise nas categorias e paradigmas do conhecimento histórico como um todo é bastante consensual. Para ficar em um exemplo tirado da própria RBH, um artigo de Francisco Falcon (uma conferência pronunciada por ocasião do VI Encontro Regional de História - R.J., em janeiro de 1994) realizando um balanço da historiografia produzida sobre o Rio de Janeiro a partir dos anos 60 conclui sobre a evidente fragmentação do conhecimento histórico, o explícito enfraquecimento de leituras históricas com perspectivas totalizantes. Ele sugere duas explicações para este fenômeno: 1ª) pode indicar a "... presença de implicações/significações teórico-metodológicas negadoras da categoria de totalidade ou mesmo rejeitar a possibilidade de alguma relação verdadeira entre o discurso histórico como tal e algum tipo de referente supostamente situado na esfera da realidade." (p.72); 2ª) pode ser também indício de uma "mera imposição de interesses ou limitações de toda sorte aos seus próprios projetos de pesquisa. (...) apesar de na aparência reforçarem aquela tendência (de ruptura), buscam situar-se, teoricamente, de forma bem diversa" (p.73) (RBH, Vol. 15, nº30, SP: ANPUH, Contexto. 1995). Se acrescentarmos à essa discussão as transformações relativas a prazos e

historiografia tenta elucidar as habilidades e artimanhas "próprias" do feminino, mesmo considerando variáveis como cor, idade, classe, credo, etc., no sentido de desfazer os estereótipos que as colocaram em uma condição subalterna ao homem, tanto no imaginário quanto nas relações sociais e institucionais. Ao desmontarem o falocentrismo a partir desta perspectiva, essas histórias acabam reforçando a dicotomia mulher X homem, sustentando, às avessas, o paradigma da essência, que, ao contrário da mulher pintada sob o prisma do falocentrismo, seria despida de estereótipos.

A partir de uma tal avaliação seria correto afirmar, então, que não houve _ apesar da relação com as noções de cultura, da interpretação crítica do imaginário, da denúncia dos jogos políticos presentes nos monumentos da memória, nas representações_ uma transformação mais significativa entre o paradigma que norteava as pesquisas sobre mulheres desde o final da década de 70 até meados dos anos 90 (para ficar nos limites dos textos aqui em questão)?

Há dois artigos na RBH-31-32, "Confrontos e Perspectivas", que permitem um pouco mais de reflexão sobre gênero e mulheres na historiografia brasileira. O primeiro artigo, escrito por Maria de Lourdes Mônaco Janotti, intitulado "*Três Mulheres da Elite Maranhense*³⁴", retoma um recorte de pesquisa (a elite) que havia ficado de lado por um tempo. Utilizando-se da biografia de três mulheres, de origens sociais distintas _ contemporâneas e que se cruzaram a partir de posicionamentos políticos divergentes, em um contexto bastante tenso da história maranhense do século XIX _ Janotti constrói sua narrativa objetivando mostrar como essas diferentes mulheres participaram da vida social de seu tempo, recriando o "*papel social da mulher*" e conquistando espaços econômicos e políticos próprios.

Esquivando de uma "história de vida" em ritmo cronológico, a autora apresenta sua reflexão baseada em quatro temáticas: "Fortunas e Poder"; "Partidos e Violência"; "Sociedade e Escravidão", "Abrangência do Político". Os temas são, em sua maioria, do

condições de pesquisa praticadas nesta última década, a chance de acerto da segunda "explicação" aumenta consideravelmente.

³⁴ Texto apresentado como comunicação no XVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH. Recife 23 a 25 de Julho de 1995 e publicado na RBH-vol.16, n°31 e 32, 1996;pp.225-248.

âmbito do político, entrecortado por um mapeamento das questões econômicas em jogo no país naquele momento histórico, buscando, neste domínio macro os sentidos possíveis às atitudes e valores (aí entraria o cultural) adotados pelas três personagens. Dados de cunho sociológico e econômico são levantados, principalmente relativos às famílias das três mulheres, no sentido de libertá-las dos "*limites da memória e biografia*", conferindo um caráter político mais abrangente a suas práticas (o confinamento social de D.Emília, a intransigência e atitude escravocrata de Donana). Compondo a narrativa a partir desta premissa, Janotti intentava revelar o verdadeiro *status* de sujeito histórico às mulheres interpeladas em sua investigação (e, por extensão, às mulheres em geral).

No decorrer da análise, através da menção à prática historiográfica desenvolvida por Eni Mesquita³⁵, a autora deixa entrever um subtexto. A ênfase metodológica da autora em sustentar a análise com dados de uma "história social" tinha o firme propósito de se diferenciar de outra prática historiográfica, denominada no texto de uma narrativa que se mantém no nível do "*ideológico*". Embora não haja traços precisos do destinatário, a crítica é sem dúvida dirigida a pesquisas que se dedicaram ao trabalho hermenêutico, valorizando sobretudo a literatura como a linguagem privilegiada para o acesso às metáforas, alegorias e signos, enfim, acesso às lutas simbólicas próprias de um determinado contexto histórico. Na avaliação da autora, ficaram nos "símbolos" e esqueceram o "contexto"³⁶.

³⁵ "Eni de Mesquita Samara aponta, com acerto, para a necessidade de romper com o círculo vicioso das análises sobre o domínio do feminino pelo viés das alegorias e dos conteúdos simbólicos, vinculando-o "a um contexto histórico específico, passo importante para sair do ideológico e mostrar as mulheres como seres sociais que integram sistemas de poder, redes de dominação e laços de vizinhança". *A pesquisa sobre o Maranhão do século XIX, sem dúvida revela, como quer a autora 'espaços femininos conquistados e não prescritos'*". P. 245

³⁶ Novamente é importante ressaltar que esta não é uma discussão específica da história das mulheres, e muito menos da historiografia brasileira, além de não ser também uma discussão superada. Recentemente, em um livro organizado por Márcia Mansor D'Aléssio o historiador francês, Pierre Vilar, falando sobre História e Representação aos seus alunos, cita um exemplo, de sua visita à cidade de Guernica, uma cidade basca, espanhola que foi destruída pelo bombardeio de Franco, e depois foi pintada por Picasso. Quando ele pergunta aos alunos o que eles sabem sobre guernica, eles dizem se tratar de um quadro. Ele então comenta que o quadro surgiu de um acontecimento político, que foi representado, mas que foi esquecido e a representação ficou. E contou uma história sobre Picasso: " *Conta-se que Picasso, durante a ocupação Alemã em Paris, foi interrogado por um oficial Alemão, que lhe perguntou: "Foi você que fez Guernica?", ao que ele respondeu: Não, foram vocês!'*". *Não se sabe ao certo se a anedota é exata, mas, de qualquer maneira, ela é muito pertinente. É evidente que há a representação, mas não se pode esquecer o fato"* p. 30. Conf. D'Aléssio, 1998. Creio que este é um exemplo típico de uma compreensão marxista do conceito de representação, no caso, muito próximo da concepção esboçada por Maria de Lourdes M. Janotti neste texto.

O fato de não haver uma alusão sequer à categoria gênero (nem aos debates suscitados em torno às diferenças/aproximações entre história da mulher e história das relações de gênero) está, ao que tudo indica, relacionado à postura historiográfica da autora, cujo recorte é declaradamente avesso à qualquer traço de pós-estruturalismo, de ruptura com o materialismo histórico, de uma história das "representações". A mulher é um sujeito histórico, inserida em um contexto social, político e econômico, no qual interage constituindo sua individualidade e simultaneamente imprimindo no social novos códigos (éticos, estéticos, políticos), ou seja, a autora visa, a partir das vidas analisadas, recuperar a globalidade dos conflitos vividos por uma época, globalidade esta que permite individualizar e, por outro lado, apresentar o que é comum.

Neste número da RBH o artigo que trabalha com a categoria gênero não é explicitamente sobre "mulheres", mas sobre as representações do masculino e do feminino nas canções de Lupicínio Rodrigues. Escrito a dois por M^a Izilda Matos e Fernando A. Faria é uma espécie de contraponto ao artigo anterior. As diferenças estão menos na temática (um seria sobre mulheres e política e o outro cultura e masculino/feminino) e mais na maneira de encaminhar a problemática da pesquisa. O recorte temporal da análise foi dado pela própria duração da obra analisada (décadas de 30,40 e 50) e da vida de seu compositor (há uma breve biografia de Lupicínio Rodrigues permeando a análise de suas composições).

Logo na apresentação dos objetivos da pesquisa, os autores indicam a postura adotada: "*Pretende-se, assim, através da análise da produção musical de Lupicínio Rodrigues, retratista do imaginário boêmio, cujas composições revelam as representações e relações que condicionariam esse universo, recuperar os perfis de gênero e de suas relações*". O fato de conceberem a produção musical de Lupicínio como um "retrato" do imaginário não seria problemático se a ênfase na "fixidez" da paisagem retratada tivesse sido minimizada durante a análise das representações evocadas. Em outras palavras, os autores colaram os significados nas palavras, perdendo a idéia de jogo (mobilidade, confrontos) de significados, principalmente em se tratando de uma forma poético-musical, que, além de ser o veículo privilegiado da polissemia, participa da trama

cultural analisada em uma condição bastante específica, a do "consumo" (comportando plurais e diversificadas apropriações) cultural. A música sai do bar, cabaré, teatro, do limite da descrição das dores de amores, ciúmes, traições, inseguranças, armadilhas eróticas, para transitarem também nos territórios dos *mass-mídia* (rádios, shows, revistas, ...) atravessando ainda relações significativas como posse, competição (dentro do universo artístico, a "conquista do público"), acumulação (*status*, bens, dinheiro,...).

Conferindo sentido à obra de Lupicínio, nos termos a seguir: *"As imagens masculinas e femininas construídas nessas letras não só consolidam diferenças como contêm hierarquias, são imagens de poder que explicitam visões mais voltadas para o "dever-ser" do que para o "ser", num processo de construção de perfis de gênero regido por uma dinâmica de relações de dominação e exclusão. Constrói-se um discurso masculino sobre a mulher que vai ficando cada vez mais agressivo, marcado por variações de misoginia e homofobia embeudadas pelo desejo de enquadrar a mulher dentro de leis e normas."*; os autores acabam operando uma racionalização esquemática da produção musical, talvez necessária para o trabalho de historicização das representações, mas cujo efeito maior parece ter sido a imobilização das imagens e representações presentes na obra analisada, pois perderam de vista a dimensão estratégica do discurso (ou, no caso, da representação analisada). É por isso que, ao meu ver, este tipo de análise realizada desencanta o ato poético ao invés de desconstruir as representações articuladas na matéria em questão. Ao lidar com as representações, descreve-as apresentando os "estereótipos" como se os mesmos estivessem colados à intenção do compositor, como se o compositor fosse um sujeito (boêmio, cachaceiro, "vagabundo", traído, de coração partido, como o "narrador" imaginário presente nas canções) coerente, auto-consciente, ignorando o ato performativo, interpretativo realizado pelo próprio compositor em relação ao repertório de vocabulários e valores mobilizados no ato criativo.

Para além das discordâncias em termos da análise das representações empreendidas pelos autores, é necessário destacar o pioneirismo da pesquisa em relação à entrada em uma discussão sensivelmente escassa na historiografia brasileira. Este artigo foi um dos poucos que considerou, como problemática central, o caráter relacional do

jogo de construção das representações a cerca do masculino e do feminino, fazendo um duplo esforço analítico e trazendo à tona a construção da masculinidade; mostrando como essa relação foi explicitada (interpretada por) nas canções de Lupicínio e como eles, enquanto pesquisadores, interpretaram a relação estabelecida pelo compositor. Embora na análise empreendida o feminino esteja restrito à mulher e o masculino ao homem, o texto coloca a possibilidade de se pensar as intersecções entre masculino/feminino nas representações constitutivas de uma subjetividade engendered (marcada pelo gênero), historicizada através do contexto representacional da obra analisada, mais precisamente, um momento único de exaltação/culpa em relação à atitude boêmica.

Embora o artigo não traga referências explícitas às discussões sobre a utilização da categoria gênero, percebe-se ao longo do texto o emprego de alguns "princípios" básicos decorrentes da maneira de problematizar o "cotidiano da boemia" a partir de uma ótica de gênero. O primeiro deles, é a preocupação em desnaturalizar³⁷ o discurso essencialista evidente, segundo os autores, na retórica mobilizada nas canções de Lupicínio. Embora o artista tenha criado diferentes (mas não necessariamente contraditórias) imagens femininas (mulheres da noite, esposas, mães, prostitutas, atrizes...) e masculinas (trabalhador, vagabundo, poeta, sensível (às loucuras do amor), ...) os autores consideraram haver hierarquias na maneira como Lupicínio organizou estas representações, articulando assim, um plano ideal contraposto aos infortúnios e desregramentos, elementos para a composição de uma "essência masculina".

Utilizaram gênero como uma categoria central na análise na medida em que perceberam o cotidiano, a sexualidade, a história dos sentimentos evocados nas canções marcados e ordenados conforme uma nítida demarcação de identidades sexuais (embora, ao meu ver estas identidades estivessem (nas canções) mais permeáveis e menos prescritivas do que a leitura dos autores indica). Em outras palavras, os autores trouxeram

³⁷ Neste trecho do artigo, os autores enfatizam a historicidade do "masculino": "*Cabe destacar, no entanto, que não há uma masculinidade única, um modelo masculino universal, válido para todos os tempos e lugares. A masculinidade difere segundo a época, classe social, etnia, idade, e , portanto, não é uma essência, mas uma representação que tende a justificar a dominação masculina- particularmente expressa na obra desse compositor; refletindo, cristalizando e divulgando um ideal de masculinidade, simultaneamente exprimindo e condicionando o "ser homem".*" P.271.

para a porta dianteira na análise do cotidiano as representações sobre as relações de gênero na organização e na produção de sentido das relações humanas, percebendo como gênero é uma "*forma primária de significação das relações de poder*"³⁸, como afirmou a historiadora J.Scott. As relações de poder evocadas pelos autores estavam direcionadas em quase toda a análise às relações entre homem/mulher, às atribuições de funções e espaços sociais a cada gênero. Scott sugere em sua reflexão um passo extra, para que a análise ganhe em abrangência, que seria conectar estas relações a outras formas de exercício de poder. Seria uma maneira, ainda de acordo com Scott, de dar uma dimensão mais política³⁹ às leituras dos "*perfis de gênero e suas relações*", na maneira como propuseram Matos e Faria.

Fica clara a proximidade entre a narrativa histórica, apresentada neste artigo de Matos e Faria, e a prática da história cultural, diferenciada das apropriações mais "sociais" da cultura apresentadas em outros artigos, não tanto pela utilização da categoria gênero ou pelo fato de problematizar as relações de gênero e o cotidiano, mas pela maneira de valorizar a "representação" como elemento estruturante nas relações sociais. Assim como no texto de M. Rago, os autores não estão à procura de um fundamento (origem, determinação,...) para as representações, o que não é o mesmo que dizer que fizeram uma história "desencarnada". Tanto Lupicínio quanto a trajetória de sua produção musical estão inseridas em ambientes específicos e históricos (um tempo(30, 40 e 50), determinadas cidades (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro), situações amorosas (noivado desfeito, relações afetivas e familiares,...)) e algumas conexões são vislumbradas, sem recorrerem a uma explicação no sentido causa-efeito.

Em plena virada para segunda metade dos anos 90, o contraste entre o texto de Matos-Faria e o de Janotti apresentam algo além da "diversidade" de narrativas historiográficas e de perspectivas de gênero. Sinalizam um nítido confronto e desconforto

³⁸ "...gender is a constitutive element of social relationships based on perceived differences between the sexes, and gender is a primary way of signifying relationships of power." ("*Gender and politics of history*". p.42)

³⁹ Essa parece ter sido a contradição mais marcante nos estudos de mulher e/ou gênero encontrados na RBH, ou seja, quando a análise traz um enfoque político mais explícito, recorre pouco às discussões de gênero no sentido relacional, questionador do discurso naturalizador e essencialista, e, quando o faz, perde um pouco na provocação política própria deste debate. É como se a história cultural (nestes termos) fosse menos politizada do que a história política. Eu penso que tanto há histórias políticas despolitizadas quanto histórias culturais politizadas.

entre as recentes apropriações da história social e da história cultural, mesmo considerando que as fronteiras entre uma e outra não são facilmente demarcáveis. Sinaliza ainda, como, no tocante às pesquisas na área da mulher e gênero, os historiadores tem se posicionado no debate em torno da crise de identidade que cercou a historiografia destas últimas três décadas e a forte crise do marxismo nos anos 80. Qualificar de crise todo este movimento de reconstrução dos instrumentos relativos à disciplina histórica talvez seja um clichê demasiado gasto, denotando um sentido pejorativo às incertezas e buscas por novos vocabulários e expectativas de pesquisa. Mesmo assim, é útil para remontar à atmosfera de "revisão", "suspense", "tensão", vivenciada neste duplo movimento de sair-se de si mesmo e voltar para si a partir de outra (arco) íris.

Embora a pesquisa em torno da RBH não tenha contemplado minuciosamente todos os textos⁴⁰, é possível ensaiar uma avaliação mais geral, buscando retomar um argumento que esteve presente como indagação durante todo este processo de "leitura". Em primeiro lugar, destacar a efetiva, porém diminuta (em termos quantitativos) expressão da história das mulheres nos simpósios e nas publicações da ANPUH. Seria possível concordar com Eleni Varikas e M. Perrot, quanto à avaliação que fizeram sobre a história das mulheres e o debate sobre gênero na França, de que a situação da história das mulheres e gênero na história acadêmica brasileira é bastante diferente daquela vivenciada nos EUA. Talvez este seja um dos motivos pelos quais pouco ou quase nada foi possível

⁴⁰ Dois números da RBH não foram analisados, mas são igualmente importantes para a reflexão sobre as apropriações dos historiadores em relação à noção de imaginário, representação e história cultural. Refiro-me às edições: "América, Américas" (RBH vol.11,nº21,1990) em especial (além das duas traduções de historiadores italianos que remetem à micro-história) ver os artigos de Janice T. da Silva e U.Fletschamann (e outros), Ronaldo Vainfas e Sálvio Alexandre Muller. Eles tocam na questão da interdisciplinaridade entre história e antropologia, e abordam a temática realidade X ficção, enfocando as fronteiras entre história e literatura. "Representações" (RBH vol.15,nº29,1995), em especial o artigo de abertura da revista, de Sandra J. Pesavento no qual a autora remonta aos "pioneiros" historiadores e filósofos a problematizarem o caráter coletivo do imaginário até apresentar as recentes teorias e categorias que permitiram aos historiadores das mentalidades (J. Le Goff é o mais citado) e da "nova história cultural" criarem estratégias conceituais para uma nova compreensão do passado e da própria narrativa historiográfica. Embora o artigo seja um pouco confuso (talvez por passar rápido demais por quase três séculos de história do pensamento, pulando de um autor a outro em questão de parágrafos), dá uma boa dimensão das questões em pauta neste momento.

reter nos artigos em questão de referências ao debate sobre pós-estruturalismo⁴¹ e desconstrucionismo⁴², principalmente em relação às apropriações feministas deste debate.

Em segundo, a história da mulher, mesmo do final dos anos 80 para cá, pouco se utilizou da categoria gênero, bem como pouco expandiu suas discussões para fora do eixo de problemáticas "heterossexual". Por isso mesmo, é conveniente vislumbrar na historiografia brasileira uma tendência muito mais apegada à noções como identidade, cultura popular, resistência, ideologia, mulher, homem, ou seja, um revisionismo marxista que mantém o materialismo histórico e a dialética como referências fundamentais. As apropriações de Foucault⁴³ ficaram muito restritas à noção de disciplina

⁴¹ Não é uma tarefa simples definir o pós-estruturalismo, a não ser pela referência aos pontos gerais que estão associados a nomes como Foucault, Deleuze, Guatarri, Derrida. Há uma certa maneira de questionar o etnocentrismo da cultura (incluindo a intelectual) ocidental, o discurso totalizante, a preocupação com as noções de alteridade e diferença, a crítica às dicotomias e categorias fundacionais, bem como a relação causa-efeito entre processos biológicos e normas sociais (raça e sexo), crítica ao humanismo e racionalismo desenvolvidos pelo iluminismo, questionamento da ciência enquanto discurso legitimador e produtor de verdades, concepção microfísica (descentralizada e positivada) de poder, crítica aos princípios individualistas e a-históricos da psicanálise, questionamento da linguagem como estrutura fixa e universal.

⁴² Esta palavra remete sem dúvida à proposição metodológica de J. Derrida, em sua crítica ao racionalismo ocidental, à operação dicotômica de nosso pensamento e às relações de poder explícitas na hierarquia tramada entre os dois vértices das classificações dicotômicas. É uma menção mais comum no interior dos estudos de gênero do que na historiografia mas penso que metafóricamente remete ao "espírito" crítico que ataca veementemente o estruturalismo e os grandes modelos macro-explicativos, nas suas variadas vertentes.

⁴³ Há várias reflexões sobre a relação entre a História e o pensamento de Foucault no Brasil. Dois colóquios realizados na USP (1985) e na UNICAMP (1986) em torno de Foucault demonstram a ebulição provocada por suas críticas à epistemologia racionalista e especialmente marxista. Margareth Rago, no artigo "As Marcas da Pantera: Foucault para historiadores" (Revista Resgate. Campinas. 1993 p. 22-32) apresenta três grandes eixos de problematizações colocadas na trajetória do pensamento foucaultiano (o privilegiamento da concepção de poder como positividade; a eliminação do sujeito como agente histórico fundamental; o estudo sobre os modos de subjetivação e seus processos diferenciados) e faz um balanço crítico apontando os problemas da leitura predominante no meio acadêmico brasileiro, que fez um *mix* de noções foucaultianas com noções sociológicas totalizantes, com noções marxistas, buscando uma análise menos presa a um marco interpretativo único. Postura esta que, para Margareth Rago tanto permitiu uma relação "libertária" com a produção do conhecimento, quanto poderá ser acusada, em um futuro recente, de superficialidade e ecletismo. Em relação à apropriação do pensamento feminista e da discussão de gênero no Brasil, com as colocações de Foucault, Margareth Rago afirma, em outro artigo ("A categoria Gênero no Pós-estruturalismo", Araraquara, Março de 1995) que: "... várias intelectuais marxistas propuseram a introdução e combinação da categoria gênero com, por exemplo, o conceito de classes sociais, tentando possibilitar as análises sobre as diferenças e desigualdades sexuais. Ainda assim, considero que este deslocamento revela uma preocupação maior em valorizar o marxismo e garantir sua hegemonia intelectual seriamente abalada, do que em propor nova formas de pensamento num mundo hoje profundamente transformado. Disso resulta um fechamento diante das novas possibilidades teóricas que a categoria gênero pode trazer, principalmente quando se tem em mente as questões relativas à constituição dos valores culturais, à instituição do imaginário social e à produção das novas identidades sociais e das subjetividades que pressionam por novas maquinarias conceituais". Infelizmente, a partir de um outro referencial documental, vejo-me partilhando desta análise de Rago, na qual, reconhece que os investimentos na leitura da história da sexualidade de Foucault (e o desmonte da noção psicanalítica de subjetividade ali realizada), bem como as múltiplas possibilidades da categoria gênero, ainda não constituem uma prática visível no interior da historiografia brasileira, a não ser através de raras exceções.

e de descentralização do poder (o que muitas vezes foi entendido apenas como a dimensão "cotidiana" e também "privada" das relações de poder). A microfísica enquanto questionamento da relação sujeito/objeto, do aspecto produtivo dos exercícios de poder, os limites do poder no seu aspecto jurídico, o fato de que embora invisível, o poder possui a mesma natureza daquele visível (a metáfora utilizada por P. Vayne, do "Iceberg", é bastante esclarecedora) foi muito pouco abordada, debatida, incorporada.

Em linhas gerais, talvez em termos de uma história da sexualidade, do corpo, das mulheres, Foucault tenha criado arestas, possibilidades de abordagem que, evidentemente, contribuíram para que a história prosseguisse na desmontagem das verdades (científicas, religiosas, políticas...) estabelecidas e normatizadoras das relações sociais. No entanto, é necessário reconhecer a timidez e receio que ronda a historiografia em relação à problemática dos modos de subjetivação, em especial, a constituição da "mulher" e do "homem" enquanto assimétricos, opostos/complementares. Ainda não enfrentamos o grande desafio que Foucault nos lançou ao empreender a história da sexualidade e talvez tenha sido legado ao esquecimento. A "*vontade de saber*" sobre o sexo, a constituição do "*dispositivo da sexualidade*", configurou no cenário ocidental do século XIX para cá uma maneira ímpar de constituição da subjetividade, na qual a sexualidade tem um peso inédito na composição do perfil (personalidade) do indivíduo.

A espirituosa crítica de Foucault à "*hipótese repressiva*" _ na qual o ato de falar sobre o sexo "reprimido" possui o poder transgressor, revolucionário, libertador _ funciona ainda hoje como um alerta à história das mulheres e das relações de gênero no sentido de que o simples retorno do "reprimido" (a evidência da mulher na história) não necessariamente significa uma ruptura com os mecanismos que sustentaram e sustentam as diferentes situações nas quais a identidade sexual é articulada em termos de hierarquia, dominação e práticas de exclusão. Os esforços para se pensar a política de constituição da subjetividade e em especial da subjetividade marcada pela especificidade de gênero, nas relações que a constituíram e institucionalizaram de maneira compulsoriamente heterossexual, androcêntrica e falocêntrica, ainda estão longe de ocuparem um lugar de destaque nas problemáticas que atravessam a produção historiográfica contemporânea.

Por último, gostaria de comentar a parcimônia com a qual a categoria gênero é utilizada por historiadores (as) brasileiros. Por um lado, favoreceu (e ainda favorece) a permanência da questão central para os historiadores, que é pensar as diferentes possibilidades de se abordar a questão da mulher e de outras "minorias sexuais" (?) sem impingir gênero como um rótulo simplesmente útil para o diálogo com a historiografia internacional (em especial a estadunidense) e com órgãos de fomento à pesquisa, substituindo aleatoriamente mulher por gênero⁴⁴ sem incorporar nesta troca os efeitos de uma tal mudança de perspectiva. De outro, esta parcimônia dificulta a abertura da historiografia para uma reflexão, teórico-política, fora do eixo demarcado em torno da afirmação da identidade sexual. Retomar a discussão sobre alteridade, diferença, corpo, política, tecnologias do prazer⁴⁵, talvez seja tão necessário quanto o investimento realizado em relação à história da família e da mulher, iniciada e enriquecida nestas duas últimas décadas. Em outras palavras, outra dicotomia que deve ser enfrentada é a que opõem a história da mulher a estudos de gênero. São práticas diferentes que além de serem permeáveis, contribuem igualmente para o trabalho de desafiar, dismantelar e historicizar a aparente naturalidade com a qual várias categorias (incluindo sexo, mulher,

⁴⁴ A ANPOCS (Associação Nacional de pós-graduação em Ciências Sociais), constituiu, no final dos anos 70, um GT (grupo de trabalho) sobre Mulher e trabalho. Em 1990, no XIV Encontro anual da ANPOCS, Lena Lavinias (UFRJ) e Mary Castro (UFBA) fizeram um levantamento dos trabalhos apresentados desde o ano de 1979. Concluíram que era necessário um deslocamento dos estudos sobre mulheres para os Estudos de gênero, ou, outra terminologia muito usada, *estudos das relações sociais de gênero*. Essa opção era uma maneira de sair da 'rotinização' dos trabalhos desenvolvidos nesta temática, bem como buscar a elaboração de uma teoria, ou de um novo paradigma que incorporasse a noção relacional dos jogos de poder nas relações entre homens e mulheres e saísse do monolitismo político impregnado na noção de patriarcado (*"Este enfoque dinâmico (o estudo das relações de gênero) estaria fechando a era pioneira dos "estudos de mulher" – mulher na força de trabalho, mulher e política, mulher e família, mulher e literatura, mulher e crise – descortinando novos horizontes que tratam o singular sem torná-lo específico, e pensam a totalidade dialética e não fusional. Não basta indicar o lugar onde estão as mulheres, o que fazem, ou o que não fazem. É preciso apreender a alquimia das relações de gênero e vice-versa. Um dos desafios que nos aguardam é pensar em como fazê-lo. Trabalhar o processo de formação das identidades sociais à luz das relações sociais de gênero permite interpretar a dinâmica da construção dos sujeitos sociais sexuados, além gênero, mas que não pode prescindir-se deste, sob pena de fragmentar o real."* (p.49)). Para se "atualizarem" os núcleos e linhas de pesquisa sobre mulher foram aderindo irrefletidamente a este novo recorte político-teórico. Conf. LAVINAS, L. & CASTRO, M. G. Do Feminino ao Gênero: a construção de um Objeto. Texto apresentado no XIV ANPOCS, no sub-tema "A Transversalidade do Gênero nas Ciências Sociais". Caxambu – outubro de 1990. Uma versão deste texto foi publicada na coletânea organizada por Costa & Bruschini. Op. Cit. 1992, pp. 216-252.

⁴⁵ Falar aqui da Spivak (sobre uma outra história), Butler (corpo, discurso, performance), C. Hall (ir além da circunscrição ao pós-estruturalismo (Foucault) e ao anti-estruturalismo (Thompson).

homem, homossexual, ...) entram no repertório tanto da História (disciplina) quanto das representações e imaginário coletivos⁴⁶.

⁴⁶ Conf. BOCK, G. *Challenging Dichotomies*. In: OFFEN, Karen (et.alli). *Writing Women's History*. 1990; pp 1-24; *"The dichotomies nature/culture, paid/unpaid work, public/private were constructed in alignment with a fixed divide between women and men, the ostensibly internally homogeneous categories on each sideside of which pointing eithter to women or to men. In the case of Sex/gender, equality/difference, integration/autonomy, however, both (apparently) opposing terms refer to both sexes. We are therefore not dealing just with relations between the sexes, but with relations between relational categories; and not jus with (apparent) contradictories between women and men, but with opposing or apparently opposing conceptualisations and practices of gender relations. Hence, women's studies and the search for new visions of gender has led us - despite,or rather because of sometimes profuoundly different approaches- to at least one common ground: gender issues are issues which concern complex human relations, relations both between the sexes and whitin the sexes."* P.16-17. (Parece que os desafios encontrados pela historiografia brasileira são muito próximos destes mencionados por Bock, há um tempo atrás, mas ainda atuais.

Considerações Finais

Hoje é Sábado e é feito do mais puro ar, apenas ar. Falo-te como
exercício profundo, e pinto como exercício profundo de mim.
O que quero agora escrever? Quero alguma coisa tranqüila e sem modas.
(...) Vou parar porque é Sábado.
(...)
O que te escrevo é um "isto". Não vai parar: continua.
(Clarice Lispector)

"o objeto da grande suspeita..."

O ponto de partida desta pesquisa foi o desejo de articular um estudo centrado nos paradigmas constitutivos e inerentes ao próprio *métier* do historiador e nos problemas e questões suscitados pelos estudos de gênero (campo altamente transdisciplinar), capturando este encontro na maneira como foi objetivado no Brasil, em especial, por intermédio da Associação Nacional dos Historiadores (ANPUH). Este encontro ocorre, no plano visível, na última metade dos anos 80. No entanto, as "*condições de sua enunciação*" foram tecidas, como tentou mostrar a presente pesquisa, nas transformações institucionais e epistêmicas ocorridas na História, sobretudo, a partir dos anos 60.

O tema da profissionalização e a demarcação de um território de atuação da História, no rol das ciências humanas, colocavam a problemática da configuração de uma identidade disciplinar, a princípio, muito presa ao "objeto" de estudo que lhe conferia uma certa singularidade: o passado. A sua legitimidade estaria preservada através da manipulação, organização e classificação de fontes documentais depositárias de sua verdade. A valorização da formação acadêmica acabou sendo um diferencial consolidado na fomentação de cursos de graduação e pós-graduação em História (bibliotecas, arquivos, tradição universitária (busca de recursos humanos na Europa), publicações especializadas,...) e na congregação dos "novos" profissionais em uma associação destinada a forjar uma determinada sociabilidade intelectual, disseminadora da concepção de "comunidade de profissionais" e afirmadora de hierarquias (do ensino de São Paulo e Rio de Janeiro para o restante do país). Atravessando o perfil acadêmico, a criação da Associação dos professores de história repercutiu politicamente como dissonância em relação, por exemplo, a instituições do porte (conservador) do IHGB. Em outras palavras, fomentar o perfil do profissional envolvia uma perspectiva menos subserviente em relação às estratégias governamentais de consolidação de uma memória/história da nação e do "povo brasileiro".

Embora a ANPUH não possa ser tomada como a grande protagonista de significativas mudanças ocorridas na história, enquanto disciplina autônoma e na conformação de novos campos de pesquisa (seja relativo aos movimentos operários, a renovação marxista, seja à articulação de novos objetos e à crítica aos escritos históricos de cunho nacionalista, racista, elitista, sexista, etc...); é necessário destacar o seu funcionamento como uma entidade catalisadora e difusora das demandas postas por toda ebulição conceitual e política, característica dos conturbados anos 60 e 70. O crescimento e consolidação da ANPUH, nestas primeiras duas décadas, bem como os conflitos internos emergentes na segunda metade da década de 70, demarcaram um significativo desenvolvimento da História em termos institucionais. Por meio dos Anais dos Simpósios, foi possível perceber a consolidação de Cursos de História em várias universidades do país, bem como o crescimento vertiginoso da pesquisa histórica.

Ironicamente, mal a "casa" estava arrumada (institucionalmente), surgiram, paralelamente, diagnósticos de "crise" da disciplina, de necessárias mudanças metodológicas. A unidade institucional veio acompanhada de uma heterogênea formação acadêmica (annalista, estruturalista, marxista, etc.), que trouxe à tona a dinâmica constitutiva da formação de especialidades, questionando a lógica que presidiu tal "arrumação". Alguns embates mais inflamados indagavam a validade de determinadas teorias históricas, promovendo divisões do tipo: conservadores de um lado, modernos de outro; história serial e na longa duração de um lado, história econômica da luta de classes e da constituição do Estado burguês de outro. Na falta de um entendimento entre estes diferentes grupos, este cenário tenso foi denominado de "crítico", ou seja, a experiência das diferenças e divergências teóricas, a exaltação do conflito foi nomeada de "crise".

Do ponto de vista da análise esboçada na Parte I, os desarranjos provocativos e geradores de instabilidade, decorrentes da pluralidade de paradigmas historiográficos, são indícios do próprio caráter histórico e móvel da produção de conhecimento e da ciência do que indicadores de crise (no sentido negativo associado ao termo). Insinuam que a perspectiva identitária - a busca pela identidade da História e do historiador- é frágil justamente por ser fruto de interesses e disputas coletivas, produtores de uma unidade

arbitrária e artificial, portanto, sujeita às intempéries e aos jogos políticos acadêmico/institucionais, além dos filosóficos, éticos, científicos. Nesta ótica, a identidade da história é alvo de constantes investidas e negociações que, dentro de um posicionamento petrificado viveria em uma "eterna" crise. Em minha leitura, a disciplina história enriqueceu seu arsenal tanto em termos metodológicos quanto conceituais, principalmente porque de todas estas divergentes perspectivas, o saldo maior se deu em termos da desnaturalização do discurso histórico. Problematizando a relação sujeito/objeto, documento/fonte, procedimentos e conceitos, a História tomou maior consciência de sua própria historicidade e dos objetos que tratava como dados *a priori*.

O entendimento de que há fronteiras (históricas e maleáveis) e não limites (essenciais e rígidos) disciplinares, tem também sua história e registra um deslocamento importante no universo epistêmico da escrita histórica de meados dos anos 80, em relação àquela predominante nas duas décadas anteriores. Houve uma ampliação significativa do leque de temas, períodos e abordagens historiográficas e da atuação da história em relação ao entendimento e intervenção em seu próprio tempo. A aproximação da história com a sociologia, a antropologia e a literatura conferiu um rejuvenescimento e uma abertura da história para temas até então tabus ou mesmo considerados insignificantes. Possibilitou ainda uma maior sintonia na relação entre a História e o tempo presente.

A elaboração da temática da mulher veio junto deste turbilhão de abalos e deslocamentos na escrita histórica. Veio silenciosa, marginal, praticamente invisível nos embates travados no interior dos simpósios dos historiadores. A percepção e crítica à desigualdade sexual passam a ser ameaçadora e incômoda, e, por outro lado, levada a sério, quando se estende das relações sociais para o caráter sexista do próprio discurso histórico. Expondo assim, parece simples e óbvio, mas a história da História da(s) mulher(es) e da sexualidade (mais recentemente, do corpo) é eivada de hostilidades e somente passa a habitar o rol do objetos dignos de história na medida em que convergem dois elementos básicos: de um lado, o movimento social feminista ganhando força e despertando a solidariedade e simpatia de outros movimentos sociais (sindicais, populares, até mesmo religiosos (comunidades eclesiais de base)) , sensibilizando

intelectuais para a pertinência de suas "causas", fomentando o debate sobre a formação de uma episteme feminista, a partir da qual se problematizaria as relações sociais; de outro, o fortalecimento da história social e o distanciamento da história em relação à ortodoxia marxista (fixa na análise das relações de "produção" e hostil para com as relações de "reprodução", centrada na luta de classes e avessa às lutas entre os "sexos"). A penetração de conceitos como cultura, representação, ou seja, a abertura da disciplina para pensar as tramas simbólicas e as redes de poder a elas associadas, também foram cruciais no sentido de viabilizar um espaço acadêmico aos estudos cuja temática desembocava na problematização da subjetividade e da histórica inferioridade atribuída às mulheres.

Na verdade, tomei como suposto¹ o primeiro vetor (o desenvolvimento do movimento feminista, sua crescente importância junto à sociedade brasileira) e privilegiei a análise do outro, das questões mais internas à disciplina. Um dos motivos iniciais, reforçado após a pesquisa, foi a constatação de um nítido retardo da historiografia em relação a outros pensamentos sociais (principalmente a sociologia e antropologia) e à vigência de movimentos sociais (feminista, das prostitutas, dos homossexuais) sinalizando um descompasso entre a visibilidade "empírica" de determinados objetos e a sua visibilidade "epistemológica". De onde emergiu a questão com a qual trabalhei quase toda a Parte II: em que circunstâncias epistemológicas ganha legitimidade a história das mulheres e se constitui o campo de indagações denominado de "história das relações de gênero"? Como se desenvolve no interior da historiografia a interseção entre estes dois campos, o das mulheres e o do gênero?

A história da mulher, cuja problemática estava centrada no resgate de "heroínas", ou no culto às anônimas que participavam de uma história cotidiana da família, foi vista como uma "moda" passageira², destinada a celebrar algumas biografias e a recuperar detalhes pitorescos da história (com H maiúsculo!). Era vista como uma prática

¹ O que não significa que seja um campo saturado de pesquisas. Pelo contrário, embora seja uma espécie de consenso a contribuição feminista à crítica social mais ampla, creio que os efeitos do movimento feminista na sociedade brasileira, suas trajetórias, merecem uma pesquisa mais detalhada, principalmente no tocante à década de 80 em diante. Conf. RAGO, 1996; pp.11-43 e MANINI, 1996; pp.45-67.

² No depoimento da Sra. Míriam Moreira Leite, em entrevista realizada em junho de 2000, há várias referências ao caráter secundário e inferior atribuído à história da mulher ("*era visto como uma problemática menor, sem futuro...*").

historiográfica conservadora, na medida em que não contribuía para o desenvolvimento de uma crítica social do passado e do presente. Por outro lado, as histórias de cunho feminista, cujas representantes se destacaram por sua atuação pública, na luta contra a discriminação das mulheres, pela igualdade de direitos civis, pela liberdade sexual, eram consideradas "sexistas" demais (ou seja, questionavam o sexismo por meio de uma postura sexista) e também fugiam do propósito maior da história, qual seja, pensar as principais relações de poder e a origem da desigualdade social.

A história da família tinha uma certa aceitação (no final dos anos 70), pois ao lidar com métodos estatísticos rigorosos_ realizar todo um levantamento demográfico, lidar com parentescos, transmissão de tradições,..._ e com uma perspectiva estruturalista, conquistou legitimidade até junto aos mais ortodoxos, uma vez que se destinava a pensar a família como um elemento social de coesão, facilitadora de relações clientelistas; era facilmente adaptável à escrita de histórias locais (história política se confundindo com a história de famílias da elite) e, a partir de uma leitura marxista, a família foi pensada como instrumento de propagação da ideologia burguesa, da propriedade, etc. Já no final dos anos 80, unindo-se também a uma proposta de história social, a história da família passa a abranger temáticas voltadas para os problemas enfrentados pelas famílias pobres: a violência policial contra as famílias, crianças ilegítimas, transmissão de fortunas, a família negra, além de questionar a condição feminina no interior da família.

O uso do termo gênero nos relatos e análises históricas publicados pela RBH é esparso e pouco problematizado (refiro-me sobretudo aos anos 90, quando a discussão sobre gênero está mais disseminada entre as historiadoras (es) que lidavam com a temática da mulher), embora a Revista dedicada às "*Mulheres no Espaço Público*"³ tenha articulado a temática da mulher a alguns pontos básicos abordados pelos estudos de gênero: a pluralidade da categoria mulher (interseção entre o gênero e outras categorias como classe, faixa etária, estado civil, raça, escolaridade), a historicidade da identidade sexual (crítica aos essencialismos), o aspecto relacional das categorias identitárias (não abordar a mulher como um objeto isolado). A sexualidade, o amor, a arte, as imagens, o

³ RBH-18; agosto de 1989. Conferir essa discussão no capítulo 2 (RBH: perfis) da segunda parte da tese.

trabalho, a atuação política, a loucura, a prostituição, a criminalidade são discussões enfocadas sob a ótica da mulher, um olhar de mulheres sobre as relações sociais e sexuais entre homens e mulheres.

Na maioria dos artigos deste número, predomina o olhar sobre o sujeito (mulher) inserido em uma rede múltipla de determinações, ou seja, um sujeito coletivo pluralizado, em uma espécie de ressonância ao debate sobre a diferença (homem/mulher) dentro da diferença (mulher/mulheres). Um único artigo se detém nas práticas que engendram os sujeitos de forma sexualizada, e não foi escrito por uma brasileira (embora estivesse circulando em uma revista de caráter nacional e fosse considerado uma espécie de referência). Michelle Perrot apresenta às leitoras (es) brasileiras (os) a dificuldade de mapear as práticas de produção da memória feminina, questionando o silêncio das fontes tradicionais (oficiais), a *carência de pistas* nos registros primários, articulando a relação histórica entre a memória feminina e a memória do privado⁴. Neste movimento de deslocamento de eixo, dos sujeitos para as práticas, a autora mobiliza _ sem nenhuma manifestação explícita _ um repertório teórico/metodológico muito enfatizado por estudos de gênero classificados, posteriormente, em um paradigma "pós-estruturalista"⁵.

Essa proximidade de perspectivas e leituras da história da mulher, tal como as pesquisas publicadas no número 18 da RBH e nos outros analisados na Parte II, com *demarches* de gênero, na maneira como estavam sendo articuladas por pensadoras de língua anglo-saxãs, sem, contudo, se reportarem ao uso ou debate sobre o conceito, possibilitam duas inferências. Primeiro, sugere que a perspectiva de uma vertente

⁴ O trecho final de seu artigo demonstra a maneira como a autora enfatiza a historicidade da memória e do sujeito desta memória: "*Existe, no fundo, uma especificidade (do funcionamento da memória das mulheres)? Não, sem dúvida, se se trata de ancorá-la numa inencontrável natureza e no biológico. Sim, provavelmente, na medida em que as práticas sócio-culturais presentes na tripla operação que constitui a memória _ acumulação primitiva, rememoração, ordenamento da narrativa _ está imbricada nas relações masculinas/femininas reais e, como elas, é produto de uma história. Forma de relação com o tempo e com o espaço, a memória, como a existência da qual ela é o prolongamento, é profundamente sexuada*". P.18 (RBH_18)

⁵ Há tanta controvérsia em relação a quais pensadores poderiam ser "classificados" como pós-estruturalistas, que seria complicado fazer um balanço. No entanto, creio que, neste caso, é uma referência à genealogia do sujeito (crítica ao sujeito cartesiano, moderno) na maneira como foi empreendida por Foucault, que articula a produção da individualidade a uma estreita relação entre poder e saber. Considerando o sujeito não a origem das relações de poder, mas um efeito, Foucault desloca a perspectiva da ciência humana centrada em um sujeito (universal, ou no caso do feminismo, um sujeito mulher, "*womanhood*") para uma ótica voltada para as práticas (discursivas e não discursivas) cujos efeitos seriam a produção de campos de exclusão, subjetividades normatizadas e divididas em normais, patológicas, subversivas, de acordo com os respectivos contextos históricos.

diferencialista _ ou seja, aquela que parte de uma concepção (essencializada) da diferença entre homens e mulheres _ com ênfase na especificidade da "condição feminina" (universalizada) já estava sendo minada a partir de uma aproximação entre a história da mulher e a história social (thompsoniana), aliada a noções foucaultianas (disciplina, microfísica do poder, dispositivo da sexualidade). Em outras palavras, a ausência do termo gênero talvez esteja ligada ao fato de que o impacto "revolucionário" do termo, inserido no complexo *gender sistem*, junto às feministas estadunidenses e inglesas não obteve a mesma repercussão no Brasil⁶ (e, aproveitando a análise de Perrot, na França). O esforço por uma compreensão teórica da complexidade dos exercícios de dominação sobre diferentes mulheres, em diferentes níveis (estatal, religioso, profissional, etc.) e práticas, enfim, o deslocamento de uma epistemologia feminista centrada no sujeito mulher aprisionado em si mesmo, parece ter ocorrido sem a ajuda do conceito gênero, cujo enfoque teria sido fundamental nos estudos feministas demarcados pelo uso da distinção de gênero como "uma das formas primárias de organização das relações de poder", articulado a outras categorias como classe e raça.

A segunda inferência, possivelmente a mais polêmica e mais especulativa, no sentido de que não chegou a ser objeto de um estudo aprofundado, é a de que a aparente hostilidade das historiadoras brasileiras para com o uso da categoria gênero esteja vinculada a uma dificuldade em aceitar abordar as problemáticas relativas à demarcação histórica da diferença sexual (suas várias significações) fora da lógica da identidade sexual (diferenças que se aglomeram em identidades). Uma perspectiva heterossexual é sem dúvida predominante na forma de problematizar a constituição das mulheres, ou da organização social da diferença sexual. O aspecto relacional da produção da subjetividade é quase sempre visto como articulado no interior das relações homem/mulher. A discussão sobre sexualidade é tímida e só aparece em três artigos, cujos enfoques estão circunscritos à da história da homossexualidade no Brasil colônia, à crítica à moral burguesa e à relação entre a inquisição e os crimes à moralidade entre os séculos XVII e XVIII. Não houve publicações sobre a história do corpo e ocorreu apenas um registro de

⁶ É preciso aqui, ressaltar que estou fazendo esta análise a partir da historiografia brasileira divulgada e ativada pelos periódicos da ANPUH, neste caso específico, a RBH.

artigo (pioneiro em termos de historiografia brasileira) abordando a questão da masculinidade _ utilizando uma referência explícita à categoria gênero, já em meados dos anos 90.

Diante deste panorama, resguardando os limites colocados pela documentação em questão, uma avaliação geral esbarra em uma visível ambiguidade: por um lado, gênero não foi uma categoria imprescindível nos rumos dados às significativas transformações ocorridas na historiografia brasileira e na história das mulheres; por outro, sem os debates sobre as diferentes maneiras possíveis de se utilizar o conceito gênero e as questões a ele atreladas, fica difícil deslanchar uma história dos jogos, percepções e organizações das diferenças sexuais, do masculino/feminino, sem partir dos sujeitos. Há todo um debate envolvendo a categoria gênero, as relações de poder, concepções de real, de noções de movimento e engendramento de subjetividades e de instituições, que não deveria ser ignorado pela historiografia brasileira.

Uma tal compreensão é importante para pensarmos as apostas que ainda podemos fazer a toda a discussão que gira em torno do gênero, enquanto um paradigma de pensamento sobre a diferença sexual articulada às questões feministas e a outras que dizem respeito às relações sociais como um todo. Afinal, indagar sobre o uso da categoria gênero e não a prioridade aos sujeitos como homens, mulheres ou homossexuais, desconstruindo as identidades ao invés de reforçá-las e mostrando o caráter situado das "posições de sujeito", ainda é uma discussão pertinente? Possui o alcance político de mobilização contra as desigualdades e discriminações de caráter sexual e acompanham o cenário das questões postas pela globalização de um lado e as culturas locais de outro?

Na apresentação da coletânea brasileira sobre a história das mulheres, a organizadora, Mary Del Priore, torna explícita a posição teórico/política balizadora da história das mulheres que se buscou delinear: *"... trata-se de desvendar as intrincadas relações entre a mulher, o grupo e o fato, mostrando como o ser social que ela é, articula-se com o fato social que ela também fabrica e do qual faz parte integrante. As transformações da cultura e as mudanças nas idéias nascem das dificuldades que são simultaneamente aquelas de uma época e as de cada indivíduo histórico, homem ou*

mulher."⁷ O livro revela (além da diversidade das experiências e realizações vivenciadas por mulheres durante quatro-séculos) a vitalidade da história das mulheres no Brasil nos anos 90 e também demonstra o envolvimento de diferentes pesquisadores e de várias frentes de pesquisa dispersas em instituições acadêmicas brasileiras.

O mesmo não poderia ser dito em relação aos estudos de gênero na historiografia brasileira. A pertinência do cruzamento entre gênero e a história da cultura foi pouco explorado e creio que seria muito frutífero se investíssemos um pouco mais antes de abandoná-lo, em função de críticas do tipo: a cultura só leva às significações e não às realidades sociais; a crítica à identidade fragmenta as lutas políticas e desmobiliza a construção de relações igualitárias; não é possível manter alianças políticas a partir de concepções pós-estruturalistas, nas quais a ética é substituída pela estética e os indivíduos exaltam as diferenças entre si por meio da lógica da sociedade de consumo. Estas questões são pertinentes e alertam para os efeitos políticos de uma teoria extremamente desconexa das demandas externas à academia. No entanto, não se pode tornar o pensamento refém de políticas imediatas.

A badalada "morte do sujeito", a valorização da cultura (do simbólico) e da linguagem (muitas vezes concebida como sinônimo de práticas discursivas), que abalou e gerou críticos e adeptos fervorosos e cativou muitas feministas em busca de formas de inteligibilidade diferentes daquelas disponíveis na história fundamentada no social, figurou em alguns números da RBH, com estudos sobre o imaginário, as representações, os pensamentos políticos, e mesmo em artigos sobre as mulheres. No entanto, o (equivocado) entendimento de que a história da cultura lida apenas com "textos", que transformam a realidade em texto, reduzindo os conflitos sociais a conflitos semióticos, gerou um certo pânico em relação às posições teóricas associadas ao pós-modernismo ou pós-estruturalismo⁸.

⁷ DEL PRIORE, 1997; p.9.

⁸ Muitas vezes estes termos são significados como sinônimos, com a finalidade de desqualificar uma determinada teoria. Eu fico com a suspeita levantada por Butler: "o esforço para colonizar e domesticar essas teorias sob uma única rubrica é uma simples recusa de conceder a especificidade dessas posições, uma desculpa para não ler, e não ler atentamente?" (BUTLER, 1998, p.16)

O visível retorno à "mulher" _ ou seja, mal se articulou a história da mulher aos estudos de gênero e já se vislumbra um retorno às discussões centradas na mulher, deslegitimando a categoria gênero_ remonta a uma dificuldade de pensar a operação (binária) da diferença sexual, e toda a rede de jogos simbólicos que mobiliza, e a radicalizar a historicidade da noção de sexualidade e de identidade sexual. Uma dificuldade de se desapegar da referência a um certo fundamento (mesmo que articulado nas relações sociais e não necessariamente no biológico) que provoque a sensação de coesão e de solidariedade, luta coletiva, provocada pela noção "mulher" e não pelo "gênero".

Não se trata de indagar a respeito de uma opção epistemológica e política pela mulher ou pelo gênero, ou ainda, de considerar a ênfase na história das mulheres uma prática neo-conservadora. Pelo contrário, trata-se, após toda essa investida na produção historiográfica brasileira e nas teorias do gênero, de interpelar a historiografia a fim de entender os receios, a suspeição relegada à categoria gênero. Estaríamos presos a um fenômeno que a psicanalista Rolnik denominou de "*drogadição de identidade*"⁹?

Ainda está "valendo" o desafio de produzir um pensamento capaz de nos proporcionar um certo conforto com o *devir-outro* que nos habita, forte o suficiente para "*suportarmos o caos, próprio da dimensão invisível da alteridade; de suportarmos a violência das diferenças que aí se engendram, sem associá-la ao perigo de desintegração, de modo que o caos deixe de ser tão aterrador*"¹⁰ ? Poder-se-ia creditar ao gênero a potencialidade de propiciar, no tocante aos modos de subjetivação, uma reflexão crítica das práticas de poder exercidas sobre o corpo e sobre as identidades e suas associações às macro-organizações de poder?

Para responder a esta questão, só dando vazão à proliferação de pesquisas de gênero na história, cujo conjunto de problemáticas inclua (pelo menos no nível ético/político) o projeto legado por Foucault:

⁹ Com medo de enfrentar as linhas (sensoriais e temporais) que nos atravessam e instigam a desvios e provocam o enfrentamento da alteridade, o adicto em identidade "*droga-se para manter a miragem de uma suposta identidade*". Conferir ROLNIK, 1998.

¹⁰ Conf. ROLNIK, 1995; p. 151.

"Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste "duplo constrangimento" político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno.

A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar libertar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos libertamos tanto do Estado quanto do tipo de individuação que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos."

(Michel Foucault, "O sujeito e o Poder")

ANEXO I

Quadro Sobre os Simpósios da APUH desde a sua fundação até o último Simpósio no qual Eurípedes Simões de Paula participa (1977). Coloquei também os outros simpósios só para se ter uma idéia de sua trajetória.

ANO	LOCAL	TEMA	Nº de comunicações	Nº de inscrições
1961 (I)	Marília	Diversos, relativos ao ensino de História no Brasil	7 (Cada tema apresentado por um historiador convidado)	141/SP;BA;Guana bara, PE; MG, PA; RS; RN;SC; GO.
1962 (II)	Curitiba	A Propriedade e uso da Terra		196/todos os acima além do Ceará e dos EUA.
1965 (III)	Franca	Artesanato manufatura e indústria & Fontes primárias para a História.”	18 comunicações: 2-ens. De hist. 9-fontes primárias 3-hist. Econômica 3-história política (tradicional) 1-hist.social-humanista.	85 inscrições. (foi feito meio às pressas e com isto não houve tempo para uma boa divulgação, além da precária situação do país na época, logo após o golpe militar)
1967 (IV)	Porto Alegre	Migração e Colonização e Fontes Primárias da História.	26 comunicações ps: neste simpósio diminuíram os trabalhos apresentados sobre questões didáticas.	181 (inscrições)
1969 (V)	Campinas	Portos, Rotas e Comércio	55 comunicações	394 inscrições
1971 (VI)	Goiânia	Trabalho Livre e Trabalho Escravo	72 comunicações	771 (inscrições)
1973 (VII)	Belo Horizonte	As Cidades e a História	93 comunicações	772 (inscrições)
1975 (VIII)	Aracaju	Propriedade Rural		700 (inscrições)
1977 (IX)	Florianópolis	O Homem e a Técnica		
1979 (Xº)	Niterói	O Estado e a Sociedade		
1981 (XI)	João Pessoa (comemoração	História, Historiografia,		Org. pela profa. Alice Canabrava

	dos 20anos da ANPUH)	Historiador.		
1983 (XII)	Salvador	(não consta)		
1985 (XIII)	Curitiba	Sociedade e Trabalho na História		Alguns textos foram publicados na RBH vol6nº11, sob organização de Déa Ribeiro Fenelon. (1100 inscritos)
1987 (XIV)	Brasília	Cultura e Sociedade		
1989				
1991 (XVI)	Rio de Janeiro	História em Debate: problemas, temas e perspectivas.	(comemoração dos 30 anos da ANPUH)	"aproximadamente 3000"
1993 (XVII)	São Paulo	História e Utopias		1200 inscritos
1995 (XVIII)	Recife	História e Identidades		
1997 (XIX)	Belo Horizonte	História e Cidadania		2.300 inscritos
1999 (XX)	Florianópolis	História: fronteiras		Mais de 3000 inscritos.

Os dados sobre os simpósios foram organizados a partir de informações dispersas contidas nos Anais dos Simpósios, na RBH (seção noticiários), e nos Boletins da ANPUH nacional.

ANEXO II

Quadro da Revista Brasileira de História de 1981-1996

Ano e	Número da Revista	Temática abordada
1981	1	Diversos: revista da anpuh, modernização, revolução anti-escravista e anti-monárquica, relações Estado-sociedade (rio Grande do Sul),
1981	2	Diversos: história do Estado Romano, América Latina, história demográfica da família, legislação, nordeste, relações sociais entre escravos e libertos, história econômica de pernambuco, crise cafeeira, estudo sobre fontes e arquivos,
1982	3	Diversos: Estado e política agrícola no Brasil, movimento operário (revolta da chibata), história política, fontes, Estudos Sociais,
1982	4	Diversos: historiografia, escravidão, empresariado paulista, movimento operário na nova república, movimento social e político no Rio Grande do Sul, resenhas
ps: ela traz o sumário do XI simpósio da ANPUH , cujo tema foi: História, Historiador, Historiografia.		
1983	5	Diversos: pesquisa-histórica, pós-graduação, criação de centro de pesquisa (relatos), Arquivos do Estado, Institutos de pesquisa, relatos sobre cursos de pós-graduação, núcleo de documentação regional. Texto de historiografia brasileira atual de Francisco Iglesias).
Embora não tenha sido caracterizada editorialmente como uma revista temática, a questão da pesquisa histórica ocupa a maioria dos textos publicados neste número.		
1984	6	Temática central: A lucta , trabalhadores! (textos que abordam: História das idéias, classe operária, ciência e fábrica, industrialização, imigração,...)
ps: primeira RBH com temática definida.		
1984	7	Tema: Hay Gobierno? (história dos movimentos sociais e políticos, crítica aos modelos analíticos do Estado brasileiro, história política, história do trabalho, história das idéias (o reformismo ilustrado luso-brasileiro),
1985	8-9	Tema: Cultura e Cidades. (história do cotidiano, história urbana, história das representações, trabalhos com literatura, escravidão, modernização, pobreza, estudo sobre a relação entre a cidade e os museus,
1985	10	Tema: Produção e Transgressões. (movimentos sociais e políticos, ideologia popular, resistência de classe, greves, homossexualismo, inquisição, história social da criminalidade, história econômica, estruturas sociais, história antiga (estudo de movimentos sociais na antiguidade), questões didáticas no

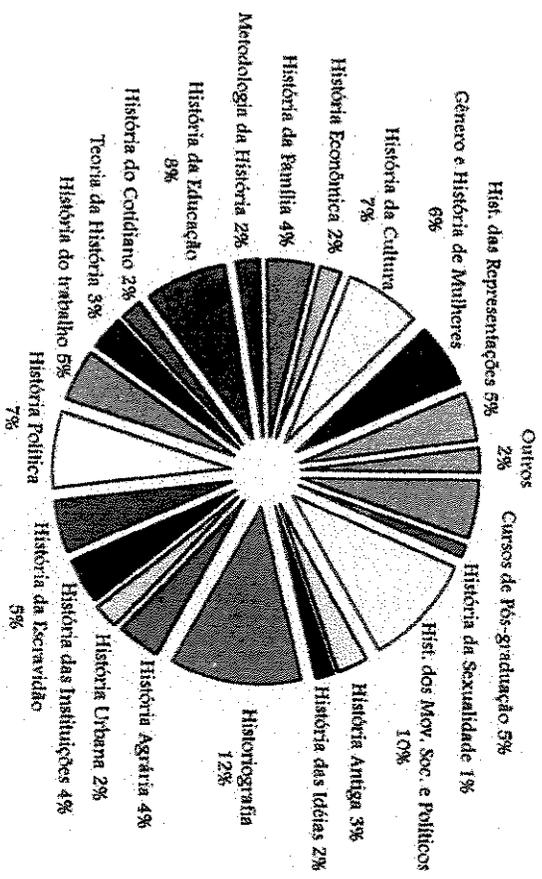
		ensino de história, documentação.
1986	11	Tema: Sociedade e Trabalho na História. (resistência operária, teoria da história (história e linguagem), história econômica, história do da classe operária, imigração, escravidão, ensino de história, história e educação)
1986	12	Tema: Terra e Poder (resistência camponesa, reforma agrária, literatura, terra e modernidade, história do trabalho livre (café), fugas de escravos, abolição e imigração, tecnologia e modernização na agricultura, história agrária, questão agrária na antiguidade), questões didáticas, e uma polêmica sobre a reedição do livro de Jacob Gorender sobre O escravismo colonial.
1987	13	Tema: Cultura e Linguagens (teoria da história, representações, diferenciação cultural na antiguidade , história política, partidos políticos, populismo, história urbana (prazer e perdição : representações da cidade nos anos 20 de M. Rago), história da música popular brasileira, ensino de história, uso de técnicas de história oral, ...
1987	14	Tema: Instituições (reformas das prisões na França, instituições científicas e tecnológicas, crítica à abordagens historiográficas sobre a história dos sindicatos e do Estado em São Paulo, história do DIP-propaganda Estatal, relação entre polícia e os “desocupados”, disciplinarização dos trabalhadores, Inquisição (Igreja no Brasil), tradução do texto de Jeremy Bentham, Panóptico, texto comentado por M. S. Bresciani. Ensino de história,
1988	15	Tema: Sociedade e Cultura (história do cotidiano, lutas e transformações da cultura operária, historia das representações da classe operária, história da família, história da cultura(música e nazismo na Alemanha), indústria cultural, empresários e produção cultural, manifestação cultural negra, história da sexualidade(mulheres e feitiçarias), entrevista com Gérard Monnier, sobre arte e técnica, documentos sobre arte e cultura populares e poesia anarquista.
1988	16	Tema: Escravidão (liberdade, criança, trabalho, repressão, resistência, relações sociais, práticas hostis do Estado para com os negros

		libertos, história econômica e social da escravidão, demografia e miscigenação, preconceito em relação à família escrava, polêmica Sweenu e P. Linebaugh, documentação,
1989	17	Tema: Família e Grupos de Convívio (historiografia da família no Brasil, estrutura social da família no Brasil, alforriados e famílias, história da criança, família, mulheres e literaturas, estudo dos Dotes, famílias proprietárias e estratégias de poder, legislação e o problema da infância, mulher na família, família e militantes comunistas, casamento, moral e comortamento, Traz uma resenha sobre a história da vida privada ainda em francês, escrita por M. S. Bresciani.
1989	18	Tema: A Mulher e o Espaço Público (memória e historiografia das mulheres, cidadania feminina, cultura e arte feminina, revolução e política, feminismo, trabalho feminino, casamento, psiquiatria, diferenças sociais e diferenças de gênero, sexualidade, prostituição, adultério, prática jurídica em relação às mulheres, cotidiano e pobreza, família, representação das mulheres em romances naturalistas, preconceito,...
1990	19	Tema: História em Quadro Negro: escola, ensino e aprendizagem (ensino de história, didática, historiografia, universidade, educação e mulher, liberalismo e educação, escola, ensino de história e literatura)
1991	20	Tema: Reforma e Revolução (movimento operário, social democracia, revolução, teoria da história, imaginário, política e sociedade, comuna de Paris, literatura e classes sociais na França, movimento operário inglês, modernidade, revolução russa, historiografia, partidos políticos, imaginário. Motins e cultura política.
1991	21	Obs: de acordo com a forma de classificação organizada por Eni Mesquita, esse é um dos números da RBH em que mais aparece textos voltados para história da cultura. Seria interessante ver como se trabalha com a noção de representação nestes textos.
1991	22	Tema: Estruturas Agrárias e Relações de Poder (história da família, história econômica, movimentos sociais e políticos, modernização,

		técnica e agricultura, escravidão, história política, cultura política camponesa, não há nenhum artigo sobre educação ou ensino de história)
1992	23-24	Tema: Política e Cultura (historiografia, história das instituições, história das representações, história política (liberalismo, ideologia, mulheres, literatura, partidos políticos, imprensa, ciência, identidade, movimento operário, totalitarismo, anti-comunismo, revolução, revoltas, cidadania, brasilidade) Há dois artigos mais voltados para a história da mulher brasileira.
1993	25-26	Tema: Memória, História, Historiografia (metodologia da história, memória, patrimônio, história oral, fontes, historiografia, história da educação, ensino de história)
1994	27	Tema: Brasil 1954-1964 (historiografia brasileira, movimentos sociais e políticos, sindicalização, reformismo, operários, populismo, história política, nacionalismo, história cultural: fotografia, indústria cultural, modernidade, arte, imaginário, modernização, sociedade rural, capitalismo, ensino, memória, identidade, entrevista com Salvador Romano Losacco, Documento de autoria de Francisco Clementino de San Tiago Dantas, discurso proferido em 1962.)
1994	28	Tema: Espaço Plural (historiografia, mulheres, sexualidade, literatura, moralidade, inquisição, criminalidade, relações de poder, história política, identidade, cultura, imigração, religião, memória, metodologia da história, movimento operário, ideologia, imprensa, industrialização, meio-ambiente, luta cultural,
1995	29	Tema: Representações (teoria da história, história cultural, gênero e história das mulheres, cristianização, literatura, mitologia, miscigenação, história da escravidão, movimentos sociais e políticos, modernidade, políticas públicas, imaginário, memória da independência, história das representações políticas do movimento das diretas-já,
1995	30	Tema: Historiografia, Propostas & Práticas (história conceitual do político, mentalidades, preconceito, cidadania, democracia, "politicamente correto", historiografia do Rio de Janeiro, história agrária, classe operária, escravidão, religião, movimentos sociais e

		políticos, história regional, história oral)
1996	31-32	Tema: Confrontos e Perspectivas (teoria da história, história da classe trabalhadora, brasilianismo, historiografia brasileira, milenarismo, movimento operário, teoria crítica, narrativa e interpretação, representações, literatura, americanismo, imprensa, história do cotidiano, mulheres, antropofagia, escravidão, memória, identidade, movimentos sociais e políticos, gênero e história das mulheres , boêmia, masculinidade, educação, tradição, África, moçambique, violência, perseguição nos anos 60 e 70 , ditadura política, meios de comunicação de massa, religiosidade, imaginário colonial).

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA 1981-1996
Gráfico e Grade Temática



■	Curso de Pós-graduação
■	História da Sexualidade
□	História dos Movimentos Sociais e Políticos
□	História Antiga
■	História das Idéias
■	Historiografia
■	História Agrária
□	História Urbana
■	História das Instituições
■	História da Escravidão
□	História Política
■	História do trabalho
■	Teoria da História
■	História do Cotidiano
■	História da Educação
■	Metodologia da História
■	História da Família
■	História Econômica
□	História da Cultura
■	Gênero e História de Mulheres
■	História das Representações
■	Outros

Outros:	
■	História das Populações 1
■	Musculologia 1
■	História das Mercadorias 2
■	História Regional 2

BIBLIOGRAFIA

- ABRAHAM, Thomas (org.). *Foucault e a Ética*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- AGUIAR, Neuma(org.). *Gênero e Ciências Humanas desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos,1997.
- ALEXANDER, Jeffrey C.. “O novo movimento teórico”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (n.4,v.2). São Paulo: ANPOCS, junho 1987.
- ANJOS, J.C.G. "O Corpo nos rituais de iniciação do Batuque". In: Ondina Fachel Leal (org.) *Corpo e significado: ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.
- BARRET, M. & PHILLIPS, A. *Destabilizing Theory. Contemporary Feminist Debates*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1992.
- BASSANEZI, Carla. *Virando as Páginas, Revendo as Mulheres; relações homem-mulher e revistas femininas, 1945-1964*. São Paulo: FFLCH/USP, 1992. (Dissertação de mestrado).
- BIRMAN, P. *Fazer Estilo Criando Gêneros*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1988. (Tese de Doutorado).
- BOCK, Gisela. *Storia, Storia delle Donne, Storia di Genere*. Firenze: Estro Strumenti, 1988.
- _____. “Women’s History and Gender History: aspects of an international debate”. In: *Gender & History* (v.1, n.1). Oxford and New York: Basil Blackwell, spring 1989.
- BORDON, Susan R. & JAGGAR, Alison. (org.). *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record-Rosa dos Tempos, 1997.
- BRANDÃO, M^a Luíza e BINGEMER, M^a. Clara L. (orgs.) *Mulheres e Relações de Gênero*. São Paulo: Loyola, 1994.
- BRENNAN, Tereza. *Para Além do Falo. Uma crítica a Lacan do ponto de vista da mulher*.
- BRESCIANI, e BORGES, (org.). *Jogos da Política. Imagens, representações e práticas*. São Paulo: ANPUH//FAPESP/Marco Zero, 1992.
- BRESCIANI, M. S. M. "O Anjo da Casa". In: *História e Perspectivas*. Uberlândia: EDUFU, n^o.7- Jul./Dez. 1992.

- BUTLER, J. and SCOTT, J. *Feminists Theorize the political*. New York: Routledge, 1994.
- BUTLER, Judith. *Gender Trouble: feminism and subversion of identity*. New York: Routledge/Champman & Hall, 1990.
- _____. *Bodies That Matter. On the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge, 1993.
- _____. *The Psychic Life of Power. Theories in subjection*. California: Santanford University Press. 1997.
- CAUFIELD, Sueann. *Geting into Trouble: dishonest women, modern girls and women-men in the conceptual language of Vida Policial (1925-1927)*. Rio de Janeiro, 1991. (texto mimeo).
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Tradução Eni Abreu Sobránsky. Campinas: Papirus, 1995.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- _____. "Diferença entre os sexos e dominação simbólica". In: *Cadernos Pagu*. Campinas: IFCH-UNICAMP, nº 4, 1995.
- _____. "O Mundo como Representação" In: *Estudos Avançados*; 11(5), São Paulo: USP, 1991.
- CORNELL & BENHABIB.(org.). *Feminismo como crítica da Modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.
- COSTA, A e BRUSCHINI, C. (orgs.) *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas, 1992.
- COSTA, Cláudia L. "O leito do Procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas". In: *Cadernos Pagu*. Campinas: UNICAMP, 1994, nº 2.
- DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo. Schwartz, 1990.
- DEL PRIORE, Mary (coord.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/UNESP, 1997.
- DOSSE, FRANÇOIS. *A História em Migalhas. Dos Annales à Nova História*. Trad. Dulce S. Ramos. Campinas: UNICAMP, 1992.
- DUBY.G. e PERROT, M. (dir.). *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990. 5 vols.

- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos Indivíduos*. 3ª ed., Trad. Vera Ribeiro. Revisão e Notas: Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FICO & POLITO. *A História no Brasil (1980-1989). Elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP. 1992.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- FOUCAULT, M. The Subject and Power. Why Study power. In: DREYFUS & RABINOW. *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- _____. *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- _____. *La Verdad Y Las Formas Jurídicas*. Barcelona: Editorial Gedisa, 1984.
- _____. *História da Sexualidade* (vol I, II e III). Rio de Janeiro: Graal, 1984. 5ªed.
- FRY, P . "Da Hierarquia à Igualdade: A Construção Histórica da Homossexualidade" In: *Para Inglês Ver - Identidade e Política na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GERGEN, K. J. "A crítica feminista da ciência e o desafio da epistemologia social". In: GERGEN, M. Maccanney (Ed.). *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/EDNUB, 1993.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.
- GOLDBERG, A.. "Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo "bom para o Brasil". In: *Seminário Relações de Sexo X Relações de gênero*. São Paulo: USP/Depto. De Sociologia/ Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de gênero, 1989. Mimeo.
- HALL, Catherine. "The Tale of Samuel and Jemima: gender and working-class culture in nineteenth-century England" In: HARVEY, H. J. e MCLELAND, K. (eds.). *E. P. Thompson: critical perspectives*. Philadelphia: Temple University Press, 1990.
- _____. "Politics, Post-Structuralism and Feminist History: thematic review of Denise Riley Am I That Name? (1988) and Joan Scott Gender and Politics of History (1988)". In: *Gender & History* (v.3, n.2). Oxford and New York: Basil Blackwell, summer 1991.
- _____. "Gender, Nationalisms and National Identities: Bellagio Symposium report". In: *Feminist Review*, 1993.

- HARAWAY, Donna. Modest witness @ Second Millennium. Femaleman Meets oncomouse. *Feminism and Technoscience*. New York: Routledge, 1997.
- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural*. Trad. De Adail Ubirajara Sobral & Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1994.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Tendências e Impasses. O feminismo como crítica da Cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HOLLANDA, Heloisa. (org). *Pós-modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- HUNT, Lynn.(org.). *A Nova História Cultural*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HUNT, L. & BONNEL, Victoria.(org.) *Beyond The Cultural Turn. New Directions in the Study of Society and Culture*. Berkeley: University of California Press, 1999.
- JAMESON, F. “O pós-modernismo e a sociedade de consumo”. In: KAPLAN, E.A.(org.) *O Mal Estar no Modernismo. Teorias e Práticas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- KOFES, S.: “Categorias analíticas e empíricas: Gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1993.
- LAPA, R. A. *Historiografia Brasileira Contemporânea*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- LERNER, Gerda. “Politics and Culture in Women’s history”. In: *Feminists Studies*. Vol. 6 nº1. 1992.
- LIPOVETSKY, Gilles *A Era do Vazio*. Lisboa : Relógio d’Água Editores, 1989.
- LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento*. Trad. Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- _____. *Ideologia e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista* - São Paulo: Cortez, 1985.
- MACHADO, Lia. “Família, Honra e Individualismo”. In: *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber. A Trajetória da Arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- MATOS, M^a. Izilda. “História das Mulheres e Gênero”. In: *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia: UFU, 1996, Vol.3

- _____. "Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. In: *Cadernos Pagu*. Nº 11, Campinas: UNICAMP, 1998.
- NASH, Mary. "Two Decades of Women's History in Spain: a reappraisal". In: *Writing Women's History*. Internacional Perspectives, Macmillan, nº.21.
- O'BRIEN, P. "A História Cultural de Michel Foucault". In: HUNT, L. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- PALMER, Bryan D. "Reponse to Joan Scott". In: *International Labor and Working - Class History* (n.32), fall 1987.
- PERLONGUER, Nestor. "O Michê é Homossexual? Ou: A Política da Identidade". In: TRONCA, I.(org.) *Foucault Vivo*. Campinas: Pontes, 1987.
- PERROT, Michelle. "Práticas da memória feminina". In: *Revista Brasileira de História*. Nº 18, São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1989.
- POLAN, Dana. "O Pós-modernismo e a Análise Cultural da Atualidade". In: KAPLAN, E.A. (org.) *O Mal Estar no Pós-Modernismo. Teorias, Práticas*. Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- RAGO, Margareth. "Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil". In: *Cadernos AEL*. Nº 34, Campinas: UNICAMP, 1995/96. pp.11-43.
- RODRIGUES, Jane de F. Silva. "As Ciências Sociais e a construção dos estudos sobre mulheres: apontamentos para uma abordagem historiográfica". In: *Caderno Espaço Feminino*. Nº 1, Uberlândia: UFU/NEGUEM, 1994.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. 5ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental. Transformações Contemporâneas do Desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- _____. "À Sombra da Cidadania: Alteridade, Homem da Ética e Reinvenção da Democracia". In: MAGALHÃES, Maria Cristina. (org.). *Na Sombra da Cidade*. São Paulo: Escuta, 1995. pp.141-170.
- ROWBOTHAM, Sheila. *Hidden from History*. New York: Vintage Book, 1976.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SCOTT, Joan. "História das Mulheres". In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

SCOTT, Joan. "Deconstructing Equality-versus-Difference; or the uses of post-structuralist theory for feminism". In: *Feminist Studies* (14:1), spring 1988.

_____. "Reponse to Gordon" In *Signs* (15:4). Chicago: The University of Chicago Press, summer. 1990.

_____. *Gender and the politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988.

SOIHET, Rachel. "História das Mulheres". In: CARDOSO, C.F. e VAINFAS, R. *Domínios da História. Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp.275/296.

SORJ Bila e BRUSCHINI, C. (orgs.) *Novos Olhares: Mulheres e Relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem Dois Sexos. Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

STANSELL, Christine. "A Reponse to Scott". In: *International Labor and Working - Class History* (n.32), fall 1987.

STRATHERN, M.: *The Gender of the Gift.*, Chicago and London: University of California Press, 1988.

TILLY, Louise A. "Genre, Histoire des Femmes et Histoire Sociale". In: *Genésés 2*. Paris: Paris VII, déc. 1990. pp.148-166.

VARIKAS, Eleni. "L'Approche Biographique dans l'Histoire des Femmes" In *Les Cahiers du Grif Le Genre de L'Histoire* (37/38). Paris: Tierce, print. 1988.

_____. *Feminism, Modernité, Postmodernisme: observations pour un dialogue des deux côtés de l'ocean*. Paris, 1993. (mimeo).

VEYNE, Paul. *O Inventário das Diferenças*. História e Sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Cómo se escribe la historia. Foucault revoluciona la historia*. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE